

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 19, Número 1, 2016

Arte de Capa: *Arte em Aquarela, Regina Carmona*

Diagramação da Capa: *Publiara*

Agência Escola de Publicidade e Propaganda da Uniará

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 19, Número 1, 2016

ISSN 1516-8182

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP
CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7126
Home-page: www.uniara.com.br/nupedor
Email: nupedor@uniara.com.br

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 19, Número 1, 2016

PUBLICAÇÃO DA EQUIPE DA PESQUISA

30 anos de assentamentos rurais em São Paulo:
um balanço das contradições, bloqueios e perspectivas

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Uniara. Coordenadora-geral do projeto.

EQUIPE:

Ana Flávia Flores
César Giordano Gênero
Daniel Tadeu do Amaral
Henrique Carmona Duval
Osvaldo Aly Júnior
Silvani Silva
Thauana Paiva de Souza Gomes

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Solange Luiz

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente – UNIARA

REVISTA RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

EDITORES – Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo
Andreatta Whitaker, Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL – Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho
De Lorenzo, Leila Stein, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio
Barone, Marcelo Aláριο Ennes, Maria Aparecida Moraes Silva, Marilda
Menezes, Oriowaldo Queda, Sérgio Pereira Leite, Sérgio Sauer, Sonia Maria
Pessoa Pereira Bergamasco

**RETRATOS DE
ASSENTAMENTOS**

Volume 19, Número 1, 2016

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e
Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA.
Araraquara – SP – Brasil, 1994
v.19, n.1, 2016. 384p.
Publicação Semestral do Centro Universitário de Araraquara –
Uniara.

ISSN 1516-8182

SUMÁRIO | CONTENTS

Apresentação/Presentation11
Justificações em torno de assentamento periurbano da modalidade projetos de desenvolvimento sustentável no estado de São Paulo: uma justiça ecológica em questão <i>Justifications around peri-urban settlement of sustainable development projects in the state of São Paulo: an ecological justice in question</i>	
Paulo Eduardo Moruzzi Marques Carlos Armenio Khatounian Luciane Cristina de Gaspari Morgane Retière21
Entre o legal e o real: assentamentos rurais do tipo PDS na macrorregião de Ribeirão Preto <i>Between the legal and the real: rural settlements PDS type in the macro-region of Ribeirão Preto</i>	
Thainara Granero de Melo Rosemeire Aparecida Scopinho José Cláudio Gonçalves41
Avanços e desafios na implementação de assentamentos PDS em São Paulo: agentes e conjunturas políticas <i>Progress and challenges in the implementation of PDS settlements in São Paulo: agents and political situations</i>	
Henrique Carmona Duval Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante69



**Projeto de desenvolvimento sustentável Santa Helena,
São Carlos/SP: problematização participativa da realidade local**
*Sustainable Development Project St. Helena,
São Carlos/SP: participatory problematics of local reality*
Caio Yamazaki Saravalle
Paulo Rogério Lopes
Guilherme Franceschini
Leina Freire
Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo99

**Semeando novos tempos? Reforma agrária e agroecologia
um diálogo possível e necessário - análise a partir do estudo
de caso do PDS Osvaldo de Oliveira no Rio de Janeiro**
*Sowing new times? Agrarian reform and agroecology in
a possible and necessary dialogue. Analysis from the study
of case in the PDS Osvaldo de Oliveira in Rio de Janeiro*
David Wigg
Fernanda Maria Vieira
Mariana Trotta D. Quintans
Natália Almeida Souza
Nivia Regina Silva
Raoni Amaral Lustosa117

O PAA e PNAE em assentamentos PDS no norte paulista
The PAA and PNAE in PDS settlements in São Paulo's north
Regina Aparecida Leite de Camargo
Matheus Ferreira Bocca
Danilo Soares Figueiredo
Jean Marcos Soares de Matos149

**Princípios e ferramentas para o desenho e
manejo de hortas agroecológicas: experiências do Projeto
Assentamentos Agroecológicos no Extremo Sul da Bahia**
*Principles and tools for the design and management of
agroecological gardens: the Agroecological
Settlements Project experiences in the extreme south of Bahia*
Paulo Rogério Lopes
Ana Paula Capello Rezende
Danielly Crespi
Renato Farac Galata
Flávio Xavier da Silva
Mário Sérgio Santana Cruz
João Dagoberto dos Santos
Paulo Yoshio Kageyama175

**Assentamento Agroextrativista Americana: campesinato,
biodiversidade e agroecologia no cerrado mineiro**
*Settlement Agro-Extractive Americana: peasantry,
biodiversity and agro-ecology in the cerrado of Minas Gerais*
Igor Simoni Homem de Carvalho
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco209

**Educação do Campo: desafios da expansão da pedagogia
da alternância e da educação popular no âmbito do Estado**
*Field of education: pedagogy of expanding challenges
of alternation and popular education in the State*
Maria Rosângela Pereira de Oliveira
Ilma Ferreira Machado245

APRESENTAÇÃO

Perspectiva de futuro dos/das jovens de assentamentos rurais na microrregião Guanambi, Bahia

Future perspective of the youth of rural settlements in the micro region of Guanambi, Bahia

Domingos Rodrigues da Trindade271

A voz das bruxas! A fala das mulheres do MST do setor de saúde da Zona da Mata Mineira

The voice of the witches! The dialogue of the women's health sector from MST from Minas Gerais

Ludmila Bandeira Pedro de Farias303

Cultura ambiental no território caipira: história e saberes tradicionais das mulheres do noroeste paulista

Environmental culture in yokel territory: traditional history and knowledge of women from the Northwest part of São Paulo

Fábio Fernandes Villela323

Reforma agrária: contribuições para o debate

Land reform: contributions to the debate

Iris Cecilia Ordóñez Guerrero

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo351

Normas de Publicação381

Organizamos este número de Retratos de Assentamentos sob dolorosos impactos: cortes de verbas para a Ciência e Tecnologia, justificados em nome de uma dúbia moralidade mesclam-se a medidas arbitrárias impostas que implicaram, dentre outras, na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, inequivocamente um dos elementos promotores do desenvolvimento de uma estratégia de segurança alimentar, emprego e renda para a população brasileira.

Em que direção caminha o Brasil? Golpes parecem reeditar tempos difíceis da ditadura militar. Como explicar aos agricultores familiares, ao segmento responsável por 70% da alimentação das famílias brasileiras que as políticas desenvolvidas pelo MDA correm o risco de serem suspensas?

Com certeza não temos uma visão apologética e acrítica de tais políticas que estão longe de ser perfeitas e, em muito, precisam ser aprimoradas. Entretanto, seus resultados são expressivos, valorizados, inclusive internacionalmente. Para onde vai a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Agroecologia e Agricultura Orgânica? Não há como negar que o crédito subsidiado, o seguro agrícola, os programas de compras institucionais, dentre outros foram decisivos para a retirada do Brasil do Mapa da Fome das Nações Unidas. Tais experiências brasileiras, inovadoras e inéditas têm sido fonte de inspiração para regiões e países do mundo.

Diante deste quadro, o presidente interino extinguiu o MDA e passou suas funções para um recém criado Ministério do

Desenvolvimento Social e Agrário, para o qual, a agricultura familiar, camponesa, quilombola e indígena seria, no limite, público alvo de uma política social reprodutora de desigualdades e retrocessos. Daí, não foi preciso muito para negar o papel da terra no processo produtivo, bem como a necessidade de uma reforma agrária e de um modelo de desenvolvimento pensado a partir da desconstrução da estrutura fundiária extremamente reprodutora de desigualdades que temos.

Com a retirada da questão fundiária do seu radar, foi, s e m dúvidas, fortalecida a leitura de desenvolvimento do campo pautada pelo paradigma do capitalismo agrícola, para o qual, a agricultura camponesa de base assentada, assim como os agricultores familiares nada contam.

Reeditam-se atos do passado. Lembramos aqui que o grande roubo da História foi a transformação da Terra em mercadoria. Terra é natureza, nos alimenta e nos acolhe. É Gaia – nossa mãe cósmica.

Não podemos permitir que qualquer governo acabe com as políticas públicas, com as quais se busca compensar os pobres do campo, pelo esbulho de que foram vítimas com a Lei das Terras de 1850 no Brasil. Lembrar que esse foi o momento de continuidade de uma das façanhas mais perversas do Capital, iniciada com o cercamento das terras comunais na Inglaterra e repetida continuamente em todos os espaços aos quais ele estende de seus tentáculos. Há que resistir...

É nesta perspectiva de crítica e de resistência que este número do Retratos busca contribuir para não serem disseminadas percepções equivocadas sobre a relevância das políticas levadas a cabo pelo MDA para a população brasileira e estimulados

preceitos produtivistas descompromissados com o estímulo à produção orgânica, com diretrizes que tenham a questão agrária, do campo no seu sentido amplo, das águas e das florestas como pano de fundo.

Nesse sentido, o dossiê que apresentamos neste número de Retratos, não poderia ser mais adequado. Eis que a maioria dos artigos contempla a implantação de assentamentos rurais do tipo PDS, que envolvem duas das mais importantes conquistas no avanço das Políticas de Reforma Agrária dos governos dos últimos anos: a preocupação com o meio ambiente e o trabalho coletivo. Agroecologia e Cooperativismo se espalhando por assentamentos em diferentes regiões do Brasil, fenômenos que anunciam a utopia!

A ideia de realizar um dossiê sobre os assentamentos PDS surgiu em encontros que vêm sendo realizados desde 2015 entre pesquisadores da UFSCar/São Carlos, ESALQ, UNESP/Jaboticabal, Embrapa Meio Ambiente e UNIARA, bem como representantes dos movimentos sociais, das associações e cooperativas e do INCRA. Nestes encontros são debatidos, conjuntamente, temas como a insegurança na posse da terra, os gargalos da assistência técnica dos PDS, formação dos agricultores em agroecologia, selos e processos de certificação da produção, gestão de associações e cooperativas, projetos para as áreas coletivas dos assentamentos, uso e problemas de acesso à água, dentre outros.

Este grupo tem ressaltado a necessidade da construção de uma agenda de pesquisa e extensão sobre assentamentos PDS que não implique em retirar os olhares específicos, bem como contemple as especificidades dos PDS em relação aos assentamentos convencionais desde suas origens, lutas e alianças para o desenvolvimento.

Um dos encaminhamentos que assumimos foi a organização do presente dossiê, agregando resultados de pesquisas que vêm sendo realizadas nos assentamentos desta modalidade. Acreditamos que se trata de um esforço pioneiro e que contribui para marcar um primeiro balanço das experiências no estado de São Paulo, após pouco mais de uma década da instalação do primeiro assentamento PDS. A chamada de artigos, no entanto, teve abrangência nacional, para que outras experiências e outras modalidades de assentamentos que vêm ao encontro dos princípios dos PDS pudessem compor o dossiê, enriquecendo o debate.

Neste sentido, os leitores poderão perceber que dos primeiros oito artigos presentes neste volume da revista, a maior parte é oriunda do estado de São Paulo, embora também tenham sido recebidos artigos de outros Estados e de outras modalidades de assentamentos.

No artigo que abre o dossiê, de autoria da equipe do pesquisador Paulo Moruzzi, há uma abordagem conceitual inovadora para as experiências de assentamentos calcada na teoria das justificações, segundo a qual o engajamento na luta pela terra por parte das famílias está cada vez mais associado com o discurso e as propostas do desenvolvimento sustentável. Tal fenômeno, instigante e apresentado nas representações dos movimentos sociais, nos motiva a associar o debate da reestruturação agrária à reestruturação produtiva, no sentido da justiça social e da agroecologia.

O segundo artigo, de autoria do grupo coordenado pela pesquisadora Rosemeire Scopinho, apresenta reflexões sobre os processos organizativos dos PDS e questiona até que ponto as experiências concretas são condizentes com as propostas

desta modalidade de assentamento. São feitas críticas ao se comparar aquilo que foi idealizado, inclusive enquanto discurso oficial para fomento dos assentamentos e as consequências e imposições que recaem nas famílias em função desta proposta agroecológica. Certamente, uma reflexão que se abre aos papéis e obrigações que cada agente deve assumir na consecução dos objetivos dos PDS, para que, de fato, eles cumpram seus objetivos na esfera ambiental.

Logo após, no terceiro artigo, é tratado o campo social e os rearranjos de poder entre os grupos sociais na implementação de um assentamento PDS. Fruto de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Nupedor, o referencial analítico deste artigo sugere que a criação e o desenvolvimento dos assentamentos passa pelo crivo da trama de tensões. Isso implica que há vários agentes sociais que disputam os rumos das experiências da reforma agrária, mas suas estratégias e manobras podem ser de conciliação ou ruptura a depender de conjunturas específicas. Conclui-se que o processo de instalação de famílias em assentamentos PDS, apesar dos princípios agroecológicos e da coletividade, está longe de superar as contradições existentes na política de assentamentos, embora existam avanços a serem considerados.

Já o grupo coordenado pela pesquisadora Vanilde Esquerdo apresenta um artigo fundamentado em diagnóstico sobre um assentamento PDS. Fruto de trabalho realizado no tempo comunidade do curso Residência Agrária - Especialização Lato sensu em Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa promovido pela Feagri/Unicamp, o artigo ressalta as principais potencialidade e fraquezas do assentamento. Certamente, representa um esforço que contribui para mostrar a efetividade da política de implementação

de assentamentos PDS. Com o diagnóstico, vieram à tona problemas relacionados ao abastecimento de água das famílias, bem como o acesso a outros recursos produtivos e à assistência técnica. Por outro lado, são valorizadas formas alternativas de escoamento da produção, que acontece mesmo perante às dificuldades e limitações produtivas.

O artigo seguinte, apresentado por uma equipe de pesquisadores do Rio de Janeiro, apresenta a experiência do PDS Osvaldo de Oliveira, o primeiro desta modalidade no Estado. É priorizada a apresentação dos diferentes atores envolvidos e das famílias assentadas, relacionando seus conhecimentos e a implementação do assentamento de forma participativa. Neste processo, é destacada a necessidade de atenção aos conhecimentos destas famílias rurais para se superar paradigmas produtivos sem compromisso ambiental.

O sexto artigo, da equipe sob coordenação da pesquisadora Regina Camargo, traz resultados de uma investigação sobre os programas institucionais nos assentamentos do Norte Paulista, com um recorte especial nos PDS. É indagado se estes assentamentos possuem acesso diferenciado ao PAA e ao PNAE, em função de serem modalidades diferenciadas de assentamentos. Embora tenha-se constatado que não há diferença no acesso aos programas institucionais de compra de alimentos, a pesquisa revela diferenças nos sistemas produtivos destes assentamentos – com destaque para projetos agroecológicos – o que deveria fomentar uma demanda por aperfeiçoamento das políticas públicas que valorizasse mais esse tipo de produção.

O artigo seguinte, de autoria da equipe que vinha sendo coordenada pelo pesquisador Paulo Kageyama, traz um

relevante detalhamento da gestão de hortas em assentamentos agroecológicos no Sul da Bahia. O diagnóstico destas hortas é realizado a partir de uma série de indicadores ambientais. Seu monitoramento é um processo que inclui a capacitação das famílias para o manejo ambiental. Dentre as inúmeras contribuições deste pesquisador, o presente trabalho comprova a viabilidade de aliar produção, recuperação e preservação da agrobiodiversidade. Um trabalho extremamente importante e que deixa todo um legado que em muito contribui para as políticas públicas para a agricultura, especialmente a familiar, nestes tempos de necessária mudança de paradigma produtivo para a produção de alimentos saudáveis.

Fechando o dossiê, o artigo de autoria de Igor de Carvalho e Sonia Bergamasco retrata a experiência do assentamento Agroextrativista Americana, em Grão Mogol/MG. Fruto de uma rica pesquisa multidisciplinar, o artigo discute o assentamento pela origem social das famílias e suas condições econômicas, mas também pelo viés da cultura. Traz ainda um levantamento das variedades vegetais e animais presentes no assentamento, bem como as técnicas de cultivo utilizadas pelas famílias. O dossiê não poderia ser encerrado de melhor maneira, pois o artigo mostra que o bioma do Cerrado e a região Norte de Minas, especificamente, sofrem grandes impactos ambientais negativos, mas mesmo assim existem ali camponeses identificados como “geraizeiros”, com uma história secular de convivência neste ecossistema. São empiricamente demonstrados seus conhecimentos e práticas, que levam em consideração as potencialidades e as limitações do ambiente, favorecendo a sustentabilidade agrícola. O assentamento agroextrativista é, portanto, uma prova de que a reforma agrária, expressa em modalidades diferenciadas de desenvolvimento rural, pode ter por base o modo de vida tradicional e os princípios agroecológicos.

Além dos artigos do dossiê, este número do Retratos traz artigos que põem em questão a Educação do campo e os desafios da expansão da pedagogia da alternância e da educação popular no estado do Espírito Santo. A educação, entendida como espaço de construção da participação sócio-política dos atores sociais camponeses visualizando o fomento à democracia e a práticas educativas inovadoras compõe muito bem o quadro de resistência pretendido por este número da Coleção Retratos de Assentamentos.

Em seguida, a voz das mulheres entra em cena. O artigo A voz das bruxas! A fala das mulheres do MST do setor de saúde da zona da mata mineira vem celebrar a sabedoria feminina – tão ligada à natureza – imprescindível para a recuperação do meio ambiente conforme já reivindicava Capra em Ponto de Mutação. Sabedoria expressa nas intervenções na vida cotidiana, nas lutas, na formação política, na participação diferenciada no setor da saúde.

A perspectiva de futuro, discutida a partir da constituição social do ser jovem camponês em dois assentamentos rurais da Bahia põe em questão o papel da juventude no contexto das contradições impostas pela sociedade capitalista à realização da Reforma Agrária. Perspectiva de futuro dos/das jovens de assentamentos rurais na microrregião Guanambi, Bahia discute os equívocos e as possibilidades a ser avaliadas nesta discussão.

História, resistência, saberes fazem parte da trajetória deste periódico. Em Cultura Ambiental no Território Caipira: história e saberes tradicionais das mulheres do noroeste paulista, discute-se a partir da compreensão da história e dos saberes tradicionais e da educação de jovens e adultos (EJA) as possibilidades de ações - através da consolidação de redes

socioeconômicas da agricultura familiar - para a inclusão produtiva das mulheres.

Para finalizar este número, o artigo Reforma Agrária: contribuições ao debate, através de uma revisão conceitual e temporal de dados, oferece uma ampla gama de elementos para que o leitor se aproprie de conhecimentos que lhe permitam separar o joio do trigo e refletir sobre este tema que continua atual e se ergue como uma importante variável promotora do desenvolvimento inclusivo. Nestes tempos sombrios, face aos riscos de retrocesso para a pauta do desenvolvimento agrário e agrícola do Brasil, há que se valorizar princípios da inclusão social, da produção sustentável e da ampliação da qualidade de vida dos agricultores e agricultoras do Brasil. Se nossos sonhos estão ameaçados, com certeza, não estão soterrados. Este número do Retratos propõe-se a alimentar a sementeira da crítica e da esperança nas utopias...

E por falar em utopia, dedicamos este número do Retratos ao Professor Paulo Kageyama, lutador incansável, idealista, pesquisador que desbravou muitas searas, percebendo e defendendo a forte relação entre Reforma Agrária e Agroecologia. Paulo Kageyama, já não está entre nós. Há um vazio provocado pela ausência daquela figura suave – suavidade que emana da sabedoria. Uma pessoa gentil, respeitosa, sempre com disposição e humildade para ouvir a todos, sem preconceitos ou pré-julgamentos. Um professor que sempre defendeu que os mestres devem aprender com os alunos. Líder na luta contra os transgênicos, dizia, como bem lembrou Leonardo Melgarejo, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, que devemos desconfiar das tecnologias, filtrar seus efeitos a partir das respostas da natureza e da interpretação trazida pelos que com elas interagem.

Kageyama, dizia, com gentileza e muito cuidado com as palavras, que cabe aos cientistas assumir o papel responsável de levar para a sociedade as informações corretas, com sua experiência sólida de mais de 20 anos de pesquisa participativa construída com agricultores assentados na esteira da luta do MST. Não é por acaso que deixou rastros e lembranças por onde passou.

Ficou pouco tempo conosco, mas um tempo marcante! Uma estrela brilhante que continua entre nós. Em homenagem aos seus sonhos e utopias há que resistir. Nosso querido Professor Paulo Kageyama se foi, mas continua entre nós ajudando na construção de um futuro mais justo.

Os Editores

JUSTIFICAÇÕES EM TORNO DE ASSENTAMENTO PERIURBANO DA MODALIDADE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA JUSTIÇA ECOLÓGICA EM QUESTÃO

Paulo Eduardo Moruzzi Marques¹

Carlos Armenio Khatounian²

Luciane Cristina de Gaspari³

Morgane Retière⁴

Resumo: Este artigo apresenta interpretações fundadas sobre a teoria das justificações referentes à implantação do assentamento Milton Santos, inscrito na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável proposta pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Assim, as características do assentamento são examinadas, em particular no que se refere ao padrão de utilização dos lotes. Ademais, aspectos-chaves da teoria das justificações são abordados com vistas à análise dos argumentos formulados pelos assentados para justificar suas ações em termos de engajamento na luta pela terra e de estratégias de residência e trabalho no assentamento. Nesta ótica, a análise focaliza os princípios de justiça mobilizados para a construção dos argumentos em favor do assentamento. Em particular, é discutida a hipótese de emergência de uma ordem de justiça ecológica, tornando-se uma fonte de referências cada vez mais legítima para justificar o engajamento na luta pela terra e a proposta

¹ Professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada Interunidades (Esalq-CENA), da Universidade de São Paulo (e-mail: <pmarques@usp.br>).

² Professor do Departamento de Produção Vegetal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e do Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia da Esalq, da Universidade de São Paulo (e-mail: <armenio.esalq@usp.br>).

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada Interunidades (Esalq-CENA), da Universidade de São Paulo (e-mail: <luciane.degaspari@yahoo.com.br>).

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada Interunidades (Esalq-CENA), da Universidade de São Paulo (e-mail: <morgane.retiere@gmail.com>).

de desenvolvimento de projetos agroecológicos.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Assentamento Periurbano; Desenvolvimento Sustentável; Comuna da Terra; Teoria das Justificações.

Abstract: We studied the discourses and land use and agricultural practices concerning the installation of the land reform settlement Milton Santos, which is supposed to work according to the Sustainable Development Project (PDS) model. The guidelines for this model is to produce with maximum use of nature conservation practices, as proposed by the National Institute of Colonization and Land Reform (INCRA). The methodological basis was the Theory of Justification, which focuses on how people justify their actions. To match justifications with field reality, we first surveyed the settlement, particularly the land occupation and use pattern. The justifications voiced relate both to engagement in land reform movement and to the strategies of residence and work on settlement lots. On this factual basis, we discuss the principles of justice mobilized in settlers' arguments, founded mainly on and ecological justice order. According to settlers' perception, ecological reasons constitute an increasingly legitimate reference to justify the struggle for land reform and ecologically-based land reform projects.

Keywords: Agrarian Reform; Periurban Settlement; Sustainable Development; Theory of Justification.

Introdução

Este artigo veicula análises de dados obtidos no âmbito da pesquisa “Múltiplos impactos da implantação de assentamentos: estudos de casos próximos a metrópoles paulistas” (apoiada pelo CNPq) e da pesquisa “Críticas e justificações em torno de alternativas agrícolas no estado de São Paulo: a reconstrução das relações urbano e rural em questão” (apoiada pela FAPESP), notadamente provenientes de entrevistas realizadas junto a interlocutores do Assentamento Milton Santos, situado em Americana e Cosmópolis/SP. Nossas interpretações se apoiam também em informações obtidas em outras investigações, como será mencionado abaixo. Nossas hipóteses admitem que o engajamento na luta pela terra, particularmente no caso de assentamentos periurbanos, é em grande medida uma escolha

de fuga da precariedade, cujo sentido aqui não é propriamente ligado à pobreza, mas às situações de grande incerteza e insegurança. Assim, o desejo de mais segurança a partir do enfrentamento de muitas dificuldades em suas trajetórias favorece disposições importantes para uma ação persistente visando reconstruir um projeto de vida em assentamento. Nosso estudo permite constatar que o acesso à terra representa uma transformação profunda para as famílias assentadas. Com efeito, a atividade agrícola, realizada com muitos obstáculos, oferece uma perspectiva de estabilidade e de reconhecimento.

A partir dessas hipóteses, nosso estudo mobilizou a sociologia das justificações com vistas a situar as argumentações de nossos interlocutores para explicar suas ações em termos de princípios de mundo justo, considerando a pluralidade de concepções de justiça nas sociedades ocidentais contemporâneas. Nesse propósito, apresentamos na primeira parte do artigo os aspectos essenciais dessa sociologia. Em seguida, desenvolvemos uma caracterização do assentamento em foco e, na última parte, nossas interpretações sobre os argumentos construídos por nossos interlocutores.

Justificações como abordagem para a análise de itinerários de vida

Desde 2009, nossa equipe – formada no âmbito do Grupo Terra (Territórios Rurais e Reforma Agrária) da ESALQ, que integra atualmente o Núcleo de Agroecologia dessa escola, e do Grupo de Pesquisa em Agriculturas Emergentes e Alternativas do Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA e Esalq) em Ecologia Aplicada, ambos da Universidade de São Paulo – desenvolve trabalhos no assentamento PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Milton Santos. Inicialmente, os esforços de investigação voltaram-se à obtenção de dados sobre o perfil das famílias assentadas (MORUZZI MARQUES; OLIVEIRA; NEMOTO, ANTIER, 2010). Esse primeiro material de investigação foi uma base importante para a escolha de um grupo de vinte famílias representativas da diversidade de situações. Tal grupo foi interrogado segundo o método de relatos de vida (BERTAUX, 1997), com aportes também daquele de história oral (ALBERTI, 2006), entre agosto e novembro de 2011. A questão-chave foi procurar saber dos entrevistados quais foram as principais transformações provocadas em suas vidas com a instalação no assentamento.

Num momento posterior, graças ao apoio da Fapesp para o desenvolvimento dos projetos “Críticas e justificativas no campo agroalimentar: produção e sustentabilidade em causa” e “Críticas e justificações em torno de alternativas agrícolas no estado de São Paulo: a reconstrução das relações urbano e rural em questão”, nossa perspectiva analítica passou a considerar o plano das justificações formuladas pelos indivíduos quanto a suas ações e suas perspectivas, inscrevendo a análise no âmbito da sociologia pragmática da crítica (BOLTANSKI, 1990; BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991; e BOLTANSKI, 2009). Nessa linha, foi possível propor que um relato de vida corresponde em grande medida a uma autobiografia, na qual o recurso à memória se orienta em boa medida para justificar escolhas ao longo da trajetória de vida. Convém também salientar rapidamente que essa sociologia se direciona para as análises de situações nas quais uma ação necessita justificação, o que representa apenas uma parte do que ocorre na vida social (BOLTANSKI, 1990).

Para a construção deste artigo, outros trabalhos no assentamento foram também tomados em consideração. Em julho de 2012, membros do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP⁵ entrevistaram 52 famílias com vistas a recolher dados pormenorizados sobre a obtenção de renda pelas famílias assentadas e sobre a organização produtiva da atividade agrícola. Esses dados nos permitiram conceber categorias associadas a diferentes estratégias de ocupação do lote. Consideramos ainda dados sobre as experiências de comercialização, analisados na dissertação de mestrado de Morgane Retière (2014).

Considerando a abordagem sociológica das justificações, a construção de nossas hipóteses levou a realçar que valores de um mundo de justiça mercantil e industrial ofereceram os princípios justos para avaliar a modernização da agricultura. Graças a um discurso de eficácia e de redução de preços alimentares, essa modernização obteve legitimidade, associada a provas efetivas de veracidade (quer dizer, o que é desejável, “produzir mais com menor custo”, deve ser verificado). Porém, admitimos como hipótese que há um forte crescimento da legitimidade da crítica contra a validade dos princípios de justiça industriais e mercantis. É verdade que a agricultura

⁵ O Núcleo de Agroecologia Nheengatu é uma articulação de Grupos de Extensão da Esalq, visando a potencializar os resultados dos esforços nessa temática. Foi inicialmente articulado pelo professor Carlos Armênio Khatounian, incluindo os grupos focados em agricultura orgânica (*Amaranthus*), sistemas agroflorestais (*Pirasykawa*), produção e consumo solidários (*Rede Guandu*) e reforma agrária (*Terra*), tendo apoio do MDA e CNPq. Os grupos participantes do Núcleo mantiveram sua identidade e foco originais, tendo diversas atividades exclusivas ou compartilhadas com o envolvimento de dois ou mais grupos. Nesse quadro, a partir de 2011, o Assentamento Milton Santos se converte num espaço de trabalho articulado dos quatro grupos do Núcleo Nheengatu.

produtivista desenvolveu sistemas muito eficazes para responder às provas de veracidade, em quadro no qual as arbitragens de conflitos se orientam por princípios eminentemente mercantis e industriais. Efetivamente, esses últimos estão profundamente inscritos e enraizados nos objetos e nas instituições em torno dos sistemas agroalimentares (pesquisa agrônômica, formação profissional agrícola, oferta de bens e serviços para a produção).

Mesmo considerando tal pujança, as provas de veracidade geradas por princípios mercantis e industriais são cada vez mais contestadas a partir de pontos de apoios normativos situados em outros mundos de justiça, o que permite alimentar de maneira mais ou menos vigorosa a elaboração de argumentos críticos que conhecem, mais que anteriormente, uma recepção favorável. Aqui, consideramos cinco mundos justos para nossa análise, a saber: 1. doméstico; 2. cívico; 3. ecológico; 4. industrial; 5. mercantil. As três primeiras ordens de justiça serão apresentadas abaixo, enquanto as duas últimas foram consideradas acima.

No que se refere aos princípios domésticos, o valor ou a importância das pessoas são associados às posições ocupadas numa cadeia de dependências pessoais. Trata-se de uma ordem de mundo justo que reproduz a organização familiar no nível da sociedade. Com efeito, é a monarquia absolutista que constitui o modelo por excelência dessa ordem, o rei correspondendo à figura paterna que garante segurança e estabilidade para seus familiares (e, por consequência, para seus súditos), que em contrapartida lhe devem obediência.

Para nosso estudo, convém observar que não são propriamente princípios em torno de relações de dependências pessoais que são mobilizados para justificar uma postura em favor de alternativas agrícolas familiares ou para contestar o modelo mercantil e industrial, mesmo que eles possam estar subjacentes. Efetivamente, a agricultura familiar é concebida como base de outro modelo de desenvolvimento rural. Portanto, os valores da família encontram-se no cerne da alternativa. Se podemos supor que a autoridade paterna funda esse ordenamento, é no entanto o papel desempenhado por essa agricultura, em termos de segurança e abastecimento alimentar, que é amplamente difundido com vistas à legitimação do apoio político a seu favor. Nessa perspectiva, a tradição, a confiança, a especificidade e a proximidade podem constituir princípios de mundo justo sobre os quais os argumentos em prol da agricultura familiar são susceptíveis de se apoiar, tal como frequentemente é possível observar nos debates sobre o desenvolvimento territorial (CAZELLA, BONNAL, MALUF, 2009) ou sobre os circuitos curtos de proximidade (DARROT, DURANT, 2010). A título de

exemplo, a apresentação do dispositivo de controle social da produção orgânica para casos de venda direta é elucidativa de uma construção apoiada em princípios desta natureza:

“O comércio de produtos orgânicos no Brasil e no mundo depende da relação de confiança entre produtores e consumidores. Mas, para que isso aconteça, a venda direta para o consumidor final é de muita importância. Afinal de contas, é a partir dela que são estabelecidos preços mais justos e o produtor tem a oportunidade de mostrar sua preocupação com o cultivo dos alimentos, que, no caso dos orgânicos, leva em conta o respeito à natureza e à saúde do homem utilizando técnicas especiais” (BRASIL, 2008).

Quanto ao mundo cívico de justiça, seu ordenamento funda-se na convergência das aspirações humanas, tal como concebe Jean Jacques Rousseau a propósito da passagem dos interesses particulares à formação da vontade geral. Assim, essa concepção reside na ideia da transferência do poder do rei para uma soberania republicana. As grandezas dessa ordem de justiça são medidas em termos, por exemplo, da salvaguarda de bens públicos ou do engajamento no debate com vistas à constituição do interesse comum.

Agora, antes de tratar do mundo de justiça ecológica, convém explicar que a noção de compromisso tem importância central na teoria das justificações. Quer dizer, considerando a pluralidade de princípios de justiça, existe uma interpenetração constante entre diferentes concepções de mundo justo nas formulações de antagonistas em situações de divergência e de negociação. A análise da construção desses compromissos no nível dos discursos críticos ou das posturas de negociação permite salientar a evolução dos princípios considerados como legítimos, em nosso caso, no campo das arbitragens em torno dos conflitos relativos à atividade agroalimentar.

Na construção e no debate dessa teoria, a consolidação de um compromisso pode representar a formação de uma nova ordem de princípios de justificação. Neste estudo, propomos que é possível pensar nesses termos para o caso de uma ordem ecológica de justiça.

De nosso ponto de vista, a composição de uma ordem de justiça ecológica amadurece em rápidas etapas, oferecendo um quadro analítico mais contemporâneo e mais preciso que a combinação de certos elementos presentes em diferentes ordens de justiça. Trata-se de um compromisso que se consolida em nova ordem justa ainda inacabada, o que implica certas ambiguidades. Recentemente, Denise Van Dam e Jean Nizet (2012) conceberam um modelo pertinente no âmbito da teoria das justificações no qual se destaca o esboço de um mundo de justiça de tipo ecológico.

Caracterização do Assentamento Milton Santos

O Assentamento Milton Santos abriga um coletivo de 68 famílias instaladas em pequena área de 100 ha desde 2005, graças à intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em razão da pressão do movimento social. De fato, o assentamento é o resultado de uma ação do MST, a partir de um trabalho de base nas cidades de Limeira, Americana e Nova Odessa. Com a mobilização das famílias e após a realização de ocupações sem sucesso na região, os sem-terra em questão ocuparam o Sítio Boa Vista, em dezembro de 2005. Esse sítio fez parte da Fábrica de Tecidos Carioba S.A., propriedade da família Abdala. Em razão de sua desapropriação em 1976 motivada por dívidas acumuladas, o sítio foi repassado ao INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Com a extinção desse órgão, tal patrimônio foi transferido ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Destinada à produção de cana-de-açúcar, a área do sítio continuou, todavia, a ser explorada irregularmente pela Usina Ester até 2005. Com a ocupação pelas famílias engajadas no movimento, o INSS acabou por transferir o domínio das terras para o INCRA, o que permitiu a realização do projeto de assentamento.

Aqui ainda é importante realçar que, no âmbito do MST, esse assentamento nasceu de uma concepção batizada de “Comuna da Terra”. Trata-se de uma forma de assentamento rural que se propaga desde 2001 no Estado de São Paulo. As principais ideias dessa perspectiva são: 1. os assentados são sobretudo originários de grandes cidades; 2. as terras se situam em zonas próximas das grandes aglomerações urbanas; 3. a agroecologia e a cooperação são pilares dos projetos produtivos; 4. o acesso coletivo à concessão da terra é privilegiado (MORUZZI MARQUES, LUCAS, GASPARI, 2014). Convém também destacar que, no âmbito do INCRA, o assentamento está inscrito na modalidade de “Projeto de Desenvolvimento Sustentável”, PDS. Em poucas palavras, esses PDSs se inscrevem numa perspectiva de conciliação entre proteção ambiental e desenvolvimento dos assentamentos. A escolha em definir este assentamento periurbano como PDS foi por parte do INCRA uma resposta à reivindicação ao movimento social em favor de implantação de Comunas da Terra (ALY JR, 2011).

Contudo, essa conciliação entre proteção ambiental e uso econômico não está claramente traduzida na ocupação na ocupação dos pequenos lotes de 1 ha, tamanho que limita muito as escolhas agrícolas. O levantamento do Núcleo Nheengatu, em 2012, revelou um quadro heterogêneo em termos da

utilização das parcelas pelas famílias, que vai desde uma ocupação apenas como moradia até o uso intensivo de toda a área disponível, como local de residência e de produção agrícola. As diferenças estão em grande medida associadas, de um lado, ao tipo e à intensidade da precariedade vivenciada anteriormente pelas famílias, o que será discutido mais tarde, e, de outro lado, às estratégias de reprodução social e às capacidades familiares diante das oportunidades econômicas do mercado regional de trabalho e de inserção mercantil de seus produtos agrícolas.

Para melhor discutir esse quadro, é agora oportuno apresentar os padrões de utilização dos lotes no assentamento. Evidentemente, existe aqui um risco de simplificação excessiva, associado à tentativa de enquadramento da realidade em arquetipos arbitrariamente definidos. De todo modo, tal esforço analítico favorece o estudo de situações complexas graças à concepção de categorias úteis para a compreensão dos processos sociais. Dessa maneira, os trabalhos desenvolvidos ao longo dos últimos anos permitem identificar três tipos principais de uso do solo: o exclusivamente residencial; aquele que associa residência e produção para o consumo doméstico; e aquele de moradia com produção comercial intensiva. Nos lotes com ocupação **residencial**, representando 17 famílias em 52 consideradas, a estratégia familiar é, sobretudo, gerar renda em trabalhos não agrícolas, frequentemente fora do lote, predominantemente nas áreas urbanas. Normalmente, são trabalhos exigindo alguma especialização, associados principalmente à construção civil, manutenção de automóveis e jardinagem. Comumente, as famílias desse grupo apresentam membros jovens com plena capacidade de trabalho e maior escolaridade, quando comparada com os outros grupos. Porém, também há casos de famílias com uma ou duas pessoas cuja capacidade de trabalho está comprometida por doenças físicas ou mentais. Nesses lotes, observam-se especialmente a habitação e um pequeno quintal, o restante da área tendo pouco aproveitamento. É possível encontrar algumas árvores frutíferas e pequenas áreas com culturas menos exigentes, como mandioca e milho. Com tais lógicas, essas famílias dispõem de tempo reduzido para dedicação à produção agrícola.

No padrão de tipo **consumo doméstico**, representando 12 famílias, os lotes costumam estar plenamente ocupados com culturas, particularmente espécies alimentícias rústicas, especialmente a mandioca e o milho. No quintal doméstico, são frequentes árvores frutíferas, especialmente bananeiras, mas também citros, abacateiros e mangueiras. Esse padrão de uso está associado a famílias mais idosas, de menor tamanho e com menor

tempo de permanência na escola. Muitas vezes, mencionam problemas de saúde na família. Assim, a inserção no mercado externo de trabalho é mais difícil. Em compensação, essas famílias costumam contar com benefícios das aposentadorias e tiveram algum tipo de experiência agrícola no passado. Nessa situação, a geração de renda no lote é menos premente para tais famílias, dispondo de tempo para dedicar-se a uma produção agrícola voltada para sua alimentação. Tais lotes apresentam notável aspecto agrícola, são efetivamente produtivos, mas o valor unitário dos produtos colhidos é reduzido, o que é bem exemplificado pelo estudo do caso da mandioca, principal cultura desse padrão de ocupação. Estimando-se, num ciclo de 12 meses, um rendimento realista de 12 toneladas de raízes comerciais descascadas por hectare, vendidas diretamente ao consumidor a R\$ 2,00/kg, a renda bruta dessa produção corresponderia a R\$ 0,25 por mês por metro quadrado de área cultivada, o que é muito inferior a outros cultivos.

Os lotes inscritos na categoria de tipo **produção comercial intensiva**, representando 23 famílias, pertencem a assentados que obtêm a maior parte de sua renda da agricultura, dependendo dessa fonte para fazer frente a suas despesas monetárias. Frequentemente, são famílias apresentando menor escolaridade, com importante capacidade de trabalho representada por uma maior presença de adultos com mais de 40 anos. Elas se dedicam à produção de hortaliças folhosas, com destaque para a alface e a rúcula. Em sua maioria, as famílias não possuem experiência agrícola anterior, de modo que enfrentam o desafio de aprender um novo ofício. A opção por hortaliças é facilmente compreendida: uma cultura de alface, num ciclo de 40 dias após o transplante, plantada no espaçamento de 0,3m x 0,3m, vendida diretamente ao consumidor por R\$ 1,00 por cabeça, rende R\$ 7,50 por metro quadrado de canteiro por mês, o que equivale a 30 vezes mais por metro quadrado do que a mandioca. Por outro lado, um hectare em produção diversificada de hortaliças exige 4 a 5 pessoas em tempo integral, enquanto na produção de mandioca uma pessoa pode conduzir de 3 a 5 hectares de lavoura. Assim, as famílias envolvidas em produção comercial intensiva de hortaliças frequentemente conhecem dificuldades em termos de mão de obra, o que explica em boa medida a ocupação comumente parcial dos lotes com hortas. Ainda mais limitante para a expansão da produção hortícola nesses lotes é a reduzida disponibilidade de água para irrigação.

Nessa categorização é possível propor ainda tipos intermediários entre esses três padrões, o que permite apresentar um panorama mais consistente do uso do solo nos assentamentos. Com efeito, tal tipificação revela a

racionalidade das famílias agricultoras em suas estratégias econômicas, orientada pelos recursos de que dispõem (conhecimento, capacidade física de trabalho) e por suas percepções sobre as oportunidades para o trabalho familiar. A propósito, no levantamento realizado no assentamento, uma pergunta-chave referiu-se ao quanto os agricultores acreditavam poder obter de renda de um dia de trabalho dedicado ao lote ou vendido fora. Para 49% dos assentados interrogados, a remuneração diária por trabalho efetuado fora do assentamento se situaria entre 75 e 100 reais, enquanto 65% dos entrevistados acreditam que a renda gerada por um dia de trabalho no lote poderia alcançar até 30 reais.

Para completar esta caracterização do Assentamento Milton Santos, é importante abordar a comercialização dos alimentos ali produzidos. A evolução das formas de comercialização acompanha a consolidação do assentamento em termos de infraestrutura e de sistemas produtivos. Até a construção das casas, a produção dificilmente passava daquela destinada ao autoconsumo. Uma vez instalada a infraestrutura básica de habitação, os assentados puderam dedicar seu tempo de trabalho a atividades produtivas em seus próprios lotes, de modo que a produção de alimentos para a venda tornou-se mais significativa. Convém ainda ressaltar, que ao lado do barracão comunitário, fora dos lotes individuais, em área coletiva com aproximadamente 0,5 hectare, aproveitando a disponibilidade no local de água para irrigação, quinze assentados, em canteiros individuais, iniciaram uma produção comercial de hortaliças.

Essa etapa da evolução do assentamento corresponde também à implantação, com apoio do INCRA, do primeiro contrato inscrito no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2008. Rapidamente, cumpre assinalar que o PAA constitui um dispositivo inovador de compras públicas locais de produtos da agricultura familiar, destinados ao socorro alimentar de populações nas proximidades em situação de vulnerabilidade graças ao abastecimento de instituições públicas ou de organizações socioassistenciais.

É com esse marco vinculado ao PAA que muitos assentados identificam o momento a partir do qual o assentamento como um todo começou de fato a produzir. Tratou-se de um meio essencial para viabilizar o escoamento da produção, mesmo para aqueles que produziam volumes pequenos, inferiores em valor a R\$ 100,00 por semana, insuficiente para justificar esforços e despesas para vender fora do assentamento.

Antes do estabelecimento dos contratos do PAA no assentamento, alguns assentados, mais jovens, com maior experiência e capacidade de trabalho,

desenvolveram experiências de comercialização. Entre elas, a venda de porta em porta nos bairros próximos ao assentamento, de carro ou de carroça com tração animal. Apesar das dificuldades associadas ao tempo despendido e ao custo do transporte, ainda se trata de uma solução que atrai os agricultores, por oferecer uma sensação de autonomia: o dinheiro obtido é diretamente embolsado e a escolha sobre onde e como vender é um atributo exclusivo do assentado.

A propósito, esses motivos justificaram uma experiência mais recente de comercialização da produção dos assentados na feira de Paulínia, município vizinho. No entanto, tal esforço durou pouco tempo, em razão, sobretudo, das dificuldades dos assentados em se inserir nessa feira, que conta com numerosas bancas tendo freguesia estabelecida e oferecendo uma gama de produtos não diferenciados. Por outro lado, um grupo pequeno de agricultores realizou investimentos para acessar os programas de alimentação escolar. Durante o ano de 2012, entregaram mandioca descascada e embalada a vácuo às escolas de Cosmópolis. No entanto, em 2013, não houve novo edital público dessa natureza, por motivos desconhecidos pelos assentados, embora tenham realizado investimentos em máquina de embalar a vácuo e freezer. Tal problema revela as dificuldades em termos de garantias de estabilidade à produção e comercialização a partir do acesso aos programas públicos em favor da agricultura familiar, em particular neste caso onde há pouco diálogo com as autoridades locais responsáveis pelos programas de compras públicas.

Ainda sobre a importância do PAA para a produção no assentamento, convém ressaltar que, desde o final de 2013, houve uma interrupção do fornecimento de alimentos por parte dos assentados no âmbito do programa em razão de problemas administrativos em torno da associação local. Desta forma, observa-se uma nítida diminuição do número de hortas em atividade, tanto na área de uso comum quanto em vários lotes.

Pluralidade de princípios de justiça como chave para compreender as motivações dos assentados

Com essa caracterização do assentamento em termos principalmente do uso do solo e das formas de comercialização, torna-se mais consistente uma análise sobre as motivações e justificações dos assentados, fundada no repertório de ordens de princípios de justiça concebido no âmbito da sociologia das justificações. A interpretação das entrevistas com nossos

interlocutores assentados leva a destacar as transições nas construções argumentativas, tomando em conta os momentos anteriores, simultâneos e posteriores aos conflitos mais agudos em torno da implantação do assentamento. Num primeiro momento, é uma ancoragem em princípios de justiça domésticos que predomina nos discursos. Em seguida, são notadamente princípios de um mundo justo industrial que contribuem a legitimar a implantação do assentamento, sobretudo em situações de conflito intenso. Enfim, quando as referências do interlocutor são em termos do futuro, os princípios de justiça mobilizados são aqueles do mundo cívico. Nossa reflexão leva a considerar também a importância de argumentos que poderiam ser analisados em termos de uma justiça ecológica.

A partir dessa interpretação preliminar, convém mencionar que nossas entrevistas revelam que o engajamento em luta por terra é motivado em primeiro lugar pela ideia de que se trata de uma via consistente para fugir da precariedade. É a proteção da família que é colocada em primeiro lugar como argumento para a luta, o que permite pensar na ordem doméstica de justificação. O assentamento constitui uma perspectiva de mais estabilidade e mais bem-estar para a família, cujo quadro anterior de vida era muito precário.

A respeito, convém lançar luzes sobre a noção de precariedade. Em nossas entrevistas, as condições de vida lembradas antes da instalação no assentamento são associadas à incerteza e principalmente à insegurança. Dessa maneira, é possível salientar esta última sensação (de insegurança), e não propriamente de pobreza, para definir em primeiro lugar a situação precária da qual querem se afastar. Esse sentimento de insegurança, que é recorrentemente mencionado por nossos interlocutores, funda, portanto, o sentido de precariedade, tal como destacado em estudos sobre o tema (BRESSION, 2010). Esse mesmo sentido é identificado por Yamila Goldfarb (2006) em sua análise de projetos de retorno ao campo daqueles envolvidos em “Comunas da terra”. Em sua interpretação, trata-se de uma “possibilidade de superação da precariedade e incerteza, sobretudo com relação ao trabalho, o que permite a retomada de uma autoridade moral e, portanto, da dignidade de trabalhador”. Os fatores dessa precariedade seriam “a sujeição a um patrão, a insegurança da instabilidade no emprego e o isolamento pela perda da proximidade da família” (GOLDFARB, 2006, p. 128-133).

A fim de escapar dessa condição precária, foi possível encontrar interlocutores que justificam claramente o engajamento no movimento de luta pela terra como uma maneira de realizar uma vocação agrícola,

associada a uma infância vivida em meio rural ou ao gosto pelo trabalho já experimentado na agricultura. Assim, o assentamento permite, ao mesmo tempo, satisfazer o desejo de deixar a dura realidade das periferias urbanas e aquele de se instalar como agricultor. Para alguns assentados, a possibilidade de trabalho na agricultura encontra-se, no entanto, em segundo plano, pois o ingresso no movimento por terra se justifica antes pelo desejo de evitar uma vida insegura e de oferecer mais oportunidades e garantias para as famílias. A preocupação com a proteção da família justifica a escolha, o que leva a insistir aqui sobre um argumento apoiado em princípio de justiça de tipo doméstica.

Nessas entrevistas, que levam os interlocutores a recordarem diferentes eventos do processo de implantação do assentamento, quando a lembrança diz respeito aos preconceitos contra os assentados ou às disputas judiciais (portanto, em momentos agudos de conflito), a justificação mobilizada, bem como as provas de veracidade mencionadas, apoia-se essencialmente na produção alimentar. Se esta aqui pode assegurar uma proteção para a família, também fornece argumentos considerados como legítimos apoiados em ordens de princípios de justiça além daquela doméstica. Em boa medida, é o mundo justo industrial que constitui uma base importante sobre a qual esses argumentos são construídos para afrontar tais situações de forte disputa.

Nessa ótica, podemos observar que a ideia de colocar em produção terras que não produziam antes é por vezes mencionada para justificar a implantação dos assentamentos. No entanto, essa ideia não corresponde propriamente ao que permitiu a instalação do Assentamento Milton Santos, pois as terras em questão estavam produzindo cana-de-açúcar.

É possível interpretar, a partir de depoimentos sobre esses momentos de conflito agudo, certa resignação aos princípios industriais e mercantis, quando, por exemplo, é lembrado que, diante do juiz, os sem-terra justificam sua ação com vistas a obter meios de trabalho, mas não desejando terra em propriedade legalmente reconhecida. Mesmo que sejam em grande medida desfavoráveis aos sem-terra, esses argumentos são, contudo, susceptíveis de apoiar reivindicações parciais, considerando o peso dos princípios mercantis de justiça na sociedade brasileira contemporânea.

Vale lembrar que, na abordagem teórica aqui considerada, as justificações susceptíveis de recepção favorável são aquelas que se remetem a um interesse comum, permitindo uma dessingularização. Essa resposta ao interesse comum é inerente a todos os mundos de justiça:

trata-se da hipótese segundo a qual os ganhos e privilégios daqueles que se situam no topo de uma escala hierárquica em cada mundo justo repercutem favoravelmente sobre a vida de todos os membros da sociedade. Assim, no mundo justo mercantil, por exemplo, a acumulação de riquezas é positiva para toda a sociedade, independentemente de sua concentração na mão de poucos⁶.

Então, nos conflitos agudos em torno dos sem-terra, é o mundo de ordenamento industrial que, em última análise, fornece os elementos-chave para justificar a implantação do assentamento, visto que seus valores superiores são ligados à ativação contínua da máquina produtiva, com eficácia, o que seria benéfico para toda a sociedade. Insistindo sobre o peso dos princípios de justiça mercantil e industrial como elementos de legitimação da atividade agrícola, convém, porém, notar que, no caso da instalação do assentamento, o relevo das justificações se encontra no mundo industrial. Os princípios cívicos substituem em grande medida aqueles mercantis, pois estes últimos são extremamente desfavoráveis ao acesso mais democrático à terra. Nesse sentido, um assentado avalia que poderia ter trabalhado toda sua vida sem jamais poder adquirir um “pedaço de terra”. Então, o assentado deve mostrar que é justo obter terras graças a outros dispositivos distintos daqueles fundados sobre as lógicas do mercado fundiário.

Nos casos dos conflitos com a vizinhança em razão de preconceitos contra os sem-terra, o material obtido em nossas entrevistas admite pensar que a produção permite aos nossos interlocutores construir justificações, consideradas como legítimas, apoiadas em boa medida em ordem de justiça ambiental. De toda evidência, as relações com a vizinhança melhoraram na medida em que os moradores locais passaram a conhecer a realidade produtiva do assentamento. Anteriormente, imaginavam que o assentamento era o resultado de uma usurpação ou que o assentado seria violento. Para combater essa visão, nossos interlocutores desenvolvem a ideia segundo a qual os agricultores assentados produzem alimentos, particularmente para instituições de assistência social, graças ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Assim, uma metamorfose tem lugar com a substituição dos preconceitos por certo reconhecimento do papel de produtor alimentar desempenhado pelas famílias assentadas. Os argumentos em torno desse papel relativo

⁶ *Esse fenômeno explica, por exemplo, o estabelecimento do Produto Interno Bruto (PIB) como principal indicador da “riqueza das nações”, sem considerar a distribuição desses recursos.*

à produção de alimentos pelos assentados e o abastecimento alimentar do território constituem em última análise o principal ponto permitindo legitimar a permanência dos assentados nas terras que ocuparam. Trata-se, portanto, de uma construção argumentativa fundada, sobretudo, em princípios de justiça domésticos e industriais.

Princípios cívicos também contribuem para a formulação dessa justificação, tornando-se ainda mais evidentes quando os argumentos se relacionam com as perspectivas de futuro. Nesses termos cívicos, a terra pode ser para todos na condição de participar de um coletivo com vistas a melhor zelar por um bem comum. Nessa ordem de ideias, os assentados mencionam frequentemente seus planos de investimentos nos sistemas produtivos do lote, notadamente quando se trata de comparar os projetos em concorrência no território. Diante da monocultura de cana-de-açúcar, o assentamento estaria em melhores condições de assegurar a preservação de um bem de interesse comum, a natureza. Nesses momentos de comparação, o mundo doméstico de justiça é menos mobilizado, predominando claramente elementos de um mundo justo cívico: “o assentamento não pertence a ninguém”, “o que ocorre aqui é estabelecido pela lei” e “esta experiência é uma construção de uma sociedade para o futuro”.

Nessa linha de argumentação, o desejo de investir na produção visa transformar o assentamento em lugar de vida e trabalho agradável e saudável. Essa perspectiva constitui uma base maior de edificação de discursos de diferenciação e legitimação da maneira de praticar a agricultura no assentamento em relação à monocultura de cana-de-açúcar. Esta última é vista como um contramodelo radical para o desenvolvimento local. Essa agricultura industrial, amplamente dependente de agroquímicos, inclusive tendo empobrecido o solo do assentamento, é contestada por nossos interlocutores, que apresentam suas agriculturas como mais respeitadas do meio ambiente, respondendo ao mesmo tempo às necessidades alimentares da população local.

Esse tipo de argumento é favorecido pelo PAA, que assegura uma renda importante para os assentados a partir da atividade agrícola e diminui o tempo de trabalho ligado ao escoamento e à comercialização da produção. Em 2012, cinquenta assentados se inscreveram no programa, fornecendo alimentos a cerca de 9.000 pessoas em estado de vulnerabilidade alimentar.

Por outro lado, esse programa contribui de alguma maneira a uma sensibilização para práticas agroecológicas, prevendo um prêmio para produtos orgânicos e agroecológicos. O PAA estimula igualmente a

diversificação dos cultivos em razão do amplo leque de alimentos que são aceitos para distribuição nas instituições de assistência social. A incitação em favor da agroecologia ocorre também em torno dos apoios oferecidos ao assentamento, o que efetivamente contribui com a elaboração de discursos de legitimação fundados nesse tipo de perspectiva.

A propósito, convém abrir parênteses aqui para destacar as atividades junto aos assentados propostas pelo Núcleo de Agroecologia da Esalq/USP, que visam notadamente uma transição agroecológica. Para esse objetivo, as estratégias de ação desse Núcleo consideraram profundamente as dimensões da precariedade vivenciadas e as possibilidades de superação consideradas por cada família, conforme proposto por Khatounian (2001).

Essa experiência familiar e as estratégias socioeconômicas das famílias são refletidas no padrão de ocupação dos lotes, tendo sido consideradas como pontos de partida para as propostas de incremento produtivo e de sustentabilidade agrônômica e socioeconômica do assentamento. Por sua própria concepção, tais propostas foram definidas em conjunto com os assentados envolvidos, de modo interativo, mas com o cuidado de não romantizar nem o saber dos agricultores nem aquele dos técnicos.

Para as famílias no padrão de horticultura comercial intensiva, a principal proposta foi promover o aprimoramento do cultivo de hortaliças, ajustado às exigências da garantia de qualidade orgânica definidas pelo MAPA. Nessa perspectiva, foram conduzidas atividades de formação em diversos aspectos técnicos da produção, em particular direcionados à articulação de “organizações de controle social” (OCS)⁷.

Para as famílias assentadas em lotes enquadrados como do padrão de ocupação residencial, foi proposta a produção de ovos de tipo caipira. De fato, embora essas famílias não tenham tempo/mão de obra para uma produção agrícola intensiva, podem dedicar uma ou duas horas ao lote, o que é suficiente para a condução de um plantel modular de 50 poedeiras. Ao mesmo tempo, o esterco obtido pode responder a uma limitação à produção de hortaliças no assentamento. Ainda mais, os ovos caipiras se acoplam bem às vias de escoamento das hortaliças.

Quanto aos lotes com prioridade para consumo doméstico, não foram concebidas propostas específicas. Tais famílias têm-se envolvido tanto na

⁷ A legislação brasileira de alimentos orgânicos reconhece o papel da relação de confiança entre produtores e consumidores, permitindo que o termo orgânico seja utilizado sem certificação por terceira parte, desde que a venda seja direta e que os agricultores estejam organizados em organizações de controle social (OCS). A OCS é composta por um grupo de, no mínimo, três agricultores familiares, representados em associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, devendo estar registrada no MAPA.

produção comercial de hortaliças como naquela de ovos, embora de maneira menos intensa.

Tomando em conta o assentamento como um todo, embora as atividades de produção de hortaliças e de ovos possam estar no mesmo lote, nosso levantamento das expectativas dos agricultores revelou que 21% das famílias desejam apenas desenvolver a avicultura, 20% apenas a horticultura, e 23% ambas as atividades. Essa divisão, grosso modo, reflete as perspectivas presentes nos três padrões considerados de ocupação dos lotes.

Essas ações em favor de uma produção agroecológica sustentam propósitos dos assentados relativos ao futuro do assentamento. Sob a ótica das justificativas, é possível interpretar de maneira consistente que tais propósitos se ancoram em pontos de apoio normativos de um mundo justo de tipo ecológico. Com efeito, podemos interpretar que se trata de uma perspectiva de reconstrução das relações entre homem, sociedade e natureza, afastados de princípios de justiça que autorizam o domínio completo da natureza com vistas ao desenvolvimento industrial ou ao enriquecimento daqueles mais competitivos.

No debate em torno do modelo das justificativas, esta interpretação se associa àquela de Denise Van Dam e Jean Nizet (2012), quando propõem uma tipologia correspondendo a uma justiça ecológica. Em sua concepção, os autores sugerem que essa justiça ecológica requer, para alcançar reconhecimento e legitimidade, respeito à biodiversidade, desejo de vida simples e sustentação de um desenvolvimento em sintonia com as necessidades das gerações futuras.

Conclusões

Nosso trabalho procura evidenciar os princípios de justiça que são mobilizados para justificar a implantação de assentamento, considerando a pluralidade de concepções de mundo justo tal como propõe a sociologia das justificativas. Em primeiro lugar aqui, vale a pena realçar que as famílias assentadas procuram justificar a alternativa agrícola de desenvolvimento local a partir de uma combinação de princípios de justiça doméstica, industrial e cívica. A justiça industrial é, sobretudo, perceptível em situações de conflito agudo, o que favorece, em nossa sociedade contemporânea, a aceitação de argumentos em favor do assentamento como lugar de produção agrícola eficaz. As justificativas se apoiam em princípios domésticos quando é lembrado que essa produção

se destina ao provimento em alimentos da população local.

Os princípios domésticos de justiça são mais evidentes nas justificativas associadas às explicações em torno do engajamento na luta pela terra. Trata-se de assegurar oportunidades para a família em ambiente saudável e seguro. De outra parte, a defesa do assentamento como modelo alternativo de desenvolvimento territorial (diante daquele da monocultura da cana-de-açúcar) permite evidenciar a mobilização de princípios de uma justiça cívica.

Enfim, nosso trabalho assinala a pertinência da hipótese de emergência de um mundo de justiça ecológica. Tal fenômeno permite pensar em mudanças profundas de referências aceitas como legítimas, notadamente nas disputas em torno de problemas agroalimentares. De fato, argumentos ancorados numa ordem identificável como de justiça ecológica são frequentemente mobilizados pelos assentados, mas estão certamente longe de assegurar ganho de causa nos conflitos do domínio agroalimentar, notadamente aqueles em torno do acesso à terra.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

ALY JR. Osvaldo. Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e os desafios na construção de novas políticas de assentamento, **Retratos de Assentamento**, v. 14, nº 2, 2011, pp. 283-303.

BERTAUX, Daniel. **Les récits de vie**. Paris: Nathan, 1997.

BOLTANSKI, Luc. **L'amour et la justice comme compétences**. Paris: Gallimard, 1990.

BOLTANSKI, Luc. **De la critique**. Paris: Gallimard, 2009.

BOLTANSKI, Luc; DARRÉ, Yann; SCHILTZ, Marie-Ange. La dénonciation. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 51, 1984, p. 3-40.

BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. **De la justification**. Paris: Gallimard, 1991.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Controle social na venda direta ao consumidor de produtos**. Brasília: ACS/MAPA, 2008.

BRESSON, Maryse. **Sociologie de la précarité**. Paris: Armand Colin, 2010.

CAZELLA, Ademir; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

DARROT, Catherine; DURANT, Guy. Référentiel central des circuits courts de proximité: mise en évidence et statut pour l'action. In: TRAVERSAC, Jean-Baptiste. **Circuits courts: contribution au développement régional**. Dijon: Educagri Éditions, 2010.

GOLDFARB, Yamila. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. **Agrária**, São Paulo: FFLCH/USP, n. 5, p. 109-138, 2006.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; OLIVEIRA, Leandro J.; NEMOTO, Eliane; ANTIER, Clémentine. Condições de trabalho e planos de reconstrução de vida: o caso do assentamento Milton Santos em Americana/SP. Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: Controvérsias e Alternativas de Desenvolvimento, Araraquara: 2010, Uniara. In: **Anais...**, Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, 2010.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; LUCAS, Ademir de; GASPARI, Luciane Cristine de. "Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, v. 17 nº 01, 2014, pp. 161-178.

RETIERE, Morgane. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização**: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Interunidades (ESALQ-CENA) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06102014-160246/>>.

VAN DAM, Denise; NIZET, Jean. Les agriculteurs bio deviennent-ils moins bio? In: VAN DAM, Denise; STASSART, Pierre; NIZET, Jean; STREITH, Michel. **Agroécologie: entre pratiques et sciences sociales**. Dijon (FRA): Educagri, 2012.

ENTRE O LEGAL E O REAL: ASSENTAMENTOS RURAIS DO TIPO PDS NA MACRORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

*Thainara Granero de Melo*¹
*Rosemeire Aparecida Scopinho*²
*José Cláudio Gonçalves*³

Resumo: A Agroecologia e a cooperação são as matrizes organizativas que condicionam a realização dos projetos de assentamentos rurais na modalidade PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável). Se a questão ambiental foi o fiel da balança para a implantação de projetos de reforma agrária diferenciados na Macrorregião de Ribeirão Preto-SP e se há um conjunto de elementos que não garante as condições mínimas para a sua realização, que reflexões podemos fazer sobre o processo de implantação da política de assentamentos rurais do tipo PDS nesta região? Que trajetórias percorrem os trabalhadores ao procurarem atender tanto as exigências formais do projeto de assentamento quanto as suas necessidades de sobrevivência? Entendendo assentamentos rurais como espaços sociais e com base em pesquisas empíricas, o artigo apresenta uma reflexão sobre o processo organizativos de quatro PDSs implantados na referida região. Trata da relação dos assentados com os mecanismos institucionais para a implantação do projeto de assentamento e das condições técnicas e sociais de realização da Agroecologia e da cooperação, cujos principais obstáculos tanto se encontram na forma de realização da política de assentamentos rurais quanto na experiência e nas expectativas dos trabalhadores.

Palavras-Chave: Assentamento Rural; Projeto de Desenvolvimento Sustentável; Cooperação; Agroecologia.

¹ *Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). thainaragm@gmail.com*

² *Professora Associada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. scopinho@ufscar.br*

³ *Doutor em Sociologia, Núcleo de Estudos Trabalho Sociedade e Comunidade da UFSCar. ze_goncalves44@yahoo.com.br*

Abstract: Agroecology and cooperation are the organizational bases to rural settlement's projects execution of the type PDS (Sustainable Development Project). If the environmental issue was the balance to implement the rural settlement projects located in the Ribeirão Preto macro-region, and they have elements combined that don't ensure the minimum conditions to their realization, what kind of reflections can we make about the rural settlement policies? What paths do the workers follow to provide such the formal obligations, as their basic needs? This article presents a reflection about the organizational process of four PDS implemented in this region, by empirical research and understanding the rural settlements like social spaces. It's about the relationship between the settlers and the institutional forms created for rural settlements implementation, and the technical and social conditions to realize Agroecology and cooperation. The main obstacles for their accomplishment are both the way of manage the rural settlement policy and the workers' experience and expectative.

Keywords: Rural Settlement; Sustainable Development Project; Cooperation; Agroecology.

Introdução

Nas últimas décadas a produção agropecuária brasileira incorporou um conjunto de inovações tecnológicas e organizacionais e com elas as consequências socioambientais do nosso tempo, tornando as condições de sobrevivência dos trabalhadores rurais e a conservação ambiental objeto de preocupações. Os assentamentos de reforma agrária aparecem como espaços potenciais para combinar a reprodução social desses trabalhadores com a conservação dos recursos naturais. Na Macrorregião de Ribeirão Preto - SP⁴, uma das regiões agrícolas mais desenvolvidas do país, não é de hoje que a reforma agrária vem acontecendo em território, tradicionalmente, ocupado pelos produtores de cana-de-açúcar e, diante da busca de soluções para a crise ambiental e de geração de empregos, a organização e gestão de assentamentos rurais ambientalmente diferenciados, como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), tem sido objeto de investimento das políticas públicas e, sobretudo, campo de disputa de projetos de

⁴ Compreende as regiões Administrativas de Ribeirão Preto, Central, Franca e Barretos, localizadas no Nordeste paulista, que abarcam 93 municípios.

desenvolvimento socioeconômico.

A implantação destes assentamentos nesta região teve na questão ambiental a equalização para uma série de problemas: os impactos ambientais causados pelas monoculturas, a necessidade de conservar a qualidade das águas do Aquífero Guarani, a condição de intensa pobreza dos trabalhadores rurais e dos moradores das periferias urbanas da região. Aqui, convergiram interesses, tanto da demanda por recuperação ambiental das áreas degradadas pelo cultivo de cana quanto das famílias que projetaram na luta pela terra ter melhores condições de vida e trabalho. Do ponto de vista dos movimentos sociais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também era fundamental traçar um projeto organizativo de assentamento rural que pudesse contemplar as especificidades desses trabalhadores, migrantes em sua maioria e moradores das periferias urbanas, que articulasse a cooperação e a Agroecologia como mecanismos de reconstrução do campesinato e de enfrentamento político ao agronegócio.

Assentamentos ambientalmente diferenciados, como os do tipo PDS, constituem-se em um regime diferenciado de relação jurídica com a terra. Com o objetivo de garantir o cumprimento da função ambiental, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) definiu que, para estes assentamentos, não há titulação de domínio da terra, mas apenas um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Além disso, a adoção da Agroecologia e da cooperação como matrizes organizativas neste regime contratual aparecem como condições sine qua non para a permanência das famílias no assentamento.

Porém, as condições para realização destas diretrizes não estão devidamente garantidas sendo, inclusive, muito semelhantes nos PDSs os problemas já verificados nos assentamentos tradicionais. Assim, se a questão ambiental poderia ser o fiel da balança para um projeto de reforma agrária diferenciado nesta região, que secularmente vem acumulando um passivo social e ambiental considerável, e se há um conjunto de elementos de ordem política e econômica que não garante as condições mínimas para a sua realização, que retrato podemos construir sobre o processo de implantação da política de assentamentos rurais no caso dos PDSs localizados na Macrorregião de Ribeirão Preto? Que trajetórias percorrem os trabalhadores rurais assentados ao procurarem atender tanto as exigências formais do projeto de assentamento quanto as suas necessidades de sobrevivência?

Neste artigo, coloca-se a questão de compreender a relação que se estabelece entre os trabalhadores rurais assentados e os mecanismos instituídos para

implantação dos projetos de assentamento do tipo PDS na Macrorregião de Ribeirão Preto, especificamente as condições técnicas e sociais para a realização da Agroecologia, enquanto ciência voltada à construção de sistemas agrícolas sustentáveis, e da cooperação como forma para organizá-la. Partimos da hipótese de que essas diretrizes, socialmente desejáveis e absolutamente importantes para a reprodução da vida no planeta na contemporaneidade, encontram os seus principais obstáculos para a realização tanto na forma de implantação da atual política de assentamentos rurais quanto na experiência e nas expectativas dos trabalhadores que demandam terra.

Desde o início dos anos 2000, momento marcado pelas primeiras ocupações do MST nesta região, o Núcleo de Estudo Trabalho, Sociedade e Comunidade (Nuestra) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) tem se dedicado a estudar o processo organizativo dos PDSs nela localizados, especificamente os assentamentos Sepé Tiarajú, Mário Lago, Santa Helena e 21 de Dezembro. Entendemos os assentamentos rurais como espaços sociais, no sentido dado por Bourdieu (2001), onde a interação dos agentes é permeada não somente de consensos, mas também por conflitos e contradições, cujo processo organizativo deve levar em conta tanto as regras formais e as condições técnicas quanto o conjunto de trajetórias, experiências, memórias e singularidades presentes no cotidiano dos trabalhadores, dado que eles sejam agentes ativos e os principais protagonistas no processo de realização das diretrizes organizativas. As nossas investigações seguem a perspectiva metodológica etnográfica, acompanhando o cotidiano dos trabalhadores rurais assentados e com base em informações obtidas por meio de análise documental, da realização de observações e de entrevistas. Dialogamos com conceitos da Psicologia Social do Trabalho e da Sociologia ao tomarmos como objeto de estudo o sujeito – trabalhador rural assentado – como protagonista dos processos sociais, os seus pontos de vista, imaginários e significados atribuídos à realidade, mas, sem perdermos de vista os condicionantes históricos e estruturais.

Três elementos-chave conduzem a discussão apresentada neste artigo: a dimensão formal, que diz respeito ao formato e às regras estabelecidas para os assentamentos do tipo PDS; a dimensão produtiva, sobre como a Agroecologia tem sido ensaiada e significada pelos trabalhadores rurais assentados; e a dimensão organizativa, que trata das experiências de cooperação nestes territórios, as formas de organização do trabalho e das outras dimensões da vida cotidiana com base nesses princípios. Destacaremos aqui as características convergentes nos assentamentos estudados, a partir

das quais buscaremos construir um panorama sobre as representações e ações dos trabalhadores rurais assentados nestas três esferas da vida nos PDSs.

Sobre as disputas presentes na escolha das diretrizes e no processo organizativo dos PDSs

A incipiente reforma agrária que vem sendo realizada na Macrorregião de Ribeirão Preto é uma das expressões de um movimento de resistência que brotou em meio às greves e reivindicações do movimento sindical dos assalariados rurais dos setores canavieiros e citrícola pela melhoria das condições de vida e trabalho, principalmente a partir dos anos oitenta (FERRANTE, 1991).

No final dos anos noventa, o MST expandiu a sua base de luta neste território, impulsionado pela força política conquistada nacional e internacionalmente desde meados dos anos oitenta, e rearticulou um conjunto de forças sociais em prol da reforma agrária. A chegada do MST deu-se no contexto de uma acentuada crise de emprego nos setores hegemônicos da economia regional, especialmente o canavieiro que elevou, substancialmente, o índice de mecanização das lavouras motivado, por um lado, pelas conquistas de direitos sociais dos assalariados rurais e, por outro, pela redução dos subsídios estatais na era da desregulamentação da economia, entre outros motivos.

Neste momento, ao pensar as diretrizes para o processo organizativo dos assentamentos rurais, o MST partia da ideia de que a luta social pela reforma agrária é também uma luta pela preservação de direitos sociais e da natureza, que não se limita a orientar as práticas dos trabalhadores para a transição agroecológica, mas procura reelaborar as suas identidades sociais com base em valores coletivistas e conservacionistas. A cooperação, como forma de organizar e fortalecer econômica e politicamente os trabalhadores, e a Agroecologia, como forma de desenvolver um sistema agrícola produtivo não predatório, organizam as estratégias de resistência política e cultural ao modelo de desenvolvimento rural vigente. Desenvolvimento rural é definido como um processo que inclui os trabalhadores na negociação permanente sobre as condições de vida no campo; o assentamento não é só um lugar para produzir valores econômicos, mas é também um espaço de convivência e de troca de saberes. Neste ideário, uma visão idealizada e utópica de comunidade coexiste com a avaliação que a tarefa não é simples e passível de execução imediata, que seria necessário o esforço conjunto

de várias gerações para obter não somente uma conversão tecnológica, mas construir uma concepção de agricultura que combine a conservação ambiental e a segurança alimentar com as habilidades profissionais e as características socioculturais dos trabalhadores, porque preservar o meio ambiente é condição fundamental para a sobrevivência no campo.

No estado de São Paulo, esta concepção de reforma agrária e de desenvolvimento rural do MST traduziu-se num projeto organizativo particular, denominado Comuna da Terra. Neste estado, como os demandantes de terra, geralmente, eram os desempregados do campo e da cidade e as áreas passíveis de reforma agrária eram pequenas e próximas dos grandes centros urbanos, a proposta das Comunas visava promover a recampezinação dos desempregados ao gerar possibilidade de gerar trabalho e renda combinando as atividades da pequena agropecuária voltadas para o abastecimento interno e o mercado popular com a oferta de serviços diversos, não necessariamente agrícolas. A ideia era a de fundamentar as práticas sociais nos princípios conservacionistas e associativos, romper com a dicotomia campo-cidade e superar os estereótipos que identificam o trabalhador do campo com a ignorância e o arcaísmo.

Acompanhando este debate e as consequências socioambientais do processo de desenvolvimento no campo, a partir dos anos 2000, técnicos do governo brasileiro e representantes dos movimentos campestres passaram a considerar os assentamentos rurais de reforma agrária como espaços importantes para a implantação de projetos de conservação e recomposição dos recursos naturais. À vista desta perspectiva, o Incra criou novas modalidades de assentamentos rurais, entre as quais, o Projeto Agroextrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Os critérios utilizados para implantação desses assentamentos também estão ancorados no conceito de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, tais projetos devem considerar, além dos aspectos econômicos, os fatores sociais e ambientais. As diretrizes estabelecidas para a criação do PDS como modalidade de assentamento rural foram definidas no final da década de 1990, a partir de discussões realizadas entre técnicos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), do Centro Nacional de Populações Tradicionais e do Incra. Estas discussões foram motivadas pela luta da missionária americana Doroty Mae Stang na Amazônia, que idealizou e defendeu este tipo de assentamento rural para conciliar a demanda das populações tradicionais por terra com a preservação da floresta.

Segundo normas estabelecidas pelo Incra, o objetivo principal de um PDS é conciliar o assentamento de populações tradicionais e pequenos agricultores em áreas de interesse ambiental, com a promoção do Desenvolvimento Sustentável. Para atingir este objetivo, alguns elementos devem ser considerados no processo de implantação, a saber: interesse social e ecológico, extrativismo, agricultura familiar, baixo impacto ambiental, aptidão da área, entre outros, que se concretizam nos projetos com a adoção da Agroecologia⁵ e do associativismo como condição *si ne qua non* para a concessão do direito de uso da terra (BRASIL, 2000).

É importante esclarecer que, quando um assentamento é criado, as famílias firmam com o Incra um Contrato de Concessão de Uso (CCU) provisório, com duração determinada por este órgão, que não transfere a elas a posse da terra e têm validade até que todas as etapas de implantação do assentamento sejam realizadas e o coloque em fase de consolidação. A consolidação é reconhecida pela celebração do Título de Domínio (TD) para a transferência individual do imóvel à família, em caráter definitivo. Este processo é diferenciado no caso dos assentamentos ambientalmente diferenciados (PDS, PAE e PAF), segundo a Instrução Normativa do Incra n. 30/2006 (BRASIL, 2016a), que criou instrumentos específicos e mais adequados às particularidades do processo de titulação titulatário desses assentamentos. A referida Instrução prevê os mesmos procedimentos definidos para a criação dos projetos tradicionais, exceto a concessão do Título de Domínio aos beneficiários na etapa de consolidação, que é substituída pelo Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da área (CCDRU). A celebração do CCDRU também prevê que a responsabilidade da gestão do território dos assentamentos ambientalmente diferenciados seja compartilhada com o órgão responsável pela política ambiental da região.

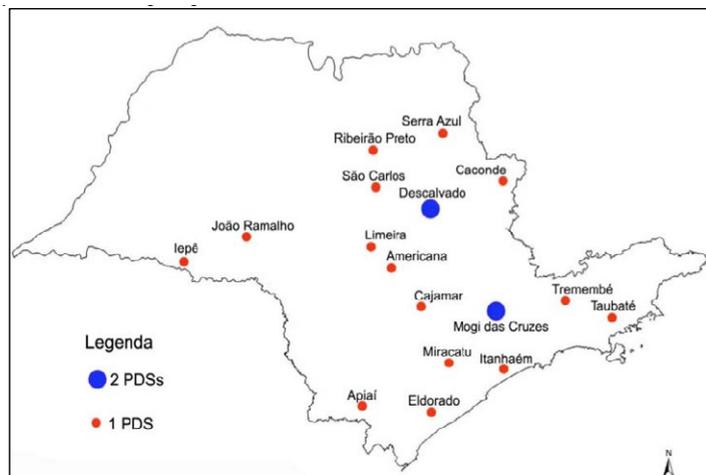
De acordo com dados disponíveis no Sistema de Informação sobre Projetos de Reforma Agrária (Sipra), em 2015, havia no Brasil 129 assentamentos rurais do tipo PDS (BRASIL, 2016b). Do total, 19 estavam localizados no estado de São Paulo sendo que o primeiro deles foi o Assentamento Sepé Tiaraju implantado, oficialmente, em 2006, localizado na Região Administrativa de Ribeirão Preto, que é considerada o coração do agronegócio canavieiro do país.

⁵ Segundo Caporal e Costabeber (2004), a Agroecologia não deve ser entendida como uma nova prática de produção agropecuária, mas sim, como uma área do conhecimento humano que estabelece bases científicas para a construção de modelos sustentáveis de produção agropecuária e desenvolvimento rural. No entanto, o sentido mais recorrente e utilizado neste artigo é o de que a Agroecologia é um sistema de produção que utiliza insumos naturais e uma base técnica não predatória dos recursos naturais e do trabalho humano.

Quando o INCRA iniciou o processo de assentamento das famílias do Sepé Tiaraju, que estavam acampadas desde meados do ano 2000 na antiga Fazenda Santa Clara sob a coordenação do MST, houve divergências entre os técnicos a respeito da viabilidade do projeto, por se tratar de uma região cujo valor imobiliário é elevado, o mercado agropecuário é competitivo e é grande o passivo socioambiental para recuperação das áreas. Para a criação do Assentamento Sepé Tiaraju, um acordo foi possível em torno da opção pelo PDS como modalidade de projeto. As condições essenciais negociadas entre o Incra e o MST foram: a concessão do título de posse (não de propriedade) da terra, para evitar a venda e o arrendamento; o desenvolvimento da produção cooperada e agroecológica para recuperar as áreas degradadas pela monocultura da cana de açúcar; a criação de entidade coletiva para receber os recursos financeiros e realizar a prestação de contas com o Estado e a formação de um comitê gestor do assentamento. Essas condições não eram muito diferentes do que já vinha sendo proposto pelo MST, desde a década de oitenta (ANCA, 2002), mais especificamente a proposta da Comuna da Terra.

O fato é que o Sepé Tiaraju foi o primeiro PDS implantado na Macrorregião e teve na questão ambiental um ponto de convergência entre os negociadores. Apesar de representar uma adaptação de um modelo sugerido especialmente para a Amazônia, a partir de então, outros PDSs foram criados nesta região, como mostra a Figura 1, para oficializar ocupações organizadas pelo MST e outros movimentos sociais.

Figura 1 – Municípios paulistas com assentamentos rurais na modalidade PDS



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2015).

Das pesquisas realizadas nos PDSs da região, encontramos características muito semelhantes entre os casos estudados. Sobre o perfil das famílias, Scopinho (2012; 2013) identificou que, no Sepé Tiaraju e no Mário Lago, se trata de trabalhadores migrantes que, entre os anos de 1970 e 1990, vieram, geralmente, da região Nordeste para trabalhar, temporariamente, nas agroindústrias de cana ou laranja, de modo informal e precário. Além das condições materiais de existência, eles perderam as referências culturais e de identidade social e aderiram à reforma agrária, motivados pela expectativa de encontrar um lugar para satisfazer as crônicas necessidades materiais e reconstruir vínculos sociais perdidos no percurso da exclusão. No Sepé Tiaraju, reconstruir o histórico destas trajetórias foi determinante para o processo organizativo e para enfrentar a dificuldade de realização dos princípios da cooperação. Muitos, mesmo depois de assentados, ainda trabalhavam conforme a lógica do trabalho heterogerido, assim como também encontravam obstáculos para superar as relações pessoais de desconfiança, em função das sucessivas frustrações vividas tanto na fase de acampamento quanto no assentamento (SCOPINHO, 2012).

Vasquez (2009) verificou que esta relação conflituosa também tinha suas origens no relacionamento dos assentados com o MST. O compartilhamento de valores e significados entre as famílias e o Movimento no período de acampamento deu lugar, no assentamento, ao rompimento de vínculos e a adaptação dos sujeitos ao mundo administrado. Segundo Severi (2010), os assentados compreendiam que as conquistas vividas estavam diretamente ligadas à participação no MST, o que permitiu reconhecerem-se como sujeitos de direitos e cidadãos. Mesmo com tais mudanças, as subjetividades constituíam-se em um jogo complexo em que resistência e submissão estavam intimamente imbricadas nesta relação, ameaçando a cidadania conquistada.

Para Borelli Filho (2014), os PDSs contribuíram para consolidar os territórios camponeses ao evidenciar as relações sociais em que a mercadoria e o valor de troca não ocupam centralidade nas formas de vida, uma vez que instituem um modelo diferenciado de titulação do assentamento. Entretanto, o desenvolvimento das famílias e de sua reprodução social é comprometido pelo modo populista com o qual o Incra desenvolve a política de assentamento nestes territórios. Neste mesmo sentido, Ramos Filho (2013) analisou que as políticas agroecológicas no PDS fazem emergir as memórias camponesas e mostram o potencial de recampezação das famílias. Mas, este êxito depende da participação ativa das famílias, dos

movimentos sociais e do apoio do Estado e, por isto, trata-se de um processo muito mais político do que técnico.

Para Lavratti (2014), a ausência do Estado na promoção das condições para a realização do PDS pode ser vista, no entanto, como um elemento importante para favorecer um modo próprio de organização das famílias. No caso analisado por Maia (2013), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ao exigir a criação de cooperativas e associações para ser acessado, dinamizou o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas das famílias. No entanto, em oposição, o caso analisado por Melo (2015) mostrou que esta condicionalidade foi determinante para alimentar um ciclo vicioso entre a dependência das organizações do assentamento ao PAA, a falta de participação real dos assentados e a concentração de trabalho nas lideranças, atuando como um elemento que ampliou a fragilidade das relações entre os diferentes grupos. A partir deste conjunto de constrangimentos, Gonçalves (2015) argumentou que os princípios da eficiência econômica, de justiça social e de prudência ecológica, não eram contemplados nos PDSs e permaneciam, apenas, como uma retórica socioambiental ao serem confrontados com a realidade cotidiana.

Deste balanço dos estudos podemos observar que são muitos os desafios enfrentados nos PDSs, especialmente no que diz respeito às incongruências do modo de realizar a política de reforma agrária. Ainda que o seu regime jurídico diferenciado e a sua matriz organizativa sejam proposições importantes para o resgate de sentidos comunitários de reciprocidade e de reconciliação da agricultura com o meio ambiente, os estudos nos permitem supor que as especificidades organizativas dos PDSs são diluídas em meio aos mesmos problemas estruturais já identificados pela literatura que trata dos assentamentos rurais do país.

O Instituto de Pesquisas em Economia Aplicada - Ipea (BRASIL, 2013) reconheceu que o modelo PDS, tal como foi definido pelo Incra para as áreas de extrativismo da região Norte do país, só seria viabilizado em São Paulo se, antes, os assentamentos passassem por um longo tempo de investimentos e concentração de esforços para recuperação dos solos degradados pela monocultura. O Instituto também elencou quais foram as ações, por parte do Estado, para viabilizar e facilitar a implantação dos PDSs nas regiões de monocultura da cana-de-açúcar. O PDS prescindiu da concessão do licenciamento ambiental, por exemplo, para que não se convertesse em mais um obstáculo para as famílias, dado o contexto político já muito desfavorável para a reforma agrária. O processo de liberação dos créditos para instalação

e de fomento da produção também foram aplicados com maior rapidez, segundo o órgão, e desencadeou outras ações de infraestrutura, como a construção de moradias, impulsionando o acesso dos sujeitos aos direitos sociais básicos e à cidadania.

No entanto, o IPEA também reconheceu alguns limites, especialmente a priorização da política de créditos em detrimento de outras ações para a garantia de direitos básicos aos assentados. Segundo o Ipea (BRASIL, 2013), a política de créditos não só é insuficiente para dar conta de todo o processo de estruturação das famílias porque, tal como foram concebidas e aplicadas, eles acabaram por substituir direitos, ou como descrevem: “(...) subordinar a prestação de serviços por parte do Estado a uma contrapartida onerosa com a qual a família é obrigada a arcar” (p. 20). Este “longo tempo de investimentos e de esforços” não se desenrolou enquanto um processo contínuo de implantação das políticas públicas para que as especificidades do PDS fossem valorizadas como modelo organizativo de assentamentos rurais, uma vez que o Estado priorizou o fornecimento de créditos em detrimento dos investimentos em dispositivos básicos para as comunidades. Ou seja, as famílias pagaram pelo que deveriam ter recebido como direito.

Se o desenvolvimento do projeto de assentamento encontra seus limites na burocracia, na insuficiência de recursos financeiros e na dificuldade para conciliar os diferentes interesses dos trabalhadores, ele também contribui, lentamente, para o processo de reelaboração e de recriação de estratégias de reprodução da vida. Entre sentidos contraditórios e práticas possíveis, o problema é que a vivência dos princípios da Agroecologia e da cooperação ocorre na provisoriamente de assentamentos cujo projeto permanece, em grande parte, no papel. Na sequência, analisaremos quais os caminhos percorridos pelos assentados dos PDSs estudados e como estes sujeitos reagem (ou não) aos entraves existentes no processo organizativos desta modalidade de assentamento na Macrorregião de Ribeirão Preto.

A dimensão formal

Nos assentamentos do tipo PDS, a Norma de Execução 96/2010 (BRASIL, 2016c) estabelece que a celebração do contrato de concessão deve acontecer entre o Estado e uma entidade coletiva (cooperativa ou associação) eleita pelos assentados para representá-los, que deverá gerir os acordos firmados no CCDRU e que tenha parecer favorável do Incra. A

natureza desta relação jurídica impede que haja o parcelamento das áreas do assentamento, como ocorre nos projetos de assentamento tradicionais. Ao invés disso, elabora-se um plano de gestão coletiva de uso que, assim como a organização das áreas de produção e de moradia, também é de responsabilidade de uma organização eleita pelos assentados.

No Sepé Tiaraju, o acordo formalizado no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) previa uma série de compromissos firmados entre o Incra e os assentados. Este foi o primeiro instrumento que estabeleceu as responsabilidades das partes e definiu a organização com a qual o Incra deveria celebrar o CCDRU. Outras responsabilidades referiram-se a implantação de estradas, sistema de abastecimento de água potável, energia elétrica, tratamento de esgoto e rede de telefones públicos. Por parte dos assentados, além de cumprir a regra de produção agroecológica, os seus compromissos eram promover a recomposição das áreas de Reserva Legal, seguir as normas de conservação do solo e implantar programas de formação para o trabalho coletivo.

Os assentados tinham uma expectativa de que o PDS teria prioridade para receber recursos financeiros em relação aos demais tipos de projeto de assentamento tradicional, uma vez que a urgência pela recuperação ambiental da área e a novidade da proposta de um assentamento deste tipo em uma região como a de Ribeirão Preto exigia uma maior dedicação por parte dos agentes públicos. Mas, as expectativas com as possíveis vantagens que um assentamento do tipo PDS representava converteram-se em frustração. O acesso facilitado aos recursos de infraestrutura e o fornecimento de assistência técnica especializada ficaram na promessa, segundo os assentados. Até mesmo o contrato de concessão de uso que estava previsto no TAC para ser celebrado pelo Incra não aconteceu e as famílias não possuíam qualquer documento que atestasse a titulação coletiva da terra. Isto tanto dificultava o acesso às linhas de crédito que exigiam esta documentação, quanto também alimentava o sentimento de insegurança pela indefinição da situação jurídica do assentamento.

O TAC passou a ser considerado pelos assentados um instrumento sem utilidade diante dos poucos compromissos concretizados por parte do Incra. Acreditavam que os dispositivos legais eram aplicados com rigor em relação aos seus deveres, como no caso das regras de produção agroecológica. O que, por outro lado, dificilmente ocorria em relação ao cumprimento das responsabilidades do Estado como, por exemplo, fornecer condições de infraestrutura para o abastecimento de água potável. Em decorrência disso,

muitas famílias optaram por aplicar os primeiros créditos acessados para o fomento da produção em obras de melhoria em infraestrutura. Houve casos em que a canalização da água das nascentes existentes no assentamento foi construída de modo improvisado e viabilizada pelas próprias famílias, com material que tornava a água imprópria para o consumo humano.

A opção pelas políticas de crédito como o carro chefe da política de reforma agrária, mesmo para o caso dos PDSs, foi um problema apontado pelo relatório do Ipea (BRASIL, 2013) e muito evidente nos casos estudados. Esta dinâmica de aplicação dos recursos gerou um impasse, pois não só há a dificuldade dos assentados para obter outras linhas de crédito, como também há o temor de acessá-las e aumentar o endividamento. A insuficiência de recursos para implantar a infraestrutura dos assentamentos impôs limites para que as famílias conseguissem satisfazer suas necessidades básicas e enfrentar o desafio técnico e cultural de trabalhar conforme as diretrizes da Agroecologia e do associativismo.

O MST avaliou o TAC como um instrumento que contribuiu para o processo de formação e de cobrança do cumprimento dos deveres das famílias. Por outro lado, também reconhecia que não havia perspectiva de que as responsabilidades firmadas neste instrumento fossem plenamente cumpridas pelo INCRA:

[...] houve alguns processos da gente notificar e não ter um retorno, de situação de não cumprimento do tempo. Eu acredito que a gente precisaria dar uma retomada nesse diálogo [com o Ministério Público]. Eu acho que deu uma esfriada, mas nós aqui do MST estamos seguindo o TAC ainda [...] estamos sendo rigorosos (Relato de representante do MST).

O processo de escolha da modalidade de PDS para os assentamentos estudados também sinalizava as assimetrias de poderes e a falta de diálogo existente nos processos de organização de assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil. Indagados sobre a participação nas discussões sobre a escolha do PDS como modalidade de projeto, alguns assentados revelaram desconhecer as suas diretrizes, sobretudo, naquilo que dizia respeito à titulação da terra. Apesar de terem assinado, também não estava claro qual era exatamente o teor do TAC e dos acordos nele estabelecidos. Isto também indica que não houve um amplo debate entre os assentados sobre as diferenças do PDS em relação às outras modalidades de assentamento rural utilizadas pelo Incra.

A dimensão produtiva

Se sobravam críticas das famílias quanto à fragilidade do TAC, elas também estendiam-se à ausência de condições mínimas para que a Agroecologia pudesse ser adotada como matriz produtiva. A regra de proibição de utilização de produtos químicos, o uso racionalizado da água, a dificuldade de recuperar o solo e a falta de uma assistência técnica adequada e constante compunham um conjunto de dificuldades, o qual os assentados não se sentiam em condições de enfrentar adequadamente.

O desânimo provocado pelos problemas também dificultava o processo de transição da agricultura tradicional para sistemas alternativos Agroecológicos. Os assentados possuíam certa experiência para trabalhar com agricultura tradicional, mas não com a agricultura agroecológica, o que era fonte de conflitos porque o TAC impunha as regras de produção, mas não as condições que o Incra, responsável pelo projeto de assentamento, deveria oferecer para que eles as cumprissem. Neste sentido, a agricultura tradicional permanecia priorizada e valorizada por ser compreendida como o conhecimento herdado pela família e pela possibilidade de obter resultados mais previsíveis:

Isso eu aprendi na própria terra com meu pai lá em Minas Gerais [...] Isso ai é um conhecimento antigo que vem dos nossos bisavôs, avôs. Então, a gente puxa isso [...] Eu fiquei com meu pai até os 16 anos, mas eu aprendi muita coisa com meu pai, porque lá em Minas Gerais, naquela época, você com oito anos já tinha a sua enxadinha para você ir para o serviço (Relato de Assentado, PDS Santa Helena).

Os assentados também não entendiam exatamente onde estavam as diferenças e as semelhanças entre a Agroecologia e a agricultura tradicional. Agroecologia era algo vindo de fora, deles, e tanto era sinônimo de plantio de árvore, reflorestamento, quanto era uma prática agrícola que não se realizava sem orientação técnica e investimento adequado, como revelou um dos entrevistados:

Eles querem tudo orgânico. E se não tem ninguém para dar orientação? Como essa lavoura vai? Se quer lavoura orgânica no lugar tem que ter o técnico para orientar. Se não tem essa pessoa? Como a senhora vai conseguir produzir numa terra se não tem orientação do jeito que eles querem. Se falar assim: ‘vai trabalhar do seu jeito’... Minha filha, as minhas coisas eram outras. Se disser: ‘planta do seu jeito’ eu garanto que as minhas coisas estavam diferentes (Relato de assentado, PDS Sepé Tiaraju, grifos nossos).

No cotidiano, a Agroecologia adquiria um caráter de experimentação, ensaiada por intuição e pela combinação dos conhecimentos tradicionais com as experiências de tentativa e erro. Se, muitas vezes, nas orientações e cursos sobre Agroecologia as famílias pareciam concordar e compreender as regras, na prática, elas desconfiavam das orientações e tensionavam o processo forjando um jeito próprio de organizar a produção.

O MST também se preocupava com a dificuldade que tinha para concorrer com a concepção de Agroecologia própria das famílias e dos responsáveis pela oferta da assistência técnica, segundo relatou um de seus representantes. Na sua opinião, grande parte dos problemas que os assentados enfrentavam na produção agroecológica devia-se ao modo como o serviço de assistência técnica, contratado pelo Incra, participava do processo. Atribuía isto mais a uma tensão entre as concepções de Agroecologia defendida pelo MST e aquela defendida pelos técnicos, do que à falta de conhecimento que colaborava para a reprodução da agricultura tradicional. Para minimizar este problema, a solução encontrada pelo Movimento tem sido usar do conhecimento de técnicos formados dentro do próprio assentamento.

Os assentados afirmavam que as orientações técnicas eram insuficientes para lidar até mesmo com problemas corriqueiros da produção agrícola. Devido à novidade e à amplitude do conhecimento agroecológico, a imprevisibilidade e a diversidade dos problemas dificultavam resolver até mesmo os mais comuns, como a presença de pragas na lavoura. Para os assentados, a inadequação do serviço de assistência técnica, juntamente com a falta de insumos adequados, promoveram perdas significativas da produção durante muitos anos.

Do ponto de vista do representante da empresa de assistência técnica contratada pelo Incra, os maiores problemas para a realização da produção agroecológica decorriam da falta de uma infraestrutura de irrigação.

O modelo de PDS é fantástico. Mas como eles vão viver sem água? Então são incoerências que eu enxergo. Se ele não tem água, ele vai ser obrigado a pegar muitas vezes sem outorga, sem estar cumprindo certinho, ou então fazer uma perfuração... “Ah, mas por que ele não se regularizou em relação a perfuração?” Por que quando ele foi buscar informação lá no DAEE, viraram as costas para ele. E se ele lutou até hoje para ele estar lá, como ele vai desistir de uma hora para outra por alguém que virou as costas para ele, sendo que ele enfrenta um monte de desafios e nunca virou as costas aos desafios? (Relato do representante do serviço de assistência técnica).

O entrevistado referia-se a uma das regras previstas no TAC para os PDSs, sobre a proteção do lençol freático, e por isto o Incra não autorizava a perfuração de poços artesianos, o que dificultava e, em certos casos, até inviabilizava a irrigação das lavouras. Para ele, esta incoerência, somadas ao descaso do poder público, era um dos motivos pelos quais não se podia cobrar dos assentados que cumprissem os acordos firmados no TAC.

Sobre as demandas de orientações técnicas, o representante destacou que elas partiam das famílias sob a forma de solicitação por melhorias de infraestrutura, viabilização de créditos e alternativas em relação à produção, mas não foi mencionada a especificidade da Agroecologia como prestação de serviço. Já as famílias queixavam-se de que o trabalho da assistência técnica restringia-se a questões burocráticas, como a realização de relatórios, protocolos de comercialização e prestações de contas ao INCRA. As orientações técnicas relativas à Agroecologia ficavam em segundo plano. Um assentado opinou que seria preciso estabelecer uma relação mais assertiva e propositiva com os técnicos “(...) assistência não é problema, eu vou atrás e pergunto. Tem muitos que querem que o técnico adivinha mas, ele não adivinha (Relato de assentado, PDS Sepé Tiaraju)”.

A comercialização dos produtos era outro obstáculo enfrentado pelos assentados. Muitos produtos entregues nos bancos de alimento eram devolvidos, pois o aspecto visual não agradava os responsáveis pela recepção deles. Apesar de existirem leis e incentivos à produção agroecológica, na prática, os produtos bem aceitos eram aqueles que, esteticamente, estavam em conformidade com os padrões da agricultura convencional. Na venda direta, os assentados também lidavam com esta resistência dos consumidores.

A proibição de usar insumos químicos na produção algumas vezes era burlada, especialmente por conta dos altos custos envolvidos na aquisição dos insumos orgânicos e da falta de conhecimento técnico.

(...) é proibido usar veneno, tipo Rand Up, nenhum. Aqui, se chegar um besouro e você tem que dizer: meu Deus me protege! E Deus manda uma chuva para lavar tudo. Existe aquela praga e é por isso que usa veneno. Muitos usam venenos porque as pragas são tantas, mas aqui onde estamos não pode. Teve um tempo que vinha um negócio que roia o milho, mas o pai divino é bom, não é? Ai levou tudo. (...) eles [os técnicos] andam explicando: o tipo de bicho, as qualidades dos bichos, das coisas. Usa agroecologia, vai fazer o que? Conheci aqui tudo aqui é agro ... Vai fazer o que? Não pode [usar produtos químicos] ... É muito difícil manter a roça sem ter uma quimicazinha no meio (Relato de assentada, PDS Sepé Tiaraju).

Alguns assentados consideravam que era muito difícil produzir neste Sistema, especialmente por conta dos altos custos envolvidos na compra dos insumos orgânicos, conforme salientaram os assentados:

O orgânico é muita coisa comprada, vai farelo de trigo, farelo de arroz, e não sei mais o que, tudo comprado na casa agropecuária (Relato de assentada, PDS 21 de Dezembro).

A turma fala em orgânico, mas o orgânico fica mais caro hoje, tem defensivo orgânico que é três vezes mais caro, bem mais caro (Relato de assentado, PDS 21 de Dezembro).

A pulverização aérea dos canaviais que cercam os PDSs também comprometia a manutenção da produção sem a utilização de agroquímicos. Fora isto, a questão ambiental pouco avançou em termos de recuperação das áreas de preservação e de reserva legal. Os assentados reclamavam da falta de fiscalização dos órgãos públicos sobre os constantes incêndios que destruíram as áreas de reservas legal e as de proteção permanente existentes dentro dos assentamentos.

Apesar de haver muitos problemas, os assentados reconheciam as vantagens da Agroecologia. A recuperação gradativa da terra, o retorno dos animais silvestres e a qualidade dos alimentos eram alguns dos ganhos destacados. Para um dos entrevistados, havia também um forte sentido de reconhecimento social proporcionado pela mudança de concepção de agricultura:

A gente não tinha uma orientação técnica nesse sentido, do como fazer... então, na época que peguei o lote, eu fiz um monte de besteira, meti o trator, gradei toda a terra, plantei milho, fiz monocultura. E aí fui aprendendo, eu tinha outra concepção de Agroecologia. Hoje, assim... Eu já tenho uma experiência bacana, o lote aqui é bastante visitado, da experiência um pouco que a gente tem. E tenho buscado cada vez mais uma qualificação nesse sentido (Relato de assentado, PDS Mário Lago).

Outros opinavam que era justamente pela questão ambiental que o PDS poderia dar mais garantias de permanência das famílias nos assentamentos, pois ao prever a posse da terra, evitaria que a área fosse reincorporada pelos produtores de cana-de-açúcar, por exemplo, por meio dos contratos de arrendamento de terras. Mas, para tornar a Agroecologia um sistema produtivo possível era necessário, antes, que a segurança da posse se tornasse realidade.

A dimensão organizativa

Do ponto de vista dos movimentos sociais, especialmente o MST, ao lado da Agroecologia, a cooperação compõe um projeto de construção de condições de trabalho mais autônomas e que permite o resgate dos vínculos sociais das famílias, fragmentadas pela migração e pelas trajetórias de trabalho precário. Já no formato institucional, além da regra de uso coletivo da terra preconizada pelo PDS, o associativismo acompanha uma tendência da política pública de reforma agrária e da agricultura familiar, para condicionar o acesso aos programas de créditos e de comercialização, como forma de otimizar o repasse de recursos e garantir a prestação de contas. Esta diferença substantiva nas representações sobre cooperação, o confronto delas com a reprodução das tradicionais práticas organizativas, tanto dos técnicos quanto dos militantes do MST, e ainda com as experiências cooperativistas nem sempre bem sucedidas vivenciadas pelos trabalhadores, estão na base dos problemas enfrentados no processo organizativo dos assentamentos do tipo PDS.

Desde a criação dos PDSs na Macrorregião de Ribeirão Preto, os assentados vivenciaram diferentes formas de cooperação, desde o acesso coletivo aos primeiros créditos destinados à produção e à moradia, a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e o reflorestamento das áreas de conservação ambiental em regime de mutirão e, finalmente, a fundação de cooperativas e associações para acessar os mercados institucionais. Estas primeiras experiências deixaram marcas no modo como os assentados descreveram suas opiniões a respeito do trabalho cooperado, evidenciaram conflitos e divergências. Por outro lado, a dura experiência também foi lembrada como um importante aprendizado sobre o modo de funcionamento das instituições públicas e das relações interpessoais.

As opiniões sobre a cooperação revelavam contradições, sobre as quais os assentados se referiam como “trauma do coletivo”, bem como a “necessidade de maior união”, pois sem a cooperação, o assentamento não avançava. Tais ideias transitavam entre o significado de maior possibilidade de sobrevivência econômica e de aprendizado do trabalho solidário, como também evidenciavam as divergências existentes entre valores individualistas e coletivistas.

As formas de cooperação informais e espontâneas eram as mais diversas e reatualizavam a história dos vínculos construídos no período do acampamento. Funcionavam, especialmente, como um sistema de

assistência social próprio, que envolvia a troca e doação de alimentos e de sementes, o intercâmbio de saberes e de técnicas de manejo agroecológico até a ajuda mútua entre vizinhos e parentes nos afazeres cotidianos e no cuidado com as crianças, os doentes e os idosos. Mas, na prática e no espaço institucionalizado, havia a percepção de que as desigualdades prevaleciam assim como também as relações de poder e de subordinação, tal como as vivenciadas anteriormente ao assentamento, nas experiências de trabalho dividido e heterogerido.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo, criou uma nova dinâmica econômica e política nos PDSs. Nestes Assentamentos, houve um processo de expansão da fundação de cooperativas e organizações propulsionadas pelo Programa e estimuladas pelos técnicos do Incra. Uma parte destas organizações foram formadas por famílias que mantinham relações de afinidades, o que foi importante não só do ponto de vista relacional, mas também contava como estratégia para facilitar a chegada de recursos e descentralizar o processo de tomada de decisões. Por outro lado, a fragmentação do assentamento nestas várias organizações representava uma escala muito pequena para aproveitar as vantagens econômicas e políticas de negociação no mercado.

A necessidade de criação destas organizações para acessar o PAA também alimentou a competitividade interna, pois as organizações passaram a disputar, entre si, a adesão das famílias aos seus quadros societários. Um grande número de famílias em uma organização significava não só um volume maior e mais diversificado de produtos agrícolas que poderiam ser comercializados, como também mais recursos (financeiros e humanos) para facilitar o acesso a outros editais de financiamento destinados às organizações de agricultura familiar. As disputas acirravam-se, e as dificuldades de negociação e união entre as organizações repercutiam na construção de um projeto comum para o assentamento.

A comercialização direta não passava pelas organizações, ficando a cargo das estratégias internas de cada família. Nas diversas entrevistas realizadas, as cooperativas ou associações eram lembradas apenas como intermediadoras da comercialização com os mercados institucionais. A gestão administrativa ficava a cargo dos dirigentes que se queixavam da sobrecarga de trabalho, sobretudo da burocracia estatal que os impedia de procurar novos canais de comercialização, mas que se perpetuavam nos cargos e reproduziam a cultura associativa tradicional e típica da nossa sociedade. Apesar dos pesares, permaneciam nestas posições por assumirem novos papéis de lideranças nos

assentamentos, aproximando-se de outras esferas de reconhecimento sem que para isto precisassem da intermediação do movimento social. Esta condição foi retratada por um presidente de cooperativa:

Eu tenho abraçado mesmo, representando o povo. E corrido atrás. Então tem uma reunião, eu estou deixando as coisas para fazer e estou indo. Até o meu lote eu tenho dificuldade pra executar hoje, às vezes, precisa de pagar alguém para me ajudar. Porque eu estou deixando o meu para cuidar do coletivo, é o que todos tinham que fazer. Eu não tenho a cooperativa como um instrumento de benefício próprio. Tenho a cooperativa como uma organização que nós fundamos e que ela é para ir para frente. Eu era uma pessoa desconhecida, tá? Eu não era conhecido, nem do movimento social e nem de ninguém. Eu era um acampado do barraco como um outro qualquer (Relato de assentado, PDS Mário Lago).

Esta relação era vantajosa, segundo os assentados, pela comodidade que proporcionava, especialmente porque seus representantes operacionalizavam toda a burocracia dos programas acessados, com a qual as famílias se sentiam despreparadas para lidar. A cooperativa também representava uma estrutura para a qual os assentados poderiam recorrer, ainda que de modo incipiente, para acessar recursos de melhoria da infraestrutura. As vantagens da cooperação formal estavam relacionadas ao uso mais racional de alguns recursos, como também ao maior controle que os assentados poderiam ter sobre o tempo dedicado ao trabalho no próprio lote.

A criação de um projeto de organização que tivesse como horizonte as relações de trabalho e de poder menos assimétricas estava longe de se concretizar. O fato de grande parte dos assentados trabalharem na cidade para garantir o sustento da família ou mesmo juntar recursos para investir na produção e em infraestrutura comprometia este projeto. Enquanto os assentados permaneciam nessas diferentes atividades⁶, as organizações eram vistas como coisa alheia, apenas como intermediadoras das relações com os mercados institucionais e objeto de responsabilidade dos dirigentes. Esta forma de relacionar-se poderia ser transformada, segundo os dirigentes e as próprias famílias, por meio da agroindustrialização dos produtos. A constituição de espaços para

⁶ Scopinho (2016), considera este processo em curso do ponto de vista da reproletarização dos trabalhadores assentados, quando eles permanecem dependentes de trabalhos rurais e/ou urbanos, geralmente temporários e precários, para compor a renda familiar e garantir a sobrevivência no lote. Diante da insegurança social vivida nos assentamentos, os trabalhadores estabelecem a ida e vinda diária entre cidade e o campo, entre o trabalho e a moradia. Este é outro processo preocupante do ponto de vista da consolidação dos assentamentos, pois aponta ainda mais para as fragilidades da política de reforma agrária no país e pode ameaçar o futuro dos assentamentos rurais.

o beneficiamento da produção era projetada como a grande “virada” para as organizações, pois além de garantir novos canais de comercialização, também promoveria maior participação e ânimo das famílias:

O PAA, esses programas, dão uma comodidade. Muito bom os programas, agora, eles dão uma certa comodidade em relação a isso. Eu acredito que, a hora que a gente conseguir dar esse salto para pequenas agroindústrias, para venda direta, outros canais de comercialização, isso vai chamar mais a atenção para essa questão. Porque é muito cômodo, produzo, coloco lá, o caminhão passa... e aí, reclamar, as pessoas reclamam muito, mas não participam (Relato de assentado, PDS Mário Lago).

Com a contribuição de projetos que disputam editais para acessar recursos públicos, as organizações têm angariado avanços importantes para a construção destas estruturas e para aquisição de equipamentos. Mas, esta expectativa apontava para outro desafio: era preciso “ver para crer”. Só após ter elementos concretos de melhorias na infraestrutura do assentamento e das organizações é que os assentados se sentiriam mais seguros para investirem na produção para o beneficiamento. Ocorre que a inserção no mundo dos negócios, da maneira como intencionavam, exigia planejamento e uma dose de risco. As experiências traumáticas vividas anteriormente com as cooperativas, contribuía para essa desconfiança, ao mesmo tempo em que alimentavam certa paralisia do grupo para tomar decisões próprias, sem o intermédio de agentes externos, para planejar o futuro das agroindústrias.

E como este é um processo dinâmico, de avanços e retrocessos, outras iniciativas vão surgindo como estratégia para resgatar a organização coletiva e tentar vencer a dependência dos mercados institucionais, como a comercialização de cestas de produtos agroecológicos, produzidos coletivamente, e vendidas diretamente aos consumidores.

Considerações finais: um balanço ainda em aberto

A implantação dos assentamentos rurais no território canavieiro na região de Ribeirão Preto foi um marco da luta dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais. Sua forte carga simbólica e política representou o enfrentamento ao domínio do agronegócio sucroenergético e a busca por melhores condições de vida e trabalho. Com base em observações de campo, entrevistas e informações coletadas ao longo de nossas pesquisas, podemos afirmar que esses assentamentos vêm garantindo a reconstrução de relações

sociais e o resgate de diferentes sentidos, como o de moradia, de relação com a natureza e o de autoestima dos assentados. No entanto, estes assentamentos, mesmo sob a insígnia do PDS, ainda não transformaram, estruturalmente, as condições de degradação ambiental existente nesses territórios ou as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras assentadas.

No quadro a seguir sintetizamos as relações estabelecidas entre princípios, realidade e perspectivas dos sujeitos, de acordo com cada eixo de análise sugerido neste artigo.

Quadro 1 – Síntese comparativa entre as condições propostas para a realização do PDS, as condições reais e as perspectivas dos assentados.

	Princípios	Realidade	Assentados
Dimensão Formal	<ul style="list-style-type: none"> • Titulação de posse para assentamentos ambientalmente diferenciados • Condições de realização do PDS: Agroecologia e cooperação • Plano de uso coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Celebração do Tac para definição das responsabilidades e garantir realização das diretrizes do PDS • Falta de documento que ateste a concessão de uso para as famílias • Condições de infraestrutura não foram realizadas seguindo os acordos e prazos do Tac. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não acessam novos créditos / temor do endividamento • Créditos utilizados para investimento em infraestrutura • Sentimento de instrumentalização: Tac é rigoroso só com os assentados • Preocupação com a insegurança jurídica e com o futuro
Dimensão Produtiva (Agroecologia)	<ul style="list-style-type: none"> • Agroecologia como matriz produtiva mais adequada às necessidades de recomposição ambiental • Restrição de uso dos recursos naturais • Assistência técnica adequada • Expectativa de resgate dos vínculos das famílias com a terra / resgate da identidade camponesa • Variedade da produção e segurança alimentar 	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura incompatível • Assistência técnica restrita ao serviço administrativo • Alto custo dos insumos • Desvalorização estética dos produtos • Contaminação da produção pelos canais do entorno • Pouco avanço da recomposição das áreas • Dimensão temporal: médio e longo prazo 	<ul style="list-style-type: none"> • Divergências entre concepções: imposição; reflorestamento; resgate da natureza; qualidade dos alimentos; condição para manter as famílias na terra • Agroecologia é ensaiada conforme as intuições • Saber tradicional ainda é priorizado pelas famílias • Dificuldades de resolver problemas simples da produção • Adaptação das regras de produção
Dimensão Organizativa (Cooperação)	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de eleição de uma organização para gerir o CDRU • Forma de consolidar a coletividade e racionalizar os recursos • Espaço de convivência e reelaboração de identidades coletivistas • Horizonte de trabalho autônomo e emancipatório • Visão idílica sobre os relacionamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Trajetórias de trabalho precário / migração • Divergências no uso dos recursos coletivos • Cooperativas como obrigação para acessar recursos, créditos e mercados institucionais • Criação de várias cooperativas • Dificuldade de acessar outros mercados / dependência do PAA 	<ul style="list-style-type: none"> • Coletivo: "trauma" X "necessidade" • Cisão entre cooperação formal e cooperação informal • Cooperação informal: sistema de trocas, de assistência social • Cooperação formal: mercado institucional, comodidade, instrumentalização • Competição interna por recursos • Agroindústria: "virada" econômica e social das organizações • Cestas agroecológicas: novas estratégias

Fonte: Autores, com informações obtidas por meio de trabalho de campo.

A análise das dimensões envolvidas no processo organizativo dos assentamentos tipo PDS, sintetizada no Quadro 1, nos permite observar que existe uma série de descompassos entre as diretrizes preconizadas e a vivência cotidiana dos trabalhadores rurais assentados. Esta divergência se dá tanto pela dificuldade dos assentados de reconhecerem-se nestes processos, já que poucos participaram destas decisões, quanto decorre do modo fragmentado e desarticulado com que as políticas públicas têm chegado nestes espaços. Assim, é comum verificar nos assentamentos a reprodução de antigas práticas de trabalho que não alteram, estruturalmente, as condições de vida e de trabalho. A falta de acesso aos dispositivos básicos e a descapitalização das famílias são contidas por uma série de estratégias de sobrevivência compostas pela manutenção da pequena produção, pela reproletarização, geralmente no trabalho informal e precário, pela dependência dos programas de políticas públicas compensatórias e incertas, tais como o PAA e os de Transferência de Renda, entre outros.

Do ponto de vista legal, o CCDRU é um instrumento jurídico fundamental para conter os avanços do agronegócio para as áreas de assentamento, pois pode assegurar a permanência das famílias e garantir o cumprimento da função social da terra. Por outro lado, a falta de uma definição para a celebração deste Contrato coloca os assentados em situação de insegurança, além de comprometer a continuidade de investimentos das fases necessárias para a realização dos PDSs e a efetivação de um projeto que permita maior autonomia e a segurança real das famílias. O descompasso institucional amplia os impasses, dificulta o controle social do cumprimento das responsabilidades firmadas no TAC e amplia as dúvidas e incertezas a respeito do futuro dos assentamentos. Esta indefinição sobre o futuro deixa o assentamento em um vazio institucional, já que a maior parte das políticas e programas não contemplam as especificidades do tipo de projeto de assentamento e muitos recursos exigem a titulação da terra para serem acessados. Principalmente, os assentados sofrem com a insegurança e o temor de perderem a terra.

E se no passado a questão ambiental foi o ponto de convergência para a viabilização destes assentamentos na região, atualmente, ela sinaliza para uma série de conflitos em decorrência da falta de correspondência entre as exigências de produção e as condições técnicas e sociais para realizá-las. Esta questão indica que há necessidade de se investir em assistência técnica e num conjunto de programas de crédito compatíveis com as especificidades de um tipo de produção agrícola que conserve os recursos naturais.

Outro fator importante que deve ser considerado diz respeito à dimensão temporal envolvida nos processos de transição agroecológicos. Na região de Ribeirão Preto, a mitigação dos impactos socioambientais causados pela economia canavieira é um processo de médio e longo prazo, que diverge das demandas imediatas das famílias, da fragmentação e da desarticulação do processo de implantação das políticas públicas. Em relação ao processo organizativo, os assentados lançam mão de diferentes estratégias para suprimir as condições precárias de infraestrutura, seja recorrendo aos créditos destinados à produção, ou pelas atividades precárias realizadas na cidade como forma de complementar a renda. O PAA, embora seja um importante canal de comercialização, por outro lado, alimenta uma série de incertezas em relação à continuidade dos contratos ou aos constantes atrasos nos pagamentos. O Programa também colabora para a criação compulsória de cooperativas e associações que são rechaçadas, do ponto de vista da cooperação formal, e acabam sendo instrumentalizadas pelos sujeitos como forma de acessar recursos que só são viabilizados desta maneira. Se, de um lado, as cooperativas dão certa unidade aos assentamentos, o modo como são impostas tem favorecido a reprodução de formas de gestão que mais atuam contra do que a favor das famílias.

Em suma, a realização dos PDSs tem sido tensionada pela fragmentação das políticas públicas, cujos programas chegam aos assentamentos como forma de racionalizar e controlar os recursos disponibilizados pelo Estado, e pela indefinição dos compromissos jurídicos e institucionais com as famílias para garantir as condições de implantação e titulação da área do assentamento.

Os assentados não encontram na realidade concreta correspondência para realizar as regras estabelecidas, bem como não participam destas resoluções. Sob a custódia do Estado, reproduz-se nos PDSs, exatamente, o projeto hegemônico de sociedade que se quer negar. Sua proposta compromete-se pelo descompasso existente entre a realidade da política de reforma agrária brasileira, as ações governamentais voltadas para a implantação dos projetos de assentamento e as trajetórias e experiências das famílias. Não por acaso as vivências e relações com a Agroecologia e a cooperação revelam-se contraditórias. Forjadas em uma complexa trama de relações entre os diferentes agentes responsáveis pela realização dos PDSs – Estado, movimentos sociais e assentados – retratam o difícil equilíbrio entre os interesses e imaginários em disputa.

Referências

ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola. **O que levar em conta para a organização do assentamento**. São Paulo, Anca/Ministério do Meio Ambiente, 2002. 24p.

BORELLI FILHO, Dorival. **A monopolização territorial e a (re) construção do território camponês em projetos de assentamento de reforma agrária**. 2014. 454p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2001. 311p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS**. Brasília, outubro de 2000.

BRASIL. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo**. Brasília: IPEA, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa n. 30/2006**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/196-instrucao-normativa-n-30-24022006>>. Acesso em: 22 mar. 2016a.

_____. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/images/reforma_agraria/projetos_e_programas/relacao_beneficiarios.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016b.

_____. **Norma de Execução n. 96/2010**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/certificacao-de-imoveis-rurais/file/117-norma-de-execucao-n-96-15092010>>. Acesso em: 22 mar. 2016c.

CAPORAL, Francisco, R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA; SAF; DATER-IICA, 2004. 26p.

FERRANTE, Vera L. S. B. **A chama verde dos canaviais**: uma história de lutas dos boias-frias. 1991. 524p. Tese (Livre Docência em Sociologia), Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara, 1991.

GONÇALVES, José C. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**: retóricas e realidades em movimento. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LAVRATTI, Edivar C. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável Sepé Tiarajú**: Desafios de uma experiência de agricultura familiar na região de Ribeirão Preto. 2014. 59p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia), Universidade de Brasília, Barretos, 2014.

MAIA, Priscila O. **O PAA em um projeto de desenvolvimento sustentável**: arranjos e conflitos na produção da vida (um estudo no assentamento Sepé Tiarajú, município de Serrana e Serra Azul-SP). 2013. 127p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2013.

MELO, Thainara G. **Sentidos do trabalho e formas de participação**: o caso da Cooperares - Cooperativa de Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo, Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto-SP. 2015. 186p. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

RAMOS FILHO, Luiz O. **Reforma agraria y transición agroecológica en una zona de grandes monocultivos de caña de azúcar**: el caso del Asentamiento Sepé Tiaraju, región de Ribeirão Preto, Brasil. 2013. 381p. Tese (Doutorado em Agroecologia), Universidade de Córdoba, Córdoba, 2013.

SCOPINHO, Rosemeire A. **Trabalho precário, políticas públicas e insegurança social**: processos de subjetivação e ruralidades no nordeste paulista. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2016. (Relatório de Pesquisa, Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

_____. Serei também uma andorinha? Sobre as condições de inserção e permanência de jovens em assentamentos rurais. In: SEVERI, Fabiana C., ANDRADE JR, José R. P. de, SILVA, Ana P. S. da. (Orgs.). **O agrário e o ambiental no século XXI**: estudos e reflexões sobre a reforma agrária. Curitiba, CRV, 2013, p. 97-119.

_____. **Processo organizativo de assentamentos rurais**: trabalho, condições de vida e subjetividades. São Paulo: Annablume, 2012. 348p.

SEVERI, Fabiana C. **Experiência, memória e autonomia em um assentamento de reforma agrária na região de Ribeirão Preto – SP**. 2010. 312p. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

VASQUEZ, Gislayne C. F. **Experiência e luta pela terra**: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST. 2009. 397p. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

AVANÇOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PDS EM SÃO PAULO: AGENTES E CONJUNTURAS POLÍTICAS

*Henrique Carmona Duval¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²*

Resumo: O artigo discute a conjuntura política e as relações entre os agentes sociais no período da constituição dos primeiros assentamentos da modalidade PDS em São Paulo. O caso do PDS Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, é descrito como um exemplo das dificuldades da política de assentamentos rurais, ainda mais com um viés ambiental, em uma região homogeneizada pelo complexo agroindustrial canavieiro. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas a gestores e pesquisa de campo. Mostramos que uma agenda de moralização da reforma agrária e de radicalização das políticas públicas, bem como o atendimento de pautas ambientais, conforme proposto pela gestão do INCRA no período, não se dá sem alianças e conflitos entre os diferentes agentes sociais, o que é próprio do campo social dos assentamentos rurais. Entretanto, há que se reconhecer o avanço dos PDS, se não na concretização imediata das pautas ambientais, mas como possibilidades da transformação do paradigma produtivo nos assentamentos. Por outro lado, avalia-se que os PDS foram criados em São Paulo em uma conjuntura de políticas públicas que favoreceu o desenvolvimento dos novos assentamentos em relação aos antigos.

Palavras-Chave: Campo social, Assentamentos Rurais, Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

¹ *Doutor em Ciências Sociais no IFCH/Unicamp, pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (Uniar).*

² *Pesquisadora IA do CNPq, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (Uniar).*

Abstract: The article discusses the political situation and relations between the social agents in the period of the establishment of the first settlements of PDS mode in São Paulo. The case of PDS Fazenda da Barra, in Ribeirão Preto/SP (Brazil), is described as an example of the difficulties of rural settlements policy, especially with an environmental conception in a homogenized region by agroindustrial complex sugarcane. The research was conducted through interviews with managers and field research. We show that a moralizing agenda of agrarian reform and radicalization of public policies, as a environmental guidelines, as proposed by INCRA management in the period, is not It does not occur without alliances and conflicts between different actors, which is itself of the social field of rural settlements. However, we believe in the progress of the PDS, if not in the immediate implementation of environmental guidelines, but as possibilities of transformation of the productive paradigm in the settlements. On the other hand, it is evaluated that the PDS was created in São Paulo in a period of public policies that favored the development of new settlements.

Keywords: Social field, Rural Settlements, Sustainable Development Project.

Apresentando alguns avanços e desafios na política de assentamentos

O presente artigo retrata o campo social dos assentamentos rurais na região central do estado de São Paulo em uma conjuntura específica, na qual houve a criação de assentamentos da modalidade PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável). O primeiro assentamento desta modalidade foi o Sepé Tiarajú, em 2004, localizado nos municípios de Serrana e Serra Azul, na mesma região em tela. De lá para cá, outros 18 assentamentos PDS foram criados no Estado. Em 2007, foi criado o assentamento PDS Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, cuja implementação será objeto de análise.

Tratando-se do campo social dos assentamentos nesta região, sem dúvida, o principal agente econômico agropecuário é o complexo sucroalcooleiro. Os assentamentos mais antigos – como o Bela Vista do Chibarro e o Monte Alegre, em Araraquara/SP – têm um longo histórico de relação com as usinas por meio de um vai e vem de propostas para o plantio de cana e também pelo histórico de trabalho das famílias assentadas nas usinas,

documentados por trabalhos acadêmicos³. Pode-se dizer que a agenda política e as alternativas produtivas para os assentamentos paulistas estavam entregues ao mercado agropecuário regional no início dos anos 2000, e uma das principais consequências era o arrendamento para usinas canavieiras, que se apresentava como a melhor alternativa financeira. Em uma visão extremamente economicista da noção de desenvolvimento, muitos agentes sociais afirmavam que o plantio de cana industrial era o único caminho para o desenvolvimento dos assentamentos nesta região.

Desde a instalação do escritório regional do INCRA em Araraquara, em 2005, a instituição assumiu a área do desenvolvimento e passou a prestar assistência técnica aos assentamentos federais, substituindo o contrato que havia com a Fundação Itesp. A posição do INCRA logo no início deste período foi frontalmente contrária ao plantio de cana, ao contrário do Itesp que, na época, acabara de promulgar a portaria 077/2004⁴. Segundo uma entrevista do superintendente estadual da instituição federal nesse período⁵, os desafios dos escritórios no interior eram primeiramente “moralizar a reforma agrária” nos assentamentos antigos, ou seja: regularizar casos como a compra e venda ilegal de lotes, a demarcação e o respeito às áreas ambientais, verificar a existência de comércios ilegais e, sobretudo, combater os arrendamentos. Por outro lado, o órgão pretendia atuar no desenvolvimento dos assentamentos por meio da “radicalização das políticas públicas”, que consistia na agilidade de liberação de recursos para moradia (Crédito Moradia), produção (Primeiros Fomentos) e serviços em infraestrutura (como a instalação de redes elétricas, distribuição de água e abertura de estradas) nos assentamentos novos. Após estas primeiras ações, começavam a sair os primeiros projetos para o Pronaf.

A meta de tempo para a execução destas políticas públicas era chegar a uma média de dois anos e meio para as pessoas já estarem acessando o Pronaf nos novos assentamentos. Foi o que a avaliação do IPEA (2013) destacou na gestão do INCRA/SP, ou seja, o encadeamento das políticas públicas e a contratação de uma equipe técnica para executar o orçamento. Segundo depoimentos de famílias assentadas e observações de campo, os assentamentos novos recebiam as políticas públicas em um período bem menor em relação às famílias em assentamentos mais antigos, que demora-

³ Ferrante (1994), Ferrante e Almeida (2009), Barone e Ferrante (2011).

⁴ Esta portaria autorizou a realização de “parcerias” entre assentados e agroindústrias em até 50% dos lotes.

⁵ Raimundo Pires Silva, superintendente do INCRA/SP de 2003 a 2011.

ram até sete anos para ter essas políticas estruturantes da vida das famílias nos assentamentos.

Por outro lado, o IPEA também apontou limites nas ações do INCRA voltadas ao desenvolvimento dos assentamentos, como, por exemplo, a assistência técnica. Ao passo que o INCRA avançou principalmente no tempo de execução das políticas públicas, os técnicos ficavam presos a estas metas. E com relação à criação de assentamentos na modalidade PDS, não conseguiu executar uma assistência técnica de campo que realmente orientasse os produtores para um sistema agroecológico. Nessa questão, muito por causa das dificuldades históricas da própria assistência técnica à agricultura familiar, podemos afirmar que na maioria dos assentamentos não se atende aos interesses e aos projetos das famílias, e sim à engrenagem da lógica dos financiamentos bancários.

Além disso, o IPEA identificou que era baixa a proporção de técnicos por família e que as metas dos técnicos eram muito ligadas às questões burocráticas da aplicação dos créditos, ou seja, realizar relatórios no escritório. Portanto, não lhes sobrava muito tempo para fazer as visitas e o acompanhamento de campo, que é o que as famílias assentadas mais reivindicam. O relatório do IPEA critica o fato dos técnicos serem contratados por meio de uma empresa para prestação de assistência técnica, ao invés de serem contratados por meio de concurso público, pois isso poderia fragilizar a continuidade do trabalho de acompanhamento daqueles técnicos já familiarizados com as demandas das famílias. Há que se destacar, como ponto positivo, que o órgão promoveu a contratação de filhos(as) de assentados com cursos técnicos e superiores para prestar essa assistência técnica.

Certamente o aumento na velocidade de execução das políticas públicas em muito interfere nas condições para a instalação e o desenvolvimento das famílias nos anos iniciais nos assentamentos. Mas cabe ressaltar que esse aumento fez parte de uma conjuntura mais ampla das políticas públicas do Estado. Teríamos que considerar, no período a partir de 2003, uma conjuntura de favorecimento das camadas mais empobrecidas da sociedade, sobretudo no meio rural, com relação aos créditos e acesso a bens e serviços em geral, bem como as políticas de distribuição de renda e comercialização da produção. Estamos falando de uma conjuntura política na qual foram realizados avanços em relação à agricultura familiar no âmbito do Estado.

Exemplos disso, nos assentamentos, são os programas de moradia, de

Luz para Todos, a criação dos mercados institucionais, a discussão de Ater para a agricultura familiar, o Pronera, dentre outros. Tudo isso que acabou por incentivar, no campo social dos assentamentos, o desenvolvimento regional. O melhor exemplo disso é o fato de um assentamento ser criado já com a possibilidade de se entregar a produção no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Outros exemplos são a construção de casas e a instalação produtiva de famílias nos assentamentos em pequenos municípios, que impulsionaram as economias locais. Assim, quando é liberado o crédito moradia em um assentamento, isso aquece o setor da construção civil local, bem como as famílias consomem, de maneira geral, nos mercados locais, sobretudo se possuem maior acesso à renda nos programas públicos por meio de benefícios sociais ou pelo escoamento da produção nos mercados institucionais, formais e informais.

Já no âmbito do governo federal, a título de exemplo na dimensão financeira, segundo Grisa et al. (2014), foi extremamente considerável o crescimento do volume de recursos destinados ao financiamento da agricultura familiar. No período entre 1997 e 2002 a média de recursos aplicados no Pronaf era da ordem de R\$ 2 bilhões. A partir do governo Lula, em 2003, houve um aumento gradual que atingiu aproximadamente R\$ 16 bilhões em 2012. Para os autores, o avanço do Pronaf se deve a um conjunto de fatores que não são apenas financeiros, mas também simbólicos para as conquistas de reconhecimento social da agricultura familiar:

- i) a flexibilização das regras financeiras (redução da taxa de juros, expansão do prazo de pagamento, aumento do limite de recursos por contrato etc.);
- ii) mudanças institucionais no sentido de diversificar o público da agricultura familiar beneficiário (mulheres, jovens, ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, grandes cooperativas etc.);
- iii) a diversificação das atividades econômicas apoiadas (Pronaf Agroindústria, Turismo Rural, Floresta, Agroecologia, Eco, Pesca etc.);
- iv) o aumento dos municípios abrangidos (que atingem mais de 97% atualmente);
- v) a simplificação das condições de acesso (redução de alguns entraves bancários, maior facilidade de obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), eliminação da classificação por grupos de agricultores etc.);
- vi) o aumento da renda para fins de enquadramento dos agricultores no

programa (a renda máxima para enquadramento atualmente no Pronaf é de R\$ 360 mil, ao passo que, no primeiro Plano Safra, era de R\$ 60 mil);

vii) diversificação das fontes de financiamento, com crescente participação dos recursos obrigatórios (exigibilidades bancárias) e IHCD (Instrumento Híbrido de Capital e Dívida), além do aumento da utilização de recursos dos Fundos Constitucionais; e

viii) fortalecimento social e econômico da agricultura familiar nos últimos anos, exigindo maior relacionamento com as políticas públicas e com o sistema bancário (GRISA, 2012; MATTEI, 2011; DELGADO, LEITE, WESZ JUNIOR, 2010; GRISA, WESZ JUNIOR, 2010).

Com base nessa citação, podemos afirmar que, com relação ao Pronaf, houve um esforço para que as necessidades técnicas e burocráticas diminuíssem os impactos negativos da efetividade desse programa público. No entanto, estes autores e outros avaliadores das políticas de crédito rural apontam seus limites frente a um predomínio estrutural da agricultura patronal e para a exportação no Brasil. Mesmo com o referido aumento de recursos para a “pequena agricultura” – ou seja, a agricultura familiar – o Estado brasileiro continuou a privilegiar fortemente a “grande agricultura”, vide a diferença orçamentária dos ministérios que cuidam da pequena e da grande (respectivamente, o extinto MDA e o Mapa).

Isso também se reflete no interior da política de crédito para a agricultura familiar, pois esta política, na verdade, não consegue escapar do modelo convencional de concentração em determinadas faixas de produtores familiares mais capitalizados e acostumados à lógica bancária nas regiões centro-sul do país. Os empreendimentos agrícolas apoiados pelo Pronaf tendem a ser aqueles integrados ao grande capital agroindustrial, em detrimento do público que é sistematicamente excluído das políticas do Estado. Superar tais elementos estruturantes da economia brasileira, que favorecem muito mais o grande capital na agricultura, bem como divide e encaminha a pequena agricultura para a subordinação a esta lógica é que se traduz no desafio para as políticas da agricultura familiar.

Ações do INCRA: uma retomada da reforma agrária?

Como um dos reflexos da conjuntura política dos últimos doze anos, em São Paulo houve um grande investimento do INCRA na criação dos escritórios regionais espalhados pelo interior do Estado, o que facilitou ao

órgão assumir a assistência técnica e o assentamento de novas famílias. O fato mais importante é que no período entre 2006 e 2010, o número de famílias em assentamentos federais ultrapassou aquele dos assentamentos estaduais em São Paulo, conforme o quadro a seguir. Esse aumento se deve tanto à criação de novos assentamentos quanto à regularização de famílias em assentamentos já existentes.

Quadro 1 – Famílias assentadas em São Paulo, em projetos criados pelos governos federal (PA + PDS) e estadual (PE) (2002, 2006, 2010)

Tipo de projeto	2002	2006	2010
PA + PDS	4.336	5.767	9.756
PE	6.279	6.387	6.407
Total	10.615	12.154	16.163

Fonte: IPEA (2013, p.11).

Conforme o relatório Dataluta (apud BARONE, FERRANTE, 2013), nos anos de 2005 e 2006 houve um pico do número de famílias assentadas no Brasil, respectivamente, 79.217 e 74.599. Porém, nos anos seguintes, os números minguardam novamente até que em 2011 atingiram pouco mais de 5 mil famílias assentadas. Alguns críticos da reforma agrária se apressaram em anunciar um suposto fracasso produtivo, econômico e social dos assentamentos e o fim da reforma agrária como política pública, aproveitando, nesse bojo, para questionar o papel e o aparelhamento do INCRA e do MDA, ridicularizar propostas de desenvolvimento rural com base na agroecologia, conforme textos de opinião que saíram na grande imprensa (NAVARRO, 2013a; 2013b; 2014; ROSENFELD, 2014). Sobre esses artigos, cabe ressaltar pelo menos uma das conclusões, na qual o autor afirma que o fracasso da reforma agrária é tão evidente, que devemos simplesmente abandoná-la e emancipar os assentamentos: “Requer aceitar que a pobreza rural se resolverá, sobretudo, nas cidades e com outras políticas. (...) Eis o nosso futuro rural: uma fabulosa máquina de produção de riqueza, mas fortemente concentrada, pois seria assentada num deserto demográfico”. Uma conclusão de certa forma espantosa – se não fosse a evidente defesa do agronegócio contra a agricultura familiar – nesses tempos de vulnerabilidade e crise alimentar, hídrica e de mudanças climáticas, ainda mais quando facilmente os estudos ambientais demonstram a relação entre o uso e a ocupação do solo – um “deserto demográfico” em be-

nefício das monoculturas de agricultura intensiva – com o processo de desertificação (GLIESSMAN, 2005; PRIMAVESI, ARZABE, PEDREIRA, 2007; MARENGO, 2007; NOBRE et al., 2008). Sem contar o fato da agricultura familiar ser produtora da maior parte dos alimentos das famílias brasileiras.

Contrários à hipótese do fim do ciclo da reforma agrária, Barone e Ferrante (2013) discutem a persistência dos pequenos focos de resistência da luta pela terra, os grupos sociais que continuam lutando por assentamentos, mas, sobretudo, o crescimento das lutas indígenas e quilombolas, antes estranhas e até antagônicas em relação à luta organizada por trabalhadores rurais⁶. Para os autores, a tese do final de um ciclo não resolve as contradições: “(...) resultantes dos processos historicamente excludentes que o capitalismo agrário promove, sempre terão (às vezes de forma mais intensa, às vezes de maneira menos explícita) a terra como demanda, na busca por melhores condições de vida”.

Além disso, houve importantes renovações na pauta ambiental dos movimentos sociais rurais. Uma delas, conforme apontado por Moruzzi Marques, Lucas e Gaspari (2014), é a defesa dos assentamentos periurbanos, conhecidos como Comuna da Terra. São assentamentos que possuem uma concepção de uso coletivo da terra e que fomentam a discussão ambiental por meio da agroecologia. A criação destes assentamentos contribui em outras agendas ligadas à necessidade de se reestruturar o sistema de abastecimento de alimentos em grandes centros urbanos e mesmo da necessidade de uma reforma do espaço urbano, além da questão ambiental, da agroecologia e do alimento saudável. Neste sentido, outra inserção ambiental na política de reforma agrária, a implantação dos assentamentos PDS, foi fruto desta renovação das pautas dos movimentos sociais e da gestão pública, baseada na combinação da política de redistribuição de terras com a de incentivo à prática de uma agricultura de base ecológica para a produção de alimentos de qualidade, com maior valor biológico e menos agrotóxicos. O avanço destas discussões e a implementação de assentamentos de outras modalidades são importante como uma resposta da agricultura familiar camponesa às crises climáticas e de abastecimento de alimentos saudáveis, mesmo que, na prática, o desenvolvimento destes assentamentos passe por inúmeros limites e constrangimentos.

⁶ Essa discussão também surgiu na imprensa, embora com uma intensidade bem menor em relação àqueles que defendem o fim da reforma agrária. Como exemplo, o artigo de Cunha (2013).

Para Osvaldo Aly Jr.⁷, a questão principal na gestão do INCRA não foi apenas o crescimento do número de assentamentos, mas também a execução de ações que atendiam à pauta dos movimentos sociais e renovavam a discussão da reforma agrária. Pois os desafios da gestão dos assentamentos permanecem em vários outros aspectos que não apenas o número de famílias assentadas. Conforme registros feitos no período pela equipe do Nupedor, em Araraquara, as primeiras ações de regularização do assentamento Bela Vista foram no sentido de procurar resolver casos de famílias que haviam comprado o lote e que passaram por um processo de vistorias e audiências, para tentar regularizar a situação de usufruto do lote perante o INCRA. Havia uma necessidade de combater os arrendamentos, a ocupação agrícola em áreas de reservas ambientais e outras irregularidades em vários assentamentos federais no Estado. Em geral, as famílias que já desenvolviam atividades diversificadas conforme os parâmetros da lei da agricultura familiar conseguiram a regularização. Mas casos como o de uma família que acumulava ilegalmente quatro lotes contínuos praticamente cobertos com plantio de cana industrial tiveram que se submeter à reintegração. Outros casos eram de readequar a exploração dos lotes aos parâmetros da agricultura familiar. De um total de 176 lotes no Bela Vista do Chibarro, em aproximadamente 160 se plantava cana irregularmente, segundo um dos líderes da Associação Independente, que era o braço da usina para o arrendamento de lotes. Dentre as ações movidas pelo INCRA, 8 lotes acabaram sofrendo um processo de reintegração e os demais passaram por acordos de readequação.

Assentamento da Barra: as peculiaridades de um PDS e a inovação no campo da política de assentamentos

A modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável nunca havia sido implantada no Estado de São Paulo. Basicamente, ela é uma política que busca garantir a reprodução sócio-econômica das famílias assentadas e, ao mesmo tempo, propiciar a recuperação e preservação do meio ambiente, resgatando a biodiversidade regional. Essa modalidade de assentamento foi criada através da Portaria/INCRA n.º

⁷ Assessor do gabinete do superintendente na área de desenvolvimento de assentamentos entre os anos de 2003 e 2009, com quem foi realizada uma entrevista mais aprofundada em 2014 para esta pesquisa (DUVAL, 2015). Foi um dos principais articuladores dos PDS em São Paulo e, em especial, quanto aos conflitos envolvendo a implementação do PDS da Barra.

477/99, que define o Projeto de Desenvolvimento Sustentável como “uma modalidade de projeto de assentamento, de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área”. Para Amaral (2013), a criação dessa modalidade de assentamento pelo INCRA tem como base: o atendimento das especificidades regionais (extrativismo tradicional, resgatar o valor econômico e social da floresta, do mangue, da várzea etc) ao invés de considerar apenas o potencial agrícola da terra; a valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária; a concessão de uso da terra, por determinado período, para a exploração individualizada ou condominial, obedecendo à aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; o interesse ecológico de recomposição do potencial original da área atendendo à legislação ambiental.

Vale destacar que o PDS é um projeto especial de assentamento nos seguintes aspectos: a seleção das famílias deve obedecer a um critério de envolvimento com a defesa de projetos ambientais; a concessão de uso da terra é coletiva, realizada através de uma personalidade jurídica (associação, cooperativa etc.); a produção deve combinar o trabalho familiar com práticas coletivas, respeito ao meio ambiente e desenvolvimento de práticas agroecológicas.

Conforme a entrevista de Aly Jr., a modalidade de PDS que existia no Acre era produto da luta dos povos da floresta, principalmente de grupos ligados ao Chico Mendes. Na Amazônia Legal, a criação de assentamentos PDS se deu por uma portaria conjunta entre INCRA e IBAMA, com a perspectiva de conservar a floresta, mas, ao mesmo tempo, promover e aperfeiçoar o extrativismo como fonte de renda aliado a áreas de roças para a subsistência. Em São Paulo, a ideia era que os PDS contribuíssem com o restauro de áreas de mata que não existiam mais, muito porque geralmente as fazendas destinadas à reforma agrária, em São Paulo, não possuem as áreas ambientais preservadas. Depois que os assentamentos são instalados, o INCRA fica responsável por um prazo para a recuperação florestal dos 20% que a lei exige de cada assentamento.

Evidentemente, há um desencontro em relação à transferência de um modelo da Amazônia para São Paulo, sem a consideração das condições diversas da biodiversidade (AMARAL, 2013). O modelo PDS foi pensado e executado primeiramente na região Amazônica, no intuito de compatibilizar os assentamentos rurais com a preservação da biodiversidade. Trans-

posto para o estado de São Paulo, certamente não encontrou o mesmo cenário de preservação do bioma, pelo menos na região em tela. No entanto, os instrumentos legais do PDS da Barra preveem várias ações visando à recuperação da vegetação nativa, como projetos em parceria com universidades e centros de pesquisa, como a Embrapa Meio Ambiente (Jaguariúna/SP) e a ESALQ/USP.

Nesse sentido, o INCRA assinou, perante à Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que deveria garantir que 35% da área seriam destinadas à RL⁸ e que as APPs existentes na fazenda seriam recompostas. As orientações do TAC assegurariam as ações de planejamento e implantação da infraestrutura necessária para que as famílias pudessem viver e produzir na área. Todo esse processo foi marcado por disputa pela condução política do projeto de assentamento. Mas o fato de ser uma área de recarga do Aquífero Guarani, aliado à promessa de restauração ambiental e produção agroecológica, contribuiu enormemente para a efetivação e conquista de um assentamento em plena Ribeirão Preto.

Na avaliação do IPEA (2013, p.12), os assentamentos PDS tiveram:

(...) uma finalidade estratégica importante: em um contexto fundiário marcado pela escassez de terras disponíveis e por uma agressiva expansão do agronegócio sucroalcooleiro, a modalidade do PDS apresentou-se como recurso alternativo para assegurar a obtenção de terras para a reforma agrária e assim atender a uma importante demanda social que já se configurava com a ocupação, por famílias sem-terra, de áreas da antiga Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa) – empresa pública estadual que administrava a malha ferroviária paulista – que haviam retornado para o domínio da União.

Para os dirigentes do INCRA, um dos focos de discussão da reforma agrária na gestão em São Paulo, a partir de 2003, era recuperar a questão ambiental, relegada a segundo plano no período anterior. Como gestores públicos, acreditavam que poderiam trabalhar na superação desta dicotomia – reforma agrária versus meio ambiente – e com a criação de outros projetos de desenvolvimento agrícola para os assentamentos:

⁸ A decisão de estabelecer um índice de 35% como área de reserva legal foi tomada em virtude da Fazenda da Barra estar situada sobre uma área de recarga do Aquífero Guarani. Desses 35%, 20% não poderão ser explorados economicamente. Entretanto, nos 15% restantes, as famílias poderão desenvolver projetos coletivos agrícolas baseados em Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Primeiro nós tentamos a Agenda 21 no Pontal do Paranapanema, mas o próprio MST e o Ministério do Meio Ambiente tocaram essa agenda por lá. E o MST tinha na época uma discussão das comunas da terra como uma nova modalidade de assentamento menos individualista e com uma discussão crítica com relação ao modelo do agronegócio. Além disso, tinha a questão dos assentamentos periurbanos, em áreas mais próximas a grandes centros.

Então, o INCRA buscou alternativas para que os assentamentos se voltassem a um projeto comunitário e coletivo. E que também se contrapusesse à ideia de agricultura de grãos. Porque esses lotes de assentamentos que chegam a 15 hectares para a produção de grãos não sustentam as famílias. Quer dizer, tinha que ser uma questão que fosse para outro tipo de agricultura, que não repetisse em pequena escala o modelo da revolução verde. Que é o que o pesquisador do IPEA Fernando Gaiser chama de “agronegocinho”. Então, essa ideia de um “agronegocinho” a gente também foi contra e o MST também vinha com essa ideia (entrevista com Osvaldo Aly Jr., 2014).

Porém, nem sempre foi fácil quebrar essa lógica de reproduzir o modelo da agricultura convencional nos lotes dos assentamentos. As primeiras ações do INCRA no PDS da Barra se deram em pequena escala, com projetos ligados à Embrapa Meio Ambiente. No âmbito das políticas públicas, apenas o PAA, com a prerrogativa de pagar melhor a produção agroecológica dava incentivos. Mas isso era relativo, pois o PAA tem um limite anual que é igual para todos os assentamentos, ou seja, paga melhor a produção agroecológica, mas não compra além do limite anual de cada família. O Pronaf abriu novas categorias de financiamento para a produção agroecológica, mas seu acesso se dá para pouquíssimas famílias. Os assentados reclamavam que as ações de assistência técnica e os créditos para a produção agroecológica ainda estavam muito longe de se tornarem realidade, bem como projetos agroflorestais para explorar as áreas coletivas de Reserva Legal. Por outro lado, o MST já promovia cursos de agroecologia, inclusive para filhos de assentados do PDS da Barra, elemento que certamente contribuiu para que os limites no campo do desenvolvimento ambiental dos assentamentos aos poucos sejam superados.

Mas além dos limites na agenda ambiental, cabem considerações acerca de outros aspectos da constituição deste assentamento. Seguramente, um diferencial do PDS da Barra é sua localização, pois fica colado ao bairro Ribeirão Verde, um bairro pobre e longe do centro da cidade de Ribeirão Preto. Segundo informações obtidas com os assentados, nas imediações

e mesmo dentro do assentamento existe tráfico de drogas e a violência é muito presente na vida das famílias assentadas. No início das ocupações da fazenda, parte das pessoas que vieram para a luta morava nesse bairro. No entanto, segundo Edivar Lavratti⁹, em algum momento de suas vidas, essas pessoas também tiveram uma relação com a terra em suas trajetórias de vida e trabalho. Eram famílias que viam uma oportunidade de sair da condição de vida precária que passavam na cidade para morar em um lote agrícola.

Outras pessoas estavam no movimento social em luta pela terra em acampamentos da região de Ribeirão Preto, mas advindas de um ciclo migratório mais amplo. Por causa da proximidade com o bairro, isso facilitou que também viessem pessoas que tinham ligação com traficantes e ladrões, o que acarretou vários problemas aos trabalhadores que tinham como objetivo conquistar um pedaço de terra para viver e trabalhar. Durante a entrevista feita com as lideranças do núcleo Índio Galdino, eles estimaram que aproximadamente 50% de todas as famílias do PDS da Barra têm perfil para agricultura familiar e outras 50% não. Deram também depoimentos sobre as ameaças sofridas, tanto interna como externamente ao assentamento.

Na entrada para o assentamento pelo bairro Ribeirão Verde, havia lotes com quintais sujos e com carros velhos abandonados, casas pequenas e parecidas com casas da COHAB, botecos nos quais alguns informantes disseram haver tráfico de drogas. Andando mais para o interior do assentamento, a paisagem vai se transformando, as casas são maiores e rodeadas de varandas, com quintais mais arborizados, ou seja, com uma composição diferente do lugar, os lotes agrícolas e as ruas. O assentamento tem locais altos e baixos, o que dá uma ampla visão. Existem alguns fragmentos de área de reserva que ficam perto um do outro. No entorno do assentamento, existem plantações de cana-de-açúcar e em uma das divisas tem uma plantação de grama da empresa Grama Esmeralda. Segundo os assentados, essa empresa bombeia água do rio para as plantações de grama, mas se os assentados fossem fazer o mesmo em seus lotes seriam multados pela promotória pública, que a todo o momento os fiscaliza. O acesso à água nesse assentamento é muito problemático, sobretudo nos lotes nas áreas mais altas e distantes dos corpos d'água.

Conforme informações dos dirigentes do INCRA, quem primeiro identificou a Fazenda da Barra como latifúndio improdutivo foi a FERAESP. A

⁹ Coordenador do escritório regional de Ribeirão Preto à época.

federação inclusive identificou que havia um crime ambiental na fazenda e avisou o então promotor público do meio ambiente, Marcelo Goulart, que fez uma diligência e pediu para o INCRA uma vistoria da área, ainda no final do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. A fazenda era propriedade da Fundação Sinhá Junqueira, da histórica família Junqueira, latifundiária do setor canavieiro do estado de São Paulo. E a família tinha a intenção de realizar um grande loteamento para condomínio de luxo, às margens da rodovia Anhanguera e bem próximo ao aeroporto Leite Lopes. Era um espaço rural prestes a virar urbano no Plano Diretor do município, cobiçado a ser um condomínio residencial. Por isso, até virar assentamento, a disputa pela área perdurou pelo menos mais 5 anos, pois aconteceu apenas no primeiro ano do segundo mandato do presidente Lula, em 2007.

A fazenda da Barra era da fundação, constatou-se a improdutividade e o crime ambiental e ela foi desapropriada, foi uma coisa assim, acho que um dos momentos raros, n/é? Você ter em Ribeirão Preto uma área de 1.500 hectares desapropriada por improdutividade com crime ambiental e nisso a parceria com o Ministério Público foi fundamental. (...) Antes do assentamento tinha cana, mas já estava abandonada quando se decretou a improdutividade e saiu o decreto (...). Ai, quando saiu o decreto o movimento social já ocupou (entrevista com Osvaldo Aly Jr., 2014).

O crime ambiental, conforme Osvaldo, se deu porque a família Junqueira queria vender a área por metros quadrados. Uma parte da fazenda já havia sido classificada como área urbana no Plano Diretor do município e a referida Fundação aguardava a classificação da outra parte, quando houve as denúncias e ações da Feraesp e do Ministério Público.

Eles [da Fundação Sinhá Junqueira] averbaram uma área de mata e a desmataram (...) aí o crime ambiental, pois eles desmataram uma área de mata averbada e uma área de mata não averbada eles deixaram. Por quê? Primeiro porque deixaria uma área de mata, depois mais para frente eles usariam como justificativa para desmatar, pois essa não era a mata averbada, n/é? As matas averbadas deixaram de existir e onde não estava averbada você poderia depois tirar. E como ela ia virar urbana não ia precisar ter 20% de reserva legal (entrevista com Osvaldo Aly Jr., 2014).

A ideia era de que os 300 hectares de Reserva Legal não existissem mais, em uma propriedade que seria loteada e vendida por metro quadrado, mas acabou sendo desapropriada por hectares. A grande diferença, em função de ser uma área de recarga do aquífero Guarani, é que o crime ambiental

e a proposta da modalidade de PDS foram fundamentais para a conquista do assentamento. Em uma evidente disputa que perdurou por mais de cinco anos, a conquista deste assentamento em Ribeirão Preto, onde os condomínios de luxo se espalham por áreas mais afastadas do centro da cidade, representou a instalação de famílias que tiveram, finalmente, a oportunidade de possuir uma casa e uma profissão digna na agricultura, ao invés da promoção do lucro de um dos grupos mais ricos da região, mas isto após comprovação de improdutividade na fazenda, crime ambiental e uma luta que congregou diferentes forças sociais.

Acomodações e recomposições políticas no assentamento

O movimento social que articulou a ocupação da Fazenda da Barra foi o MST. Os trabalhadores ficaram 5 anos acampados, sendo que a primeira ocupação ocorreu em agosto de 2003, com 425 famílias. Um ano depois da ocupação houve uma fragmentação do grupo, na qual 160 famílias constituíram o MLST (Movimento de libertação dos Sem-Terra). Passado mais algum tempo, esse grupo se dividiu novamente por divergências nas formas de organização e por desconfianças em relação a como estava sendo liberado o crédito moradia, dentre outros problemas. Então, surgiu o núcleo Índio Galdino e ao mesmo tempo, outras pessoas do MST e do MLST saíram desses movimentos e se intitulam os “Bandeira Branca”, formando o núcleo Luiza Mahin. Ao total, foram assentadas 440 famílias em uma fazenda de 1.548,48 ha, o que deu uma média de lote individual de 1,5 ha por família, descontando-se as áreas de reserva legal, proteção permanente e as áreas onde são permitidas atividades coletivas mediante projeto com caráter ambiental.

Portanto, o assentamento é organizado por quatro movimentos sociais – MST, MLST, Luiza Mahin e Índio Galdino. Segundo pesquisas e entrevistas com lideranças no assentamento, as rupturas aconteceram ainda na fase de acampamento e nos anos iniciais. O trecho a seguir da entrevista com o ex-dirigente do INCRA, que contribuiu para mediar os conflitos, mostra que quando o assentamento foi homologado, o MST queria mudar as famílias de lugar, mas elas já estavam há quatro anos produzindo.

As rupturas aconteceram em função da estrutura de poder centralizada, verticalizada e mais ou menos autoritária, sobre a qual as pessoas se rebelam, n/é? E descobriram que se isso for bem feito, não afeta a

possibilidade da pessoa vir a ser beneficiária da reforma agrária. (...) Embora na verdade quem briga mesmo, como a gente sempre achou, são as lideranças, n/é? A base se fala, até por que depois você vai conversando e as pessoas têm parentes de um lado e do outro. Quem rachou foi a direção, a base não. Continuam sendo parentes, apesar da direção não querer. Bom, então isso foi o processo da Barra. (...) Houve uma desconexão entre direção e base. Tinha gente no acampamento que já tinha casa, já tinha árvore, sombra, você imagina o que significa o Estado chegar e falar assim: ‘Sai todo mundo’. O assentado: ‘Não! E minha árvore?’ Estado: ‘Para não ter problema vamos arrancar todas as árvores’, aquelas coisas bem assim, cortem as cabeças, n/é? Nós não fizemos isso, então a relação de confiança e de vizinhança que tinha, a gente deixou isso fortificar, porque isso é a base do que possa surgir de comunitário no assentamento. (...) O legal é que a gente entrou lá fazendo e, assim, não desfazendo. Desfazendo porque havia uma discussão de tirar todo mundo para fora, reorganizar as famílias, fazer quadrado burro... tudo aquilo que o MST sempre negou, na hora da entrada ele propôs tudo aquilo que ele sempre foi contra. Tirar as famílias do lugar, reorganizar, fazer lotezinho quadrado... Nós falamos não! O desenho do assentamento vai se adequar a como as famílias ocuparam o espaço e a direção do MST não queria, porque como houve um problema interno eles queriam desorganizar a capacidade que a base tinha de debater com a direção (entrevista com Osvaldo Aly Jr., 2014).

Em outra passagem da entrevista, o ex-dirigente declarou que a postura adotada pelo MST nos assentamentos, em relação ao INCRA, também foi equivocada. Ele mencionou que em 2008 o MST começou a adotar uma postura muito crítica de que não existia reforma agrária e, por isso, o INCRA também não poderia entrar onde se queria fazer reforma agrária. Na prática, onde o INCRA tinha que avançar na implantação dos assentamentos, as direções locais tinham uma determinada ação de fazer oposição. Na época, em alguns assentamentos, os técnicos do INCRA chegaram a ser feitos reféns. A relação do INCRA com as lideranças variou em função de que alguns grupos do MST estavam em uma posição um pouco mais radicalizada em relação ao governo: “Não que eu acho que eles não deveriam ter, acho que era correta a posição deles. Só a questão é a forma n/é, a forma e o lugar. Então, eu acho que isso já... assim, pelo que eu vi, vejo e encontro com as pessoas, eu diria que isso já é uma questão superada”.

E tiveram também as discussões acerca do TAC, que era uma pré-condição para ser selecionado ao assentamento PDS da Barra. Assim, pessoas que vinham com um projeto para trabalhar com gado no

assentamento logo viam a impossibilidade desse projeto por conta do tamanho do lote. Para o INCRA, o TAC e o tamanho do lote foram bons para subverter a lógica do lote da pecuária ou da agricultura de grãos dos PA's tradicionais. Mas são fatores que sempre impuseram uma restrição do ponto de vista produtivo às famílias e que inclusive incitaram pesquisadores a dizer que com esse tamanho de lote, o INCRA estava promovendo a “mini-fundização” da reforma agrária, criando assentamentos com lotes muito pequenos para as famílias no estado de São Paulo. A complexa realidade do PDS da Barra, nas disputas dos movimentos sociais, levou a essa divisão da fazenda em 440 famílias:

Ninguém queria ceder o pé! O INCRA teve que ir buscando a solução técnica para que aquele negócio ali reduzisse o nível de conflito e tensão ao mais baixo possível (...) nosso grande receio da Fazenda da Barra foi justamente essa quantidade enorme de famílias que todo mundo colocava lá e com esse racha, pois por ser uma área da periferia urbana, aquilo corria o risco de virar um grande “favelão” (entrevista com Osvaldo Aly Jr., 2014).

A importância do TAC tinha também uma questão simbólica no PDS da Barra, que está ligada ao fato de que ele está em uma área de recarga do Aquífero Guarani. Porém, não apenas esse, mas outros assentamentos PDS têm ao invés de 20%, 35% de Reserva Legal. A opção pela modalidade PDS partiu de comum acordo entre os vários agentes sociais, o INCRA, as organizações dos trabalhadores sem terra e o Ministério Público. Inclusive, foi uma das coisas que facilitou a desapropriação para fins de reforma agrária, como afirmado antes. Por outro lado, Gonçalves e Scopinho (2010) identificaram que o TAC impôs às famílias muitas pré-condições para a produção. Algumas coisas que ficaram como responsabilidade das famílias eram atribuições ou dependiam diretamente do poder público, como a capacidade de ter um projeto ambiental para a produção em áreas coletivas. Então, para os pesquisadores supracitados, o TAC poderia ter servido como forma de organizar as reivindicações em relação ao INCRA, porque para os beneficiários cumprirem as normas do termo eles dependem em grande parte das ações do INCRA.

Percalços no caminho: dilemas entre agentes do Estado e dos movimentos sociais

Uma série de “pequenos” problemas também surgiu na constituição do assentamento, abalando as relações das famílias entre si e dos movimentos sociais com o INCRA. O primeiro deles se deu ainda no acampamento, quando as famílias tinham uma produção um pouco mais coletivizada porque os lotes ainda não eram delimitados. Então, havia um processo de trabalho coletivo mediado por diárias, que gerava desconfiças e que contribuiu para o acirramento dos conflitos na comunidade.

Depois, conforme apontado pelo representante do órgão gestor, o problema se deu no acesso à água. Cada família queria perfurar um poço em seu lote, mas isso não seria possível por conta dos riscos de contaminação do aquífero:

Então, a questão da água teve que resolver assim: é um poço de água profunda e a rede de distribuição. Mas para as famílias que ainda não estão bem organizadas, tem um problema sério de sentar e fazer conta. As pessoas estão se conhecendo, aí tem gente mais oportunista, gente menos oportunista, então uns usam água do poço para regar e dar água para o gado, eu não acho errado, mas aí não querem pagar. Então dá uns problemas de gestão da água, nossa, se tem uma coisa que é um problema sério do ponto de vista de construção, solidificação de relações pessoais em assentamento é a questão de água, n/é! Aí vira a questão de rachar a conta! (entrevista com Osvaldo Aly Jr., 2014).

Segundo informações dos pesquisadores Silvani Silva e César Gênero, que ficaram incumbidos de entrevistar as lideranças do MLST (Movimento de libertação dos Sem-Terra), divergências políticas fizeram com que eles deixassem o MST e buscassem apoio no MLST para garantir seus direitos de permanecer no assentamento. Após reuniões com a coordenação nacional do MLST decidiram que passariam a representar este movimento social no assentamento. Esse núcleo se denomina Comunidade Santo Dias da Silva e possui 160 famílias. Outro conflito interno foi desencadeado com a compra do material para construção das casas. A compra do material se deu coletivamente e o dinheiro repassado às organizações dos assentados. A empresa que ganhou a licitação apresentou aos assentados um material de excelente qualidade. Os assentados disseram que a empresa mostrou exemplos de portas, janelas, pias, tanques, venezianas, etc., que seriam utilizados na construção. Porém, o material que lhes foi entregue era de péssima qualidade, disseram que nenhum produto era igual ao apresentado anteriormente. A desconfiça dos assentados dissidentes era de que as

lideranças estavam desviando parte dos recursos, sendo este exemplo dos materiais de construção uma das evidências empíricas que ocasionaram as rupturas internas.

Já no núcleo Índio Galdino, foi realizada uma entrevista com o presidente da associação na qual foram abordadas as dificuldades das famílias deste núcleo para conseguirem ser assentadas. Trata-se de um núcleo com características bem peculiares em relação aos grupos hegemônicos do assentamento (MST e MLST). Conta com um grupo de 44 famílias e é uma dissidência dos demais, pois passou a discordar das posições políticas de suas antigas lideranças quando o processo de assentamento foi chegando na fase de implementação. Inclusive, alegaram o risco de não serem assentados por conta dessa discordância, embora tenham tido presença ativa na luta pela terra. Conforme a entrevista, com o processo de assentamento algumas famílias ficariam nos locais já ocupados durante o acampamento e outras iriam para locais mais distantes e sem infraestrutura.

No começo, o pessoal que veio ocupar o núcleo que viria a ser o Índio Galdino era composto por 8 famílias. Eles vieram para um local mais distante do centro da ocupação, numa área que seria para preservação e cuja terra era de qualidade pior que outras áreas da fazenda. Foram orientados por pessoas do INCRA e da Feraesp a se precaverem de ações de despejo por parte do próprio MST. Assim, conseguiram no Ministério Público um documento que assegurava a legitimidade do grupo em conseguir aquela área. Outros dissidentes se juntaram às oito famílias, totalizando 44. Os entrevistados nos informaram que houve uma movimentação de 40 famílias do MST – que não reconhecia o direito à terra para o pessoal do Índio Galdino – para tirar as famílias de lá, mas foi justamente o documento do Ministério Público que garantiu a permanência das 44 famílias. Por conta dos riscos em perder a área para outros movimentos, os produtores fundaram uma associação ainda na época da ocupação, chamada Associação de Agricultores Independentes Índio Galdino. Para eles, essa ação foi de fundamental importância para manter o grupo, pois a associação começou, desde então, a atuar na produção e na comercialização das 44 famílias.

Outros dilemas tiveram a ver com a visão de desenvolvimento urbano, que muitas vezes se tenta aplicar no meio rural. No caso, o Ministério Público promovia reuniões com a Vigilância Agropecuária para discutir, por exemplo, a viabilidade de criação de frango e de gado. Mas os técnicos que iam dar palestras levavam regras e normas sanitárias que a direção do INCRA sabia que seriam intransponíveis aos produtores de galinha caipira

no assentamento. No trecho a seguir, o ex-dirigente relata uma reunião sobre criação de galinha, na qual os movimentos faziam coro contra o INCRA, quando os técnicos sanitários faziam tais exigências e o MST os apoiava:

(...) as lideranças do MST apoiavam a vigilância sanitária para ficar em oposição ao INCRA. Tinha que ser contra o INCRA, contra o governo, então para ser contra o governo, qualquer coisa que o representante do governo ficasse em minoria ali eles fechariam por conta dessa situação, porque ai falavam: “tem que ser assim”. Então você aumenta o grau de exigência e quanto mais você aumenta o grau de exigência, você aumenta o grau de dependência [do produtor em relação à cadeia agroalimentar]. Eu acho que às vezes certos tipos e níveis de reivindicação reforçam a dependência e não constroem autonomia (...) valeria muito ver as pautas de reivindicações dos movimentos sociais quando se propõem emancipatórios, em que medida as reivindicações são emancipatórias ou criam mais dependência em relação ao movimento social porque ele que negocia com o Estado. E como o Estado não resolve, você cria um impasse e isso vai alimentando uma coisa que cria o sujeito não emancipado. Você cria uma nova dependência em relação ao movimento social, eu já vi várias vezes conversas de reivindicações que levam a não emancipação, então é o cuidado que às vezes não se tem. Ainda mais nesses momentos de contradição e de luta n/é? (Entrevista com Osvaldo Aly Jr., 2014).

A discussão sobre a delimitação das áreas de Reserva Legal também teve conflitos de concepção entre o órgão gestor e os movimentos sociais. O INCRA tinha uma proposta de delimitar a Reserva Legal no interior de cada lote, ao invés de delimitar áreas “intocadas” nas quais as famílias não podem mexer na mata, como normalmente são as reservas nos assentamentos – áreas maiores que juntas tem que atingir os 20% que a lei exige. Essa ideia também era inspirada em uma concepção diferenciada para os assentamentos PDS, no sentido de provocar uma relação entre as famílias assentadas, a produção e a reserva, pelo menos nos 15% de reserva que o PDS da Barra tem a mais.

Essa ideia era inspirada, dentre outros, nos estudos do professor Paulo Kageyama (ESALq/USP), que realizou diversos trabalhos de assessoria técnica nos assentamentos do INCRA no período. Para Kageyama, esse tipo de mosaico em áreas de alguma forma restauradas poderia promover benefícios ambientais na produção dos assentados (QUEDA et al., 2010; LOPES et al., 2014). No assentamento PDS Luiz de Macedo, na região do Alto Ribeira, em Apiaí/SP, Paulo Kageyama realizou estudos comparativos sobre a produção de tomate perto da mata e outros sistemas conven-

cionais, cujos resultados apontam maior rentabilidade para o produtor que mantém a mata, que passa a ter um sistema produtivo com maior equilíbrio ecológico e de baixo custo, ao passo que sua produtividade é relativamente maior. Além, é claro, do fato do produto ser livre de agrotóxicos¹⁰. Certamente, não se trata de um caso de PDS como o da Fazenda da Barra, porque neste havia uma perspectiva de recomposição florestal. O PDS Luiz de Macedo, localizado em uma zona de amortecimento entre dois Parques de Preservação (Parque Estadual Intervales e Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR), possui uma vasta área de Mata Atlântica conservada em seu interior, por isso tem uma perspectiva de conservação da floresta, como na Amazônia.

As disputas sobre a delimitação das áreas de reserva no PDS da Barra evidenciaram, mais uma vez, a posição contrária das lideranças do MST em relação ao INCRA, mas envolveu ainda outros agentes sociais que ainda não participavam dessa verdadeira trama de tensões. Havia ONG's ambientalistas que viam a Reserva Legal como fonte de recursos, portanto, eram contra a ideia da Reserva Legal dentro do lote. Alguns técnicos ligados a essas ONG's criaram uma aliança com as lideranças dos movimentos sociais para se contrapor e derrotar a coordenação do INCRA nessa questão das reservas.

Cabe ainda uma reflexão sobre a imposição da lógica urbana e industrial no caso do assentamento da Barra. Se a lógica dos lotes de pecuária e de grãos era quebrada por conta do tamanho do lote e do TAC, por outro lado, exemplos como as normas sanitárias e a definição das áreas de reserva legal fora do lote são questões advindas da mesma racionalidade técnica. A fala do representante do INCRA mostrou algumas ações nas quais havia a preocupação de não desorganizar a comunidade, mas o próprio conflito entre direção do INCRA e as lideranças dos movimentos sociais levavam à imposição. No caso das reservas, que o INCRA queria colocar no interior de cada lote, evidentemente não se imagina como poderia ser feito dessa forma igual em todos os lotes, como se eles juntos fossem formar uma área contígua de reserva. Mas, certamente, contribuiria com as questões pedagógicas mencionadas sobre a relação da ocupação do homem com a mata em sua volta. Então, essa relação dinâmica entre indivíduo, natureza e agricultura deveria mostrar para as famílias assentadas que a agricultura nem sempre é a do fetiche tecnológico (NOVAIS, 2007; MAZZALA

¹⁰ Como se sabe, o tomate é um dos alimentos mais contaminados por agrotóxicos no Brasil e, ao mesmo tempo, mais amplamente consumido.

NETO, 2013) e a do sonho de aumento de produtividade a todo custo, ou seja, da forte dependência da integração industrial.

O caso do PDS da Barra é interessante porque mesmo depois de todos esses problemas há uma grande cooperativa de produtores agroecológicos ligada ao MST – a Cooperares (Cooperativa dos Produtores de Agrobiodiversidade Ares do Campo) – que mostra que as famílias mantêm a unidade ao participarem das organizações produtivas, apesar das novas divisões que surgiram no núcleo do MST com relação às diferentes organizações formais¹¹. Em geral, as situações muito se assemelham às questões iniciais dos assentamentos mais antigos de Araraquara, como aquelas que ocasionaram a divisão dos lotes contra o projeto estatal fundamentado na produção coletivista de grãos sob comando do Estado, os problemas com a venda do eucalipto na fazenda Monte Alegre e a não instalação da rede elétrica, os problemas de confiança em relação às lideranças do sindicato e o vai e vem do associativismo e do cooperativismo. Tanto uns problemas como outros não eliminam o processo de constituição de um assentamento, que, aos poucos, vai tomando novos formatos em termos de sua organização. Estes pressupõem que as famílias tenham um espaço para a livre deliberação sobre o que, por que e como produzir, ao mesmo tempo que se fortalecem através da formação de grupos políticos e econômicos como as organizações formais. Mesmo que o projeto inicial induza a uma padronização da produção e dos comportamentos, aos poucos as famílias têm a possibilidade de vivenciar o assentamento conforme seus interesses e perspectiva de futuro.

Na relação com as demais famílias assentadas e com os movimentos sociais, observa-se a formação de grupos formais menores ou a fragmentação de grupos muito grandes, pois assim se pode ter uma aproximação dos interesses políticos e produtivos. Processo parecido com o que aconteceu no assentamento Sepé Tiarajú, conforme Scopinho (2012). A reorganização política e produtiva no interior dos assentamentos permite o estabelecimento de uma forte relação com uma série de agentes sociais ligados ao poder público e ao mercado consumidor dos municípios do entorno. Outra dimensão da organização interna é a da ramificação das famílias através de casamentos com pessoas de núcleos diferentes, que acabam consolidando

¹¹ Referimo-nos aqui à divisão das famílias do MST entre os cooperados da referida Cooperares, que tinha 150 cooperados na época da pesquisa de campo em 2013, e os associados à Amarp (Associação de Mulheres Assentadas de Ribeirão Preto), à época com 85 associados (DUVAL, 2015).

grupos informais ligados por laços de parentesco, compadrio, vizinhança e amizade.

O mais interessante é que a dinâmica dos anos iniciais dos assentamentos, após a ocupação, não cessa de produzir projetos que possuem um “vir a ser” – ou seja, existem em estado pontilhado (BOURDIEU, 2004) –, nos quais a ação dos agentes sociais é decisiva na consolidação dos assentamentos. Seja a ação mais organizada pelo Estado ou pelo movimento social, geralmente pressupõe estratégias em torno de interesses (notadamente políticos e econômicos) maiores, às vezes orientados pelo coletivismo, outras pelo cooperativismo ligado à integração agroindustrial ou por projetos agroecológicos, como no PDS da Barra. Mas, ao longo do tempo, ocorrem redefinições de projetos familiares e comunitários, novos agentes sociais e divisões possíveis surgem em torno desses interesses e das relações de confiança entre as famílias. Então, cooperativas são recriadas, novas alternativas produtivas surgem, há o processo de envelhecimento, os filhos se casam, saem para trabalhar e, assim, sucessivamente, de modo que as estratégias familiares também mudam. Mas elas podem mudar tanto na direção daquelas que procuram um pouco mais de autonomia como para aquelas que reforçam a dependência industrial, ou seja, são famílias que vivenciam a lógica camponesa entre a autonomia e a dependência (WANDERLEY, 2011).

Para o ex-dirigente do INCRA, o PDS nunca foi um modelo acabado porque as redefinições de projetos eram muito intensas, sobretudo nos anos iniciais de cada assentamento.

Eu acho que a grande inovação do PDS foi criar um contraponto no tipo de política convencional, com todas as fragilidades que o PDS, essa política teve e tem, foi poder reunir pessoas, permitir que o movimento social avançasse nisso como uma discussão, trazer o movimento de agroecologia. Por exemplo, hoje você tem uma política do governo de agroecologia, que nos assentamentos PDS isso cai como uma luva, está certo? É aonde mais os movimentos sociais têm essa discussão avançada, são nessas modalidades de assentamento. Porque eles discutiram isso daí. O poder público e o movimento social discutiram com os beneficiários e os beneficiários também discutiram, a questão por onde eles estavam indo e por onde eles estavam passando a partir daquele momento que aceitaram este tipo de proposta, n/é? (entrevista com Osvaldo Aly Jr., 2014).

No caso do PDS da Barra, o TAC, o tamanho do lote e o número de famílias são fatores que diferenciam as estratégias possíveis às famílias,

principalmente no que toca aos sistemas produtivos. A área de cada família faz com que o uso do solo seja intensificado ao máximo, aspecto que deveria alterar os projetos e orientações técnicas em relação aos demais assentamentos. O tamanho do lote praticamente elimina as possibilidades de criações de animais de grande porte, como o gado leiteiro e de algumas lavouras permanentes e temporárias. Outros fatores aumentam a diferença entre as duas modalidades de assentamentos. No caso específico do PDS da Fazenda da Barra, talvez a principal diferença seja o TAC, que no caso estabelece normas para a recomposição florestal, o uso do solo e demais recursos naturais, bem como regula o uso de insumos externos e poluentes, como os agrotóxicos. Neste sentido, as normas do TAC podem funcionar para a prática de uma agricultura ecológica, mas também podem ser medidas restritivas das estratégias dos assentados e, sobretudo, dos problemas por eles enfrentados nas lavouras. Até agora a pesquisa não identificou orientações técnicas e créditos diferenciados como contrapartida ao modelo implementado.

Em conversa informal em 2011 com o coordenador do escritório regional do INCRA, Edivar Lavratti¹² nos explicou que, apesar dos desafios, é extremamente relevante o reordenamento territorial promovido pela chegada dos assentamentos nessa região estratégica, baluarte da dominação do complexo sucroalcooleiro. Para ele, as famílias assentadas estão provocando contrapontos nas formas de organização da produção no território, pela necessidade de produzir sem agrotóxicos, mas também porque suas produções de alimentos já estão alcançando os mercados locais e regionais. No caso da Fazenda da Barra, ele afirma que se trata de uma “troca de gestão”, entre uma tradicional fazenda canavieira da família Junqueira e 440 famílias que, agora, habitam e produzem no assentamento PDS da Barra.

Considerações finais

O campo social dos assentamentos rurais em uma região dominada por um complexo agroindustrial tão importante como o sucroenergético traz imensos desafios para aqueles que acreditam na viabilização da agricultura familiar assentada pela via da produção de alimentos, do abastecimento dos mercados locais, da agroecologia e da autonomia dessas famílias agricultoras. Pois

¹² Ele contou brevemente como sua vida se entrelaçou com a história do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, especialmente na região. Sem dar muito detalhes, ele disse que foi uma das grandes lideranças da formação do MST na região e na conquista de assentamentos, porém acabou rompendo com o movimento.

predominam largamente os projetos em integração industrial e outros com vieses da agricultura convencional. Neste sentido, a mais nova sensação do modelo produtivo vem sendo as estufas para legumes com alto aporte de capital e insumos químicos e também as produções de verduras hidropônicas. Sistemas que, além de caros e de produzirem alimentos com grande carga de agrotóxicos e de menor valor biológico, reforçam a dependência das famílias ao modelo industrial de agricultura. Tais elementos já foram constatados nos casos das granjas da integração com a avicultura industrial e também plantações de cana, soja e milho advindas dos pacotes agrícolas industriais, que incluem o uso indiscriminado de sementes transgênicas.

A chegada de um agente governamental que atuou contrariamente ao controle do mercado sobre a terra pública, nos assentamentos, provocou, não sem conflitos, maneiras de regularizar caminhos e promover o desenvolvimento. As ações do INCRA, em geral, de fato surtiram efeito na recuperação da diversificação dos assentamentos federais na região central do estado de São Paulo. Por exemplo, com a criação de vários grupos de hortas coletivas que atendem aos mercados institucionais. No entanto, no embate entre diferentes concepções para o desenvolvimento dos assentamentos se depara com a realidade estruturada e vivenciada pelas famílias assentadas, predominantemente vinculada às propostas de integração industrial para o plantio de cana nos assentamentos mais antigos. Este é o caso do assentamento Bela Vista do Chibarro, no qual após várias reuniões e tentativas de se introduzir um novo PRA (Plano de Recuperação do Assentamento), o órgão gestor teve que ceder na luta contra a cana: restou ao INCRA autorizar, em 2013, cada família a plantar até 40% de seus lotes com cana industrial, ao invés dos 50% autorizados pelo Itesp em 2004.

A situação atual apresenta novos contornos em função da internacionalização das usinas, das mudanças no processo produtivo e de trabalho no setor canavieiro, as quais têm afunilado as perspectivas de entrega da cana por parte das famílias assentadas. Face a este quadro, uma das possibilidades que vem sendo observada no discurso dos assentados é a gestão da cana por associações ou cooperativas, o que repõe outros dilemas na questão da renumeração das famílias e na divisão do espaço produtivo.

No entanto, um aspecto fundamental priorizado na análise deste artigo foi a retomada da discussão ambiental na política de assentamentos por meio da modalidade PDS. Houve avanços no diálogo com os movimentos sociais e no atendimento de algumas demandas, apesar dos inúmeros conflitos explicitados. Acreditamos no diferencial desta modalidade quanto

às pessoas entrarem no assentamento com formação e propósito de iniciar suas atividades agropecuárias de forma agroecológica. Além das discussões entre as famílias e os movimentos sociais em torno da Agroecologia, as organizações formais já conseguiam comercializar a produção junto às prefeituras (sobretudo de municípios menores) e nas feiras da região, com o sobrevalor ou pelo menos a justificativa da produção agroecológica, dando exemplos vivos da potencialidade da agricultura familiar assentada fornecer alimentos sem agrotóxico para o mercado consumidor urbano.

Este artigo não pretendeu analisar o assentamento PDS por meio da plena execução do projeto ambiental, que incluiria o uso coletivo da terra e o manejo agroecológico na realidade concreta das famílias assentadas. A realização deste projeto passa pela compreensão do jogo político, dos agentes e conjunturas nas quais ocorre a construção do campo social dos assentamentos rurais nesta região, uma verdadeira trama de tensões constituída pelas representações e posições dos grupos sociais em seu interior. A concretização daqueles objetivos são fenômenos que ocorrem porque na dinâmica interna dos assentamentos há famílias assentadas e outros agentes (como técnicos, movimentos sociais e universidades) que levam adiante as propostas do PDS, sem com isso contar necessariamente com um efetivo projeto ambiental levado a cabo pelo Estado.

As expectativas com relação à vida no assentamento e ao projeto ambiental, no que toca à assistência técnica, às políticas públicas e às relações com os agentes regionais, em geral, são marcadas por uma forte desconexão com a realidade concreta. O estudo de caso aqui apresentado evidencia que a transição para modelos agroecológicos de assentamentos PDS ocorre como processo e não como modelo pronto e acabado, pois se assemelha à realidade de constituição dos assentamentos como um todo.

No campo das estratégias políticas, nos assentamentos mais antigos da região houve grande polarização das famílias contrárias ou favoráveis ao plantio de cana industrial. Nos anos iniciais do PDS da Barra, os rachas são provocados pelos constantes rearranjos de poder. A tendência foi a acomodação das bases dos movimentos sociais em grupos menores de produção, por meio de cooperativas e associações em torno de lideranças, nas quais as relações de confiança eram mais sólidas. Além disso, em função das estratégias matrimoniais e da formação de redes de parentesco, os grupos não são totalmente antagônicos entre si, de forma que as lideranças dos assentamentos fazem o confronto de projetos, mas a unidade entre as bases permanece de alguma forma.

Como ponto de reflexão final, destaca-se a conjuntura política para o desenvolvimento dos assentamentos nos últimos doze anos, apesar do drástico esvaziamento do investimento na criação de novos assentamentos a partir de 2009. Houve abertura para a possível redução das desigualdades de gênero e dos mercados institucionais, bem como o diálogo entre governo e movimentos sociais possibilitou avanços na questão ambiental. Uma das frentes foi a implementação de novas modalidades de assentamentos no estado de São Paulo – não apenas o PDS, mas assentamentos na modalidade de Comuna Rural e assentamentos periurbanos animaram o cenário da política de assentamentos. Outros vários avanços que se entrecruzam com as modalidades de assentamento com caráter ambiental podem ser exemplificados pelos programas criados pelo MDA – como a regulação da produção orgânica e agroecológica e os editais de assistência técnica, pesquisa, formação e extensão em Agroecologia. Mas que correm imensos riscos de retrocesso com a retomada ilegítima do poder por forças conservadoras da sociedade brasileira e com a extinção deste ministério. Em todos os casos, os passos da transição agroecológica, ainda que tímidos, têm mais que um resultado prático, um significado simbólico que poderia prevalecer nos planos de desenvolvimento dos assentamentos rurais como um todo.

Outro ponto foi a redução do tempo de execução das políticas públicas, conforme apontado ao longo do artigo. A grande diferença para as famílias assentadas é uma mais rápida consolidação nos assentamentos, pois em dois anos já possuem créditos para a casa e para iniciar a produção, além de outros elementos ligados à infraestrutura, como luz, água e estradas. Ao que parece, são ações fundamentais para a conquista da cidadania e para a possibilidade de desenvolvimento de capacidades por parte das famílias assentadas. Os direitos conquistados no acesso à terra, à moradia e à alimentação são habilitadores de outros direitos, como possuir um trabalho digno na agricultura familiar e ter acesso ao mercado para seus produtos.

Cabe acompanhar se as conquistas se manterão e se outras ações no âmbito do desenvolvimento dos assentamentos serão colocadas em prática e de fato asseguradas, em um recorte temporal mais amplo, dando garantias aos direitos conquistados e continuidade à política de reforma agrária que temos, para que os assentamentos ocupem efetivamente o relevante papel de dinamizador econômico, social e cultural nas regiões, sobretudo na perspectiva da soberania e da segurança alimentar.

Referências

AMARAL, D.T. do. **Novos projetos, velhas questões**: a dimensão ambiental em PA's e PDS's na região nordeste do Estado de São Paulo. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, Araraquara/SP, 2013.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B. O ciclo recente da reforma agrária no Estado de São Paulo: Pressões, Conquistas e Limites. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, UFMT, v.15, p.126-141, 2013.

BOURDIEU, P. (Org.) **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CUNHA, M.C. da. **A Constituição está em perigo**. Folha de S. Paulo - Tendências/Debates 03/10/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/10/1350913-manuela-carneiro-da-cunha-a-constituicao-esta-em-perigo.shtml>>. Acesso em: 04/10/2013

DUVAL, H.C. **Bens Materiais e Simbólicos**: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994

FERRANTE, V.L.S.B.; ALMEIDA, L.M. Assentamentos rurais como celeiros da cana: por onde caminha a reforma agrária? **Ruris**, Campinas, v.3, p.10-34, 2009.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias** (Versão Impressa), Porto Alegre, UFRGS, v.13, p.262-305, 2011.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**. Processos ecológicos em agricultura sustentável. 3ª Ed. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GONÇALVES, J.C.; SCOPINHO, R.A. Reforma agrária e desenvolvimento sustentável? A difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto/SP. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.13, p.239-262, 2010.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V.J.; BUCHWEITZ, V.D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), Brasília, v.52, p.323-346, 2014.

IPEA. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo**. Fatores de sucesso ou insucesso. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013.

LOPES, P.R.; KAGEYAMA, P.Y.; ARAUJO, K.C.S. Sistemas agroflorestais e produção agroecológica de café na região do Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.17, p.261-292, 2014
MARENGO J. A. Cenários de Mudanças Climáticas para o Brasil em 2100. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria-RS, v.34, p.100-125, 2007

MAZALLA NETO, W. **Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais**. Campinas: Ed. Átomo, 2013.

MORUZZI MARQUES, P.E.; LUCAS, A. de; GASPARI, L.C. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.17, n.1, p.161-178, 2014.

NAVARRO, Z. **Pá de cal na reforma agrária**. Opinião, O Estado de São Paulo, 21 de setembro, 2013a.

NAVARRO, Z. **Fadas, duendes e agricultura**. Opinião, O Estado de São Paulo, 30 de outubro, 2013b.

NOBRE, C.; JOLY, C.; CERRI, C.; HOGAN, D.; ROCHA, H.; MARCOVITCH, J.; CORTEZ, L.A.B.; ARTAXO, P.; DIAS, P.L. da (Eds.) **FAPESP research programme on global climate change (FRPGCC)**. Projeto Final/Documento Base, 2008. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/mcg/FRPGCC.pdf>>. Acesso em: 07/10/2008.

NOVAES, H.T. **O Fetiche da Tecnologia**: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular/Fapesp, 2007.

PRIMAVESI, O; ARZABE, C.; PEDREIRA, M.S. (Eds.) **Aquecimento Global e Mudanças Climáticas**: uma visão integrada tropical. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2007.

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J.D. dos. Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.12, Nupedor/Uniará/INCRA, p.47-68, 2009.

ROSENFELD, D.L. **A mudança necessária**. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/artigos/mudanca-necessaria>>. Acesso em: 27/05/2014.

SCOPINHO, R.A. **Processo Organizativo de Assentamentos Rurais**. Trabalho, condições de vida e sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2012.

WANDERLEY, M. de N.B. **Um Saber Necessário**. Os estudos rurais no Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SANTA HELENA - SÃO CARLOS/SP: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DAS OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS, AMEAÇAS E FORTALEZAS

*Caio Yamazaki Saravalle*¹

*Paulo Rogério Lopes*²

*Guilherme Franceschini*³

*Leina Freire*⁴

*Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo*⁵

Resumo: A pesquisa teve como objetivo apresentar a caracterização socioambiental, realizada de forma participativa, do assentamento agroecológico Santa Helena, localizado no município de São Carlos/SP. Por meio de visitas periódicas construiu-se um diagnóstico participativo e dialógico com a comunidade local. Utilizaram-se técnicas participativas, destacando-se as caminhadas transversais, as entrevistas-semiestruturadas e a ferramenta FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Adversidades). Dentre as principais dificuldades apontadas, destacou-se a insuficiência de pressão do sistema existente de captação e abastecimento de água para a produção agropecuária e a dificuldade de

¹ Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – PPGADR, Centro de Ciências Agrárias/UFSCar, Araras/SP - caio.sarava@gmail.com;

² Doutor em Ecologia Aplicada, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Universidade de São Paulo, Piracicaba/SP - biocafelopes@yahoo.com.br;

³ Doutorando em Energia na Agricultura – Faculdade de Ciências Agrônômicas/Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” - UNESP, Botucatu/SP - franceschini_unesp@hotmail.com;

⁴ Especialista em Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa – FEAGRI/Unicamp, Campinas/SP- leinafreire@gmail.com;

⁵ Pós-doutoranda PNPd/CAPES, do Centro de Ciências Agrárias/UFSCar, Araras/SP; FEAGRI/Unicamp, Campinas/SP - vanilde@yahoo.com.

obtenção de recursos financeiros. Como possibilidades para minimizar os problemas destacaram-se a comercialização dos produtos nos mercados institucionais, em feiras de orgânicos e a entrega regular de cestas, já que 80% dos sistemas de produção do assentamento estão em transição agroecológica. Conclui-se a necessidade de trabalhar de forma mais aprofundada a questão da irrigação, das sementes crioulas, da assistência técnica agroecológica e da certificação da produção.

Palavras-chave: Agroecologia, Agricultura ecológica, Metodologia participativa, Assentamento rural.

Abstract: The research aimed to perform social environmental characterization of the settlement Santa Helena, located in São Carlos/SP. Through periodic visits we built a participatory and dialogic diagnosis with the local community. We used participatory techniques, highlighting the transect walks, semi-structured interviews, and the FOFA tool (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Adversidades). Among the main difficulties, highlighted the pressure insufficiency of the existing water collection system and supply for agricultural production and the difficulty of obtaining financial resources. As possibilities marketing in institutional markets, fairs and regular delivery of organic baskets, since 80% of the production systems of the settlement are in agroecological transition. We conclude the need to work the issue of irrigation, native seeds, agroecological technical assistance and certification.

Keywords: Agroecology, ecological agriculture, participatory methodology, rural settlement.

1. Introdução

A agricultura convencional tem se mostrado cada vez menos sustentável, devido ao alto custo de produção, associado à elevada dependência dos recursos externos à propriedade, resistência das pragas aos agrotóxicos, perda da fertilidade dos solos e ausência de biodiversidade funcional nos agroecossistemas. Neste sentido, estudos e iniciativas que favoreçam o desenvolvimento dos estilos alternativos de agricultura e a organização da agricultura familiar têm sido fundamentais no processo de busca por um

desenvolvimento rural sustentável.

Segundo Lopes (2014), os sistemas produtivos de base ecológica vêm surgindo como uma alternativa tecnológica e economicamente rentável aos agricultores, uma vez que visam eliminar os impactos ambientais provocados pelo uso irracional dos recursos naturais. Por este motivo, a sistematização e apresentação de experiências com agricultura sustentável tem fortalecido a transição agroecológica realizada no país.

A base científica para esses estilos de agricultura com enfoque sustentável é dada pela agroecologia, ciência pautada em diversas áreas do conhecimento científico e na valorização do conhecimento tradicional dos agricultores, contendo os princípios teóricos e metodológicos que dão suporte às análises dos agroecossistemas, subsídios para o manejo e redesenho dos sistemas produtivos, essencial no processo de transição agroecológica iniciado pelas unidades de produção convencionais que almejam alcançar níveis satisfatórios de sustentabilidade.

Segundo Assis (2002), a agroecologia resgata a lógica das sociedades camponesas tradicionais e seus conhecimentos tradicionais desprezados pela agricultura moderna como forma de vencer o desafio de estabelecer uma agricultura sustentável. Para Guzmán (2005), o aprendizado dessa nova maneira de pensar e fazer agricultura passa por experiências de êxito e fracasso, devendo ser realizado por toda sociedade.

O PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Santa Helena, projeto de assentamento alicerçado e construído numa perspectiva inovadora de produção limpa e sustentável, busca o ideal da não utilização de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos altamente solúveis, em alusão aos modelos de assentamentos sustentáveis implementados na Região Amazônica. Assim como o Santa Helena, outros PDS's foram implementados no estado de São Paulo, visando uma produção agrícola mais sustentável e menos agressiva à saúde dos trabalhadores e consumidores (FREITAS, 2008).

Estando localizado próximo ao centro do município, com estradas de acesso bem pavimentadas, o assentamento possui muitas interações com a zona urbana. São Carlos é um município com alta concentração de universidades e centros de pesquisa, não sendo rara a presença externa no local, trazendo propostas de projetos, parcerias, entre outros. É neste contexto que os educandos do curso Residência Agrária - Especialização *Lato sensu* em Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa promovido pela Feagri/Unicamp, se aproximaram da área e

passaram a desenvolver seu Tempo Comunidade⁶ junto aos assentados e assentadas.

Desta maneira, o presente trabalho é fruto das atividades desenvolvidas ao longo dos Tempos Comunidade da especialização citada acima. Neste sentido, avaliar os sistemas de produção adotados pela agricultura familiar em assentados da reforma agrária se constitui em uma estratégia importante no processo de conversão agroecológica, uma vez que a transição para sistemas produtivos sustentáveis exige uma caracterização e problematização da realidade local com a participação efetiva da comunidade beneficiada. Assim, o presente artigo tem como objetivo apresentar a caracterização socioambiental do assentamento agroecológico Santa Helena – São Carlos, realizada de maneira participativa com os assentados e assentadas.

2. Metodologia

2.1. Área de estudo

Atualmente, o PDS Santa Helena abriga 14 famílias assentadas pelo Incria – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O assentamento foi oficializado em 2005, e cada família possui uma área produtiva de aproximadamente 5,4 há, sendo que o assentamento rural possuiu uma área total de 102,5 ha, incluindo as áreas comunitárias, de reserva legal e área de preservação permanente.

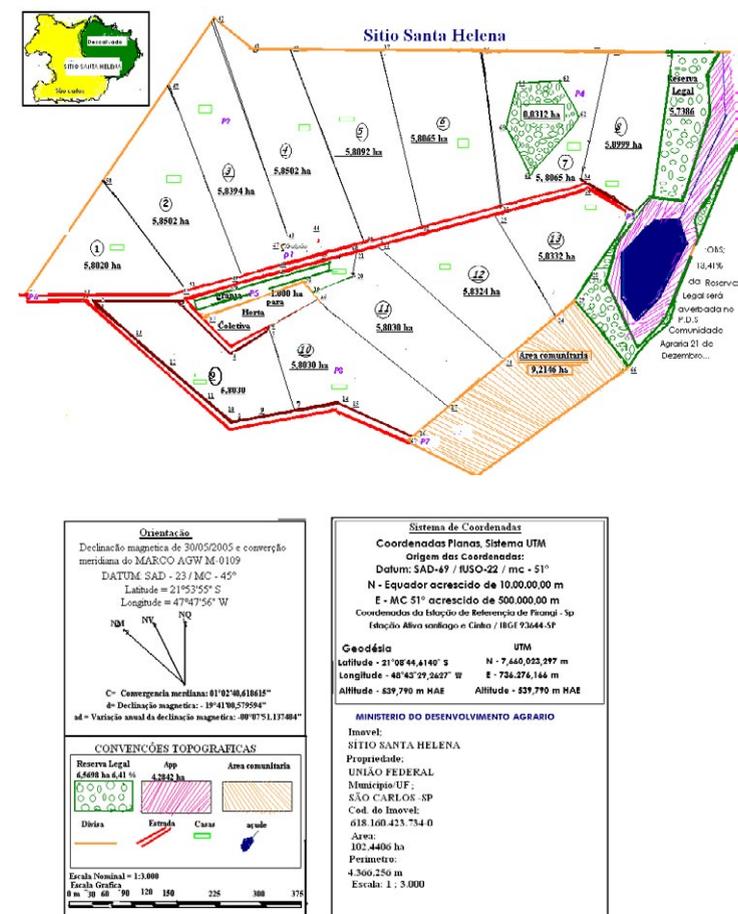
As terras estavam sob litígio judicial, sendo que a União transferiu as mesmas para o Incria - Superintendência Regional de São Paulo para a implantação do PDS. A altitude média do assentamento é de 540 m, possui Latossolo Vermelho-Amarelado (Arenoso). O clima é tropical de altitude com inverno seco, com temperatura média mínima de 15,3 °C e máxima de 27,0 °C com precipitação de 1512 mm. Do total da área do assentamento, 6,56 ha se constituem em área de reserva legal e 4,28 ha em área de preservação permanente (Figura 1).

Antes da existência do assentamento, a área era denominada Fazenda Santa Helena e era arrendada para o plantio de cana de açúcar para a Usina Ipiranga, do grupo Copersucar, localizada em Descalvado/SP (86 ha), além de exploração de avicultura de corte, com capacidade de 25 a 30 mil

⁶ O Curso foi organizado segundo os preceitos da pedagogia da alternância, onde as atividades de efetivo trabalho acadêmico eram divididas em tempos-escola, visando às ações formativas e de reflexão e troca, seminários e os componentes curriculares, e tempos-comunidade destinados aos trabalhos de campo em regiões selecionadas.

aves. Apesar da desapropriação da área para fins de reforma agrária, houve grande resistência das autoridades competentes, em especial do Ministério Público, em autorizar o estabelecimento do assentamento (ALVES FILHO, 2012). Este só foi possível com o compromisso do desenvolvimento de um PDS, pois a área é de grande interesse e importância ambiental para a região, uma vez que se localiza em área de recarga do Aquífero Guarani. Dentro do assentamento existe uma associação (Associação dos Produtores Rurais Nova Santa Helena) criada em 2011 com o intuito de fortalecer as atividades coletivas, bem como obter recursos externos para a melhoria da infraestrutura para produção e moradia.

Figura 1- Croqui do PDS Santa Helena, São Carlos/SP, 2016



Fonte: LOPES et al., 2014.

2.2. Coleta de dados

Visitas periódicas foram realizadas ao assentamento durante o segundo semestre de 2014, com o intuito de construir um diagnóstico participativo e dialógico com a comunidade local. Foram utilizadas técnicas participativas de avaliação e problematização da realidade local, técnicas essas presentes no arcabouço metodológico do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), principalmente as caminhadas transversais e as entrevistas-semiestruturadas, realizadas em seis lotes do assentamento. Além de momentos de conversas e diálogos coletivos, em uma reunião específica foi realizada a ferramenta FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) com o objetivo de apontar os principais problemas e oportunidades do assentamento, almejando também o fortalecimento da organização do grupo em busca de alternativas para a resolução dos problemas. Ou seja, a escolha desta metodologia buscou aproximar o pesquisador do pesquisado, diminuindo a distância entre sujeito e objeto da pesquisa (THIOLLENT, 1982).

As caminhadas transversais possibilitaram a identificação e o levantamento dos aspectos produtivos da unidade de produção (divisão do lote, área de pasto, área de horta, manejo do solo, entre outros), contemplando todos os subsistemas e seus componentes. Utilizaram-se outras técnicas de pesquisa como a observação ativa e a documentação fotográfica. Por meio de entrevistas semiestruturadas pode-se diagnosticar, coletar dados e analisar outras características das famílias e das unidades de produção. Deste modo, de acordo com Verdejo (2006), a entrevista semiestruturada é uma ferramenta que possibilita criar um ambiente aberto de diálogo e permite à pessoa entrevistada se expressar livremente, sem limitações criadas por um questionário.

3. Resultados e discussões

3.1. Principais dificuldades e fortalezas do assentamento

Como resultado da aplicação da ferramenta FOFA, a Tabela 1 apresenta as principais dificuldades e adversidades elencadas pelos assentados.

Tabela 1 – Resultado da FOFA com os assentados do PDS Santa Helena

Fortalezas	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
Terra	Gado	Recurso financeiro	Pragas
Localização	Horta	Água	Formigas
	PAA/PNAE	Pastagem	Seca
	Feiras	Tempo da burocracia	EJA
	Orgânicos	Comercialização	
	Peixes	Falta de integração das parcerias	
	Entrega de cestas	Assistência técnica	
	Conta fomento		
Parcerias			

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Dentre as principais dificuldades e adversidades elencadas pelos assentados destacou-se a insuficiência de pressão do sistema existente de captação e abastecimento de água para a produção agropecuária, longo período de estiagem do último ano, a presença de pragas, a burocracia para o acesso a financiamento e falta de recursos financeiros para investimento na produção, dificuldades e necessidade de outras vias de comercialização, falta de integração entre as entidades parceiras que realizam atividades de extensão rural no assentamento.

Como principais oportunidades foram elencadas o potencial de segurança financeira proveniente da produção de gado (corte e leite), a aptidão dos agricultores para o estabelecimento de horticultura foi um ponto importante que surgiu, a comercialização nos mercados institucionais do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), a comercialização em feiras já existentes no município de São Carlos, bem como a entrega regular de cestas com alimentos orgânicos, já que o assentamento possui certificação orgânica por meio de uma OCS (Organismo de Controle Social). Além disso, outras oportunidades apontadas pelos assentados foi a possibilidade de implantação de piscicultura, a utilização dos recursos financeiros para fomento da produção mobilizados em uma conta específica que aguarda autorização de uso por parte do Incra e as diversas parcerias de entidades com o assentamento, sendo que o município possui duas universidades públicas, duas unidades da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e o Departamento de Apoio à Economia Solidária da Prefeitura Municipal de São Carlos, que são vistas

pelos assentados como atores que vem contribuindo com a melhoria da qualidade de vida e da produção agropecuária por meio de atividades de assessoria técnica nos âmbitos da produção, da organização coletiva, da elaboração de projetos para captação de recursos financeiros e saneamento rural (Figuras 2 e 3).

Figura 2. Participação dos assentados durante a FOFA



Fonte: Caio Y. Saravalle.

Figura 3. Resultado final da dinâmica, sendo a última coluna da direita os temas que foram trabalhados durante o Tempo Comunidade da Residência Agrária



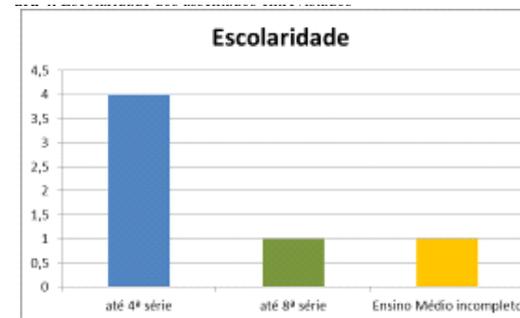
Fonte: Caio Y. Saravalle.

Sobre a principal fraqueza apontada, que foi a água, é importante destacar que a captação de água existente no assentamento provém de duas fontes: a do lago para a produção agropecuária e a do poço artesiano para consumo doméstico. Em 2012, houve um problema mecânico na roda d'água que bombeava a água do lago para todos os lotes. Após a sua manutenção, a pressão não mais foi suficiente para atender todos os lotes do assentamento, sendo que desde então a falta de água para produção tornou-se a principal dificuldade dos assentados. Alguns lotes mais próximos deste lago contam com pequenas bombas (1 a 1,5 HP) para a irrigação de sua produção e manutenção das criações animais. Por outro lado, aqueles mais distantes do lago, em posição topográfica mais elevada, até hoje dependem da substituição do equipamento ou de sua adequada manutenção para voltarem a produzir para além da subsistência em seus lotes. Desta forma, os assentados se organizaram para adquirir, por meio de emenda parlamentar, uma nova bomba com potência suficiente para atender a demanda de produção de todos os lotes e que foi recentemente instalada.

3.2. Análise dos dados provenientes das entrevistas semiestruturadas

A seguir serão apresentadas as principais informações provenientes da aplicação dos questionários em seis dos 14 lotes do PDS Santa Helena. Tais informações foram divididas em dois grupos: as que se referem aos aspectos sociais e outras que se referem à produção no lote. Em relação à escolaridade, tem-se que quatro dos seis agricultores entrevistados estudou até a 4ª série, um estudou até a 8ª série e um possui o ensino médio incompleto (Figura 4).

Figura 4. Escolaridade dos assentados entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Em relação à ocupação e fonte de renda destes agricultores, três deles declararam ser a aposentadoria sua principal fonte, dois declararam ser a agricultura e apenas um declarou ser o trabalho fora do lote sua principal ocupação (Figura 5).

Figura 5. Principais fontes de renda e ocupação dos assentados entrevistados

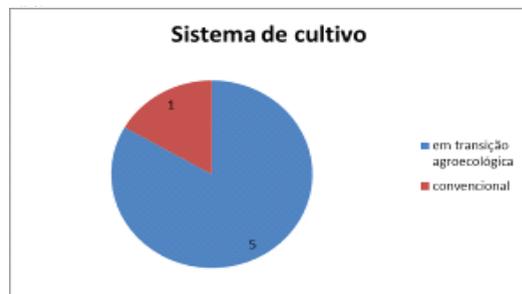


Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A partir da análise dos dados obtidos, e também devido à questão da água já relatada anteriormente, foi constatado que metade dos entrevistados depende da renda proveniente de suas aposentadorias para o sustento da família e dois tem sua principal fonte de renda fora do lote (vigilante e pedreiro), sendo que apenas o lote mais próximo do lago declarou ter sua principal renda proveniente da agricultura.

Sobre os aspectos referentes à produção, verificou-se que em cinco dos seis lotes existem sistemas de cultivo em transição agroecológica e apenas um lote ainda mantém seu cultivo apenas com práticas convencionais (Figura 6).

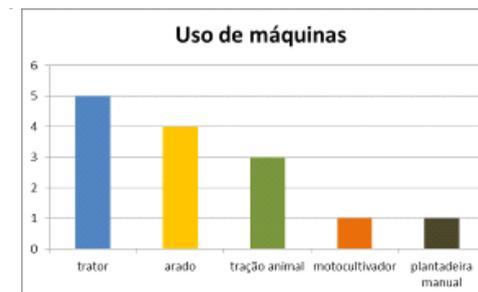
Figura 6. Sistemas de cultivo dos lotes analisados



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Tratando-se do uso de máquinas na produção agrícola, pode-se observar que o trator é utilizado em cinco lotes, o arado em quatro, a tração animal em três lotes, sendo o motocultivador e a plantadeira manual utilizados somente em um lote (Figura 7).

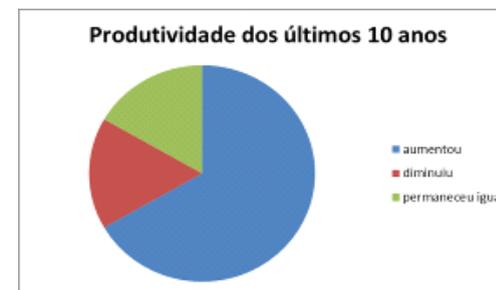
Figura 7. Gráfico do uso de máquinas na produção agrícola dos lotes entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Em relação à produtividade nos últimos 10 anos, verificou-se que em quatro lotes houve o aumento, em um lote a produtividade permaneceu a mesma e em um lote houve a diminuição (Figura 8).

Figura 8. Percepção em relação à produtividade dos últimos 10 anos



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Os agricultores também foram questionados sobre as pragas e doenças em seus cultivos nos últimos anos. Três deles afirmaram que estas diminuíram, dois afirmaram que permaneceu igual e um não soube responder (Figura 9).

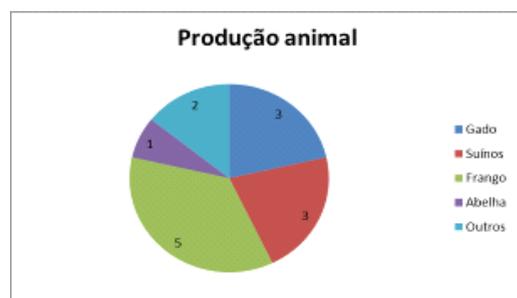
Figura 9. Presença de pragas e doenças nos últimos anos



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Por fim, foram levantados dados a respeito da criação de animais nestes seis lotes. A criação de suínos foi identificada em três lotes, assim como a criação de gado de leite/corte. A criação de frangos está presente em cinco lotes e a de abelhas em apenas um lote. Outras criações como a de pato e a de peru, por exemplo, foram identificadas em dois lotes (Figura 10). A criação animal desempenha um papel muito significativo na segurança financeira dos lotes, pois foi considerada como a principal fonte de recursos para o pagamento do crédito do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Além disso, são importantes fontes de produtos que se convertem em renda não monetária, ao passo que o leite, carne e ovos representam uma parte significativa da dieta diária destas famílias.

Figura 10. Produção animal nos lotes entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Após a análise destes dados e das visitas realizadas ao assentamento, é importante destacar que cerca de 80% dos lotes apresentam sistemas produtivos em transição agroecológica. Dentre os entrevistados, foram identificadas as seguintes técnicas agroecológicas de manejo: cobertura do solo, quebra-ventos, compostagem, adubação verde, utilização de esterco, biofertilizantes, caldas, restos de cultura, plantas atrativas de polinizadores, plantas repelentes, aumento da diversidade biológica dos sistemas produtivos, rotação de culturas, plantio em curva de nível, sistema agroflorestal, dentre outras práticas importantes no processo de conversão agroecológica. Aliada a este processo de transição, tem-se a percepção relatada de diminuição das pragas e das doenças e o aumento da produtividade nos últimos dez anos.

Por outro lado, verificou-se uma contradição na medida em que o lote mais produtivo, cuja renda provém principalmente da agricultura, é aquele cuja produção é convencional. Isto também pode ser justificado pelo fato de este lote ter como limite o lago, ou seja, seu acesso à água é irrestrito e privilegiado em relação aos demais lotes, o que tem garantido a viabilidade de sua produção. Portanto, necessita-se um maior aprofundamento da análise de produtividade comparativa entre os sistemas convencional e agroecológico no assentamento, face à questão da água, cujo fator é limitante para a produção neste PDS.

3.3. Educação agroecológica

Como os autores do artigo foram estudantes e docente do curso de Especialização *Lato Sensu* de Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa, oferecido pela Feagri/Unicamp, a problematização da realidade local contribuiu não apenas para a caracterização do assentamento, mas para o embasamento de atividades práticas que vão ao encontro para a busca de soluções dos principais problemas apontados pela comunidade.

Neste sentido, a partir da realização desta caracterização socioambiental do assentamento e pelo fato de 80% dos lotes apresentarem sistemas produtivos em processos de conversão (transição agroecológica), verificou-se a pertinência das ações dos educandos do curso Residência Agrária da Unicamp (parte dos autores deste artigo) no assentamento, tendo em vista o prévio interesse dos agricultores, o qual foi fomentado pelas ações já desenvolvidas por outras entidades parceiras que atuam no assentamento desde a sua criação. Porém, tais agricultores necessitam de maior

conhecimento e acompanhamento técnico.

Como a questão da água é limitante para estes agricultores, uma ação que foi consequência de um dos TCCs (Trabalhos de Conclusão de Curso) da equipe de educandos do curso Residência Agrária foi a realização de oficinas de construção de sistemas de irrigação de baixo custo (Figura 11). Desta forma, os agricultores ao apropriarem-se de conhecimentos instrumentais sobre sistemas de irrigação, têm a possibilidade de serem mais autônomos podendo superar a problemática da água no assentamento.

Figura 11. Oficina sobre sistemas de irrigação de baixo custo realizada em um dos lotes do PDS Santa Helena, São Carlos/SP



Fonte: Guilherme Franceschini, 2014.

Sendo o assentamento Santa Helena um PDS, há o compromisso da realização de uma produção de base ecológica, e para tal, a necessidade da utilização de sementes orgânicas. Muitos assentados já preservam e utilizam sementes crioulas em seus lotes, com pouco hábito da troca deste material genético entre eles. Portanto, identificou-se ser esta uma segunda questão importante a ser trabalhada durante o Tempo Comunidade, pois tem o potencial de redução dos custos de produção, uma vez que são sementes adaptadas àquela realidade local. Além disso, reflete a garantia e

manutenção da soberania alimentar do assentamento. Para tal, a proposta (que surgiu através de um processo participativo entre educandos e assentados) foi realizar um levantamento das variedades existentes e promover o intercâmbio deste material e todo o conhecimento associado de modo a fortalecer os vínculos e as relações interpessoais do PDS, bem como estudar a relação entre o capital social e as sementes crioulas, já que envolvem relação de reciprocidade e confiança, fundamentais na manutenção de qualquer comunidade rural.

A partir da identificação da venda dos produtos orgânicos como sendo uma oportunidade apresentada pelos próprios agricultores durante a realização da ferramenta FOFA, considerou-se pertinente fomentar este tema a partir de ações que os possibilitassem compreender melhor e apropriarem-se da OCS (Organismo de Controle Social) que possuem no assentamento. Esta estava sendo subutilizada, pois os assentados não usufruíam do acréscimo de 30% que esta certificação possibilita no preço dos produtos durante a comercialização nos mercados institucionais. Esta temática referente à certificação orgânica e da OCS existente no assentamento também foi objeto de um TCC da equipe de estudantes do curso Residência Agrária no PDS Santa Helena.

A quarta e última ação, definida com a comunidade, foi colaborar com o avanço da transição agroecológica do assentamento foi colocado em pauta discussões e iniciativas práticas sobre manejo ecológico do solo, MEPD (Manejo ecológico de pragas e doenças), redesenho e sistemas agroflorestais. Para tanto realizou-se a promoção da avaliação participativa de um sistema de produção convencional de café; a conversão agroecológica deste sistema para um sistema agroflorestal, no intuito de promover uma educação ambiental e agroecológica, de maneira prática e participativa no assentamento.

4. Conclusões

A implementação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS's em áreas de assentamentos rurais indicam a necessidade de se considerar os aspectos sociais, econômicos e ambientais, característicos da sustentabilidade. O PDS Santa Helena, localizado no município de São Carlos-SP, foi planejado com esse propósito, especialmente pelo fato de se encontrar numa área de recarga do Aquífero Guarani, possuindo grande importância ambiental.

O conjunto de estratégias metodológicas utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa, destacando-se a caminha transversal, entrevistas semi-estruturadas, fotodocumentação e FOFA foram técnicas essenciais no processo de avaliação e caracterização participativa da realidade local do assentamento Santa Helena. Essas técnicas permitiram a participação efetiva dos assentados, favorecendo as trocas de conhecimentos científicos e populares, essenciais ao processo de construção de sistemas produtivos sustentáveis.

Através da participação dos assentados no diagnóstico socioambiental pôde-se verificar alguns entraves destacando-se (principalmente) a dificuldade de produção pela falta de água; a organização dos assentados para a garantia da soberania alimentar através da conservação das sementes crioulas; a dificuldade de comercialização. Verificou-se também que apesar do assentamento Santa Helena ser um PDS, ainda há assentado produzindo de forma convencional.

Desta forma, para que se alcance o tão almejado desenvolvimento sustentável nessas localidades é necessário haver ações conjuntas entre os diversos órgãos ali presentes, estabelecendo programas de políticas públicas que previnam a intensificação dos problemas ambientais, sociais e econômicos. Para tanto, deve haver uma orientação e comprometimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural para a garantia do desenvolvimento sustentável dos PDS's.

Referências

ALVES FILHO, J. P. **Dinâmicas dos modos de vida e saúde ambiental no campo**: os projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais no Estado de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ASSIS, R. L. de. **Agroecologia no Brasil**: análise do processo de difusão e perspectivas. 2002. 173 p. Tese (Doutorado em Sociedade e Agricultura) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FREITAS, E. P. O projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) como paradigma para a implementação de assentamentos de reforma agrária: o caso do assentamento Sepé Tiaraju em Serra Azul (SP). 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa - ENGRUP, São Paulo, 2008, p. 739-773. In: **Anais...**, São Paulo, 2008.

GUZMÁN, E. S. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa, Informação Tecnológica, 2005. p. 101-132.

LOPES, P. R. **A biodiversidade como fator preponderante para a produção agrícola em agroecossistemas cafeeiros sombreados no Pontal do Paranapanema**. 2014. 172 p. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada - Interunidades) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, SP, 2014.

LOPES, P. R. et al. Problematização participativa da realidade local do assentamento agroecológico PDS Santa Helena – São Carlos/SP. **Cadernos de Agroecologia**, v.9. n.4. 2014.

TEIXEIRA, E.S. *et al.* Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242. 2008.

THIOLLENT, M. - **Notas para o debate de sobre pesquisa-ação**. Serviço Social e Sociedade. (10), São Paulo, Ed. Cortez, 1982.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo** – Guia prático DRP. Brasília: SAF/MDA, 2006.

SEMEANDO NOVOS TEMPOS? REFORMA AGRÁRIA E AGROECOLOGIA UM DIÁLOGO POSSÍVEL E NECESSÁRIO - ANÁLISE A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DO PDS OSVALDO DE OLIVEIRA NO RIO DE JANEIRO

*David Wigg*¹

*Fernanda Maria Vieira*²

*Mariana Trotta D. Quintans*³

*Natália Almeida Souza*⁴

*Nivia Regina Silva*⁵

*Raoni Amaral Lustosa*⁶

Resumo: O presente artigo busca analisar a experiência de construção do primeiro PDS no Rio de Janeiro, o PDS Osvaldo de Oliveira, em Macaé. Trata-se de uma construção que contou com uma multiplicidade de atores advindos de formações em áreas de conhecimento também múltiplas. E, principalmente, a participação das famílias beneficiárias foi o elemento distintivo nesse processo, na medida em que seus conhecimentos, suas vivências e experiências refletiram a construção do projeto. Não foi uma participação silenciada, mas dialógica. Ainda há, tanto no espaço acadêmico,

¹ Graduação em Engenharia Agrônômica pela UENF – Universidade do Norte Fluminense. E-mail: davidgremio@gmail.com

² Professora adjunta da UFJF, Graduação e mestrado em direito pela UFF. Doutorado pelo CPDA/UFRRJ E-mail: fernanda@marianacriola.org.br

³ Professora Adjunta da FND/UFRRJ, Graduação e mestrado em direito pela PUC-Rio. Doutorado pelo CPDA/UFRRJ. E-mail: mariana@marianacriola.org.br

⁴ Bacharel em Gestão Ambiental pela USP e Mestrado pelo CPDA/UFRRJ. E-mail: natalia.almsouza@gmail.com

⁵ Mestre em Agroecossistemas pela UFSC e Agrônoma pela UFRRJ. E-mail: nivia1917@gmail.com

⁶ Biólogo pela UFRRJ. E-mail: raonilustosa@gmail.com

quanto nas instituições dos poderes públicos, bem como no sistema judicial, uma visão de que famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais possuem um conhecimento de pouca expressividade e mesmo sem relevância, quando se compara ao saber produzido pelos espaços “ditos competentes”. O artigo pretende apontar para a dinâmica emancipadora da perspectiva agroecológica, visto que a crítica ao modelo hegemônico no que se refere à dimensão da produção x natureza, cujo efeito será a invisibilidade e/ou silenciar de qualquer outra matriz de conhecimento que não reproduza tal legado.

Palavras-chave: Agroecologia; Assentamentos; Cooperação; PDS; Rio de Janeiro;

Abstract: This article to analyze the construction experience of the first PDS in Rio de Janeiro, the PDS Osvaldo de Oliveira, in Macaé. It is a building that had a multitude of arising formations actors also multiple areas of knowledge, and especially the participation of beneficiary families was the distinctive element in this process, to the extent that their knowledge, their experiences and experiences reflected construction of the project. It was not a silenced participation, but dialogical. This is because there is still so much in the academic space, as in the institutions of government and the judicial system, a view that families of rural workers have a knowledge few expressiveness and even irrelevant when comparing the knowledge produced by spaces “said competent.” The article points for emancipative dynamic agroecologic perspective, since critical to the hegemonic model in terms of the scale of production x nature, whose effect will be invisible and silence any other array of knowledge does not reproduce so legacy.

Keywords: Agroecology; Cooperation; PDS; Rio de Janeiro; Settlements;

Introdução

“Mundo moderno, marco malévolo, mesclando mentiras, modificando maneiras, mascarando maracutaias, majestoso manicômio”. Meu monólogo mostra mentiras, mazelas, misérias, massacres, miscigenação, morticínio – maior maldade mundial.

Madrugada, matuto magro, macrocéfalo, mastiga média morna. Monta matungo malhado munindo machado, martelo, mochila murcha, margeia mata maior. Manhãzinha, move moinho, moendo macaxeira, mandioca.

Meio-dia mata marreco, manjar melhorzinho. Meia-noite, mima mulherzinha mimosa, Maria morena, momento maravilha, motivação mútua, mas monocórdia mesmice. Muitos migram, macilentos, maltrapilhos. Morarão modestamente, malocas metropolitanas, mocambos miseráveis. Menos moral, menos mantimentos, mais menosprezo. Metade morre”.
Chico Anysio

O assentamento Osvaldo de Oliveira na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é a primeira experiência realizada no Rio de Janeiro, o que torna emblemática a sua criação diante de um estado, cujo modelo de desenvolvimento continua marcado por um amplo processo de degradação ambiental envolvendo grandes empresas, com reflexos sociais amplos derivados da remoção de enormes contingentes humanos das áreas de interesse econômico.

A história de luta dessas famílias por um pedaço de terra não se inicia com a desapropriação da fazenda Bom Jardim; há uma memória viva de ocupações e despejos violentos, ocorridos noite adentro. O processo de organização para pressionar pela desapropriação da propriedade que se transformou no acampamento Osvaldo de Oliveira, e, posteriormente, assentamento, envolveu parcerias e formação das famílias em agroecologia diante do território que estava sendo reivindicado.

Isto porque, a formalização de práticas que conciliem os parâmetros socioeconômicos e ecológicos no contexto da reforma agrária é extremamente necessária para a potencialização do manejo racional desses recursos, sendo a criação de uma modalidade de assentamento que propicie a ocupação de áreas, com potencial de manejo econômico, seus recursos naturais e valorização cultural, fundamental para a conservação de nossa biodiversidade.

A Fazenda Bom Jardim, de propriedade da empresa Campos Difusora LTDA, está localizada no Distrito Córrego do Ouro, Macaé-RJ, região Norte Fluminense. Esse município é representado por uma estrutura fundiária agrícola que não difere das condições gerais do País, sendo caracterizado pela maior parte das propriedades de pequenas dimensões, ou seja, pela agricultura familiar. Porém, a maior parte da extensão de área está concentrada em um pequeno porcentual de grandes propriedades, baseadas em um modelo agrícola exploratório e muitas das vezes improdutivo em seu amplo aspecto. (Tabela 1).

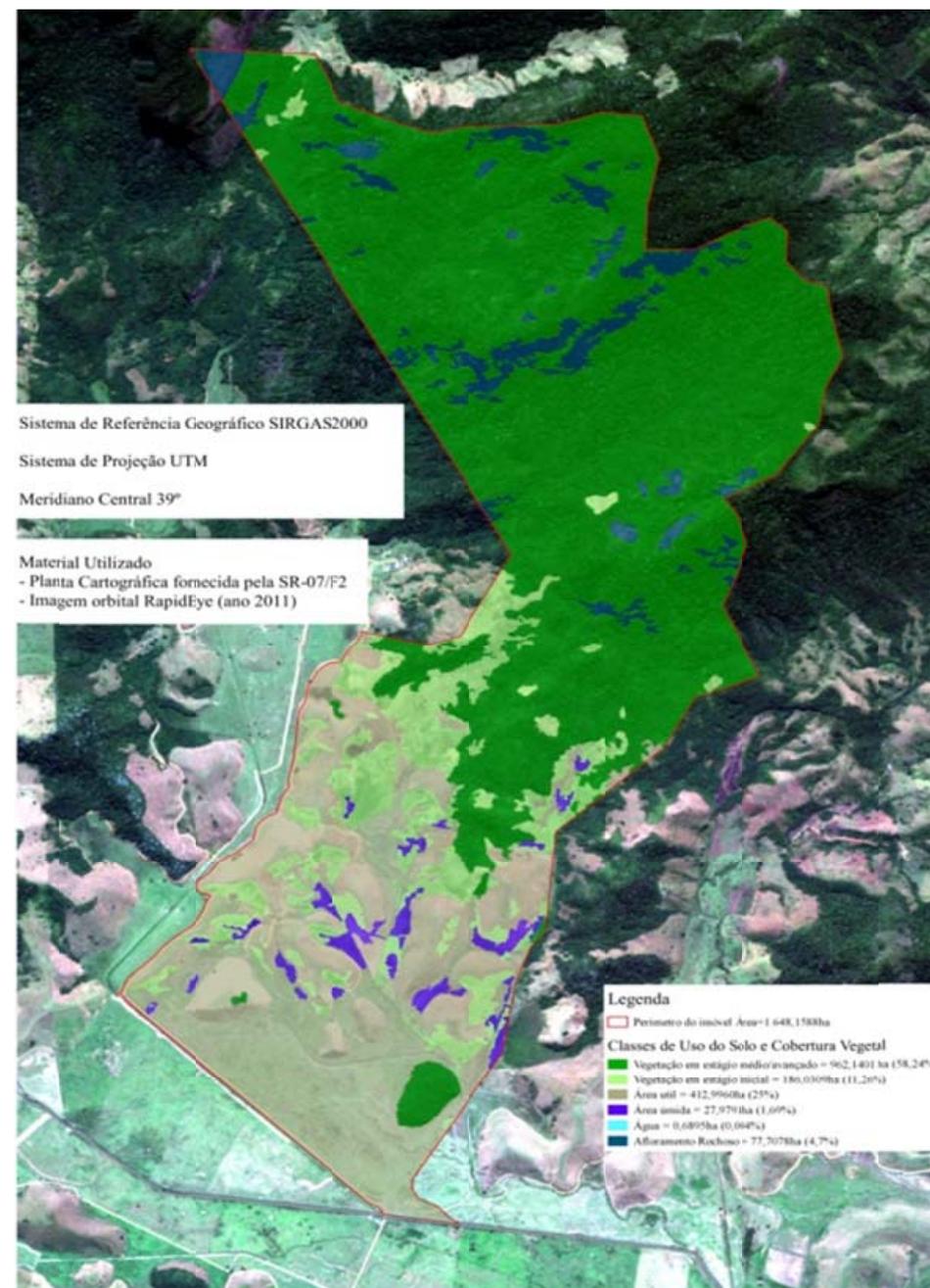
Tabela 1: Estrutura Fundiária Agrícola do Município de Macaé-RJ

Classe de N° de Módulos Fiscais (MF)	Porcentagem da Área Total	N° de Imóveis
Até 4 MF	15,33	844
4,1-15 MF	23,35	239
Acima de 15 MF	61,32	97
Total	100,00	1180

Fonte: INCRA-RJ.

Historicamente a Fazenda Bom Jardim não difere do contexto imerso no município. Baseada em uma pecuária extensiva com a área do imóvel registrada em 1.539,7610 ha (128,31 Módulos fiscais) e medido pelo INCRA em seu laudo Agrônômico de fiscalização (2006) em 1649,1588 ha (137,43 Módulos fiscais), esta propriedade fora classificada como PROPRIEDADE GRANDE IMPRODUTIVA por não ter atingido os índices mínimos de produção nos termos do artigo da Lei n° 8629/93, como aponta a figura 1.

Foto 1: Mapa do Uso e Cobertura do Solo da Fazenda Bom Jardim



Fonte: INCRA-RJ.

Este fato é evidenciado desde a década de 70 pelo diagnóstico dos índices de produtividade: Grau de Utilização da terra (GUT) e Grau de Exploração Efetiva (GEE), que definem se a propriedade é passível ou não de desapropriação por interesse social para fins de reforma Agrária. Esses dados (PROCESSO- 5418000172/2005-69; Portaria/INCRA/DA/Nº 308/2008) foram contabilizados na década de 70 e persistem até os dias atuais de acordo com o laudo de 2006. Ou seja, a área destinada à desapropriação (Fazenda Bom Jardim) era improdutiva nos anos 70 e mesmo com todo aparato tecnológico continua a ser improdutiva na atualidade.

No entanto, a especificidade do local permitiu pensar no processo de disputa pela desapropriação com a criação de um modelo diferenciado de reforma agrária, cuja referência se dará no campo da agroecologia. Assim, efetiva-se o projeto de assentamento na modalidade PDS. Essa modalidade de assentamento deve ter como norteador a combinação do desenvolvimento de atividades produtivas aliadas à conservação dos recursos naturais, a reorientação das ocupações, tendo em vista a sustentabilidade das atividades produtivas, e até mesmo a recomposição de seu potencial de recursos naturais original. Obviamente, a construção de tal modelo representa um permanente processo de disputa pelo seu significado, abrangência, ressignificação do papel das famílias na produção de sentido para o território. Afinal, como nos lembra Sevilla Guzmán (2002)

A Agroecologia se propõe não só a modificar a parcelização disciplinar, senão também a epistemologia da ciência, ao trabalhar mediante a orquestração de distintas disciplinas e “formas de conhecimento” que compõem seu pluralismo dual: metodológico e epistemológico, onde a perspectiva sociológica tem um papel central (GUZMÁN, 2002, p.19).

Compreender a disputa em torno do significado de agroecologia e como se dá na formação do PDS Osvaldo de Oliveira é o passo a seguir.

2. Rompendo nós, ampliando horizontes: a disputa pelo significado de agroecologia na formação do assentamento Osvaldo de Oliveira

A matriz agroecológica impõe, de acordo com Sevilla Guzmán e González de Molina (1996), um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter

participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque, seletivamente, as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade, tendo como aporte o conhecimento dos atores endógenos de uma determinada realidade.

Isso significa repensar a própria matriz epistemológica na busca do que Guzmán (2002) propugna como uma “natureza pluri-epistemológica e da prevalência de técnicas participativas”. Trata-se, portanto, de romper com uma tradição do pensamento ocidental que se expressou no que Boaventura de Sousa Santos (2008) denomina como Expressão de uma *sociologia das ausências*. Para Santos (2008) a modernidade ocidental se efetiva na sedimentação de uma racionalidade que é supressora de modelos diferenciados de produção de conhecimento. O paradigma hegemônico constituído na modernidade ocidental gestou uma noção de ciência que se apresenta supressora de qualquer outra racionalidade não derivativa da formação ocidental.

Essa supressão, marca da formação colonial/imperial, portanto fundada em processos de silenciamento, quando não eliminação, impôs um rebaixamento em diversas formas de pensar, de visões de mundo não ocidentais, práticas distintas das que foram sedimentadas como modelos pelo ocidente.

(...) A experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. (...) esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes. (...) Para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos (SANTOS, 2008, p. 94).

Há uma relação direta entre a forma como o ocidente impôs seu padrão civilizatório por meio dos processos coloniais e como a ciência ao longo do seu processo de formação representou a sedimentação de um determinado modelo de produção de conhecimento. Não é pouco significativo que Gayatri Spivak (2010) nos alerte para o fato de que “(...) a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente.” (Spivak, 2010: 20).

Por isso mesmo, Guzmán (2002) alerta para o fato de que a noção de agroecologia é constitutiva de um conflito com as matrizes tradicionais no

campo agrário. Pensar em termos agroecológico é enunciar as contradições socioeconômicas do modelo convencional de reforma agrária vinculado a uma agenda de interesses econômicos:

A perspectiva estrutural constitui um elemento central para a Agroecologia, surgida como crítica à agricultura convencional, que ignora os sujeitos sociais vinculados ao manejo dos recursos naturais. Esta ignorância é consequência do processo de cientificação a que foi submetido o manejo dos recursos naturais nos últimos anos e que desembocou na construção de um “modo industrial de uso dos recursos naturais”, que deteriora, gradualmente, tanto esses recursos como a sociedade (GUZMÁN, 2002, p. 23-24).

Pensar no campo da agroecologia importa em gerar não só uma ruptura com a tradição de produção científica no campo das ciências sociais, mas também em novas metodologias que sejam capazes de romper com essa *ausência* do outro de que nos fala Santos (2008).

A resposta aos limites no processo de compreensão do mundo da vida, quando em causa se encontram outras matrizes que não operam com o paradigma dominante é, de acordo com Santos (2008), uma *ecologia dos saberes*, que rompa com a perspectiva monocultural da tradição colonial, que, em certo sentido, se faz ainda presente na produção do conhecimento, tendo como resultado um processo de silenciamento, invisibilidade, quando não eliminação de saberes outros e práticas múltiplas e distintas do eixo hegemônico.

Para Santos (2008), trata-se de se gerar, a partir da noção de ecologia dos saberes, que envolve o reconhecimento de uma pluralidades de fontes de saber, buscando intervir

Nas relações concretas entre conhecimentos e nas hierarquias e poderes que são gerados entre elas. O propósito de criar relações horizontais não é incompatível com as hierarquias concretas existentes no contexto de práticas sociais concreta. De facto, nenhuma prática concreta seria possível sem tais hierarquias. O que a ecologia dos saberes desafia são as hierarquias universais e abstractas e os poderes que, através delas, têm sido naturalizados pela história. As hierarquias concretas devem emergir a partir da validação de uma intervenção particular no mundo real em confrontação com outras intervenções alternativas. Entre os vários tipos de intervenção poderão existir complementariedades ou contradições e, em todos os casos, o debate entre elas deverá ser presidido simultaneamente por juízos cognitivos e juízos éticos e políticos. A prevalência de juízos

cognitivos na construção de determinada prática concreta de conhecimento não é uma condição originária. Deriva de um contexto prévio de decisões sobre a produção da realidade em causa no qual os juízos éticos e políticos predominam. A objectividade que preside ao momento cognitivo não choca com a não-neutralidade que preside ao momento ético-político (SANTOS, 2008, p. 108).

Assim, há uma necessidade para se pensar projetos emancipatórios de efetuar-se uma ruptura epistemológica, reconhecendo na matriz dominante uma relação assimétrica e de poder sobre as outras matrizes. Santos (2008) nos fala de uma razão metonímica que se funda com a modernidade ocidental a partir da pressuposição de uma totalidade, que se constrói com o argumento de validade como uma absorção de multiplicidade de partes, formando o todo, mas que, de fato, expressa a formação de uma parte (ocidente) que se projeta como o único modelo possível e credível.

Há que se fazer uma leitura crítica dos processos coloniais e a partir desse marco temporal compreender porque experiências alternativas acabaram subsumidas pela dominação hegemônica que adentra nos campos do saber.

Edgardo Lander (2005) é bastante elucidativo na apropriação das ciências sociais pela lógica dominante e o quanto esta está atravessada por marcos coloniais que implicou em não ver sentido nas matrizes não ocidentais. Para América Latina significou supressão e invalidação de saberes tradicionais, sejam indígenas, quilombolas, agricultores familiares, etc.

Nesse sentido, a matriz agroecológica coloca um duplo desafio: 1º inverte a tradição das ciências sociais em que a realização de pesquisa tendo como campo de análise movimentos sociais os coloca como sujeitos passivos dessa produção, logo meros *objetos* de pesquisa e, 2º subverte a própria lógica no campo econômico que se apropria do saber para impor determinado modelo de propriedade e território.

A Agroecologia pretende, como uma tarefa essencial a sua atividade incorporar ao manejo dos recursos naturais os elementos socioeconômicos e políticos. Para isso, necessita produzir uma ruptura epistemológica que liberte as ciências agropecuárias e florestais das relações de poder que atribuem a aqueles que são objeto do poder (os pesquisados), a serem ignorados, “dotando-os, ao mesmo tempo, de um saber ilusório que encobre a realidade do que ignoram, ocultando o fato do poder e sua brutalidade”. A reprodução de tais relações de poder, desde as ciências agropecuárias e florestais convencionais, ocorre devido à posição do pesquisador-sujeito-que-sabe, frente ao pesquisado-objeto-que-ignora. Assim, “o poder con-

siste em apropriar-se, ao acaso, ser inexplicável e imprevisível e atribuir às normas o poder de explicar e predizer” (Ibáñez, 1979: 23). A Agroecologia, ao utilizar em sua perspectiva dialética a pesquisa-ação participativa, pretende romper a reprodução de tais relações de poder (GUZMÁN, 2002, p. 23-24).

Posteriormente ao analisarmos o estudo de caso do PDS Osvaldo de Oliveira apresentaremos como essa metodologia da agroecologia significou a ruptura de sujeito-objeto para sujeito-participante, onde as famílias beneficiárias do projeto de assentamento construíram, a partir das suas percepções, das suas vivências, uma ressignificação na ocupação do território. Por ora, importa em compreender como a matriz agroecológica pode se tornar numa ferramenta de usos contra hegemônicos em múltiplos campos: jurídico, econômico, social e científico.

3. Colocando o pingo nos Is: agroecologia x agricultura convencional, um conflito não acabado

Historicamente o sistema produtivo convencional de agricultura marcado pelos monocultivos, mão de obra escrava e pela utilização indiscriminada de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes em geral), representa uma degradação ambiental generalizada dos bens naturais – água, solo, ar. Agravados pela queimada da vegetação, pelas araões profundas realizadas por máquinas pesadas, pela compactação do solo causada pelos pisoteios de gado do solo, com a falta de preocupações e práticas necessárias para a recuperação e manutenção da saúde dos solos, o agronegócio é responsável por problemas que vão desde os desmatamentos, erosões do solo, envenenamento do solos e da água, chegando à má distribuição da riqueza, concentração da terra e violência no campo.

O padrão moderno da Revolução Verde, impulsionada pela tecnologia incentivada pelos Estados Unidos, espalhou-se por vários países, levando consigo a esperança de resolver os problemas da fome. Mas em pouco tempo a emoção das “grandes safras” cederia lugar a uma série de preocupações relacionadas aos problemas sociais, econômicos e ambientais. (EHLERS, 2008).

A região de Macaé se insere perfeitamente nesse quadro de “modernização” da agricultura adotado pelo agronegócio, que tem como objeto central o lucro a curto prazo e a dominação do poder, onde políticos detêm enormes latifúndios improdutivos para a criação

de gado em sistemas extensivos. Torna-se então, fundamental a adoção de um conjunto de políticas públicas – Reforma Agrária –, embasadas em uma matriz produtiva alternativa eficiente, com sujeitos capazes de viver em outro estilo de vida – Agroecologia –, cultivando a produção de alimentos saudáveis aliados ao respeito à natureza, com o desafio de elencar o desenvolvimento local, a soberania alimentar e a recuperação ambiental em terras tão exauridas e exploradas pelo grande capital.

O termo agroecologia é utilizado pela primeira vez na década de 1930, para significar a aproximação da ecologia da agricultura, passando a se tornar uma espécie de sinônimo de “ecologia aplicada”. Até então, o campo de conhecimento científico disciplinar ecológico tratava do estudo de sistemas naturais, ao mesmo tempo em que a ciência agrônoma voltava-se para a introdução de métodos de investigação científica em torno da agricultura. De acordo com estudos sobre o tema, somente nos anos 50, com o amadurecimento do conceito de ecossistema, foi criada uma estrutura básica geral para o exame da agricultura com base em uma perspectiva ecológica (GLIESSMAN, 2000, p. 51-52).

Segundo Caporal & Costabeber (2004), os homens vêm buscando estilos de agricultura menos danosos à natureza, almejando a proteção dos recursos naturais e que ao mesmo tempo sejam duráveis à longo prazo, contrapondo o estilo convencional de agricultura imposta no início do XX, com a chamada “Revolução Verde”⁷ – hoje incorporada ao Agronegócio –, embasada nas descobertas da química agrícola, da biologia e da mecânica, tornando-se hegemônica, insustentável ao passar do tempo e com sérios efeitos danosos à natureza e à humanidade.

A partir dessas preocupações, na década de 1970, começaram a surgir, em diversos países do mundo, diferentes correntes de agricultura alternativa, cada qual com suas especificidades, técnicas e denominações, conforme defendidas por suas filosofias e correntes ideológicas. Dentre elas têm-se: agricultura orgânica, biodinâmica, biológica, ecológica, natural, permacultura, entre outras.

No entanto, essas alternativas não foram capazes de dar respostas eficazes para os inúmeros problemas socioambientais causados pelo modelo convencional de agricultura, difundido principalmente a partir da II Guerra Mundial (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

7 Processo de modernização agrícola iniciado nos EUA após a 2ª Guerra Mundial, pautado em um pacote tecnológico desenvolvido por meio de pesquisas voltadas para melhorias nas condições materiais de produção (adubos químicos, sementes melhoradas, evolução do maquinário, “defensivos” específicos etc.), preconizando o aumento da produtividade agrícola, como forma (e discurso) de erradicar a fome no mundo.

Neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios ensinados pela Agroecologia passaria a ser estabelecido um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis (CAPORAL & COSTABEER, 2004, p. 08).

Como salienta Caporal (2005), a agroecologia necessita, além de mudanças nos currículos de formação dos profissionais que irão atuar como agentes de desenvolvimento rural, de enfoques e métodos de pesquisa e extensão rural, pois, a aplicação dos seus princípios requer uma estratégia integradora de conhecimentos, complexa, sistêmica e holística, capaz de aglutinar os conhecimentos científicos e empíricos

Desde o final de 1980, intensificaram as tentativas de definição. Quase todas expressam uma insatisfação com o *status quo* – isto é, com a forma pela qual a agricultura vem sendo praticada – e transmitem a ideia de um sistema produtivo que garanta: 1) manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola, como o mínimo de impactos ao ambiente; 2) otimização da produção das culturas com a mínima (ou nenhuma) utilização de insumos químicos; 3) satisfação das necessidades humanas de alimentos; 4) atendimento das necessidades sociais das famílias e comunidades rurais (EHLERS, 2008).

Como destaca Altieri (2012, p. 104), “a Agroecologia é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis (...)”, ultrapassando o simples uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas menos dependentes de venenos e insumos externos (tecnologia) o que se dá exatamente na realidade vivida e praticada pelo PDS Osvaldo de Oliveira.

A proposta agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos (ALTIERI, 2012, p. 105).

Segundo Almeida (2008) *apud* Altieri (2008, p. 4), são diversos os desafios em consequência do atual modelo de agricultura, no qual a agroecologia desempenha um papel fundamental na busca de um desenvolvimento sustentável. Tais desafios podem ser elencados como segue.

a) Desafio ambiental: consiste em buscar sistemas de produção agrícola adaptados ao ambiente, minimizando a dependência de insumos externos e recursos naturais não renováveis, em consequência da ação danosa da agricultura, causadora de impactos ambientais devido à substituição da vegetação adaptada naturalmente por modelos orientados pela tecnificação das monoculturas onde, os ganhos econômicos são as orientações prioritárias. Sabendo-se que o Osvaldo de Oliveira apresenta cerca de 60% de sua área coberta pela Mata Atlântica em estágio médio e avançado e tem ainda como desafio a recuperação parcial da porção degradada pelo antigo proprietário.

b) Desafio econômico: capaz de adotar sistemas de produção que minimizam perdas e desperdícios de produção, com produtividade condizente com os investimentos (que atualmente são insuficientes para a agricultura familiar), estabelecendo mecanismos que assegurem a competitividade no mercado interno/externo, garantindo sua economia na cadeia produtiva e a sua qualidade nutricional, através, por exemplo, de experiências como SAF's⁸ e policultivos, aliados a uma rede eficiente de comercialização, como feiras livres, grupos de consumos solidário e mercados institucionais (PAA e PNAE).

c) Desafio social: adotando sistemas de produção que assegurem a geração de renda para o trabalhador rural, com condições dignas de trabalho e remuneração justa com sua importância no processo de produção. Destaca-se ainda a capacidade da agricultura de gerar empregos diretos e indiretos, aqui fortalecidos pelo apoio mútuo e organização coletiva, contrapondo o modelo do Agronegócio que contribui para a urbanização acelerada e desorganizada.

Considerando o número de pessoas em insegurança alimentar no mundo, tendo uma atenção especial para a região de Macaé, onde a onda de demissões da indústria petrolífera é devastadora, é iminente a necessidade de construir novos padrões de organização social da produção agrícola por meio da implantação da Reforma Agrária compatível com as necessidades

⁸ Em uma definição ampla, sistemas agroflorestais (SAFs) são combinações do elemento arbóreo com herbáceas e/ou animais, organizados no espaço e/ou no tempo. A legislação brasileira, em diferentes instrumentos legais (Brasil, 2009; Brasil, 2011), tem definido sistemas agroflorestais como “sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes (STEENBOCK, 2013).

e realidades locais e do gerenciamento de novas formas de estruturas produtivas.

d) Desafio territorial: embasado em uma efetiva Reforma Agrária Popular, na integração agrícola com o espaço rural, contemplado pela pluriatividade e pela multifuncionalidade desses espaços, subsidiando o empoderamento das famílias.

e) Desafio tecnológico: por meio de novos processos produtivos, com tecnologias menos agressivas à natureza, mantendo uma adequada relação produção/produktividade, contrapondo essas intensivas em capital.

Esses desafios são tanto maiores e mais complexos quanto maior for o número de limitações impostas pela natureza e, para superá-los, é necessário um profundo conhecimento sobre o meio, tanto em seus aspectos físicos e biológicos quanto em seus aspectos humanos. É necessária uma nova (agri)cultura que concilie processos biológicos (base do crescimento de plantas e animais) e processos geoquímicos e físicos (base do funcionamento de solos que sustentam a produção agrícola) com os processos produtivos, os quais envolvem componentes sociais, políticos, econômicos e culturais (ALMEIDA, 2008 apud ALTIERI, 2008, p. 11).

Para além da permanência das famílias nesse território e da necessidade de uma produção agroecológica, Primavesi (2001, p. 2) enfatiza que a “agroecologia não é uma alternativa excêntrica de cultivar o solo, mas a única possibilidade se pretendemos sobreviver em nosso Planeta”. Segundo a referida autora, são três as bases fundamentais para a aplicação prática da agroecologia, a saber:

As formas de ação social coletivas foram determinantes no enfrentamento da crise ecológica e social, defrontando também, o neoliberalismo e a globalização econômica.

Dessa forma, destaca-se que para haver uma transformação “socioambiental”, há a necessidade do comprometimento das políticas públicas, não necessariamente reinventando o que já está “construído”, mas sim, através do seu real comprometimento perante a sua responsabilidade social. “Somente o Estado, enquanto instituição, pode oferecer potencialmente a escala temporal necessária à sustentabilidade e atuar como agente de equilíbrio frente aos grupos poderosos de interesse” (PROOPS *et al.*, 1999 *apud* BALEM, 2007, p. 10).

4. Romper as cercas da ignorância que produz a intolerância: análise do estudo de caso PDS Osvaldo de Oliveira

O assentamento Osvaldo de Oliveira na modalidade PDS é a primeira experiência realizada no Rio de Janeiro, o que torna emblemática a sua criação diante de um estado, cujo modelo de desenvolvimento continua marcado por um amplo processo de degradação ambiental envolvendo grandes empresas, com reflexos sociais amplos diante da remoção de enormes contingentes humanos das áreas de interesse econômico.

Há que se dizer que como regra principiológica no campo do direito ambiental vigora o princípio da participação democrática, que se traduz no reconhecimento de que em matéria ambiental a gestão colegiada gesta maior efetividade no controle e manutenção da preservação ambiental. Por suposto, se a participação democrática se manifesta na esfera do direito ambiental, maior sua necessidade quando se depara com uma modalidade de PDS, cuja existência impõe a presença coletiva das famílias beneficiárias na consecução do projeto. Buscou-se com isso registrar e valorizar o saber próprio dos trabalhadores e trabalhadoras rurais acerca do território que ocupam, produzem e vivem.

Não será possível nos limites do presente trabalho apresentar a totalidade de ações e participações da família na construção do assentamento. Assim, escolhemos temas que foram objeto de debate coletivo e que expressaram a busca do reconhecimento do local e dos sujeitos sociais.

No decorrer do processo de ocupação, as famílias hoje beneficiárias do PDS Osvaldo de Oliveira passaram por duas grandes ameaças de reintegração de posse em que o Ministério Público Federal teve uma participação significativa, tanto para retirada das famílias, quanto para a permanência das mesmas.

O que se percebe é que a disputa pela matriz agroecológica implica também numa tensão sobre o sistema judicial, visto que este absorve, e muito, da perspectiva dominante do universo agrário, e acaba por reproduzir, ainda que inconsciente, em alguns casos, o próprio discurso ideológico que o setor patronal impõe a si. Regina Bruno (2007) analisa essa nova ofensividade burguesa no campo e como essa dominação se dá a partir de determinados dispositivos ideológicos que sedimentam socialmente uma imagem positiva de modernidade, competência, enfim, valores constitutivos do próprio poder extraído da propriedade rural.

O judiciário acaba por corresponder a esse imaginário trabalhando

com um dualismo em relação ao setor patronal x populações tradicionais e/ou movimentos sociais, entendidos como o ineficiente, o atrasado, o fracassado no modelo de produção. Há, subjacente à percepção do atraso das comunidades tradicionais, a ideologia de que o curso da história ruma naturalmente para o progresso.

Não há como parar ou obstar tal marcha e o setor que será entendido pelo sistema judicial como o que melhor se enquadra para o exercício de timoneiro rumo ao progresso é o grande proprietário rural, mantendo a perspectiva histórica da propriedade privada individual. Por isso mesmo, Guzmán (2002) alerta para o fato de que necessariamente a matriz agroecológica coloca também em questão a perspectiva da história da propriedade.

Não sem razão, Paolo Grossi (2006), ao analisar a história da propriedade, alerta para o fato de que:

Talvez nenhum discurso jurídico seja talvez tão permeado de bem e de mal, tão temperado por visões maniqueístas quanto o que versa sobre a relação homem-bens. Porque são tão grandes os interesses em jogo que inevitavelmente as escolhas econômico-jurídicas são defendidas pelas couraças não deterioráveis das conotações éticas e religiosas (GROSSI, 2006, p.10).

O trabalho de campo realizado dentro do assentamento Osvaldo de Oliveira realiza-se como uma necessidade organizativa para que haja o impedimento dos obstáculos jurídicos para permanência das famílias, mas também expressa uma concepção contra hegemônica no que se refere à propriedade e ao uso dos bens naturais, daí a incorporação da matriz agroecológica.

4.1. Um dedo de prosa! Processo de construção do plano de uso do PDS Osvaldo de Oliveira

Foto 2: Devolutiva dos Núcleos de Família - Oficina de Planejamento (04 de abril de 2016)



Fonte: Cooperar/2016

De acordo com o Manual do PDS elaborado pelo INCRA, MDA e MMA, em 2006, “O plano de uso contém normas e acordos entre moradores que estabelece o que pode e o que não pode ser feito dentro do projeto, o qual deve ser referendado pelo INCRA e pelo órgão ambiental competente, observando a legislação vigente”. A constituição do Conselho Gestor de um PDS inaugura uma nova etapa no processo de consolidação do assentamento. Ao reunir esforços para a elaboração dos estudos básicos e ao dar prosseguimento às questões prioritárias para as famílias, o INCRA dá início ao processo de elaboração do Plano de Uso (PU).

Para que o PU reflita as demandas reais vivenciadas e dê prosseguimento ao conjunto de ações que estão em curso no assentamento, realizou-se junto às famílias, um intenso processo de reflexão, debate e síntese sobre os gargalos e ações compreendidas como emergenciais.

Entende-se que o PU reflete as principais orientações que ordenam e orientam a ocupação das famílias sobre a área. Este documento tem por objetivo geral: Subsidiar o INCRA e o Conselho Gestor quanto à elaboração do Plano de Uso e do Plano de Desenvolvimento Sustentável do PDS Osvaldo de Oliveira.

Para a realização de tal trabalho, optou-se como metodologia o resgate de práticas na noção de *ecologias dos saberes* (Santos, 2008), que se dá

pelo resgate de uma metodologia participante, pela qual as famílias não são meros objetos de estudo e sim sujeitos na produção do estudo. Há, portanto, uma horizontalidade na produção do conhecimento na medida em que o saber local não é desprezado, nem desqualificado, mas integra a percepção do observador.

Não sem razão, Nívia Regina da Silva (2010) alerta que,

Em se tratando dos assentamentos rurais, nos quais se enquadra a característica de Agricultores Familiares (II PNRA, 2003), apesar de muitos autores e organizações do campo considerarem que os assentados são uma categoria diferenciada por especificidade econômica-social, deve-se levar em consideração as características das unidades de produção familiares formadas pela diversidade de seus sistemas, com produção diversificada de vegetal, animal e sua complexa relação com a terra e com a natureza, o que favorece uma aproximação com a agroecologia (SILVA, 2010, p. 40).

Por isso mesmo, lembra Silva (2010) da importância da metodologia aplicada aos casos de assentamentos rurais buscando-se realizar um cotejo entre ‘o meio físico e social’, incorporando a vida do assentamento dentro do planejamento e do estudo: “(...) em qualquer proposta metodológica de avaliação do meio físico e social para fins de planejamento de assentamentos rurais, faz-se necessária à flexibilidade para integração de informações de diversas naturezas, dentre elas o conhecimento local e as propostas de desenvolvimento e organização social dos assentados.” (SILVA, 2010, p. 40).

De fato, há uma série de autores que, no contemporâneo, apontam para a necessidade de se trabalhar a partir da percepção dos assentados para que o território e suas potencialidades econômicas e ambientais sejam incorporadas. Reside nesse aspecto a tendência do direito ambiental em perceber a necessidade de uma construção plural, para efetividade da lógica preventiva que acompanha um ambiente preservado e para matriz agroecológica, adotada no trabalho de campo (é condição *sine qua non*).

De acordo com Pereira e Little (2000) é preciso que os métodos de avaliação dos ambientes físico e social se apresentem flexíveis e com princípios democráticos de participação popular. Esse foi o princípio que norteou o presente trabalho, no qual se buscou construir um plano de uso levando em consideração a própria experiência e saber local. As famílias tiveram uma participação ativa no processo de produção desse trabalho.

Dentre as metodologias propostas para o reconhecimento do território foram acionadas as estratégias de elaboração de mapas da localidade,

desenhados pelas famílias ao longo de atividades de formação e oficinas, onde elas detectavam e reconheciam as interações com as áreas de produção, habitação, preservação permanente, nascentes e outras.

Foto 3: Núcleo 1 – Relato Gráfico e Espacial

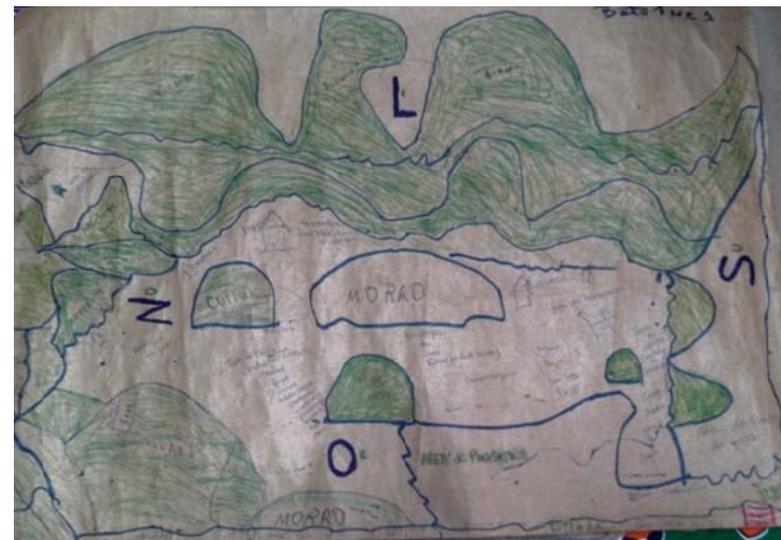


Foto 4: Núcleo 2 – Relato Gráfico e Espacial



Foto 5: Núcleo 3 – Relato Gráfico e Espacial

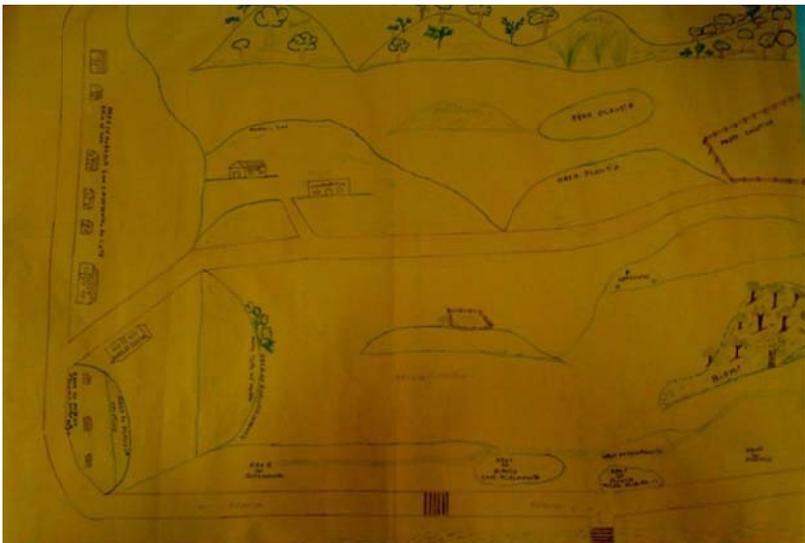
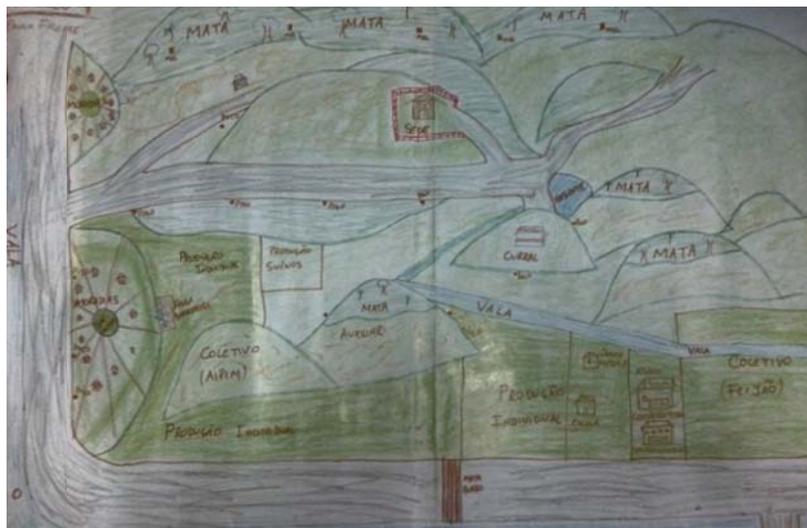


Foto 6: Núcleo 4 – Relato Gráfico e Espacial



Assim, as famílias produziram um reconhecimento da área que expressa o olhar direto sobre o território, mas também demarca os saberes acumulados no processo de trocas entre parceiros (universidades, corpo técnico do movimento social, etc). Mais uma vez, Silva (2010) nos lembra que:

O levantamento realizado e a estratificação do ambiente devem levar em consideração normas técnicas, características edafoclimáticas, geomorfológicas, mas também a percepção e diferenciados conhecimentos das famílias sobre suas terras. Isso quer dizer que envolve além das questões físicas da área, também aspectos sócio culturais. Nesses contextos, Buainain & Romeiro (2000) afirmam que um sistema de produção reflete não apenas as potencialidades e as restrições sócio-ambientais-agronômicas particulares de cada local, mas também a história do lugar e das famílias que o adotam. A compreensão de sua lógica e dinâmica requer a reconstrução de seu itinerário histórico, das encruzilhadas, restrições e oportunidades enfrentadas pelas famílias (SILVA, 2010, p. 41).

O presente trabalho, por conseguinte, reflete o itinerário vivido pelas famílias na busca da construção da efetiva produção sobre o território, tendo como base o reconhecimento dos seus saberes locais.

Foto 7: Devolutiva dos Núcleos de Família - Oficina de Planejamento (04 de abril de 2016).



Fonte: Cooperar/2016.

É fundamental destacar que essas atividades de formação e planejamento, orientadas por essas metodologias participativas, assim como todo o plano de formação realizado ao longo dos dois últimos anos (2014 e 2015), foram realizadas pela Cooperar - Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária.

Mesmo sem a formalização da parceria, tendo em vista que não há contrato vigente, e, mesmo sem a liberação de diárias para docentes e demais pesquisadores parceiros – acordo anteriormente firmado com a Superintendência -, diversas atividades foram realizadas [conforme relatório do plano de formação que será apresentado como memória desse processo de acompanhamento].

Somaram-se a este acompanhamento técnico, parceiros fundamentais na execução das ações, nos quais se destacam: o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente e o Setor de Formação do MST no Rio de Janeiro, o Centro de Assessoria Popular Mariana Criola e a UFF, além de outros parceiros que se somaram no desenvolvimento de ações específicas.

As diretrizes gerais que orientam o trabalho de acompanhamento das famílias são compreendidas aqui como princípios gerais e transversais que perpassam a organização, o planejamento e a execução de todas as ações do PU e do Plano de Desenvolvimento Sustentável - PDS, tendo em vista as especificidades de cada eixo estruturante. Portanto, devem ser observadas como pressupostos para qualquer formulação e ação proposta pelas famílias, pelo INCRA e pelo conjunto de atores que compõem o Conselho Gestor. Sendo elas:

- **Agroecologia:** Com destaque para a conservação ambiental dos bens naturais, essa diretriz congrega o amplo debate sobre a matriz de produção agroecológica alicerçado nas propostas da Reforma Agrária Popular. Aqui, sinaliza-se não apenas a supressão dos insumos químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas na produção agrícola e agropecuária, conferindo modelos produtivos orgânicos, mas todos os princípios que orientam a agroecologia em seus aspectos culturais, históricos, organizativos e políticos. Destacam-se relações de trabalho justas e as estratégias de comercialização orientadas pela economia solidária e popular. A conservação e a recuperação das nascentes, rios, lagos, do solo, da biodiversidade, dos remanescentes florestais, são pontos de partida para a matriz de produção e definem as formas de convívio harmonioso com a natureza;
- **Cooperação e Trabalho Coletivo:** Avançando com as propostas de desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária, os PDS são oportunidades de exercício da cooperação e do trabalho coletivo. Compre-

endendo as relações de uso da terra, como conquistas coletivas, o uso compartilhado do território, os princípios organizativos baseados no cooperativismo e a organização política que promova autonomia, são os pilares das ações que incidem sobre a organização das famílias.

Além dessas duas diretrizes gerais e transversais, oito eixos estruturantes organizam e sustentam as propostas elaboradas pelas famílias durante os debates e oficinas de elaboração do Plano de Uso. As considerações apontadas aqui representam a sistematização das propostas sinalizadas pelos Núcleos de Base das Famílias registradas em mapas, relatos e atas de assembleias e reuniões. No limite do presente trabalho não apresentaremos os oito eixos. Optamos por trabalhar com aqueles que permitem uma configuração do papel do território a partir da própria organização das famílias, sendo eles: a moradia, saúde e entidade representativa.

A. Moradia

Conforme acordado entre as famílias e o Ministério Público na desapropriação da fazenda Bom Jardim, foi definido que as moradias provisórias das famílias (barracos) ficassem próximas à antiga sede da fazenda, construção já existente, facilitando assim o acesso mínimo, ainda muito precário, à energia elétrica e água. Contudo, com o avanço na constituição do conjunto de famílias definidas para a área (78 acordados anteriormente e 50 proposta mais recente sugerida pela Associação), o número de famílias residindo no assentamento aumentou, conseqüentemente, exigindo melhores estruturas para o ideal estabelecimento das mesmas na área.

As famílias entenderam que onde estão habitando atualmente é provisório, até que se cumpram as etapas previstas no manual “Metodologia para Implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS”, a ser realizado pelo INCRA.

Desde sua criação as famílias discutem as melhores áreas tanto para a produção, quanto para a moradia definitiva, partindo do pressuposto de que as melhores condições de moradia envolvem outros aspectos como o acesso à saúde, lazer, educação e outros fatores que são predominantes para o bem-estar social, econômico e produtivo do assentamento.

No decorrer destes dois anos, as famílias adquiriram um saber empírico fundamental para apontar possibilidades, dentro da realidade, de áreas que se destinavam de forma mais adequada para suas habitações, partindo do ponto de garantia de melhores acessos à água, energia elétrica e mobilidade.

B. Saúde e Saneamento

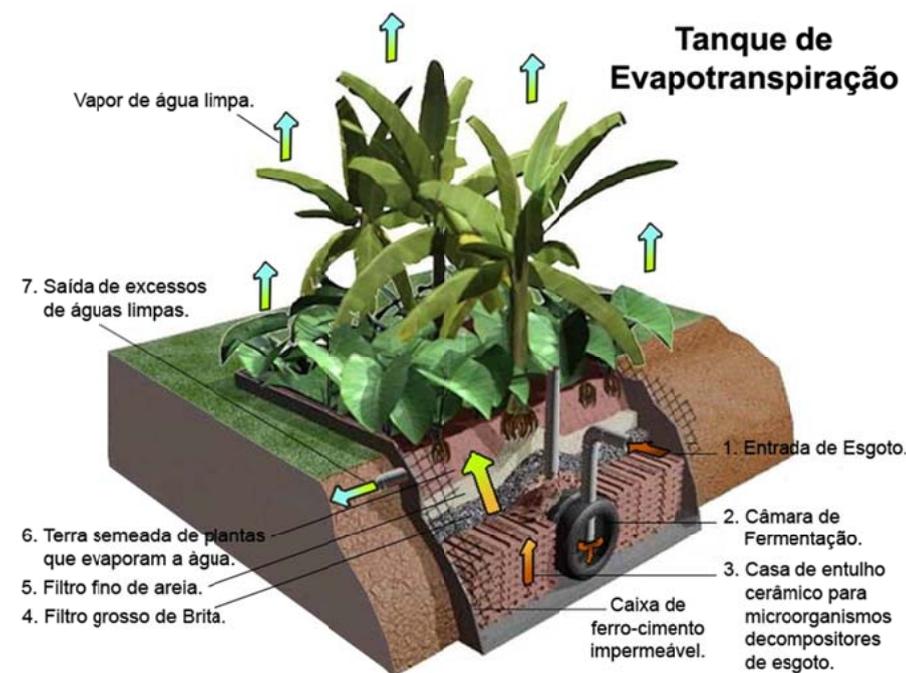
É nítida a ineficiência da saúde pública, em especial quando se trata de populações pobres. O município oferece atendimento pelo posto de saúde nas proximidades do assentamento, à uma distância de cerca de 20 km. No entanto, devido às péssimas condições das estradas e inexistência de transporte público para o assentamento, as famílias não conseguem usufruir desse direito previsto na constituição.

Uma das alternativas para as famílias, que vêm sendo realizada, são espaços de incentivo à medicina alternativa, a qual é embasada em conhecimentos tradicionais da população, através do uso de ervas medicinais, cultivadas ao redor de suas moradias. A mata existente no Assentamento oferece diversas espécies apontadas na medicina alternativa, sendo esta, uma de suas possíveis utilizações em benefício direto da saúde das famílias.

No campo do saneamento ambiental, através de intercâmbios realizados no plano de formação de 2014/2015, as famílias tiveram contato com as tecnologias alternativas e sustentáveis de tratamento dos dejetos humanos, como as “fossas de bananeiras”, as quais as famílias apontam ser o modelo mais adequado para a realidade local.

O modelo consiste em utilizar bananeiras plantadas ao redor de fossas escavadas no terreno, onde elas utilizarão os resíduos humanos para nutrir-se. Essa técnica é comprovada cientificamente a bananeiras funcionam como um filtro destes dejetos, possibilitando a não contaminação da banana e a eficiência do sistema, como mostra o exemplo a seguir e como traz com maior profundidade o material da FUNASA - Saneamento Ambiental, Sustentabilidade e Permacultura em Assentamentos Rurais (BRASIL, 2014).

Foto 8: Sistema de Evapotranspiração



Fonte: Revista EA.

Quanto à coleta do lixo, existe o serviço de recolhimento quinzenal realizado pelas famílias ainda não sendo o ideal. Avaliam ser necessária a frequência semanal devido ao volume gerado pelas cinquenta famílias assentadas.

Como forma de pensar alternativas ecológicas para a diminuição do volume do lixo, as famílias fazem compostagem dos resíduos orgânicos, sendo utilizados como adubação orgânica na produção de alimentos.

As famílias propõem ainda uma construção coletiva de uma estrutura física que possibilite auto-organização para reciclagem do lixo (garrafas, plásticos, vidros, etc.), que além de contribuir para a diminuição do lixo, é mais uma forma de agregação de renda, fortalecendo a tese da pluriatividade da agricultura familiar.

C. Entidade Representativa - Associação de Moradores/as do PDS Osvaldo de Oliveira

Durante os meses de março e agosto de 2015 foram feitos encontros bimestrais, nos finais de semana, para construção do estatuto da associação dos assentados no PDS Osvaldo Oliveira. Utilizando a metodologia participativa, marca do trabalho da assessoria jurídica popular, oficinas foram promovidas sobre os marcos jurídicos do Código Civil de 2002, apresentando as regras para a formação das associações no Brasil.

Nas oficinas foram organizados espaços, nos quais as famílias debateram, a partir dos quatro núcleos de base existentes no PDS, o modelo de organização que esperavam para a associação, como seria composta a direção da associação, quem seria os associados, os direitos e deveres dos associados, a forma de filiação e de destituição dos membros, a forma de convocação, deliberação e funcionamento das assembleias.

Após essa primeira fase dos trabalhos, foi feita a síntese pela assessoria jurídica dos debates e transcrito para o papel atentando para as regras jurídicas em vigor. Posteriormente, a redação do estatuto foi retornada aos assentados e foi debatida nos núcleos de base e em assembleia geral.

Após essa nova discussão, foi feita nova revisão do estatuto pela assessoria jurídica procurando alterar algumas categorias jurídicas não compreendidas pelos assentados, sendo modificadas tais expressões por uma linguagem mais popular.

Ao final de todo esse processo, foi feita uma assembleia geral no dia 01 de agosto de 2015, na qual foi aprovado o estatuto e eleita a primeira coordenação da Associação do PDS. Passados quase 8 (oito) meses da aprovação [dessa forma de funcionamento] foi feito novo debate sobre o funcionamento da associação.

Foram percebidos alguns problemas para o funcionamento da associação e a necessidade de modificação de seu funcionamento e, portanto, do Estatuto da Associação. Após essas novas modificações, depois de amplo debate e nova aprovação, será finalmente feito o registro do Estatuto no Cartório de Pessoas Jurídicas.

A dinâmica de trabalho na criação da associação e a necessidade de recomposição da própria organização reflete os estudos de Guzmán (2002) no que se refere a perceber na matriz agroecológica um processo dialético que impõe avanços e recuos na construção desse saber.

5. Conclusão

“Quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender”.
Paulo Freire - Pedagogia da Autonomia.

A modalidade de PDS é fruto da luta por novos referenciais produtivos e organizativos para a construção de Assentamentos da Reforma Agrária. Sua constituição enquanto modalidade diferenciada pelo INCRA não significa que existam melhores condições que garantam sua implantação. No PDS Osvaldo de Oliveira foram e ainda são muitos os desafios enraizados na construção de diretrizes e olhares que superem a forma convencional de produção, mas, sobretudo, ultrapassem as barreiras encontradas nos arranjos sociais hegemônicos da sociedade.

A experiência na consolidação do primeiro assentamento com esta orientação no estado do Rio de Janeiro representou desafios de diferentes naturezas. Construir, no imaginário coletivo, horizontes de ação e de planejamento sem que, de um lado, existam referenciais de outras experiências no estado e, de outro, não exista condições para a execução das políticas públicas que assegurassem um acompanhamento técnico e pedagógico (como a ATER especializada), exigiu um esforço grandioso na construção de uma configuração de parcerias que tornassem possível a execução de atividades de formação, intercâmbios e mutirões.

As parcerias firmadas com diferentes universidades do estado (UNEF, UERJ, UFF-Macaé, UFF-Rio das Ostras, UFRRJ e UFRJ-RJ e UFRJ-Macaé), além de outras iniciativas articuladas com grupos locais de consumo agroecológico e solidário, e com a Secretaria de Agroecologia da Prefeitura Municipal de Macaé, por exemplo, ampliaram as condições de execução de ações fundamentais, como os processos de formação realizados.

O plano de formação construído junto às famílias, de forma autônoma e multidisciplinar, envolveu uma matriz ampla de conteúdos desenvolvidos a partir de metodologias orientadas pelo diálogo de saberes e pelos referenciais da educação popular que também estruturam a construção do conhecimento agroecológico. A tabela 2, abaixo sintetiza alguns das temáticas abordadas nos ciclos de formação e mutirões organizativos e técnicos.

Tabela 2 – Temáticas do Plano de Trabalho 2014/2015

- Resíduos Sólidos
- Tecnologias de Saneamento
- Organicidade
- Intercâmbio no PDS Mario
- Regulamentação de Práticas Agroflorestais e de Pousio
- Gênero e Geração
- Associativismo e Regimento Interno
- Organização Produtiva
- Feira Estadual da Reforma Agrária
- Mutirão de Alfabetização
- Cultura, Comunicação, Esporte e Lazer
- Saúde do Solo
- Comercialização, PNAE e PAA
- Adubação Verde
- Previdência Social
- Direito Ambiental
- Juventude

Apostando na relação dialógica que se orienta pelas trocas de saberes tecidos pelas e pelos camponeses, em interação com o ambiente em que vivem, a agroecologia representa para o PDS Osvaldo de Oliveira não somente uma opção alternativa para a produção agropecuária, mas, sobretudo, uma escolha política.

As relações construídas buscam superar lógicas orientadas por projetos de curta duração e o desenho associativo para organização social, elaborado pelas famílias com apoio da assessoria popular, basear-se-á em coordenações partilhadas e rotativas vinculadas aos núcleos sociais que dinamizam o próprio assentamento.

Os desafios mais atuais do assentamento estão vinculados à consolidação do Conselho Gestor e à construção do Plano de Uso que orientará o uso e a ocupação do solo da área. Plantios experimentais de feijão orgânico, a manutenção de quintais produtivos consorciados, áreas coletivas de produção e a organização social para a participação em feiras locais, regionais e nacionais são algumas das expressões do trabalho conjunto

realizado no PDS.

Vizibilizar os saberes dos e das “sem-terras” na construção de alternativas de produção e viva em respeito, harmonia e cuidado com o ambiente, em todo esse processo de construção do assentamento é reconhecer o que está em curso em diferentes experiências de resistência no Brasil e na América Latina. Visibilizar os saberes de quem produz e, ao mesmo tempo, conserva os bens naturais é reconhecer que semear novos caminhos dependerá do respeito à sabedoria do povo que é e será imprescindível para os novos tempos de resistência que se anunciam.

Referências

ALMEIDA, J. Por um novo sentido à prática da agricultura. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Editora da UFRGS. 5ª ed. Porto Alegre, 2008.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Editora da UFRGS. 5ª ed. Porto Alegre, 2008.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Expressão Popular, AS-PTA. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro. 2012.

AYRES, J.M. et.al. **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**, Belém-PA: Sociedade Civil Mamirauá, 2005.

BRUNO, R. O *ethos* da propriedade da terra no Brasil. In: LIMA, E.N. de; DELGADO, N.G.; MOREIRA, R.J. (Orgs). **Mundo Rural IV. Configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro, Mauad X: Edur, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2004.

DA SILVA, N.R. **Etnopedologia e Qualidade do Solo no Assentamento Roseli Nunes, Pirai-RJ**/ Nivia Regina da Silva-Florianópolis, 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora e livraria Brasiliense, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GROSSI, P. **História da propriedade e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GÚZMAN, S. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, p.19-28, jan./mar.2002.

GUZMÁN, E. S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001 .

INCRA. MDA. **Laudo Agrônomo de Fiscalização da Fazenda Bom Jardim**, Macaé-RJ, Rio de Janeiro, 2006.

INCRA. MDS. **Cartilha Projeto de Desenvolvimento Sustentável**, 2006.

JACOB, L. **Universidade, entre agroecologia e agronegócio**. São Paulo: 2013. Disponível em <<http://outraspalavras.net/posts/universidade-entre-agroecologia-e-agronegocio>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

LANDER, E. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. Edgardo Lander (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas..** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. pp.21-53. Set. 2005. Acessível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf>

OLIVEIRA, C.; SOUZA, P. M. Criações e Contradições capitalistas no território: o fenômeno da pluriatividade no Norte Fluminense. IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – UNISC, Rio Grande do Sul, 2015. In: **Anais...**, Rio Grande do Sul, 2015.

PEREIRA, J. R.; LITTLE, P. E. DRPE – **Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador: a base para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Brasília. 2000. (mimeo).

PRIMAVESI, A. O solo: a base da vida em nosso globo. Fazenda Ecológica, Itaipó, São Paulo. 2001. BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. **Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública**. UFSM. 2007. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/01.pdf>>, Acesso em 28/12/2013.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?** Minas Gerais: UFMG, 2010.

STURM, C.E.P. **Portaria/INCRA/DA/Nº 308/2008**, Processo 5418000172/2005-69; Rio de Janeiro, 2006.

VANDERMEER, J. The ecological basis of alternative agriculture. **Annual Review of Ecological Systems**, v.26, 1995.

O PAA E PNAE EM ASSENTAMENTOS PDS NO NORTE PAULISTA

*Regina Aparecida Leite de Camargo*¹

*Matheus Ferreira Bocca*²

*Danilo Soares Figueiredo*³

*Jean Marcos Soares de Matos*⁴

Resumo: Existem hoje no estado de São Paulo dezenove áreas de assentamento implantadas pelo Incra na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Esses assentamentos devem obedecer duas premissas básicas estipuladas pela Portaria nº 477 de 04/12/1999: a preservação ambiental e a priorização da produção coletiva. Neste trabalho examinamos alguns aspectos do acesso a mercados institucionais via o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos PDSs Sepé Tiarajú, localizado no município de Serrana e Assentamento da Barra, localizado em Ribeirão Preto. Os resultados fazem parte de uma pesquisa sobre programas de políticas públicas para a agricultura familiar realizada em nove áreas de assentamento. No trabalho buscamos responder a seguinte indagação: estariam os PDSs pesquisados se beneficiando do PAA e PNAE de forma diferenciada dos demais assentamentos?

Palavras-chave: políticas públicas, agricultura familiar, agroecologia

¹ Professora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. FCAV/UNESP/Jaboticabal. Email: regina@fcav.unesp.br

² Graduando da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. FCAV/UNESP/Jaboticabal. Email: matheusbocca@uol.com.br

³ Graduando da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. FCAV/UNESP/Jaboticabal. Email: danilo_sfigueiredo@hotmail.com

⁴ Graduando da Universidade Estadual de Londrina. Email: je_mattos@hotmail.com

Abstract: There are today nineteen settlement areas in the state of São Paulo that were created by INCRA as a Sustainable Development Project. These settlements must meet two basic premises established by the Decree No 477 of 04/12/1999: the environmental preservation and the prioritization of collective production. In this work we examine some aspects of the access to institutional markets via the National Program of Food Acquisition (PAA) and the National Program of School Food (PNAE) in the PDSs Sepé Tiarajú, located in the municipality of Serrana and Barra Settlement, located in Ribeirão Preto. The results are part of a research on public policies programs for family agriculture held in nine settlement areas. We seek here to answer the following question: are the PDSs researched benefiting from PAA and PNAE differently from other settlements?

Keywords: public policies, family farming, agroecology

1 - Introdução

Quando lançamos um longínquo olhar para a questão agrária brasileira podemos dizer que a luta por terra tem início com a invasão de territórios indígenas pelos conquistadores portugueses e perdura por já idos quinhentos e dezesseis anos. Alguns marcos importantes e bem conhecidos dessa trajetória são: a promulgação da Lei de Terras de 1850, que vinculava o acesso à terra à compra de propriedade rural, acabando com o até então regime de posse por ocupação; movimentos sociais como as Ligas Camponesas da década de 1950 e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra que surgiu no início dos anos 1980; a atuação da parte do clero da igreja católica ligada ao movimento conhecido como Teologia da Libertação, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990; o Estatuto da Terra criado em 1964 e os Planos Nacionais de Reforma Agrária lançados por diferentes administrações federais a partir do fim do regime militar e as parcas iniciativas de redistribuição de terras representadas pelos assentamentos rurais.

A necessidade de transformações no sistema de exploração da terra no Brasil já era defendida por eminentes pensadores no período colonial, a exemplo do abolicionista José Bonifácio de Andrade e Silva que, mesmo antes da Proclamação da Independência, propunha a fixação de uma área máxima para as propriedades rurais que poderiam ser desapropriadas, total ou parcialmente, quando não exploradas. As áreas assim recuperadas seriam vendidas para a

formação de unidades familiares de produção: por brasileiros, incluindo negros livres e indígenas, ou por imigrantes europeus (GONÇALVES, 1987).

Os motivos elencados para justificar mudanças na estrutura fundiária do país passaram, e continuam passando, por formulações e reformulações que ora agregam um elemento novo, ora reforçam antigos argumentos. Sua efetivação esbarra em entraves de ordem política e financeira, mas é principalmente afetada por limites administrativos e operacionais e os meandros da jurisdição brasileira, como prova o fraco desempenho dos governos Lula e Dilma na resolução da questão agrária. Para Eric Sabourin a história da reforma agrária no Brasil a partir dos anos 1960 pode ser interpretada como “uma sucessão de desencontros entre o Estado, a sociedade e os movimentos sociais” (SABOURIN, 2008, p.152).

Na década de 1960 a reforma agrária era defendida como medida necessária para acabar com o latifúndio improdutivo e promover a o desenvolvimento, largamente entendido como industrialização do país. A Aliança para o Progresso, firmada em 1960 com o aval do governo norteamericano, previa reformas em todos os países participantes. Mas, como sabemos, a adoção do pacote tecnológico da chamada Revolução Verde, a transformação dos complexos rurais em complexos agroindustriais e a “modernização conservadora” da nossa agricultura resolveu a questão agrícola, mas agravou a questão agrária (GRAZIANO DA SILVA, 1985).

Na década de 80, a reforma agrária ganha novo impulso e seu caráter deixa de ser exclusivamente “produtivista”, passando a prevalecer a visão da reforma como uma medida de política social, cujos resultados políticos seriam fundamentais para o processo de redemocratização do país. Ou seja, a justificativa da reforma como medida promotora do desenvolvimento do país cede lugar para a defesa da sua função social e política. Esse argumento encontra respaldo no Estatuto da Terra, que enfatiza a função social da propriedade da terra, e nos preceitos de justiça e igualdade de direitos – direito à vida acima do direito de propriedade – que fundamentam a Teologia da Libertação. O princípio da “terra para quem na terra trabalha” vai embasar a luta dos “sem terra” nas décadas de 1980 e 90.

Como já mencionado, a subida ao poder de Luís Inácio Lula da Silva, no início dos anos 2000, vai frustrar as expectativas de finalmente assistirmos à realização da reforma agrária ampla e massiva que demandavam os movimentos sociais. Por outro lado, o agronegócio brasileiro ganha novas fronteiras, dentro e fora do país, e se consolida

como um dos esteios da balança comercial. Essa expansão, apesar dos recordes de produtividade, acirra os questionamentos e debates sobre os impactos ambientais e sociais da agricultura dita moderna. Sob a luz da potência agroexportadora que se tornou o Brasil e num cenário de diminuição dos postos de trabalho agrícola não qualificado pela mecanização, surge novamente a questão do objetivo da reforma agrária: qual a função da reforma agrária no século XXI? Para quem, como e em que bases sociais e técnico-produtivas ela deve acontecer?

Dois trabalhos, debatidos no XXXII Encontro Anual da Anpocs de 2008, refletem a dualidade de opiniões sobre a pertinência da questão. No artigo “Nunca cruzaremos este rio” - a estranha associação entre o poder de atraso, a história lenta e a “Sociologia Militante”, e o acaso da reforma agrária no Brasil, o engenheiro agrônomo, doutor em sociologia, Zander Navarro critica o que chama de falsa polaridade entre agronegócio e agricultura familiar e afirma que a realidade rural atual é marcada por uma expansão econômica que impôs novas relações de trabalho e uma monetarização/urbanização das relações sociais. Diante dessas mudanças uma ampla reforma agrária torna-se desnecessária, “porque não existe mais demanda para a sua implementação, na maior parte das macro-regiões brasileiras”. (NAVARRO, 2008, p.35). Em contrapartida, o sociólogo Edgard Malagodi, no mesmo Encontro apresentou o trabalho intitulado “A Nova Ruralidade e a Questão Agrária no Brasil”, no qual afirma que:

Pensar, portanto a questão agrária como resolvida pelo simples fato do setor agropecuário estar integrado aos fluxos de capitais industriais, comerciais e financeiros é desvincular as relações humanas no campo de seu contexto social, cultural e político. Trata-se, portanto, de uma concepção de “questão agrária” fragmentária, que não dá conta do acúmulo, seja no debate em torno dos clássicos, seja no debate em torno da agricultura brasileira e seu papel em relação ao conjunto da sociedade (MALAGODI, 2008. p.12).

Desde a realização da ECO-92 assistimos a uma crescente incorporação do termo e, até certo ponto dos princípios, da sustentabilidade nos mais diversos ramos de atividades econômicas, seja no meio rural ou urbano, potencialmente produtoras de desenvolvimento. O lançamento do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) em 2010, com a subsequente disponibilização de crédito rural pelo Programa ABC, sinaliza a incorporação das demandas nacionais e internacionais por uma ecologização

da agricultura brasileira. O crescimento dos debates em torno de questões ambientais e sua transformação em consenso público, juntamente com os aportes acadêmicos sobre a multifuncionalidade da agricultura e as formas agroecológicas de produção engendraram o, senão novo, agora fortificado argumento de suporte à reforma agrária – seu potencial como promotora de impacto ambiental benéfico.

Para entender a relação das áreas de assentamento com a questão da conservação ambiental é necessário se reportar a essa mesma relação para o conjunto da agricultura familiar. A associação entre trabalho e família – traço definidor que deve ser comum a todos os produtores familiares – faz com que a categoria seja quase que naturalmente alinhada com um maior cuidado com os recursos naturais, já que deles depende a sobrevivência e reprodução do grupo familiar. No Brasil o debate da multifuncionalidade da agricultura ganhou importância como argumento em prol da agricultura familiar, considerada como uma forma de organização da produção naturalmente propensa a ser multifuncional. Ou seja, em princípio, a agricultura familiar tende a fugir da monofuncionalidade criadora de externalidades negativas para o meio ambiente, típica de uma agricultura puramente produtivista (CAMARGO, 2012; BERGAMASCO, CAMARGO, 2015).

Mas, da mesma forma que não se pode afirmar que todo produtor familiar seja, por força de sua atividade, um produtor agroecológico, uma vez que sua prática é uma híbrida junção de conhecimentos tradicionais com os aprendidos em diversas fontes (GUIVANT, 1997), também os assentamentos, para se tornarem exemplos de produção sustentável, demandam investimentos, tanto na sua organização produtiva, como na econômica e social. A adoção, pelos assentados, de uma lógica produtiva que pouco fugia do modelo reducionista da agricultura chamada moderna já esteve na pauta da assistência técnica nos assentamentos e dos próprios movimentos sociais (COSTA NETO, 2000; BERGAMASCO, NORDER, 2003). Por outro lado, o já bem estudado fenômeno do arrendamento de parte do lote para usinas de cana de açúcar no estado de São Paulo, reproduz no assentamento o monocultivo intensivo dessa cultura (FERRANTE, ALMEIDA, 2009; FERRANTE, BARONE, 2011).

A preocupação com questões ambientais vai aparecer de forma mais enfática na retórica do MST a partir da realização do III Congresso Nacional, em 1995. Para Costa Neto:

De 1995 em diante, o discurso político programático do MST passou a intensificar o conteúdo em favor da sustentabilidade, com a realização de encontros com representantes de organizações não governamentais (ONGs), ligadas à questão da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável (COSTA NETO, 2000, p.95).

Uma das manifestações práticas da associação da reforma agrária com a questão ambiental foi a criação do modelo de assentamento denominado Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Os PDSs foram criados pela Portaria nº 477 de 04 de novembro de 1999, para atender a demanda por terra de comunidades extrativistas da região Norte. Essa modalidade de assentamento apresenta como característica diferenciadora um forte viés ambiental e a prevalência de áreas coletivas. Para Carvalho (2011, p.93): “os princípios básicos norteadores destes projetos recaem no associativismo e na agroecologia como condição básica para a concessão do uso da terra e conseqüentemente acesso a crédito”.

Segundo o Incra, em um PDS:

- Deve-se desenvolver atividades ambientalmente diferenciadas e dirigidas para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.).
- Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União (BRASIL, 2016).

Na formação dos PDS é comum a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduto (TAC) entre os assentados e o INCRA, ou entre o INCRA e órgão local, como foi o caso do TAC preliminar firmado junto à Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto/SP, na criação do PDS da Barra (GONÇALVES, SCOPINHO, 2010).

No TAC constam compromissos que devem ser assumidos por ambas as partes, como: destinação de 35% da área para Reserva Legal, produção agroecológica, realizada preferencialmente de forma associativa, construção de infraestrutura pelo INCRA incluindo eletrificação, edificação de moradias e galpões coletivos, fornecimento de água e coleta de esgoto (CARVALHO, 2011).

O modelo PDS foi utilizado, no estado de São Paulo, como alternativa para a desapropriação de áreas bastante valorizadas por sua proximidade com grandes centros urbanos. Se cumpridos todos os seus objetivos, poderiam se tornar um cinturão verde agroecológico abastecendo a população urbana local. Mas o descumprimento do TAC por parte tanto do INCRA como dos

assentados e as dificuldades organizativas e produtivas parecem reforçar o chavão de que é difícil pensar no verde quando se está no vermelho.

Os assentamentos paulistas

A origem histórica dos conflitos de terra do Pontal do Paranapanema data de 1854 quando o Decreto 1.318 regulamentou a Lei de Terras e determinou a realização do registro das terras em todo território nacional por meio de requerimentos que eram inscritos em livros de registro pelos vigários paroquiais. Se o intuito da Coroa era regularizar a posse consolidada da terra, a iniciativa também possibilitou a grilagem⁵, ou seja, o registro de terras que não haviam sido compradas ou ocupadas. Os exemplos mais contundentes dessa prática no estado de São Paulo referem-se ao registro de duas propriedades, uma com 238 mil alqueires⁶ e outra com 356 mil alqueires na região do Pontal do Paranapanema, dando origem às grilagens e conflitos de terra que perduram até os dias de hoje.

Por outro lado, a expansão da cultura cafeeira e o fim da escravidão impulsionaram a vinda de colonos europeus e a criação de novos núcleos coloniais⁷, iniciativa que a partir de 1892 passa a ser coordenada pela Inspeção de Terras, Colonização e Imigração do Estado. Pode-se dizer que esses núcleos foram os primeiros assentamentos com intervenção do Estado em São Paulo. Eles multiplicavam-se com a expansão da cultura cafeeira. Duas outras medidas distributivas merecem menção e beneficiaram, principalmente, as famílias imigrantes e seus descendentes. Em 1933, o Decreto Estadual nº 5.824 possibilitava a venda de terras devolutas com área até 100 hectares e com prazo de pagamento de dez anos. Dez anos depois, outro Decreto previa a concessão gratuita de lotes com até 25 hectares de terra agrícola aos seus ocupantes, desde que estivessem morando na propriedade, produzindo e fossem brasileiros natos e pobres (PILLA et al, 2013).

O próximo passo, significativo e pioneiro para a estrutura agrária paulista foi a criação da Lei de Revisão Agrária de dezembro de 1960, que ficou

⁵ Grilagem significa posse irregular de terras públicas ou privadas. O termo tem sua origem na prática antiga de colocar o documento falso em um vidro com grilos vivos que roiam suas bordas e amarelavam suas folhas com seus dejetos, fazendo com que parecesse antigo.

⁶ Um alqueire corresponde a 2,4 hectares, ou 24.200 metros quadrados.

⁷ Os primeiros núcleos datam de 1819, com a vinda de dois grupos de alemães.

conhecida como Lei Carvalho Pinto e quatro meses depois a criação da Assessoria de Revisão Agrária. Como apontam Pilla et al (2013), o uso do termo “revisão” e não “reforma” busca enfatizar e caráter desenvolvimentista da iniciativa e apaziguar os contrários a qualquer mudança. Mas apesar da importância da iniciativa, apenas cinco áreas foram transformadas em projetos de colonização, que tampouco foram bem sucedidos. Entre eles estava a Fazenda Pirituba, localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá, que, após muitos conflitos, abriga hoje nove projetos de assentamento. Posteriormente a aplicação da Lei de Revisão Agrária foi limitada por um Projeto de Lei Federal que transferia para os municípios as arrecadações do ITR⁸. Ou seja, a administração estadual ficou sem recursos para a implantação de novos núcleos de colonização.

Com o golpe de 1964, novas iniciativas de assentamento só retornaram ao campo paulista no início da década de 1980, quando os governadores estaduais voltaram a ser eleitos pelo voto popular. Em 1983, o eleito governador Franco Montoro nomeou José Gomes da Silva, histórico defensor da reforma agrária, para Secretário da Agricultura e Abastecimento, que por sua vez convidou o professor da USP, José Eli da Veiga, também conhecido por seus trabalhos sobre a questão agrária, para a direção do recém criado Instituto de Assuntos Fundiários (IAF). Em 1985 foram promulgadas a Lei Estadual 4.925/85 sobre alienação de terras públicas a seus ocupantes consolidados e a Lei Estadual 4.957/85, que prevê o assentamento em terras públicas ociosas, mal utilizadas ou utilizadas irregularmente.

Segundo Bergamasco e Norder (2003):

Entre 1984 e 1994, as sucessivas administrações do governo estadual promoveram o assentamento de aproximadamente 1.675 famílias em 24 projetos, localizados em áreas estaduais de dez municípios. Deste total, nada menos que 998 foram assentadas nas cidades de Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha (BERGAMASCO, NORDER, 2003, p 89).

Ou seja, o histórico conflito agrário do Pontal se fazia ainda presente.

Quem era o público que demandava terra no início da década de 1980 no estado de São Paulo? Na região noroeste do estado, desde a década anterior a cafeicultura vinha sendo substituída pela criação intensiva de gado e eliminando antigas relações de colonato e parceria que, bem ou mal, garantiam algum acesso à terra. Por outro lado, a construção de novas

⁸ Esse Projeto de Lei foi apresentado pelo latifundiário paulista Auro Soares de Moura Andrade, então Presidente do Senado Federal.

hidroelétricas aumentava o contingente dos atingidos por barragens. E nas regiões canavieiras a penosidade e sazonalidade do trabalho aliada ao renascimento das organizações sindicais⁹ também impulsionava a luta por terra. Estava em curso um “... reordenamento da estrutura demográfica e ocupacional no meio rural paulista, gerando um novo conjunto de condições socioeconômicas a serem consideradas nos questionamentos da distribuição fundiária” (BERGAMACO, NORDER, 2003, p. 76).

O início da década de oitenta também assiste ao surgimento das lideranças que seriam responsáveis pela formação do MST no Estado. As dezenas de famílias acampadas no “Trevo da Bosch”, na cidade de Campinas, dariam origem aos assentamentos de Sumaré, Porto Feliz, Promissão e Araraquara. Boa parte dos assentamentos, a partir da segunda metade da década de 1980, ocorreu em áreas de grilagem, no caso do Pontal, fazendas experimentais federais em desativação, como o assentamento de Porto Feliz e a Fazenda Ipanema em Iperó, e hortos florestais da companhia Ferrovias Paulistas SA. (Fepasa), como no caso de Sumaré, do Horto Vergel em Mogi Mirim, do Horto Guarani em Pradópolis, dentre outros. Não foram, portanto, fruto de desapropriações, mas sim de uma reutilização de áreas do Estado ou regularização de antigas grilagens. As desapropriações de terras particulares por interesse social no estado de São Paulo foram realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultando na formação de doze Projetos de Reforma Agrária (PRA), entre eles o assentamento Reunidas, que se tornou um exemplo de experiência bem sucedida.

Dois outros intermediadores foram fundamentais para a luta por terra no estado de São Paulo: do lado sindical, a atual Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (Fetaesp) e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) e pela Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), bastante atuante nas décadas de 1980 e 1990, por parte do clero alinhado ideologicamente com a Teologia da Libertação.

Após uma sucessão de órgãos relacionados com algum aspecto da questão fundiária no Estado, em 1991 o recém empossado governador Luiz Antônio Fleury Filho criou o Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), que em 1999 tornou-se Fundação Instituto de Terras de São Paulo “José Gomes da Silva”. Esse foi o período em que ocorreu a regulamentação de maior número de assentamentos.

⁹ A famosa greve (ou Levante) de Guariba em 1984 exemplifica bem a nova força do sindicalismo rural na região.

O Itesp é hoje responsável pela execução da política agrária e fundiária do estado, incluindo o reconhecimento de comunidades quilombolas. O Instituto presta serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a 136 assentamentos estaduais e 44 assentamentos federais, num total de 10.683 famílias atendidas.

Alguns dos assentamentos implantados pelo Incra no estado de São Paulo pertencem a modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Na tabela abaixo estão os dezenove PDSs criados pelo Incra em São Paulo nos últimos doze anos. Como é possível observar a maioria deles foi criada entre 2004 e 2006. O assentamento Sepé Tiarajú foi o primeiro PDS do estado e, curiosamente, no site do Incra ainda aparece como “Em Instalação”.

Tabela1: Assentamentos criados pelo INCRA no estado de São Paulo na modalidade PDS.

ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	CAP.	FAM.	ÁREA	DATA
PDS SEPE TIARAJU	SERRA AZUL	80	79	797,75	20/09/2004
PDS OLGA BENÁRIO	TREMEMBE	64	52	692,12	19/12/2005
PDS MANOEL NETO	TAUBATE	47	42	378,91	29/11/2005
PDS AGROAMBIENTAL ALVES, TEIXEIRA E PEREIRA	ELDORADO	72	59	3072,68	02/08/2005
PDS SANTA HELENA	SAO CARLOS	14	14	98,83	27/12/2005
PDS EMERGENCIAL BOA ESPERANÇA	JOAO RAMALHO	29	27	54,69	15/12/2006
PDS EMERG. COMUNA DA TERRA MILTON SANTOS	AMERICANA	100	66	103,45	11/07/2006
PDS PROFESSOR LUIZ DE DAVID MACEDO	APIAI	87	78	7767,22	27/07/2006
PDS RIBEIRÃO DO PIO	MIRACATU	15	13	406,10	24/11/2006
PDS EMERGENCIAL BOM JESUS	IEPE	37	34	68,30	15/12/2006
PDS COMUNIDADE AGRARIA 21 DE DEZEMBRO	DESCALVADO	19	17	256,40	16/10/2006
PDS SÃO LUIZ	CAJAMAR	31	31	123,07	27/07/2006
PDS AGROECOLÓGICO	ITANHAEM	15	5	153,27	04/12/2007
PDS DA BARRA	RIBEIRAO PRETO	474	473	1549,48	20/06/2007
PDS AGROECOLÓGICO HUGO MAZZILLI	CACONDE	22	20	135,54	18/09/2008
PDS COMUNIDADE AGRÁRIA AURORA	DESCALVADO	83	75	533,36	10/11/2008
PDS ELIZABETH TEIXEIRA	LIMEIRA	150	104	602,87	19/09/2008
PDS FAZENDA VARGEM DO RIO JUNDIAI	MOJI DAS CRUZES	46	38	133,35	08/02/2012
PDS SANTO ANGELO	MOJI DAS CRUZES	344	284	532,27	24/12/2014

Fonte: BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2016

Os dados da tabela revelam algumas das já citadas características diferenciadoras dos PDS. Na maioria, os lotes para o cultivo individual é pequeno, como no caso do PDS Santo Angelo em Moji das Cruzes, onde mesmo se dividirmos o total da área de 532 ha pela capacidade, segundo o Instituto, de assentar 344 famílias, cada uma delas receberia pouco mais de 1,5 ha. Considerando-se que o assentamento necessita de estradas e benfeitorias comuns, a área que cabe a cada família, seja para o cultivo coletivo ou individual, é ainda menor. Grande exceção na relação

tamanho da área e número de famílias aparece nos municípios de Apiai e Eldorado, ambos no Vale do Ribeira e próximos ao Parque Estadual PETAR, ou seja, com grandes áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente (APP). Vários desses assentamentos encontram-se ainda nas franjas de grandes cidades, como é o caso do PDS da Barra, localizado em área de expansão imobiliária de Ribeirão Preto e do Milton Santos, próximo a Campinas.

É também interessante observar que em vários casos o carácter ecológico ou comunitário do assentamento aparece já na denominação do mesmo, como no caso dos PDSs Agroambiental e Agroecológico e dos que levam no nome termos como Comuna e Comunidade. Em três casos, o assentamento foi denominado de emergencial, indicando tratar-se de resolução urgente de conflito por terra e da demanda do movimento social.

No Sepé Tiarajú os assentados cultivam lotes individuais de aproximadamente quatro hectares e têm acesso a mais seis hectares em áreas coletivas. No assentamento da Barra os lotes individuais não passam de um hectare e meio e cada família tem acesso a mais dois hectares em áreas coletivas. Em ambos os casos, o cultivo na área coletiva acaba, não raro, acontecendo de forma individual ou em pequenos grupos de parentesco ou afinidade. O processo organizativo nos assentamentos também envolve arranjos que fogem do ideal de uma representação única de sua população. No Sepé Tiarajú, por exemplo, depois da tentativa frustrada de se formar uma cooperativa central, existem hoje quatro cooperativas que disputam a participação dos assentados. Os caminhos e descaminhos da organização dentro do assentamento refletem o que Scopino (2012, p.304) coloca como “resistência à institucionalização da cooperação”.

De fato, um dos desafios para a sobrevivência de organizações de assentados ou de agricultores familiares em geral é como fazer a transcrição de formas de solidariedade forjadas na luta pela terra ou embutidas na vida social de comunidades de agricultores em instituições formais, ou seja, numa cooperação institucionalizada por imposição do Estado e voltada para o acesso a recursos e serviços.

Para Sabourin (2008, p.158): “a dinâmica coletiva funciona relativamente bem durante o conflito, mas enfrenta dificuldades quando confrontada com a valorização da terra e da produção, o manejo de recursos comuns”. Para o autor, mais do que restrições técnicas ou econômicas, é a falta de coesão social o principal fator limitante para as organizações presentes nos assentamentos.

Assentamentos e políticas públicas

Como bem coloca Neves (2010, p.176): “O termo políticas públicas acena para a relação entre agentes governamentais e agentes de representação delegada de grupos de interesse”. Os assentados são ao mesmo tempo o produto, o sujeito e o demandante de ações governamentais. Sendo fruto de uma ação deliberada do Estado, o assentamento nasce como parte de um plano de política pública, mais especificamente da política fundiária, e, como tal, representa uma decisão do Poder Executivo que necessita ser respaldada e complementada pelos poderes Legislativo e Judiciário para se tornar exequível. As decisões políticas não refletem necessariamente os interesses ou convicções de uma determinada administração pública, mas, não raro, são uma intermediação de interesses conflitantes em nome da governabilidade em um momento histórico dado.

Se os assentamentos são resultado e destino de programas de políticas públicas, são também espaços duramente conquistados, onde o assentado aparece tanto como ator de uma luta como beneficiário de uma ação do Estado. Para Franco (1991, p.71):

Se, por um lado o assentamento pode ser lido enquanto uma “conquista” e oportunidade de consolidar um projeto político que dê continuidade à “luta”, por outro lado, em seu processo de estruturação, os assentados se transformam em objeto de intervenção estatal, de políticas públicas de concessão de créditos e assistência técnica. Há uma diferença de perspectivas, que poderia ser assim descrita: enquanto para um o assentamento é fruto da “luta”, para outro ele se constitui numa “unidade administrativa” sua.

Ainda que por vieses tortos, a conflituosa, mas inevitável, relação com o Estado faz parte da formação do assentado e alarga seu entendimento sobre seus direitos e sobre o funcionamento da máquina estatal. Formação que é complementada pelos inúmeros cursos de capacitação que geralmente recebem durante o acampamento e depois de assentados. Essa “escola”, juntamente com o contato constante com as entidades de assistência técnica, pesquisadores e outros mediadores faz com que, em geral, os assentados da reforma agrária tenham mais conhecimento dos programas de políticas públicas para a agricultura familiar que os demais produtores dessa categoria. (CAMARGO et al., 2013). Dessa forma, o assentamento é ao mesmo tempo o desenlace feliz do penoso período de acampamento e o início de novas lutas por direitos sociais.

Mesmo que largamente em déficit de apoio governamental para lograr as condições necessárias para consolidar sua nova posição de produtor rural, é necessário reconhecer que os assentamentos têm sido alvo de programas inovadores de políticas públicas, posteriormente generalizados para o conjunto da agricultura familiar. Foi esse o caso do Projeto Lumiar, que vigorou entre os anos de 1997 a 2000, e inovou na descentralização dos serviços de ATER, princípio agora incorporado à PNATER. Igualmente, o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera), inaugurou o crédito rural diferenciado para um segmento da agricultura familiar, benefício depois estendido a todos os produtores familiares através do Pronaf.

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), permitiu a inserção dos agricultores familiares nos chamados mercados institucionais. Principalmente a modalidade “Compra com Doação Simultânea”, possibilitou tanto o incremento da renda das famílias como o reconhecimento dos assentamentos como agentes produtivos que contribuem com a segurança alimentar de outros grupos sociais menos favorecidos. Em muitas situações o PAA era, e ainda é, a principal forma de escoamento da produção do assentado (MARQUES, LUCAS, 2012). É também interessante notar que a maior parte dos projetos de PAA operacionalizados no estado de São Paulo encontra-se em municípios com presença de áreas de assentamentos, confirmando o maior acesso dos assentados aos programas de políticas públicas para a agricultura familiar. (CAMARGO et al., 2013).

Já os benefícios do Artigo 14 da Lei 11.947/2009, que regulamentou o PNAE, têm se mostrado de acesso mais difícil para as organizações dos assentamentos. Esse programa demanda uma produção mais bem planejada - constante e com a qualidade especificada nas Chamadas Públicas.

O acesso a uma política de mercado institucional deveria complementar as políticas de crédito e assistência técnica, mas ambas têm se mostrado de efeito limitado nos assentamentos pesquisados.

A pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada em nove áreas de assentamento localizadas na regional norte segundo a divisão em regionais utilizada pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). O Instituto considera como Regional Norte, a área que, grosso modo, corresponde às Regiões Administrativas de Ribeirão Preto, Barretos, Franca, Central e parte

de São José do Rio Preto – área onde ocorre a maior presença da cultura de cana-de-açúcar no Estado.

A Tabela 2 apresenta os municípios e assentamentos pesquisados, o número de lotes em cada assentamento, o número de famílias entrevistadas, o ano de criação do assentamento e a área média dos lotes.

Tabela 2: Localização, ano de criação, nº de lotes, nº de entrevistados e área média dos lotes nos assentamentos pesquisados

Município	Assentamento	Ano de Criação	Nº de Lotes	Nº de Entrevistados	Área média dos lotes (ha)
Serrana	Sepé Tiarajú (ST)	2005	80	15	4,0*
Ribeirão Preto	Mario Lago (ML)	2007	464	46	1,5*
Restinga	Boa Sorte (BS)	1999	159	23	13,0
Jaboticabal	Córrego Rico (CR)	2001	47	8	8,7
Colômbia	Formiga (FOR)	1998	61	9	15,9
Bebedouro	Reage Brasil (RB)	2000	84	8	10,8
Pradópolis	Horto Guarani (HG)	2000	274	24	11,7
Araraquara	Bela Vista (BV)	1990	176	27	14,0
Motuca	Monte Alegre (MA)	1999	358	40	14,0

Fonte: Organizado pelos autores, 2016

*Área média dos lotes individuais

A seguir apresentamos os dados referentes a participação dos assentados entrevistados nos programas PAA e PNAE, buscando aferir se existe diferença significativa entre os assentamentos PDS – Mario Lago e Sepé Tiarajú e os que não são PDS. O Mário Lago faz parte do PDS da Barra, em Ribeirão Preto, que acabou dividido entre três movimentos sociais, sendo o MST o mais significativo.

Pelas características do Programa, principalmente na modalidade “Compra com Doação Simultânea”, o PAA pode ser considerado como uma porta de entrada para a participação do assentado em mercados institucionais. Tanto o PNAE, como o estadual PPAIS e possíveis programas municipais demandam maior cuidado dos produtores quanto à qualidade dos produtos e periodicidade de entrega. O fato do PAA “pegar tudo” foi apontado em diversas entrevistas como uma das vantagens do Programa. Embora todos os entrevistados participassem do PAA, a participação no PNAE era bem menor, conforme demonstra a Tabela abaixo.

Tabela 3 : Porcentagem dos entrevistados que participavam do PNAE em 2015

Assentamento	ML	ST	BV	RB	BS	CR	HG	MA	FOR
Participação no PNAE (%)	22%	53%	19%	25%	48%	0%	0%	65%	0%

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pelos autores., 2016

Pela Tabela 3 se percebe que apenas no Sepé Tiarajú e Monte Alegre a participação no PNAE ficou acima de 50% entre os produtores entrevistados. Em três assentamentos – Córrego Rico, Horto Guarani e Formiga não foi registrada participação no Programa. Esses dados indicam que o PNAE ainda não beneficia os assentados como poderia e deveria já que em alguns municípios os assentamentos são os principais representantes da agricultura familiar.

No caso do PDS Mario Lago, a baixa participação no PNAE contradiz com a localização do assentamento, nas franjas da cidade de Ribeirão Preto, e sua vocação para a olericultura, devido ao pequeno tamanho dos lotes. Tratando-se de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável seria de se esperar uma associação mais estreita entre uma produção isenta de agrotóxicos, de baixo impacto ambiental e alta qualidade nutricional, com a segurança alimentar do alunato local.

Tanto o PAA como o PNAE propõem o pagamento de trinta por cento a mais do preço estabelecido para produtos da agricultura familiar certificados como orgânicos ou agroecológicos. As normas da produção orgânica e agroecológica no Brasil fazem parte da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), lançada pelo Governo Federal em 20 de agosto de 2012. Para implementar a política foi criado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) ou Plano Brasil Agroecológico (2013-2015). Dentre os objetivos do Plano consta:

- Promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e sustentável.
- Promover sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal (BRASIL, 2016).

Ou seja, uma maior participação dos assentamentos em geral, e em particular dos PDSs, no fornecimento de alimentos para a alimentação

escolar alinha-se com os objetivos tanto do PNAE como do Planapo e da própria criação dos PDSs. No entanto, como veremos à seguir, embora uma porcentagem alta dos entrevistados tenha alegado fornecer produtos orgânicos ou agroecológicos para o PAA e PNAE, apenas quatro deles disseram receber a mais por seus produtos.

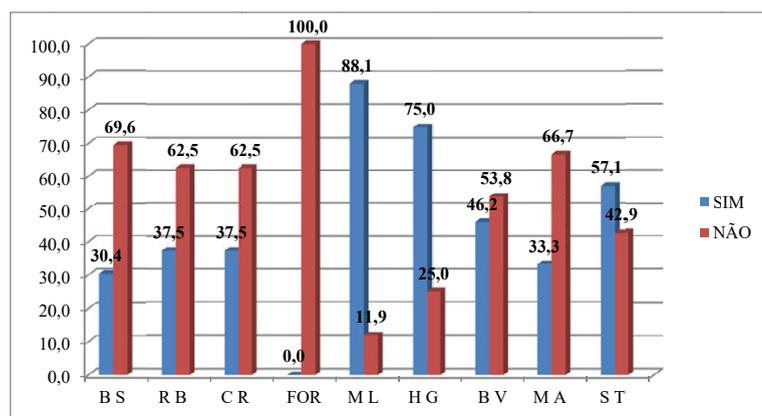
Como pode ser observado na Figura 1, ao serem questionados sobre a entrega de produtos orgânicos ou agroecológicos para o PAA ou PNAE, apenas no assentamento Formiga 100% dos entrevistados respondeu que não. Condizente com sua condição de PDS, o assentamento com maior porcentagem de respondentes que afirmaram entregar produtos orgânicos ou agroecológico foi o Mario Lago, seguido pelo Horto Guarani e o Sepé Tiarajú.

O Horto Guarani não é um PDS. Foi criado em 1998 nas terras do antigo Horto Florestal e parte dos lotes divisam com as águas de uma grande lagoa, o que facilita a irrigação e a produção de hortaliças. A área média de 11,65 ha permite a criação de gado bovino na maioria dos lotes, o que pode garantir a produção de esterco para uso como fertilizante orgânico.

No caso do PDS Sepé Tiarajú é interessante notar que apenas 57,1% dos entrevistados afirmou entregar produtos orgânicos/agroecológicos.

É importante salientar que a pesquisa não definiu junto com os entrevistados o que os mesmos entendem por produção orgânica ou agroecológica. É possível que a maioria relacione produção orgânica apenas com a não utilização de agrotóxicos nas lavouras.

Figura 1: Entrega de produtos orgânicos ou agroecológicos para o PAA ou PNAE nos assentamentos pesquisados em 2015.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

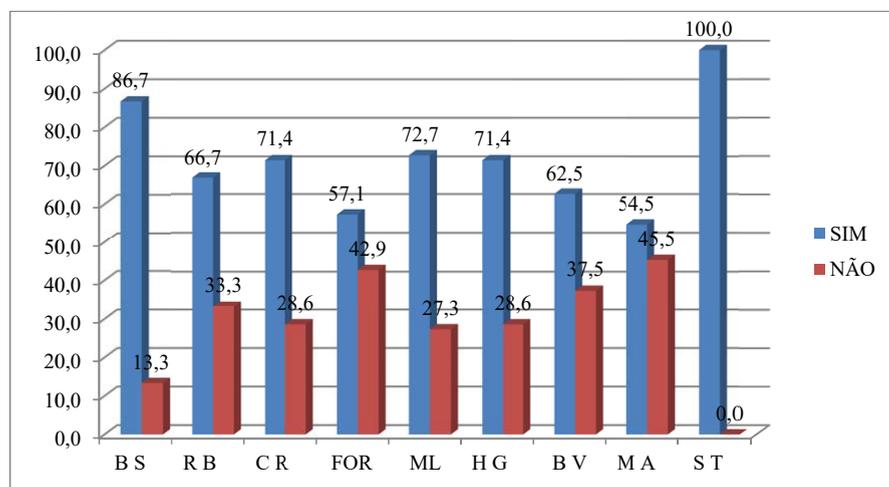
Quando questionados sobre a porcentagem de produtos orgânicos/agroecológicos do total de produtos entregues para os programas PAA e PNAE, 31,52% dos que responderam a essa questão afirmaram que 100% do que entregam pode ser assim classificado. Apenas três dos entrevistados responderam que só 50% do que entregam é orgânico e três responderam entregar 90, 80 e 70% respectivamente.

Do total de respondentes de todos os assentamentos pesquisados, 53,3% disseram entregar produtos orgânicos ou agroecológicos para o PAA e PNAE. Mas apenas quatro afirmaram que os produtos eram certificados. Um alegou que os produtos eram certificados pelo Itesp, outro disse ser pelo Incra, outro pela Embrapa e o quarto não identificou a certificadora. Como nenhuma dessas entidades funciona diretamente como certificadora, é possível supor que o assentado recebeu suporte de um técnico da entidade mencionada para o processo de certificação. Também apenas quatro dos entrevistados respondeu receber a mais pelo produto orgânico/agroecológico entregue.

Pelos resultados da pesquisa de campo foi possível aferir que a maioria dos assentados entregam produtos que classificam como orgânico ou agroecológico para o PAA e PNAE, mas não são certificados e não recebem os 30% a mais, estipulados para esse tipo de produtos. Nesse caso, o pagamento a mais, que deveria reconhecer a importância da produção orgânica e agroecológica na promoção de segurança alimentar, um dos objetivos desses programas, e estimular a sua produção, esbarra na burocracia das certificadoras, desinformação dos assentados e ineficiência dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

Por outro lado, a pergunta sobre se teriam interesse em produzir de forma orgânica/agroecológica gerou a figura abaixo:

Figura 2: Porcentagem de entrevistados que respondeu que gostaria de ter produção orgânica ou agroecológica.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

Na Figura acima chama a atenção o fato de que nas nove áreas de assentamento pesquisadas foi maior a porcentagem dos que alegaram ter interesse em produzir de forma orgânica ou agroecológica do que os que afirmaram em contrário. Os assentamentos que mais se destacaram nesse sentido foram o Boa Sorte e o Sepé Tiarajú, sendo que o primeiro aparece na Figura 1 entre os que menos entregam produtos orgânicos e agroecológicos. Por outro lado, o PDS Sepé Tiarajú, que na Figura 1 apresentou uma diferença de menos de 10% entre os que entregam e não entregam produção orgânica/agroecológica para mercados institucionais, na Figura 2 aparece que 100% responderam afirmativamente à questão sobre interesse em produzir orgânico/agroecológico.

Dentre os que afirmaram que gostariam de produzir de forma orgânica ou agroecológica os argumentos alegados foram: é mais sadio; melhor para a saúde do trabalhador; tem melhor preço; gasta menos com insumo; é mais bem visto e gratificante; mais valorizado e de melhor qualidade; tem mais procura e vende mais; agrega valor ao produto e conserva o meio ambiente. Já os que não têm interesse afirmaram que esse tipo de produção: aumenta o serviço; é difícil; não encontra adubo orgânico; é um sonho; não consegue entender o sistema de produção orgânica; não tem condições; não acredita que funciona; envolve muita burocracia; não acha mercado que pague o

preço devido; não é viável por falta de recursos e pela pulverização que ocorre no canal ao lado e impediria sua produção orgânica. Apenas um entrevistado, do assentamento Sepé Tiarajú, afirmou que falta assistência técnica para produzir dessa forma.

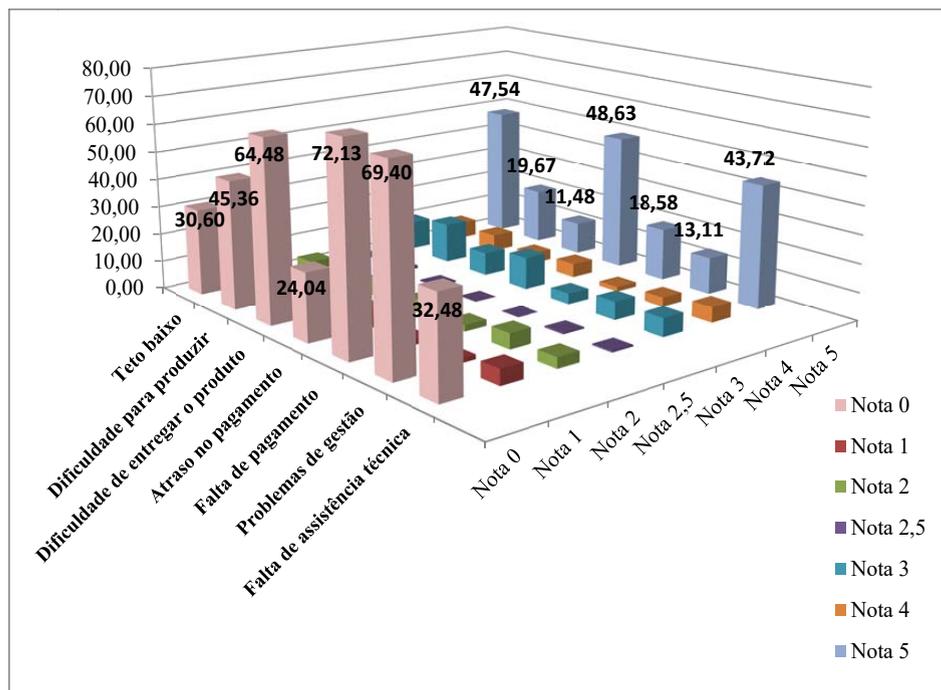
Como já mencionado, a impressão que fica das entrevistas é que a produção orgânica/agroecológica é entendida apenas como ausência de agrotóxicos e não como um sistema complexo de produção que busca resgatar o equilíbrio e a fertilidade do solo e do próprio sistema e a autonomia do produtor. Um processo de transição necessitaria ser gradativo e bem dirigido para não frustrar as expectativas desses produtores.

Os entrevistados também foram questionados sobre as principais dificuldades para a participação no PAA e PNAE. A questão solicitava que fosse atribuída uma nota de 0 a 5 para cada dificuldade listada, sendo que a nota zero significava que a alternativa não apresentava dificuldade significativa e a nota 5 que a alternativa era considerada uma grande dificuldade.

A Figura 3 apresenta os resultados sobre a participação no PAA. Como pode ser constatado, as notas mais atribuídas foram 0 e 5

Como pode ser observado na Figura 3, as alternativas que receberam maior número de notas zero, ou seja, que não foram consideradas uma dificuldade pelos assentados foram: falta de pagamento dos produtos entregues; problemas de gestão na cooperativa ou associação e dificuldades logísticas para entregar o produto. Por outro lado, o atraso no pagamento dos produtos entregues, o baixo teto por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e a falta de assistência técnica foram as alternativas que menos receberam nota zero e mais receberam nota 5, ou seja, foram consideradas uma grande dificuldade na participação no Programa.

Figura 3: Dificuldades apontadas pelos entrevistados para a participação no PAA

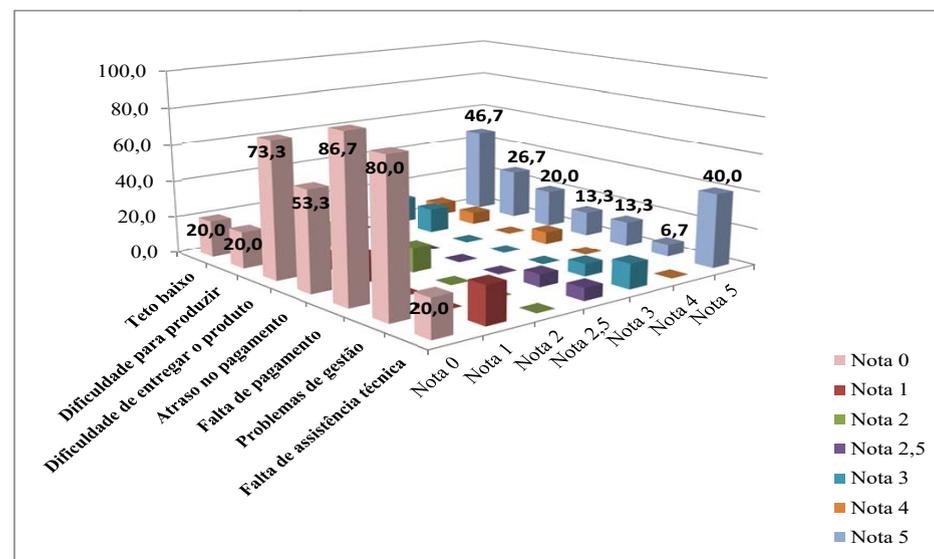


Fonte: Organizado pelos autores. Pesquisa de campo, 2015

No caso dos PDSs Sepé Tiarajú e Barra esses valores mudam um pouco, como pode ser observado nas Figuras 4 e 5. Para os assentados entrevistados no Sepé Tiarajú as maiores dificuldades são: o valor do teto por DAP, a falta de assistência técnica e as dificuldades na produção. Já os assentados do PDS da Barra consideraram como principais dificuldades o atraso no pagamento dos produtos entregues, o teto por DAP, as dificuldades na produção e a falta de assistência técnica.

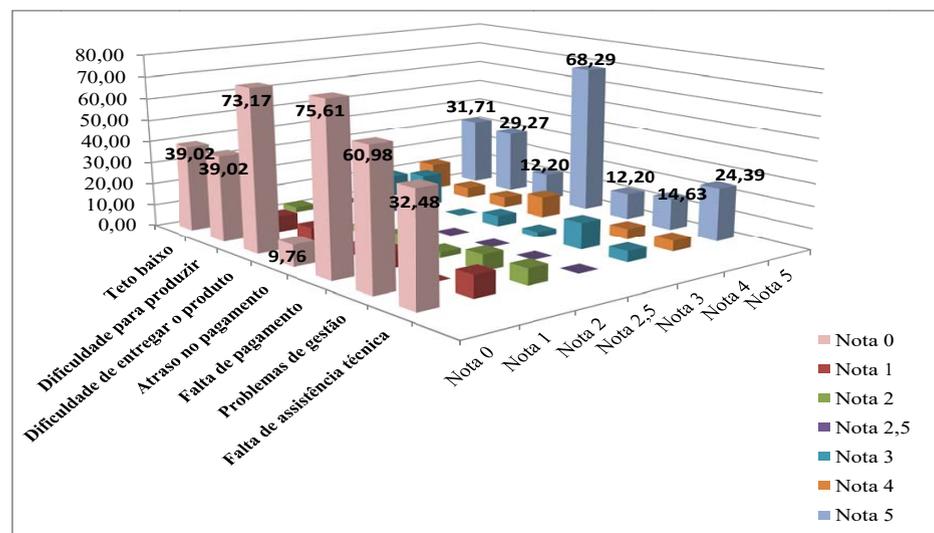
Foi interessante notar que embora durante as entrevistas muitos assentados tenham aludido a mudanças de uma para outra organização no assentamento devido a problemas com a gestão dos projetos de PAA, essa alternativa recebeu poucas notas altas. Por outro lado, o atraso no pagamento dos produtos entregues recebeu nota alta na maioria dos casos. Assim como a falta de assistência técnica e limite/teto no valor que pode ser vendido para o PAA por DAP e por projeto.

Figura 4: Dificuldades apontadas pelos entrevistados no Sepé Tiarajú para a participação no PAA



Fonte: Organizado pelos autores. Pesquisa de campo, 2015

Figura 5: Dificuldades apontadas pelos entrevistados no PDS da Barra para a participação no PAA.



Fonte: Organizado pelos autores. Pesquisa de campo, 2015

Em relação ao teto por DAP é importante ressaltar que atualmente o Programa permite a participação simultânea em mais de uma modalidade de PAA, mas as entidades dos assentados têm dificuldade em aprovar mais de um projeto, principalmente com o corte recente de recursos.

O fato da falta de assistência técnica ter sido apontado como um problema tanto pelo conjunto dos assentamentos como pelos que são PDS indica não haver diferença significativa entre os assentamentos assistidos pelo Itesp e pelo INCRA. E os PDS não recebem uma assistência diferenciada que permita que cumpram seu objetivo de ser um assentamento agroecológico.

Como argumentam Marques e Lucas (2012, p.18):

A implantação de assentamentos próximos a regiões metropolitanas levanta uma série de questões pertinentes para alimentar o debate sobre a reforma agrária. Mesmo em muito pequenas unidades de produção agrícola, os assentados dispõem de oportunidades importantes de comercialização de seus produtos ou de oferta de seus serviços, permitindo refletir sobre a gestão pública destes territórios numa perspectiva de inclusão social fundada em primeiro lugar sobre o trabalho na agricultura.

Efetivamente esse potencial existe e pode ser estimulado pelos programas de políticas públicas para a agricultura familiar de inserção em mercados institucionais, como é o caso do PAA e PNAE. Mas para que isso ocorra é necessária uma maior interação entre políticas de apoio à produção, representadas principalmente pelos serviços de assistência técnica e extensão rural, o crédito rural via Pronaf e programas de mercado como o PAA e PNAE.

Considerações Finais

Os assentamentos rurais são o que temos como resultado das escassas e tímidas ações de reforma agrária postas em prática nos últimos quarenta anos de nossa história. O recente estreitamento entre a questão agrária e a questão ambiental reforça o argumento de que os assentamentos podem ser exemplos de justiça social e de uma produção econômica e ambientalmente sustentável. Mas a dimensão ambiental não pode ser usada como moeda de pressão durante o conflito e depois abandonada ou até mesmo tratada como um empecilho para a produção.

Dentre as dificuldades de produção que os entrevistados da nossa pesquisa

apontaram, as principais foram a falta de água para produzir o ano todo e capital para investir no lote. Não menos importantes são as questões organizativas, facilmente medidas pelo número de organizações encontradas nos assentamentos.

A pesquisa de campo não apontou diferenças significativas entre os assentamentos PDS e os demais quanto à participação no PAA, embora os sistemas produtivos encontrados apresentem distinções como uma marcante presença de iniciativas agroecológicas representadas por sistemas agroflorestais, culturas consorciadas e rotação de cultivos nos PDS, fruto da atuação de um conjunto de mediadores, como instituições de pesquisa, universidades e organizações não governamentais. Mas o resultado dessas ações ainda não foi convertido em vantagem real no acesso aos mercados institucionais.

Referências

BERGAMASCO, S.M.P.P.; CAMARGO, R. A. L. Os múltiplos papéis da agricultura familiar na construção de uma agricultura de baixa emissão de carbono In: AZEVEDO, A.; CAMPALINI, M.; PEREIRA, C. **Caminhos para uma agricultura familiar sob bases ecológicas**: produzindo com baixa emissão de carbono. 1ª ed. Brasília: IPAM, 2015, v.1, p. 35-48.

BERGAMASCO, S.M.P.P; NORDER, L.A.C. **A alternativa dos assentamentos rurais**: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos Assentamentos**. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em 02/05/2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil Agroecológico. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo/>>. Acesso em 29/04/2016.

CAMARGO, R. A. L.; OLIVEIRA, J. T. A. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. **Ciência Rural** (UFMS. Impresso), Santa Maria/RS, v.42, p.1707-1714, 2012.

CAMARGO, R.A.L; BACCARIN, J.G; SILVA, D.B.P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração Pública**, Araraquara-SP, FCLAr/UNESP, v.8, n.2, 2013.

CARVALHO, J.G. **Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo**: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto. Tese (Doutorado em Economia). Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 2011.

COSTA NETO, C. Reforma Agrária Agroecológica em Assentamentos Rurais Sustentáveis: uma visão comparativa. **Reforma Agrária**. Rio Claro, vols.29 e 30, p 87-100, Jan/dez. 2000.

FERRANTE, V.L.S.B; ALMEIDA, L.M.M. Assentamentos rurais como celeiros da cana. **RURIS**, Campinas, v.3, n.1, março de 2009.

FERRANTE, V.L.S.B; BARONE, L.A. Parcerias com cana de açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias**, Porto Alegre, v.13, n.26, 2011.

FRANCO, M.P. Associações versus Estado: disputa e negociação. **Cadernos do CEAS**, Salvador/BA, 1991.

GONÇALVES, R.C. **As propostas Brasileiras de Reforma Agrária**. João Pessoa: UFPB, 1987 (mimeo).

GONÇALVES, J.C.; SCOPINHO, R.A. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto. **Retratos de Assentamento**, Araraquara/SP, n.13, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

GUIVANT, J.S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, Embrapa, v.14, n.3, p.411-448, set/dez 1997.

PILLA, M.; ANDRADE, M.R.O.; MARQUES, L.A.P. (Orgs). **Fundação ITESP: sua história e realizações, evolução das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo**. São Paulo: ITESP, 2013.

MALAGODI, E. A Nova Ruralidade e a Questão Agrária no Brasil. 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2008. In: **Anais...**, 2008.

MARQUES, P.E.M.; LUCAS, A. Reforma agrária e desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. 36º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia, 2012. In: **Anais...**, 2012.

NAVARRO, Z. S. Nunca cruzaremos este rio, A estranha associação entre o poder de atraso, a história lenta e a “Sociologia Militante”, e o acaso da reforma agrária no Brasil. 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2008. In: **Anais...**, 2008.

NEVES, D. Políticas Públicas: Mediação e Gestão de Demandas Sociais. **Retratos de Assentamento**, Araraquara/SP, n.13, 2010.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociologia e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.151-184, 2008.

SCOPINHO, R.A. **Processo Organizativo de Assentamentos Rurais**. Trabalho, condições de vida e sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2012.

PRINCÍPIOS E FERRAMENTAS PARA O DESENHO E MANEJO DE HORTAS AGROECOLÓGICAS: EXPERIÊNCIAS DO PROJETO ASSENTAMENTOS AGROECOLÓGICOS NO EXTREMO SUL DA BAHIA

*Paulo Rogério Lopes*¹
*Ana Paula Capello Rezende*²
*Danielly Crespi*³
*Renato Farac Galata*⁴
*Flávio Xavier da Silva*⁵
*Mário Sérgio Santana Cruz*⁶
*João Dagoberto dos Santos*⁷
*Paulo Yoshio Kageyama*⁸

¹ Engenheiro Agrônomo, Mestre em Agroecologia, Doutor em Ciências, Coordenador científico do Projeto Assentamentos Agroecológicos (ESALQ/USP), biocafelopes@yahoo.com.br

² Engenheira Florestal, Mestranda em Agricultura orgânica, Pesquisadora do Projeto Assentamentos Agroecológicos (ESALQ/USP).

³ Gestora ambiental, Técnica e Pesquisadora do Projeto Assentamentos Agroecológicos (ESALQ/USP)

⁴ Engenheiro Florestal, Pesquisador e Coordenador da equipe técnica do Projeto Assentamentos Agroecológicos (ESALQ/USP).

⁵ Técnico agrícola, Técnico e Pesquisador do Projeto Assentamentos Agroecológicos (ESALQ/USP).

⁶ Biólogo, Técnico e Pesquisador do Projeto Assentamentos Agroecológicos (ESALQ/USP).

⁷ Engenheiro Florestal, Mestre em Recursos Florestais, Doutor em Ciências Florestais, Coordenador geral do Projeto Assentamentos Agroecológicos (ESALQ/USP).

⁸ Engenheiro Agrônomo, Doutor em Agronomia, Professor Titular da USP, Coordenador geral do Projeto Assentamentos Agroecológicos (ESALQ/USP).

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar os componentes estruturantes de hortas agroecológicas, bem como apresentar alguns aspectos relacionados à gestão e manejo de unidades produtivas hortícolas, fundamentados nos princípios da Agroecologia, além de apresentar algumas experiências agroecológicas no contexto da produção de hortaliças em assentamentos rurais, ligados ao Projeto Assentamentos Agroecológicos, no Extremo Sul da Bahia. Dentre os principais aspectos relacionados à produção agroecológica de hortaliças destacaram-se as dinâmicas e técnicas de avaliação para escolha da área de plantio, manejo da fertilidade do solo, calagem, adubação orgânica, adubação verde, manejo das ervas espontâneas, recomposição da microbiota do solo com EM (microrganismos eficientes), quebra-ventos, sanidade vegetal, avaliação e monitoramento dos agroecossistemas, caldas fitoprotetoras e a biodiversidade e paisagem heterogênea como ferramentas no processo de manejo ecológico de pragas e doenças.

Palavras-chave: Agroecologia, Transição Agroecológica, Assentamentos Rurais, Agricultura camponesa, Olericultura.

Abstract: This study aims to present the structural components of agroecological gardens, as well as presenting some aspects related to the management and handling of horticultural production, based on the principles of agroecology, besides presenting some agroecological experiences in the context of the production of vegetables in rural settlements linked to the Settlements Project Agroecological, in the extreme south of Bahia. Among the main aspects related to agroecological production of vegetables stood out the dynamics and assessment techniques for choosing the planting area, management of soil fertility, liming, organic manure, green manure, management of weeds, restoration of soil microbiota with EM (effective microorganisms), windbreaks, plant health, assessment and monitoring of agro-ecosystems and biodiversity and heterogeneous landscape as tools in ecological management process of pests and diseases.

Keywords: Agroecology, Transition Agroecology, Rural Settlements, Peasant Agriculture, Vegetable Crops.

1. Introdução

Ao mesmo tempo que os resultados das safras de commodities agrícolas alcançam patamares produtivos cada vez mais elevados, parcela significativa da população não tem acesso a alimentação regular e permanente, caracterizando 72,2 milhões de brasileiros, aproximadamente 40% da população, em situação de insegurança alimentar. Esses dados são ainda mais críticos quando constatado que metade da população rural encontra-se em situação de insegurança alimentar, “o que indica que a superação da miséria e da fome no Brasil passa por uma profunda transformação de caráter estrutural das relações sociais” (ALMEIDA et al. 2009).

Um olhar sobre a diversidade dos alimentos consumidos pela população brasileira, destaca a baixa ingestão de hortaliças, frutas e verduras, sendo necessário triplicar o consumo médio atual da população brasileira para chegar ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde - OMS de 400 gramas/dia/pessoa para garantir 9% da energia diária consumida, considerando uma dieta de 2000 Kcal (ALMEIDA et al. 2009). Além da diversidade, cada vez mais os consumidores se preocupam com a qualidade dos alimentos e as questões socioambientais relacionadas aos processos de produção agrícola (LOPES, LOPES, 2011).

A agricultura moderna, industrial ou a chamada revolução verde vem causando diversos danos ambientais que se expressam na diminuição da fertilidade dos solos, perda de matéria orgânica, lixiviação de nutrientes, degradação e aumento da erosão dos solos, contaminação e esgotamento de fontes hídricas, aumento de pragas e doenças, contaminação de ambientes agrícolas e ecossistemas naturais, danos à saúde de agricultores, destruição de insetos e microrganismos benéficos e diminuição drástica da biodiversidade regional (GLIESSMAN, 2005).

Os solos degradados exigem mais fertilizantes, que nem sempre suprem completamente as necessidades nutricionais das plantas, tornando-as mais suscetíveis ao ataque de pragas e doenças, levando os agricultores a aplicarem doses crescentes de venenos. “Como esses agrotóxicos não conseguem eliminar toda a população de uma praga, os indivíduos sobreviventes se tornam cada vez mais resistentes, exigindo a aplicação de novas formulações de agrotóxicos” (LOPES, LOPES, 2011).

Segundo Machado et al. (2007), o Brasil é considerado o maior consumidor de pesticidas na América Latina. Especificamente em

hortaliças o consumo médio anual é de 10 kg por hectare. “Esse elevado uso de agrotóxico foi apontado em um relatório da FAO – Food and Agriculture Organization, que colocou o Brasil como o terceiro maior consumidor de pesticidas e, coincidentemente ou não, também o terceiro em mortalidade de câncer” (PONTE, 1999 apud MACHADO et al., 2007).

Outro estudo aponta que dentre os agrotóxicos mais utilizados em hortaliças no Brasil, destaca-se o uso de fungicidas. São aplicados até 8 litros por hectare, entre 8 a 16 vezes mais agrotóxico por hectare do que o utilizado na cultura da soja. “Dessa maneira pode-se inferir que o uso de agrotóxicos em hortaliças, especialmente de fungicidas, expõe de forma perigosa e frequente o consumidor, o ambiente e os trabalhadores à contaminação química por uso de agrotóxicos” (ALMEIDA et al., 2009).

Quanto às hortaliças comercializadas e analisadas pela ANVISA em 2008, 22,8% do total de amostras foram consideradas inadequadas. Foram analisados: alface, batata, cebola, cenoura, morango, pimentão, repolho e tomate. Das amostras inadequadas, 87,5% registraram a presença de ingrediente ativo Acefato, que não tem o uso permitido em vários países (ALMEIDA et al., 2009).

Considerando a relação dos agricultores e trabalhadores rurais com o uso de agrotóxicos, um estudo sobre a compreensão deles quanto às informações contidas nos rótulos e bulas de agrotóxicos apontam diversas limitações na compreensão de informações importantes para a saúde. Marques et al. (2010) identificaram que os termos técnicos utilizados, o tamanho reduzido das letras, a falta de conhecimento do significado dos pictogramas e das faixas de cores, dificuldade de leitura e compreensão dos riscos do uso de agrotóxicos por parte dos agricultores, coloca em risco a sua saúde. Também foi identificado que os inseticidas são os principais causadores de infecções, ainda que foram consideradas infecções apenas as ocorrências com necessidade de atendimento médico.

Atualmente diversas pesquisas são desenvolvidas na tentativa de solucionar esses problemas socioeconômicos e ambientais ocasionados pelo processo de modernização agrícola, em busca de estratégias viáveis aos pequenos e médios agricultores (LOPES, LOPES, 2011). A Agroecologia é uma ciência que proporciona as bases para apoiar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis, assim como do modelo convencional de desenvolvimento a processos de desenvolvimento rural sustentável. (CAPORAL, COSTABEBER, 2002)

A produção agroecológica atende o que é apresentado no glossário de um estudo do IBGE que afirma que a “alimentação saudável inclui a preocupação com a qualidade, sendo aquela que não vai prejudicar a saúde das pessoas” (IBGE, 2006). A instalação de uma horta saudável não compreende apenas em deixar de usar agrotóxicos e fertilizantes químicos solúveis, consiste em uma proposta de fazer uso da terra de forma ecológica, onde a prioridade é regenerar os solos (vida, estrutura, nutrientes, proteção) e a paisagem, além de produzir alimentos saudáveis (PENTEADO, 2010).

A horticultura agroecológica familiar constitui uma opção tecnológica relativamente simples, que possibilita resultados expressivos, já que consiste na produção agroecológica e diversificada de hortaliças e plantas medicinais, utilizando recursos locais e com baixa demanda de insumos externos. Assim, de forma econômica e ecológica, possibilita a produção de alimentos saudáveis para autoconsumo e complementação de renda familiar (MOTTA, 2008).

No entanto, apesar de consistir em práticas simples, ainda há dificuldades por parte dos agricultores em conduzir a produção de olerícolas nos moldes da agricultura alternativa, pois existem poucos profissionais que atuam na área de agricultura de base ecológica. A importância deste profissional no processo de transição agroecológica é notória. Muito mais que um técnico em agricultura de base ecológica, acredita-se que este profissional da área deva ser um educador e experimentador, que utilize os conhecimentos científicos em Agroecologia e ciências agrárias sem desconsiderar o conhecimento popular e a necessidade de buscar novas alternativas e tecnologias adequadas às necessidades da agricultura camponesa.

Outro aspecto importante e com uma complexidade considerável consiste na transição agroecológica, pois ela exige alguns pressupostos importantes, que, se não levados em consideração, podem ocasionar o insucesso de todo o processo. A transição do manejo convencional de alto uso de insumos para um manejo de baixo uso de insumos externos é um processo de transição em fases distintas, conforme segue a descrição proposta por Altieri (2000):

- Retirada progressiva de insumos químicos;
- Racionalização e melhoramento da eficiência no uso de agroquímicos por meio do manejo integrado de pragas (MIP) e manejo integrado de nutrientes;

- Substituição de insumos, utilizando tecnologias alternativas e de baixo consumo de energia;
- Replanejamento do sistema agrícola, diversificando-o e visando incluir integração vegetal/animal.

Segundo Lopes (2014), o objetivo deste outro estilo/modelo de produção, denominado de sistemas produtivos ecológicos e/ou agroecológicos é melhorar a sustentabilidade produtiva, econômica e ecológica dos agroecossistemas, ao propor um sistema de manejo que tenha como base os recursos locais e uma estrutura operacional adequada às condições ambientais e socioeconômicas existentes. Para Altieri (2012), ao se adotar uma estratégia agroecológica, os componentes de manejo são geridos com o objetivo de garantir conservação e aprimorar os recursos locais (germoplasma, solo, fauna benéfica, diversidade vegetal, etc). Segundo Lopes (2014), a adoção de estratégias agroecológicas é empregada no intuito de fomentar a transição agroecológica dos agroecossistemas.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os componentes estruturantes de hortas agroecológicas, bem como apresentar alguns aspectos relacionados à gestão e manejo de unidades produtivas hortícolas, fundamentados nos princípios da Agroecologia. Além de apresentar algumas experiências agroecológicas no contexto da produção de hortaliças em assentamentos rurais, ligados ao Projeto Assentamentos Agroecológicos⁹, no Extremo Sul da Bahia.

2. Material e Métodos

Características gerais da região Extremo Sul da Bahia

A região Extremo Sul da Bahia é formada por 21 municípios e possui uma superfície de 30.678 km², caracterizadas em três zonas a partir de seu histórico de formação. A primeira, a Zona Litorânea é a região onde primeiro chegaram os portugueses ao Brasil, portanto tem o povoamento mais antigo, é movida principalmente pelo turismo que ganhou mais importância após a crise cacauera e abertura da BR-101 (AMORIM, OLIVEIRA, 2013, FONTES, MELO, SILVA, 2005).

⁹ O Projeto Assentamentos Agroecológicos é uma atuação do Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental no contexto do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento de Assentamentos Rurais e da Agricultura Familiar (NACE-PTECA-PPDARAF) da USP/ESALQ na região Extremo Sul da Bahia.

A segunda, a Zona Centro é a mais povoada, integrada pelos municípios de Teixeira de Freitas, Eunápolis e Itamaraju, também tem a construção da BR-101 como marca de seu desenvolvimento, potencializando o ciclo de extração e exportação de madeira, a pecuária com o predomínio de grandes propriedades e os monocultivos de eucalipto para produção de celulose. A terceira, a Zona Oeste tem uma baixa densidade demográfica e possui algumas atividades econômicas como a pecuária, cultivos de cacau e café e nos últimos 30 anos tem sido alvo de investimentos estrangeiros (FONTES, MELO, SILVA, 2005).

Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2008), 55,87% das terras da região Extremo Sul são ocupadas por pastagens, 21,54% com plantios de eucalipto e 14,24% com remanescentes de Mata Atlântica, Floresta Ombrófila Densa, sendo estes uma mescla de matas secundárias degradadas e matas primárias, localizadas principalmente em Unidades de Conservação de diferentes categorias, topos de morros e reservas legais. Em seu conjunto, a região tem se convertido em uma das mais importantes economicamente para o estado da Bahia, por ser sede de grandes projetos industriais e de investimento nas áreas da silvicultura e celulose, pecuária e turismo, projetos que se integram à economias nacional e internacional.

O clima para a região, seguindo a classificação de Thornthwaite varia no sentido do litoral para o continente entre Clima Úmido (B1rA), Úmido a Subúmido (C2dA) e Subúmido a Seco (C1dA). Os períodos principais de chuvas são outono/inverno nos dois primeiros, e primavera/verão no último. O excedente hídrico também varia, sendo de 300 a 600mm, 50 a 300mm e 0 a 100mm, respectivamente. Em ambos, a altitude é menor que 400m (SEI, 1998; SEI, 2000).

As principais classes de solo encontradas na região são Argissolo Amarelo e Latossolo Amarelo, com alguns pontos de Espodossolo, Gleissolo, Chernossolo e Neossolo Quartzarênico (SEI, 2001). Dependendo da região e da posição no relevo, pode-se ter maior ou menor representatividade de cada um, ou mesmo ausência de uma dessas classes em determinado relevo. Entretanto, o aspecto morfológico dos perfis e, por consequência, sua dinâmica hídrica e funcionamento parecem diferir quase de perfil a perfil. Há uma variabilidade espacial muito pronunciada, o que não é comum em unidades de solos (NAREZI et al. 2014).

Características das áreas de estudo

As ações com foco na produção de hortaliças com manejo agroecológico acontecem em dois pré-assentamentos vinculados ao Projeto Assentamentos Agroecológicos, o “Deus me Deu” e o Unidos Venceremos, localizados respectivamente nos municípios de Belmonte e Porto Seguro.

A primeira área de trabalho, o pré-assentamento “Deus me Deu”, está localizado nas Fazendas Encontro das Águas e Bom Jesus, no município de Belmonte, próximo do distrito de Santa Maria Eterna, possui uma área total de 253,53 ha e suas coordenadas geográficas são 15°51’30”S e 39°23’0”O.

A paisagem da fazenda é predominantemente de pastagem degradada e pouco manejada, com pouca ocorrência de gado. Destacam-se dois grandes fragmentos de mata classificados como vegetação secundária em estágio inicial de regeneração em área de cacau cabruca. As áreas do entorno da Fazenda são plantios de eucalipto e fazendas de criação de gado.

A fazenda tem por característica solos naturalmente pobres, com o agravante que a utilização da área, anterior à ocupação pelas famílias, foi bastante intensiva em relação aos recursos naturais (uso intensivo de máquinas agrícolas, utilização de agrotóxicos, compactação do solo devido a criação dos animais, etc.). Atualmente as famílias cultivam a terra com uma produção agrícola composta por lavouras temporárias. Os dois tipos de solos encontrados são o Argissolo Amarelo e o Neossolo Quartzarênico.

No ano de 2014, foi realizado um diagnóstico das práticas produtivas das famílias acampadas, sendo entrevistadas 55 famílias pela equipe do Projeto Assentamentos Agroecológicos.

Os resultados apontam para um baixo uso de insumos agrícolas, tanto adubos sintéticos como agrotóxicos, devido principalmente a dificuldade financeira de acesso a esses insumos. As famílias que utilizam agrotóxicos fazem uso principalmente de formicida granulado e herbicidaglifosato. O uso do fogo está presente como prática para o preparo da roça para plantio, limpeza do terreno e queima do lixo. Quanto aos alimentos produzidos destacou-se principalmente a mandioca e o aipim, mais rústicos para produção em solos degradados e pouco férteis. Também foi apontada produção de milho, abóbora e melancia.

Desta forma, identificou-se como prioritária a discussão com as famílias e ações voltadas às práticas de recuperação e manejo do solo para melhoria da produtividade. A iniciativa de organização do trabalho com horticultura apresentou-se como uma oportunidade pela de geração de renda às famílias, garantia de segurança alimentar e por ser um caminho

para inserção e discussão de práticas e manejo agroecológico da área.

A formação de um Grupo de Mulheres na comunidade possibilitou o início dos trabalhos de capacitação, recuperação e estruturação da área a ser estabelecida a horta (Figura 1). O Grupo de Mulheres é ao mesmo tempo estratégico para fortalecer a discussão de gênero com a comunidade e oportunidade de trabalho e geração de renda para as mulheres envolvidas.

Figura 1 – Mapa da área da Horta do Assentamento “Deus me Deu”, setembro, 2014.



Fonte: Google (2016).

A segunda área de trabalho, o pré-assentamento Unidos Venceremos está localizado na Fazenda Santa Maria, no município de Porto Seguro, possui uma área total de 433,56 ha e suas coordenadas geográficas são 16°30’27.85”S 39°13’35.13”O. A Fazenda Santa Maria faz divisa com o Parque Nacional do Pau Brasil, que é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral de 18.934 ha, estando, portanto, em sua zona de amortecimento.

De acordo com Narezi et al. (2014), tal fato traz para o processo de criação do assentamento algumas restrições nas possibilidades de modelos produtivos e requer a formulação de um projeto de desenvolvimento

sustentável (PDS). Essa diretriz aponta para a necessidade de caminhar para a transição agroecológica junto às famílias, uma vez que a manutenção das práticas da agricultura convencional pode impedir a regularização do assentamento.

Ao mesmo tempo em que a comunidade deverá, com seus sistemas produtivos agroecológicos, ajudar na conservação do Parque Nacional, a proximidade a um grande fragmento florestal traz benefícios ecológicos aos próprios agroecossistemas. A partir de um manejo ecológico dos agroecossistemas do assentamento, a biodiversidade planejada nos lotes contribuirá para a recuperação e sustentabilidade dos mesmos, assim como a diversidade intrínseca da área de conservação irá promover serviços ecossistêmicos aos agroecossistemas do assentamento que se situa no entorno.

Apesar da riqueza do entorno, deve ser considerado o estado de degradação da área, seu histórico de uso intensivo em relação aos recursos naturais e as práticas produtivas atuais das famílias. As famílias que chegaram em 2010 encontraram a área com cafezal abandonado, pasto degradado e capoeira em regeneração. A partir disso, organizaram seus sistemas de produção dando continuidade ao uso intensivo do solo com “o uso de maquinários agrícolas, instalação de sistemas de irrigação, utilização de insumos externos, etc.” (NAREZI et al., 2014)

A produção agrícola desenvolvida pelas famílias ocupa quase toda área da Fazenda Santa Maria, ela tem foco no autoconsumo e na comercialização. As famílias produzem principalmente banana, quiabo, hortaliças, mamão, além de mandioca, feijão, abóbora, abacaxi, diversas variedades de pimentas etc.

“Com relação ao manejo algumas famílias fazem uso do fogo para manejo da produção (preparo do solo para plantio e manejo da braquiária). Além disso, uma boa parte das famílias faz uso de agroquímicos (adubos químicos, herbicidas, inseticidas, fungicidas)” (NAREZI et al., 2014).

Apesar da produção diversificada, dentre os principais produtos destinados à comercialização destacam-se as hortaliças. No início do projeto, nenhum agricultor produzia de forma agroecológica, fato que motivou a implementação de ações que contribuíssem com o estabelecimento de hortas agroecológicas, servindo como áreas coletivas demonstrativas e espaços formativos, visando fomentar a discussão em Agroecologia e a transição agroecológica, propriamente dita, dos demais sistemas produtivos do assentamento.

3. Resultados e Discussão

Escolha da área de plantio de olerícolas

São vários fatores que interferem no desenvolvimento da olericultura, no entanto, a área escolhida para plantios e constitui em dos fatores decisivos à implantação e sucesso produtivo, principalmente no tange aos aspectos edáficos, climáticos, hídricos, ecológicos e comerciais.

De uma maneira geral, devem-se privilegiar áreas planas, com baixa declividade, solos bem drenados, com boa fertilidade natural, disponibilidade de água, com pouca propensão a geadas, ventos, enchentes e chuvas de granizo.

A origem pedológica, o relevo e a paisagem interferem diretamente nas variáveis mencionadas anteriormente. Em contrapartida, o tipo de solo, o clima e a fauna local, influem no tipo da vegetação e na formação própria de cada paisagem. Do ponto de vista ecológico, todas essas variáveis e inter-relações favorecem a especificidade e singularidade de cada ambiente. As florestas, que podem estar agregadas em um único conglomerado ou divididas em fragmentos, se constituem em fontes promotoras de serviços ecossistêmicos, essenciais à manutenção da resiliência, produtividade e lucratividade da produção de olerícolas, pois essas dependem diretamente da polinização e do controle biológico natural, realizadas principalmente pelos insetos. Respeitar essas características locais, considerando-as no momento da escolha de espécies que irão compor a horta agroecológica é importante também.

No tocante aos aspectos comerciais, deve-se privilegiar a escolha de áreas que fiquem, preferencialmente, próximas aos centros comerciais, pois o escoamento da produção (armazenamento e transporte), bem como a possibilidade de venda direta ao consumidor possuem muita relevância para o agricultor, uma vez que o retorno econômico depende diretamente de um menor custo de produção.

O processo de avaliação e seleção da área a ser utilizada para implantação da horticultura deve ser baseado em análises paisagísticas, climáticas e edáficas. No entanto, nunca se deve desprezar o conhecimento popular, pois os conhecimentos tradicionais e os científicos se complementam e não se sobrepõem. O histórico do local, o uso do solo nas últimas décadas, bem como os saberes empíricos, tais como a etnobotânica, etnoedafologia

e etnoclimatologia, dentre outros, se constituem em uma fonte valiosa de conhecimento, que deve ser reconhecida e utilizada nos processos participativos de avaliação agroambiental. Dentre os principais atributos de avaliação baseados no etnoconhecimento pode-se citar o uso de plantas indicadoras de qualidade do solo, análise visual das plantas para detectar deficiências nutricionais e/ou baixa fertilidade edáfica e indicadores populares de qualidade do solo (Figura 2).

Com relação à avaliação edáfica propriamente dita, nos assentamentos do extremo Sul da Bahia o processo de reconhecimento do solo deu-se inicialmente por meio a abertura de trincheiras e visualização da vegetação predominante (plantas indicadoras). Realizaram-se, de maneira coletiva e participativa, 15 trincheiras de 50 cm de profundidade e 40 cm de largura, com o objetivo de avaliar o grau de compactação do solo, bem como a presença de impedimento físico para o crescimento de raízes, popularmente conhecido como pé de grade; a coloração das diferentes camadas (perfil), presença de entomofauna, dentre outras características do solo local (Figura 2). Aproveitaram-se essas trincheiras para se coletar amostras de solo de 0-20 e 20-40 cm de profundidade, que foram enviadas aos laboratórios para realização das avaliações químicas e físicas do solo.

Figura 2 - (A) Caminhada transversal para escolha do local da horta, (B) perfil de solo para identificação das características da área escolhida, (C e D) plantas indicadoras de sinais de deficiência nutricional, apresentando, respectivamente, amarelecimento e a deformação foliar.



Fonte: Trabalho de campo.

Manejo da Fertilidade do Solo

A base de uma agricultura sustentável está fundamentada no manejo adequado do solo, que leve em consideração os aspectos físicos, químicos e biológicos. Dentre as principais características físicas do solo destacam-se a textura, estrutura, densidade, porosidade e consistência. O manejo convencional do solo realizado no Brasil não considera as peculiaridades edáficas, climáticas e ecológicas locais (tropicais), interferindo negativamente nas condições químicas, físicas e biológicas do solo.

De acordo com Souza e Resende (2014), dentre as principais causas da degradação do solo, tanto química, como física e biologicamente dizendo estão apontadas na Tabela 1.

Tabela 1– Principais causas da degradação do solo.

Degradação do solo	Fertilidade do solo		
	Química	Física	Biológica
Devastação das florestas	xxx	xxx	Xxx
Arado	xxx	xxx	Xxx
Grade	xxx	xxx	Xxx
Modelo Econômico Produtivista	xxx	xxx	Xxx
Rotativa	xxx	xxx	Xxx
Tráfego de máquinas	xxx	xxx	Xxx
Erosão	xxx	xxx	Xxx
Falta de cobertura do solo	xxx	xxx	Xxx
Compactação	xxx	xxx	Xxx
Adubos químicos muito solúveis	xx	xxx	Xxx
Calcário em excesso	xx	x	Xx
Monocultura	xx	x	Xxx
Práticas de esterilização do solo	x	x	Xxx
Queimadas	xx	x	Xx
Baixo fornecimento de matéria orgânica	xxx	xxx	Xxx
Doenças e pragas	x	x	X
Problemas de clima	x	x	X
Mau uso da irrigação	xx	x	X
Perdas de nutrientes	xxx	x	Xx

Fonte: Adaptação Souza e Resende, 2014.

A fertilidade dos agroecossistemas está relacionada com as práticas agrícolas desenvolvidas nas unidades produtivas. As mesmas necessitam ser adaptadas às características edafoclimáticas locais para não causarem impactos negativos ao solo, que inclui além do substrato, os microrganismos que o habitam e são responsáveis pela vida do mesmo.

As principais práticas agroecológicas desenvolvidas nos pré-assentamentos “Deus me Deu” e Unidos Venceremos têm o objetivo de recuperar a fertilidade do sistema.

Calagem

A calagem se constitui em uma prática necessária à agricultura. Mas desde que feita com cautela e baseada em análises laboratoriais que irão dizer a necessidade do uso de calcário para diminuir a acidez do solo e/ou repor nutrientes que estejam em níveis baixos no solo, principalmente Cálcio e Magnésio. A calagem se constitui em uma estratégia de recuperação do solo (Figura 3) uma vez que as mudanças químicas provocadas no solo pelo calcário possibilitam um maior crescimento das plantas e, portanto, maior disponibilidade de biomassa vegetal, que servirá de substrato para geração de matéria orgânica. Salienta-se que a utilização de elevadas dosagens podem comprometer a microbiota dos solos, necessitando respeitar as diretrizes da produção orgânica brasileira.

Figura 3 – Aplicação de calcário na área da horta do Pré-Assentamento “Deus me Deu”.



Fonte: Trabalho de campo.

Adubação orgânica

A adubação orgânica apesar de bem conhecida e usada milenarmente sem dúvida alguma ainda é uma prática no mínimo desafiadora aos agricultores familiares, uma vez que o adubo orgânico necessita ser

produzido em grandes quantidades para superar a demanda interna das unidades produtivas. Normalmente, os compostos orgânicos são produzidos com os subprodutos da própria propriedade, como restos de palhadas, cascas, cinzas e esterco dos animais. Este último componente não existe em quantidade adequada na realidade de muitos agricultores, pois a maioria das unidades de produção não dispõe de espaço para criação de animais de grande porte.

Salienta-se que a valorização dos esterco de animais na composição do adubo orgânico dá-se em virtude de sua riqueza nutricional e baixa relação carbono/nitrogênio (C/N). Uma alternativa ao uso dos esterco são as plantas leguminosas que também possuem uma baixa relação C/N, que também podem ser produzidas com esta finalidade nos agroecossistemas, servindo de substrato para os compostos orgânicos. Dessa forma, muitas unidades produtivas têm optado pela construção e manutenção de bancos de biomassa vegetal (áreas com capineiras e/ou leguminosas) com o objetivo de usá-las na fabricação de composto orgânico (Figura 4).

No pré-assentamento “Deus me Deu” foi realizada junto ao grupo de mulheres uma oficina para produção do bokashi. O objetivo dessa oficina foi demonstrar de maneira prática como a ação de Microrganismos Eficientes (EM) acelera a decomposição da matéria orgânica e como esse procedimento pode ser realizado no processo de preparo dos adubos orgânicos.

Foi abordado na oficina a montagem das pilhas de composto, os materiais utilizados, a dosagem e diluição do EM e a periodicidade de aplicação do EM para aceleração do processo de compostagem. Para a produção do bokashi deu-se prioridade ao uso de materiais existentes na própria área como as cinzas que sobram do processo de queima de madeira das farinheiras, os restos de cascas da quebra do cacau, cascas de mandioca, leguminosas (Crotalaria e Guandú) e Napier (Figura 4). Foram utilizados ainda uma fonte de fósforo e calcáridolomítico.

Figura 4 – (A e B) Oficina de compostagem realizada com o Grupo de Mulheres do Assentamento “Deus me Deu” montando pilha de composto.



(A)



(B)

Fonte: Trabalho de campo.

Adubação verde

A adubação verde tem se constituído em uma das tecnologias mais adequadas à agricultura camponesa do ponto de vista econômico, ambiental e social, uma vez que a mesma atende muitas necessidades básicas das unidades produtivas, desde a recuperação e conservação da fertilidade dos solos, atração de polinizadores e inimigos naturais até a alimentação de animais e dos próprios agricultores.

Levando em consideração o processo de transição agroecológica da olericultura, que é uma atividade extremamente dependente de recursos externos, principalmente de agroquímicos, a adubação verde tem sido uma alternativa à adubação química (adubos sintéticos), diminuindo os custos de produção e aumentando a resiliência e confiabilidade dos agroecossistemas.

Do ponto de vista prático, a adubação verde é representada pelo uso de plantas com alta capacidade fotossintética e acúmulo de biomassa vegetal, podendo ser plantas forrageiras (gramíneas) e/ou fixadoras de nitrogênio (herbáceas, arbustivas e arbóreas), e posterior corte e incorporação deste material ao solo.

Além disso, a adubação verde pode ser utilizada como rotação de culturas e/ou pousio das áreas produtivas (Figura 5).

Figura 5 – (A) Plantio de adubação verde para recuperação da área da horta, (B e C) respectivamente, sementes de *Crotalaria juncea* Feijão de Porco (*Canavalia ensiformis*) do Banco Comunitário de Sementes de Adubação Verde do Assentamento Unidos Venceremos, (D) colheita de sementes de *Crotalaria spectabilis* do Banco Comunitário de Sementes de Adubação Verde do Assentamento Unidos Venceremos.



Fonte: Trabalho de campo.

Segundo Lopes (2015) a rotação de culturas caracteriza-se pela alternância de culturas, numa mesma área, através da sucessão vegetal. De acordo com Lopes (2015), essas práticas permitirão explorar os nutrientes do solo de maneira racional, evitando seu esgotamento, alternando culturas mais exigentes com culturas menos exigentes em nutrientes (rústicas), quebrando o ciclo de pragas e patógenos causadores de doenças, além de explorarem seções diferentes no solo pela diferença na estrutura radicular. Segundo Souza e Resende (2014), a rotação de culturas e/ou pousio com leguminosas evita o acúmulo de organismos patogênicos no solo, ocorrência comum nas monoculturas, pois, as sucessões vegetais provocarão uma

quebra do ciclo biológico desses organismos pela alternância de espécies diferentes. É importante fazer a rotação com espécies de diferentes famílias botânicas.

Dessa forma, promover ações locais nas comunidades com foco na busca de autossuficiência dos agroecossistemas em biomassa vegetal e necessidades nutricionais das plantas se constitui em uma estratégia chave no processo de transição agroecológica. Exemplos de ações que contribuem para isso são a busca de alternativas e tecnologias adaptadas à realidade local, tais como criação de bancos de sementes comunitários, tanto de adubos verdes como de sementes crioulas de variedades de plantas alimentícias, bem como a implantação de bancos de germoplasma.

Mantragolo et al. (2008), ressaltam a implantação de bancos de sementes de adubos verdes como uma alternativa para ampliar o acesso de pequenos agricultores a esses propágulos, uma vez que os preços elevados das sementes e a dificuldade de encontrá-las nas casas agropecuárias convencionais são fatores que dificultam o uso desta tecnologia (CRUZ et al., 2015). Segundo Cruz et al. (2015), o incentivo à formação e manutenção de bancos de germoplasma é uma estratégia importante para promover não só a conservação e manutenção da agrobiodiversidade local, como também para contribuir com a diminuição da dependência dos agricultores de insumos externos (Figura 5).

A segurança alimentar desses agricultores e suas famílias também estão associadas à diversidade dos cultivos, à preservação e à melhoria na qualidade das sementes de cultivares tradicionais, o que certamente pode ser viabilizado por meio da criação de um banco comunitário de sementes (CRUZ et al., 2015).

Ervas espontâneas

As ervas espontâneas são boas aliadas à produção agroecológica, uma vez que servem para diminuir os processos erosivos causados pelas chuvas e enxurradas. Também se constituem em uma fonte produtora de biomassa para aumento da matéria orgânica dos solos, retenção de umidade e aumento da microbiota edáfica.

Os solos abrigam bancos de sementes de diversas espécies por dezenas de anos. No entanto, a sucessão de espécies vegetais ocorre de acordo com as mudanças promovidas no ambiente, tais como mudança do pH no solo, aumento da matéria orgânica, aumento de macro e micronutrientes, maior

retenção de água e alteração da microbiota edáfica. Por isso é comum ouvir dos agricultores que os “matos da horta estão diferentes”. Essa expressão se dá em função da colonização de novas espécies naquele ambiente, pois as alterações das condições químicas, físicas e biológicas do solo, que o manejo agrícola possibilita, promovem condições específicas para outras espécies vegetais se desenvolverem, em detrimento de outras.

Recomposição da microbiota do solo com EM

O EM (Microrganismos Eficientes) é um conjunto de microrganismos benéficos que habitam o solo e/ou restos de material em decomposição (serapilheira, madeiras, etc), principalmente de fragmentos florestais bem conservados, podendo ser capturados e depois multiplicados para aplicação em áreas agrícolas, com a finalidade de aceleração da decomposição da matéria orgânica; controle de fungos fitopatogênicos, nematoídes, bactérias e outros microrganismos patogênicos presentes nas plantas e solos; estímulo ao crescimento das plantas devido o efeito hormonal; restabeleceu muito da microbiota de solos degradados, dentro outras possibilidades de uso.

Em 2015 foi realizado com o Grupo de Mulheres do Pré-assentamento “Deus me Deu”, um processo de formação teórico-prático em “Captura, multiplicação e uso de microrganismos eficientes (EM)”, cujo obtivo maior pautou-se no compartilhamento da tecnologia para melhorar as condições químicas, físicas e biológicas do solo destinado à produção de olerícolas. Entendendo o solo como um organismo vivo, complexo e dinâmico, acredita-se que a manutenção de elevada produção de biomassa e práticas que diminuam as perdas energéticas do sistema contribuam diretamente com a fertilidade dos agroecossistemas, o que influi diretamente na fertilidade dos solos, acúmulo de matéria orgânica, retenção de nutrientes, colonização e manutenção de microrganismos edáficos benéficos (bactérias, leveduras, actinomicetos, etc), que atuam diretamente na fitossanidade das plantas (resistência e tolerância aos fitopatógenos, por ação direta ou indireta) (Figura 6).

Figura 6 – (A) Processo de elaboração de armadilhas para captura de microrganismos benéficos (EM), (B) processo de retirada das armadilhas, (C) EM multiplicado e pronto para uso, (D) aplicação do EM no solo da horta.



Fonte: Trabalho de campo.

De acordo com Primavesi (2008), as culturas em roça nova dificilmente são atacadas por pragas, pois à medida que a bioestrutura do solo decai, aumenta a susceptibilidade das plantas às pragas e doenças. Afirmo também que a sanidade vegetal, de um ou outro modo, está ligada à sanidade do solo; em solo decadente é difícil criar culturas saudáveis. Chaboussou (1995) também contribuiu com os mesmos princípios, quando lançou a Teoria da Trofobiose, em que afirmava que as plantas nutridas de maneira equilibrada não são molestadas por pragas e doenças, que por sua vez, preferem atacar plantas desequilibradas nutricionalmente, com elevados teores de açúcares e aminoácidos livres.

Dentre os pressupostos básicos e considerados prioritários no manejo ecológico do solo, destacam-se a cobertura viva, especialmente com espécies leguminosas; cobertura morta; adição de compostos orgânicos; rotação de culturas; consórcios; conservação da camada fértil do solo, mediante retirada dos fatores de erosão e /ou degradação. Todas essas práticas favorecem a colonização de microrganismos do solo e a proliferação da entomofauna decompositora (minhocas, colembolas, ácaros, coleópteros, etc), seguramente relevante para a vida e homeostase do solo.

Em solos degradados e com baixa fertilidade o processo de recuperação pode ser iniciado com o plantio de adubos verdes e utilização do EM para reposição de microrganismos do solo. Neste sentido, o entendimento dos processos relacionados à adubação verde deve ser bem esclarecido, no intuito de aproveitar ao máximo essa tecnologia de base ecológica.

Quebra ventos

A inserção de quebra ventos nas hortas promove maior proteção contra as correntes de ar, evitando-se eventuais danos diretos causados pelo vento, tais como rasgaduras das folhas e retirada de água das plantas (Figura 7). Além de atuarem como agentes interceptores de pragas e doenças, atuando como barreiras físicas aos insetos, fungos e bactérias que são dispersas pelo vento.

Segundo Lopes (2015), as cercas vivas se constituem em árvores ou arbustos plantados no perímetro de áreas cultivadas e também podem ser considerados quebra ventos. De acordo Gliessman (2005), as cercas vivas protegem contra o vento, e fornecem produtos arbóreos como lenha, frutas, materiais de construção etc., além de fornecer habitat a organismos benéficos.

Figura 7 – Quebra vento com bananeiras em horta do Pré-Assentamento Unidos Venceremos.



Fonte: Trabalho de campo.

Manejo da sanidade vegetal

Entender os processos que possibilitam os microrganismos, insetos e ácaros tornarem-se doenças e/ou pragas é importante para se pensar nas estratégias de gestão e manejo dos agroecossistemas. Em primeiro lugar é importante ressaltar que os insetos, ácaros e microrganismos somente serão pragas e doenças se o ambiente possibilitar a multiplicação destes em níveis elevados o suficiente para causar danos econômicos às culturas agrícolas.

Segundo Kageyama (2008), a teoria de associação entre organismos na natureza e o equilíbrio do ecossistema vem sendo apresentada num enfoque de coevolução entre espécies, tanto entre predador e predado, como na relação entre plantas e seus polinizadores ou seus dispersores de sementes, pois nas regiões tropicais do globo, a relação trófica entre as plantas e seus insetos e microrganismos é muito complexa e intensa. E de acordo com o mesmo autor, o caminho tomado para o desenvolvimento tecnológico agrícola isola as plantas de seus organismos relacionados, considerandolos como simplesmente inimigos e nunca como coevoluídos, ou parceiros.

De acordo com Lopes (2014) a resiliência e sanidade dos agroecossistemas estão relacionadas com a resistência genética das plantas, com a diversidade e densidade populacional das espécies vegetais presentes no sistema, uma vez que as plantas coevoluíram com os insetos. Uma teoria amplamente aceita foi proposta por Janzen (1970) e Connell (1971): as espécies comuns (climácicas na sucessão) desenvolveram substâncias químicas (compostos secundários) para defender-se dos insetos herbívoros e doenças, enquanto que as espécies raras (secundárias tardias) não desencadearam este processo de defesa natural, sendo muito susceptíveis a essas moléstias. Para defenderem-se as espécies raras desenvolveram uma estratégia de menor densidade populacional para “esconderem-se” (menos de 1 indivíduo adulto por hectare). De acordo com a hipótese de Janzen-Connell, os efeitos de herbívoros e doenças reduzem a densidade de plântulas jovens próximas à planta mãe, ou seja, devido a ausência de mecanismos fisiológicos e morfológicos de resistência são amplamente susceptíveis (CONNELL, 1971; JANZEN, 1970).

Avaliação e Monitoramento

Durante o processo de avaliação e contextualização local dos problemas econômicos gerados pelas pragas e doenças vegetais realizaram-se diversos encontros e reuniões, monitoramentos e análise da incidência e severidade do ataque dessas moléstias agrícolas nos agroecossistemas (lotes) dos agricultores. Ou seja, antes de iniciar qualquer ação ou propor algum manejo, estabeleceu-se um diálogo com a comunidade para entender quais eram suas principais demandas e problemas enfrentados. Dessa forma, o conhecimento popular foi somado ao conhecimento acadêmico, no intuito de criar, de maneira participativa e coletiva, estratégias e soluções para os problemas de ordem fitossanitária.

Dentre os pilares do manejo ecológico de pragas e doenças destacam-se a necessidade de conhecer a ecologia/biologia dessas moléstias, o monitoramento periódico de sua ocorrência ao longo do ciclo das culturas, a influência do clima e do manejo agrícola em sua incidência e severidade, bem como as estratégias de controle. As principais estratégias construídas com os agricultores consistiram em construir bancos de sementes de adubos verdes nas comunidades, que, posteriormente, foram distribuídas aos agricultores para utilizarem nos agroecossistemas. Além de melhorar a fertilidade do solo e fornecer uma nutrição baseada na

adubação verde, que por si só aumenta o sistema de defesa das plantas (mecanismos de produção de substâncias secundárias tóxicas aos insetos e microorganismos) e favorece a atração de inimigos naturais para as áreas agrícolas, potencializando o controle biológico natural.

Além disso, foram construídas áreas demonstrativas de produção agroecológica nessas duas comunidades, que possibilitaram a realização de oficinas de produção de biofertilizantes, uso da agrobiodiversidade como ferramenta de manejo, curso de produção e utilização de Microorganismos Eficientes (EM) para controle de doenças vegetais e práticas agroecológicas de manejo (compostagem, rotação de culturas, quebra-ventos, canteiros e ilhas de biodiversidade nos agroecossistemas, cobertura morta, cobertura viva, conservação do solo, etc).

De acordo como Lopes (2015), os monitoramentos são levantamentos realizados em nível de campo para se realizar a mensuração precisa do nível de ataque de pragas e doenças nas culturas. Cada cultura exige uma periodicidade diferente de avaliação e método adequado de amostragem. Segundo Lopes (2009), o manejo ecológico de pragas e doenças pressupõe, obrigatoriamente, conhecimentos que esclareçam o nível populacional das pragas e a incidência das doenças nos agroecossistemas, possibilitando que as decisões e ações voltadas ao manejo sejam pautadas na situação fitossanitária atual dos agroecossistemas. O monitoramento das pragas e doenças se caracteriza como importante ferramenta capaz de mensurar o estado de desenvolvimento e os danos causados no agroecossistema (Figura 8).

Figura 8 – (A) Monitoramento de herbivoria em plantas, (B) armadilha Malaise para monitoramento de insetos praga e inimigos naturais.



Fonte: Trabalho de campo.

Caldas fitoprotetoras

De acordo com GLIESSMAN (2005), apenas em um sistema de produção mais com elevada diversidade, existe potencial para ocorrer em interações positivas, sendo que a biodiversidade proporciona modificações positivas nas condições abióticas e atrai populações de artrópodes benéficos, regulando assim, a população de pragas. No entanto, o processo de transição agroecológica é lento e gradativo. Portanto, enquanto essa complexidade biológica e redesenho dos agroecossistemas não forem estabelecidos é necessário considerar os insumos alternativos no processo de manejo fitossanitário, principalmente das caldas fitoprotetoras.

Segundo Lopes (2009), no início da conversão agroecológica, deve-se adotar o uso de defensivos alternativos em detrimento dos agrotóxicos, por um período curto de tempo, para se fazer um controle alternativo das pragas e doenças até que o agroecossistema se restabeleça e torne-se resiliente. Os defensivos ecológicos podem ser preparados nas próprias unidades produtivas através de recursos vegetais (extratos de ervas, arbustos, fumo etc.), materiais orgânicos (esterco fresco, fungos) oriundos da propriedade e de outros componentes encontrados no comércio local, como micronutrientes (cobre, zinco, boro, cálcio, ferro etc.) (LOPES, 2009). Em ambos os assentamentos foram realizadas oficinas de preparo e utilização de caldas fitoprotetoras e de biofertilizantes (Figura 9).

Figura 9 – (A e B) Oficina de preparo de caldas fitoprotetoras, (C) aplicação de biofertilizante e inseticida biológico na horta do Grupo de Mulheres do Assentamento “Deus me Deu”



Fonte: Trabalho de campo.

A paisagem heterogênea e a biodiversidade como estratégias no controle ecológico de pragas e doenças

A agricultura convencional praticada mediante a utilização de paisagens homogêneas (monocultura) bem como a baixa variabilidade genética das plantas (clones, transgênicas) são alguns dos fatores responsáveis pelo sucesso e efetividade das pragas e doenças em agroecossistemas. A utilização desse modelo de agroecossistema promove condições favoráveis à multiplicação dos agentes patogênicos e pragas agrícolas, uma vez que fornece abundância de recurso alimentício.

A ausência de fragmentos florestais no entorno das unidades produtivas, a utilização de agrotóxicos, que eliminam os inimigos naturais, solos degradados com baixo nível de fertilidade (matéria orgânica, nutrientes),

nutrição inadequada, dentre outras práticas.

Neste sentido, a adequação ambiental das unidades produtivas familiares, pode repercutir em benefícios indiretos às culturas agrícolas, dado o potencial de produção de serviços ecossistêmicos que as áreas conservadas possuem, tais como polinização, controle biológico natural de insetos e microorganismos, etc.

Dessa forma, a conservação da biodiversidade do entorno de áreas produtivas (Figura 10) e o redesenho das unidades produtivas, com aumento da diversidade biológica nos agroecossistemas (Figura 11) são estratégias de manejo agroecológico de pragas e doenças.

Figura 10 - Horta do pré-assentamento Deus me Deu com biodiversidade em seu entorno.



Fonte: Trabalho de campo.

Figura 11 – Diversidade biológica planejada em agroecossistema do pré-assentamento Deus me Deu.



Fonte: Trabalho de campo.

4. Considerações finais

A Agroecologia enquanto ciência orientadora dos processos e das dinâmicas que envolvem a transição agroecológica tem possibilitado e contribuído com as mudanças nos sistemas de produção de olerícolas no Extremo Sul da Bahia, em áreas de assentamentos rurais. As tecnologias e metodologias pautadas nos princípios da Agroecologia têm corroborado com as mudanças nas unidades camponesas de produção de hortaliças, aumentando a sustentabilidade, resiliência, autossuficiência e diversidade produtiva das mesmas. Além das mudanças internas, ligadas aos sistemas de produção dos assentamentos rurais, o processo de formação continuada em Agroecologia tem promovido reflexões sobre o atual modelo de desenvolvimento agrário, de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, produção de alimentos saudáveis, abastecimento regional de

alimentos sem agrotóxicos, aumento da segurança alimentar das famílias assentadas e consumidoras.

5. Referências

AMORIM, R. R.; OLIVEIRA, R.C. Zoneamento ambiental, subsídio ao planejamento no uso e ocupação das terras da Costa do Descobrimento. **Revista Mercator (Fortaleza)** v. 12, n. 29, p. 211-231, set./dez. 2013. ISSN 1984-2201.

ALMEIDA, V. E. S.; CARNEIRO, F.F.; VILELA, N.J. Agrotóxicos em hortaliças: segurança alimentar, riscos socioambientais e políticas públicas para promoção da saúde. **Tempus. Actas em Saúde Coletiva**, vol. 4, n. 4, p. 84-99. 2009.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora: UFRGS, 2000. 110 p.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ed. Editora: Expressão Popular, São Paulo. 2012. 400 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: Enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh.2002

CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose**. Tradução de Maria José Guazzelli. Porto Alegre: L&PM.1995. 256p.

CONNELL, J.H. On the role of natural enemies in preventing competitive exclusion in some marine animal and in rain Forest trees. In: DEN BOEN, P.J; GRADWELL, P.R. (Ed.). **Dynamics of populations**. Wageningen: Ed. Pudoc, 1971.p. 298-312.

CRUZ, M. S.; PIZZOL, E. C. S; GALATA, R. F.; CRESPI, D.; SILVA, F. X.; LOPES, P. R.; SANTOS, J. D.; KAGEYAMA, P. Y. Adaptação e aspectos fitotécnicos de espécies de adubos verdes cultivadas no Pré-Assentamento Santa Maria no Extremo Sul da Bahia. **Revista Cadernos de Agroecologia**, 2015. 6 p.

FONTES, E. de O.; MELO e SILVA, S. C. B. de. Desigualdades regionais no extremo sul da Bahia: desafios e oportunidades. X Encontro de Geografia da América Latina. Universidade de São Paulo, 2005. In: **Anais...**, Universidade de São Paulo, 2005.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar 2004**. IBGE, 2006.

JANZEN, D.H. Herbivores and the number of trees species in tropical forests. **The American Naturalist**, Chicago,v. 104, p. 501-528, 1970.

KAGEYAMA, P. Y. A Biodiversidade como ferramenta na construção de agroecossistemas. In: Congresso de Botânica, n. 17, 2008, São Paulo. **Anais...** Guarulhos, 2008. 10 p.

LOPES, P.R. **Caracterização da incidência e evolução de pragas e doenças em agroecossistemas cafeeiros sob diferentes manejos**. 2009. 203 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

LOPES, P. R.; LOPES, K. C. S. A. Sistemas de produção de base ecológica – a busca por um desenvolvimento rural sustentável. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 1, jul/dez. 2011.

LOPES, P. R. **A biodiversidade como fator preponderante para a produção agrícola em agroecossistemas cafeeiros sombreados no Pontal do Paranapanema**. 2014.172 P. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada - Interunidades) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, SP, 2014.

LOPES, P. R. **Transição Agroecológica do Assentamento Santa Helena – Problematização participativa da realidade local e extensão rural**. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Especialização em Educação do campo e Agroecologia para a Agricultura Familiar e Camponesa – Residência Agrária. 2015. 104 p.

MACHADO, L. A.; BARBOSA e SILVA, V.; OLIVEIRA, M. M. Uso de extratos vegetais no controle de pragas em horticultura. **Biológico**, São Paulo, v.69, n.2, p.103-106, jul./dez., 2007

MATRANGOLO, W. J. R. et al. O Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes no Contexto de Crise Energética. Congresso Nacional de Milho e Sorgo, 17, 2008, Londrina. In: **Anais...**, Londrina, 2008.

MARQUES, C. R. G.; NEVES, P. M. O. J.; VENTURA, M. U. Diagnóstico do conhecimento de informações básicas para o uso de agrotóxicos por produtores de hortaliças da Região de Londrina. **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, v. 31, n. 3, p. 547-556, jul./set. 2010.

MOTTA, I. de S. Horticultura agroecológica em escala familiar em Mato Grosso do Sul. Embrapa Agropecuária Oeste. Dourados/MS. 2º Seminário de Agroecologia do Mato Grosso do Sul, 2008. In: **Anais...**, Mato Grosso do Sul, 2008.

NAREZI, G.; CRESPI, D.; GALATA, R. F.; SANTOS, G. S.; SOBRAL, J. P.; DOS SANTOS, J. D.; KAGEYAMA, P. Y. Diagnóstico socioambiental do pré assentamento Unidos Venceremos - Fazenda Santa Maria: construindo bases para a transição agroecológica. VI Simpósio Sobre Reforma Agrária e Questões Rurais – NUPEDOR/UNIARA. Araraquara, 2014. In: **Anais...**, Araraquara, 2014.

PRIMAVESI, A. Agroecologia e manejo do solo. **Revista Agriculturas**, v. 5, n. 3, p. 7-10, 2008.

PENTEADO, Silvio Roberto. **Cultivo Ecológico de Hortaliças**. Editora Via Orgânica, Campinas, SP. 2ª Edição 2010, 288p.

SEI. TIPOLOGIA CLIMÁTICA - SEGUNDO THORNTHWAITE: Pluviometria 1943 - 1983/Temperatura 1961 - 1990 Estado da Bahia, 1998.

SEI. HIPSOMETRIA Estado da Bahia, 2000.

SEI. SOLOS do Estado da Bahia, 2001.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Uso atual das terras: Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha**. – Salvador: SEI, 2008. 176 p. il. (Série estudos e pesquisas, 81).

SOUZA, J. L.; RESENDE, P. **Manual de Horticultura Orgânica**. 3ª Edição, Editora Aprenda Fácil, Viçosa/MG, 2014. 841 p.

ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA AMERICANA: CAMPESINATO, BIODIVERSIDADE E AGROECOLOGIA NO CERRADO MINEIRO

*Igor Simoni Homem de Carvalho*¹
*Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco*²

Resumo: Este artigo retrata a experiência do Assentamento Agroextrativista Americana (Grão Mogol-MG): seus antecedentes históricos, sua concepção e sua implantação. Fruto da luta pela terra e pelo reconhecimento identitário do povo tradicional Geraizeiro, o Assentamento foi criado com apoio de organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM). A proposta inclui cultivos e criações em sistemas agroecológicos e o aproveitamento sustentável da biodiversidade nativa (ou seja, o extrativismo de frutos, plantas medicinais etc.), o que requer a manutenção de cerca de 68% da vegetação de Cerrado existente na área. A implementação da proposta mostra-se de grande complexidade, devido às diferentes origens e situações social, econômica e cultural das famílias assentadas. Um grupo organizado dentro do Assentamento – o Grupo Agroextrativista do Cerrado – vem demonstrando a viabilidade da proposta, almejando expandi-la e replicá-la para outras comunidades do Cerrado brasileiro.

Palavras-chave: Assentamento de Reforma Agrária; Agroextrativismo; Cerrado; Agroecologia.

¹ *Professor Assistente de Agroecologia e Educação do Campo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)*

² *Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)*

Abstract: This article shows the experience of Americana Agroextractivist Land Reform Settlement (Grão Mogol, Minas Gerais, Brazil): its historical antecedents, its conception and implantation. Result from the struggle for land and identity recognition, the settlement was created with the support of organizations as *Comissão Pastoral da Terra* (CPT) and *Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas* (CAA-NM). The proposal includes cultivations and breeding in agroecological systems and the sustainable use of native biodiversity (non-timber forest products), which requires maintaining about 68% of the native Cerrado vegetation in the area. The implementation of the proposal shows up as of great complexity, due to different origin and social, economic and cultural situation of settled families. An organized group inside the settlement – the *Grupo Agroextrativista do Cerrado* – is showing the proposal viability, aiming expand it to others communities of Brazilian Cerrado.

Keywords: Land Reform Settlement; Non-Timber Forest Products; Cerrado (Brazilian savanna); Agroecology.

Introdução

Este artigo³ busca retratar a experiência do Assentamento Agroextrativista Americana, localizado no município de Grão Mogol, meso-região Norte de Minas, estado de Minas Gerais. Implantado em 2001, este assentamento foi concebido com base na agroecologia, no extrativismo⁴ e no modo de vida e produção das populações tradicionais do Cerrado norte-mineiro, denominadas Geraizeiras. As famílias assentadas vêm trabalhando, em maior ou menor grau, com a proposta original do assentamento, vivenciando situações ora favoráveis, ora desfavoráveis à sua implementação. As experiências desenvolvidas pelas famílias, coletivamente ou individualmente, são capazes de oferecer elementos para uma discussão mais ampla sobre formas de ocupação dos ecossistemas do bioma Cerrado.

³ Artigo baseado na tese “Campeinato e biodiversidade no Cerrado: um estudo sobre o Assentamento Americana (Grão Mogol-MG) à luz da agroecologia”, defendida em 2013 no Programa de Interdisciplinar de Doutorado em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Campinas.

⁴ O termo “extrativismo” se refere à coleta, em pequena escala, de produtos da biodiversidade nativa. O modo de produção que concilia agricultura e extrativismo denomina-se “agroextrativismo”.

Mesmo fazendo parte da política pública convencional de criação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária, operacionalizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Assentamento Americana foi concebido e criado no contexto do trabalho do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), organização que atua em prol da agroecologia e dos camponeses do Norte de Minas desde meados da década de 1980. O objetivo central deste artigo é retratar a concepção e implantação do Assentamento Americana, e das práticas agropecuárias e extrativistas desenvolvidas pelas famílias assentadas.

Modernização conservadora no Norte de Minas e a luta territorial e identitária dos Geraizeiros

As populações camponesas do Norte de Minas têm origem na fusão dos indígenas, habitantes originais da região, com negros e brancos que começaram a chegar a partir do século XVII, inseridos no processo de colonização estimulado pela busca por metais preciosos – bandeirantes que vinham de São Paulo – e pela ocupação das extensas pastagens nativas por criadores de gado vindos do Nordeste (RIBEIRO, 2005).

No processo de formação sócio-econômica da região, ao mesmo tempo em que houve uma apropriação desigual do território, gerando a formação de enormes latifúndios, houve também a ocupação de grandes extensões com base em um sistema de uso da terra subjacente à diversidade cultural e ambiental da região. Na metade sul de Minas Gerais, os primeiros núcleos populacionais se formaram em torno das minas de ouro, adquirindo rapidamente importância política e econômica, e guardando ainda relativa proximidade do litoral. Já a metade norte do Estado se configurava em um sertão “longínquo e inculto”, terras a perder de vista, salpicadas de povoados que tinham, no gado, sua principal riqueza – era a formação dos “Gerais”, em contraposição às “Minas”. Assim, a população norte-mineira é portadora de uma identidade cultural própria, estreitamente vinculada ao “sertão” (PORTO-GONÇALVES, 2000).

Os sistemas produtivos indígenas formaram a base alimentar da região: o cultivo de mandioca, milho, feijão, abóbora, abacaxi, a coleta de espécies não cultivadas, a caça, a pesca. Tanto europeus quanto negros também contribuíram com práticas e conhecimentos, como, por exemplo, a criação de gado, porco e galinha, e o cultivo de espécies oriundas de outros continentes. Na verdade, a colonização promoveu um intercâmbio

agrícola a nível mundial, sendo incorporados à agricultura do Brasil cultivos como: cana, banana e arroz, originários do sudeste asiático; pimenta, abacate e algodão, da meso-américa; espécies e variedades de feijão de diferentes partes do globo; frutíferas tropicais como manga e café; e ainda hortaliças e legumes variados. A biodiversidade nativa também sempre forneceu produtos fundamentais para as estratégias de alimentação, abrigo, medicina, forragem para animais (DAYRELL, 1998; RIBEIRO, 2005; NOGUEIRA, 2009).

Ao longo de três séculos, os camponeses dos cerrados norte-mineiros ocuparam seus diversos ecossistemas, desenvolvendo agroecossistemas complexos, frutos de uma interação histórica com a natureza, da experimentação, da construção e da co-evolução de suas práticas de transformação do meio (DAYRELL, 1998; NOGUEIRA, 2009). Estas comunidades aprenderam a produzir e extrair da natureza a maior parte daquilo que necessitavam, utilizando tecnologias simples e conhecimentos sobre o ambiente que habitavam, muitos deles herdados dos indígenas, e “nos legaram, até anos recentes, uma paisagem onde as funções ecológicas dos seus ecossistemas permaneciam praticamente intactas, fruto de um processo histórico de co-evolução social e ambiental” (DAYRELL, 1998, p.190).

Às populações que ocupam as áreas de Cerrado do Norte de Minas, ou seja, os “Gerais”, dá-se o nome de geraizeiras, ou também geralistas (DAYRELL, 1998; RIBEIRO, 2005; NOGUEIRA, 2009). O trabalho de Dayrell (1998) estabelece um marco da identificação da cultura geraizeira, sob os enfoques da agroecologia e da etnoecologia. Subsidiariamente, o trabalho de Ribeiro (2005) ajudou a compreender a história e a cultura desse povo do Cerrado mineiro. Mais recentemente, o esforço etnográfico empreendido por Nogueira (2009) dá aos Geraizeiros o *status* de “um grupo culturalmente particular e vinculado ao Cerrado de maneira especial e politicamente relevante” (NOGUEIRA, 2009, p.8). A autora identifica seus hábitos e práticas tradicionais, re-significados a partir da confrontação ante a invasão de seus territórios pelo monocultivo de eucalipto, e ante a entrada de novos atores (como a academia) e conceitos (como o de “população tradicional”) em seu “*mundus*”. Para ela, “a adesão à categoria populações tradicionais tem propiciado aos Geraizeiros uma experiência de crescente auto-respeito, valorização e intensificação cultural” (NOGUEIRA, 2009, p.197).

Dentre as práticas agrícolas tradicionais dos Geraizeiros está o cultivo

em pousio, análogo aos sistemas milenares de roça-de-toco, coivara ou derrubada-e-queima (RIBEIRO, 2005). A paisagem local ficava formada por um “mosaico produtivo”, composto por roças novas, roças velhas e áreas de pousio (NOGUEIRA, 2009). Tal sistema permitia a recuperação dos solos e, enquanto havia terras disponíveis, era sustentável (DAYRELL, 1998; RIBEIRO, 2005; NOGUEIRA, 2009). Este sistema era factível até o início da década de 1970, quando as terras ainda eram soltas e comportavam o crescimento das famílias. Atualmente, entretanto, a disponibilidade de terras é pequena, e o uso do fogo seguidamente em uma mesma área de cultivo provoca o empobrecimento do solo (DAYRELL, 1998).

Os Geraizeiros tinham disponíveis, para os cultivos, variedades agrícolas locais (crioulas), selecionadas por gerações e adaptadas às condições ambientais específicas – clima, micro-clima, tipo de solo – e a outras características, como sabor e tamanho. Enquanto os cultivos anuais são feitos nas “roças”, as espécies arbóreas são plantadas próximas aos quintais, formando o que se chama de pomar ou “chácara”. Mas, outra característica da agricultura geraizeira é justamente o plantio “misturado”, onde espécies anuais e perenes, arbustivas e arbóreas, são plantadas em um mesmo espaço. É no “terreiro”, ao redor da casa, que são instaladas as “criações miúdas”, especialmente suínos e aves, e eventualmente caprinos e ovinos. Numa casa tradicional geraizeira, no terreiro se encontram também engenho, forno de barro, monjolo, tenda de farinha, pilão e “escaroçador” (pequeno engenho para extração da garapa de cana). O quintal se completa ainda com canteiros para hortaliças e plantas medicinais, além das plantas ornamentais ao redor da casa. Próximo da casa também está o curral e a “manga”, área cercada pequena destinada aos cuidados com vacas paridas e bezerros e à guarda do gado e de equínos (DAYRELL, 1998; RIBEIRO, 2005; NOGUEIRA, 2009).

A unidade produtiva geraizeira típica é então constituída por: terreiro, chácara, roças e mangas. De forma complementar, estão as áreas de uso comum, utilizadas para solta de animais, extrativismo, caça e pesca. Muitos Geraizeiros relatam o costume da pesca feita em armadilhas herdadas dos indígenas, que capturavam, por exemplo, piaba, traíra, bagre. A caça era constituída por tatus, veados e aves diversas. Tanto a pesca quanto a caça são hoje raras, devido à diminuição dos recursos hídricos e dos animais. O uso de áreas de chapada, para extrativismo e solta do gado, é um elemento marcante na identidade geraizeira. Vale aqui mencionar que, tanto para o uso de áreas comuns, quanto para as áreas de roça, haviam acordos

(dinâmicos e informais) que estabeleciam os limites de uso, direitos e deveres de cada família (NOGUEIRA, 2009).

As populações geraizeiras não viviam totalmente isoladas: comercializavam excedentes nas feiras das cidades e povoados mais próximos, e dependiam de alguns recursos que não podiam produzir, como o sal. O espaço de troca e convivência dessas feiras foi, historicamente, essencial no estabelecimento de relações de alteridade, de solidariedade e de socialização com outras comunidades, estabelecendo os nexos identitários dos Geraizeiros (DAYRELL, 1998).

Assim, a economia geraizeirasempre desempenhou papel fundamental nas auto-suficiências locais, e também na dinâmica econômica regional, apesar de sua invisibilidade. Entretanto, apartir da década de 1960, a economia e o modo de vida tradicional dos Geraizeiros foram bruscamente impactados pelo processo de modernização conservadora, com a apropriação das terras públicas pelo capital privado ancorado nos incentivos governamentais. As extensas chapadas, aparentemente “inabitadas”, foram tomadas por monoculturas de eucalipto, causando o “encurralamento” dos Geraizeiros nos vales. Ficou comprometida, assim, sua reprodução sócio-econômica, ao perderem suas áreas de solta de gado e de coleta de frutos, plantas medicinais, lenha e madeira (DAYRELL, 1998; PORTO-GONÇALVES, 2000; RIBEIRO, 2005; MAZZETTO-SILVA, 2009).

O carvão das monoculturas de eucalipto abastece os altos-fornos da indústria siderúrgica mineira, resultando em exportações e lucros para poucas empresas e gerando um número reduzido de empregos, que não compensa os impactos sociais e ambientais negativos. Atribui-se à monocultura do eucalipto impactos como: diminuição dos recursos hídricos (secamento e assoreamento de nascentes, córregos, rios, brejos e lagoas, rebaixamento do lençol freático); degradação dos solos e de outros serviços ecossistêmicos; contaminação por agrotóxicos; diminuição da agrobiodiversidade desenvolvida e cultivada secularmente, e a erosão da biodiversidade nativa; aprofundamento das desigualdades sociais e êxodo rural (DAYRELL, 1998; MAZZETTO-SILVA, 2009).

As populações camponesas do Cerrado não somente foram *excluídas* deste processo de “desenvolvimento”; foram *prejudicadas* pelo mesmo, expropriadas de suas terras, lançadas ao êxodo rural e tendo agravada sua pobreza material. Com o domínio dos recursos naturais pelo grande capital, apoiado pelos poderes públicos, ficou cada vez mais difícil o acesso à água, aos solos agricultáveis, às pastagens, às frutas nativas e

à lenha, comprometendo assim sua reprodução sócio-cultural e criando bolsões de miséria e insegurança alimentar em todas as regiões do Cerrado (MAZZETTO-SILVA, 2009). Segundo Porto-Gonçalves (2000), até meados da década de 1970, o Norte de Minas era uma região auto-suficiente em alimentos, sendo hoje abastecido em grande parte por alimentos produzidos em larga escala em outras regiões.

Com o fim da ditadura, (re)inicia-se a organização do campesinato nortemineiro, especialmente fomentada nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Outros atores sociais, como segmentos da sociedade civil e o próprio Estado, também nesse momento adentravam o campo sócio-político nortemineiro (NOGUEIRA, 2009). A reflexão e a organização propiciadas pelas CEBs estimularam a fundação de associações comunitárias e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), e a participação nos que já existiam. Assim, foi iniciado o movimento de resistência geraizeira, apoiando-se nas relações sociais já existentes (redes comunitárias, de vizinhança e parentesco) e nestes atores sociais recém-ingressos na conjuntura regional. O processo de afirmação e re-significação identitária geraizeira está estreitamente vinculado ao início de uma luta mais organizada pela terra na região, consequência direta da invasão da monocultura de eucalipto aos territórios tradicionalmente ocupados.

Em 1984, chega ao Norte de Minas o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), através da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), ONG fundada em 1961. O PTA era uma contribuição às regiões que iniciavam um processo organizado de questionamento e de busca de alternativas aos impactos provocados pela chamada “revolução verde” (DAYRELL, SANTA ROSA, 2006). Em 1990, o corpo técnico central do PTA, sediado no Rio de Janeiro, se desvinculou formalmente da FASE, tornando-se a ONG AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa). Os PTAs descentralizados também se tornaram instituições independentes, como, por exemplo, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), com sede em Viçosa-MG, e o CTA de Mato Grosso sediado em Cáceres. Em Montes Claros, foi fundado o CTA-NM, que logo mudaria de nome para se tornar o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM).

Desde o princípio, o trabalho do CAA-NM teve, como foco central, a difusão de tecnologias, experimentações e debates em “agricultura alternativa”, que mais tarde seria consolidada sob a denominação de agroecologia. Profissionais de diferentes formações – especialmente das

ciências agrárias e sociais – realizavam cursos e visitas de campo aos agricultores da região, difundindo práticas de conservação dos solos, produção de defensivos caseiros etc. Buscavam também debater questões mais amplas, como a luta pela terra e questões políticas, econômicas, culturais e ambientais (DAYRELL, SANTA ROSA, 2006; NOGUEIRA, 2009).

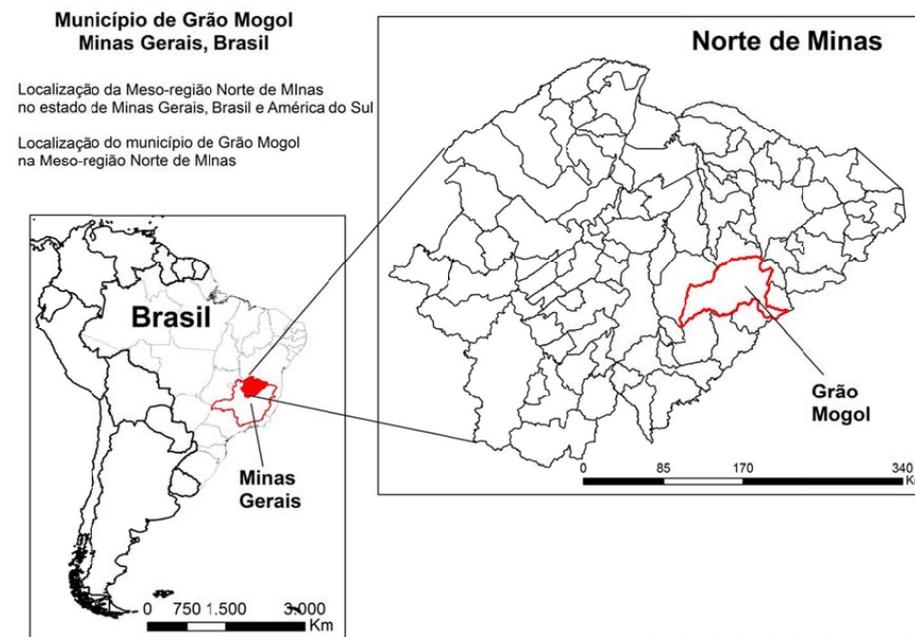
Captando recursos de parceiros em nível nacional e internacional, o CAA-NM passou a atuar em prol dos camponeses norte-mineiros, incluindo: assessoria técnica em agroecologia; valorização de suas culturas tradicionais; estímulo a sua participação política; e apoio à luta pela (re) conquista do acesso à terra, água e biodiversidade. A luta pela (re) conquista da terra logrou a criação, em 1994, do Assentamento Nossa Senhora das Oliveiras, o “Assentamento Tapera”, em Riacho dos Machados; e do Assentamento Americana, em 2001.

Histórico do Assentamento Agroextrativista Americana

Inseridos no contexto de formação social, econômica e cultural do Norte de Minas, a micro-região de Grão Mogol era, até os anos 1960, predominantemente camponesa. A estrutura de que dispunham era precária – transportes, escolas etc. – mas a disponibilidade de recursos naturais era alta – terra, água, vegetação nativa. As famílias que aí viviam plantavam roça, criavam gado, e aproveitavam as frutas nativas. Existiam também grandes fazendas, mas boa parte da terra era de uso comum, sem um controle rígido por seus proprietários. A área hoje ocupada pelo Assentamento Americana abrigou a formação de diversas comunidades rurais, como o Sapé, o Miguel e a Boa Vista. Até hoje, a maioria das localidades recebe seus antigos nomes.

Figura 1. Localização da meso-região Norte de Minas e do município de Grão Mogol.

Autor: Igor S.H. de Carvalho



Autor: Igor S.H. de Carvalho. Fontes dos polígonos: IBGE.

Fonte: IBGE

Nos anos 1970, foi iniciada a produção de carvão vegetal e o plantio massivo de eucalipto em Grão Mogol e municípios vizinhos, gerando as conseqüências já enunciadas. Dentre as fazendas de produção de carvão, estava a “Fazenda Americana”, que foi formada em meados de 1974 por meio da aquisição de terras⁵ pela empresa Florestas Rio Doce, extinta subsidiária da antiga estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Diferentemente de outras fazendas da empresa na região, adquiridas na mesma época, e nas quais foi implantado o plantio de eucalipto e *Pinus* em larga escala, na Fazenda Americana a produção de carvão foi realizada com base na extração de madeira nativa. Para tanto, eram utilizados machados e motosserras. A partir de 1990, a Fazenda Americana foi praticamente abandonada: os fornos foram desativados e os equipamentos foram desmontados. Informalmente, a Fazenda passou a ser utilizada para

⁵ Compradas a baixo preço de moradores tradicionais da região. Grande parte destas terras foi posteriormente regularizada pelo Senado Federal.

solta de gado de moradores vizinhos.

Em 1995, a CVRD é inserida no Programa Nacional de Desestatização do governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo privatizada em 1997 e adotando o nome fantasia “Vale”. Em 1998, a Vale anuncia o leilão de 17 imóveis no município de Grão Mogol, dentre eles, a Fazenda Americana. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Grão Mogol reivindica então a criação de um assentamento de reforma agrária, organizando uma assembleia à qual compareceram quase 400 trabalhadores. Técnicos do Incra fizeram uma pré-vistoria na área, alegando ser esta desfavorável à criação de um assentamento, devido à má qualidade dos solos e a carência de águas superficiais. A conjuntura apresentava-se desfavorável também por outros dois fatores: um ofício encaminhado pelo Prefeito de Grão Mogol ao Incra, alegando não existirem “sem-terras” no município; e uma articulação, simultânea, da ONG conservacionista AMDA (Associação Mineira de Defesa do Ambiente) junto ao IEF, para a incorporação da área da Fazenda no recém-criado Parque Estadual de Grão Mogol.

O STR de Grão Mogol, no entanto, apostava na viabilidade da criação do assentamento na área, e passou a pressionar o Incra para a realização de uma vistoria mais criteriosa com a emissão de um laudo. Como já tinham conhecimento do trabalho do CAA-NM, acionaram esta organização para contribuir nessa vistoria. Em setembro de 1999, foi emitido, internamente ao Incra, o laudo favorável à criação do assentamento americana, desde que este fosse implantado com base no agroextrativismo, no modo de vida geraizeiro e na agroecologia (DAYRELL, LACERDA, 1999). Em 1999 foi realizada a desapropriação da fazenda Americana. Em 2000 foram realizadas ações com o objetivo de apressar a implantação do assentamento: uma manifestação na sede do Incra em Belo Horizonte; e a ocupação da própria fazenda Americana, iniciada em 06/09/2000 com o apoio do STR de Grão Mogol, do CAA-NM, da CPT e da Fetaemg. Em 02/05/2001, finalmente, foi liberada a imissão de posse, e o assentamento Americana estava oficialmente criado.

Dentre as famílias assentadas, algumas já estavam envolvidas no trabalho do CAA-NM desde antes da implantação do Assentamento, enquanto outras não; algumas são oriundas das proximidades do Assentamento, sendo consideradas parte do grupo camponês tradicional chamado “Geraizeiro”, enquanto outras têm origem em outras localidades da região. Dessa forma, existe, dentre as famílias assentadas, uma diversidade de origens, perspectivas de vida e formas de trabalho. As famílias assentadas que já desenvolviam trabalhos junto ao CAA-NM vêm

desempenhando um papel de liderança nos trabalhos em agroecologia e manejo do Cerrado. Estas famílias fundaram, em 2006, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Grupo Agroextrativista do Cerrado (GAC), que conta hoje com 12 famílias associadas. A pesquisa de campo do presente estudo foi realizada com estas 12 famílias, e também com outras 25 famílias que não pertencem ao GAC.

O assentamento Americana tem, em sua origem e concepção, uma proposta diferenciada, “baseada no desenvolvimento de atividades que garantam a conservação dos recursos naturais e a sustentabilidade econômica do assentado (...) (e) bastante diferente das desenvolvidas em projetos de assentamento no Norte de Minas Gerais, podendo vir a se constituir no futuro em um novo modelo de reforma agrária na região, mais ajustado a realidade local” (CAA-NM, UFMG, 2002, p.7).

Os primeiros anos após a criação oficial do assentamento Americana foram caracterizados pela progressiva ocupação e organização das famílias na área, que contava com estrutura precária. Inicialmente, um grupo de famílias ocupou a área da Lagoa Nova, transferindo-se depois para a antiga sede da fazenda, na Boa Vista. Tiveram aí o apoio de grupos que já haviam passado ou estavam passando por processos semelhantes, como os acampados da fazenda Rocinha (Bocaiúva-MG) e os assentados do PA Betânia e do PA Tapera. Receberam apoio também da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e do Exército, que forneceram, respectivamente, cestas básicas e água.

Este grupo de famílias era diverso, pois contava com famílias oriundas de diferentes localidades do Norte de Minas e que vivenciavam distintas situações de vida. O grupo também era dinâmico: ao longo destes anos iniciais, foi recebendo a adesão de novos membros, e perdendo outros.

Em 2002, 70 famílias foram legitimadas no assentamento Americana, tendo sido também fundada a Associação dos Assentados da Fazenda Americana e iniciada a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), pelo CAA-NM junto à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a profissionais de outras instituições. Na elaboração do PDA do Assentamento Americana, houve a oportunidade de aprofundar no conhecimento da área, verificando seus potenciais de uso, recolhendo mais depoimentos de moradores locais e realizando o pré-parcelamento dos lotes. Em finais de 2002, a assembleia da Associação aprovou o PDA e deliberou o Regimento Interno do Assentamento. Em 2004, foi concedida a Licença de Instalação (LI) do assentamento Americana.

Concepção do Assentamento Agroextrativista Americana

O Assentamento Americana abriga uma proposta diferenciada de Assentamento Rural de Reforma Agrária, na qual a viabilidade econômica e ambiental passa pelo agroextrativismo, ou seja, pela complementaridade entre atividades agro-pastoris e o uso da biodiversidade nativa. Tal proposta tem sido utilizada em outras comunidades geraizeiras do Norte de Minas, sendo adaptada ao contexto de cada uma e às características ambientais locais. Dentre estas comunidades estão: o assentamento Tapera, criado em 1994, mas cujo processo de luta pela terra data dos anos 1980; e o Assentamento Vereda Funda, em processo de recuperação de seu território desde 2003.

É importante mencionar que, apesar de existir um marco legal para a criação dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAEs) (BRASIL, 1987) esta categoria não é oficialmente reconhecida na Superintendência Regional 06 (SR-06) do Inbra de Minas Gerais. Funcionários desta Superintendência, que concederam entrevistas, reconhecem a proposta diferenciada e agroextrativista dos assentamentos Americana, Tapera e outros do Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha; contudo, todos estes são, oficialmente, Projetos de Assentamento (PAs) convencionais.

Tal proposta tomou como base o modo de vida Geraizeiro, investigando o uso da terra historicamente praticado na área do assentamento e suas redondezas, e identificando as diferentes potencialidades de cada ambiente, dos tipos de solo e da biodiversidade nativa. A normatização das recomendações do PDA está no Regimento Interno da Associação, que regula a “gestão, uso e ocupação dos lotes familiares, das áreas coletivas de manejo extrativista e Reserva Legal”, instituindo normas para o trabalho nos lotes, tais quais: obedecer critérios de conservação dos solos e curvas de nível; não usar o fogo (exceto em queimadas controladas quando necessárias); não utilizar adubos químicos nem agrotóxicos; não realizar gradagens ou arações em áreas como brejos ou nascentes; produzir carvão somente no aproveitamento da lenha oriunda das roças e pastos.

O PDA e o Regimento Interno estabelecem divisões na área do assentamento Americana, sendo cada uma correspondendo a diferentes usos. De seus 18.922 hectares, 24,5% (4.629 ha) é destinado à Reserva Legal, 33,3% (6.308 ha) aos lotes e os outros 42,2% (7.985 ha) correspondem à Área de Manejo Extrativista (AME), de uso coletivo (Figura 2). São 76 lotes, com tamanhos que variam entre 47 e 164 hectares, sendo a média de

78 hectares.

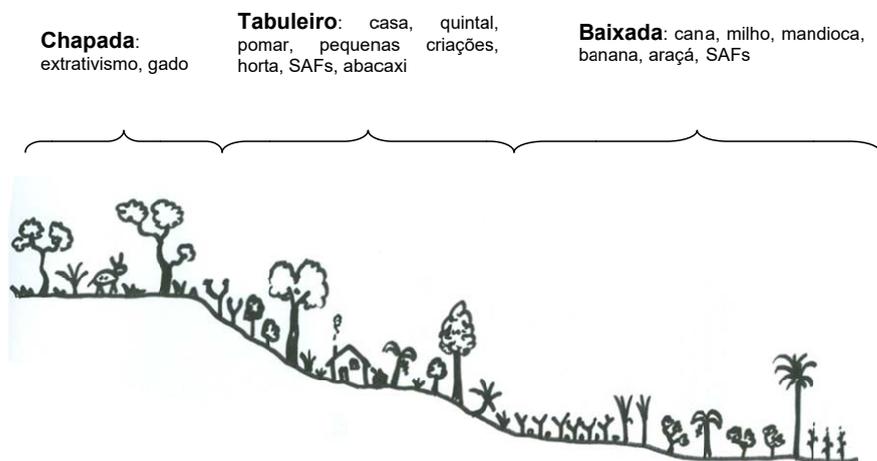
As Áreas de Manejo Extrativista são destinadas a: solta de gado, obedecendo a capacidade de suporte; coleta de frutos, plantas medicinais e lenha seca, e captura de abelhas para criação; e extração seletiva de madeira, sob a supervisão da diretoria da associação, e somente para uso interno. Estas áreas correspondem a quase metade do assentamento – quase oito mil hectares, correspondendo a 105 ha por família. Seu uso deve ser organizado coletivamente, mas até o momento somente algumas famílias têm debatido uma proposta de uso coletivo da parte que lhes cabe.

Figura 2. Divisões do Assentamento Americana: Reserva Legal (preto), Área de Manejo Extrativista (cinza) e lotes (branco); e os nomes pelos quais são conhecidas as localidades do interior e entorno do Assentamento. Autor: Igor SHC. Fontes: Inbra SR-06 e dados da pesquisa.



No processo de elaboração do PDA, buscou-se reconhecer os ambientes, as unidades da paisagem, os ecossistemas, a flora e a fauna local, com grande contribuição dos Geraizeiros da região. Assim, a divisão dos lotes foi feita de forma que cada lote contemplasse as três principais unidades paisagísticas dentro das quais o PDA e o Regimento Interno recomendam usos específicos. As três unidades básicas da paisagem de cada lote são baixada, tabuleiro e chapada (Figura 3). A chapada é utilizada principalmente para solta de gado e extrativismo, sendo as áreas de tabuleiro e baixada destinadas aos cultivos – alguns deles estão melhor adaptados a um ou ao outro ambiente, mas muitos podem ser cultivados nos dois.

Figura 3. Visualização, em perfil, dos três principais ambientes presentes em cada lote do Assentamento Americana (figura meramente ilustrativa, não obedece às proporções reais). Autor: Igor SHC. Adaptado de CAA-NM & UFMG (2002).



A baixada, chamada também de baixa ou vazante, possui solo mais fértil, que viabiliza a produção de culturas mais exigentes, como milho, cana e capins de corte (capineiras). Aí também se planta mandioca, feijão, banana e abacaxi. Em alguns lotes, onde as áreas de baixada são mais úmidas ou encharcadas, algumas famílias cultivam arroz, mas vêm tendo dificuldades por causa do ataque de passarinhos e capivaras, e pela degradação causada aos brejos. Mesmo assim, pode ser viável a produção de variedades de arroz de sequeiro em alguns lotes.

Nas baixadas se encontram espécies nativas como o araçá, o maracujá-

nativo, a pindaíba e a aroeirinha. Brejos, várzeas, córregos e matas de galeria são também encontradas nas áreas de baixada de alguns lotes. Utiliza-se também a denominação “vereda” para estas áreas. O manejo agrícola nas baixadas deve ser especialmente cuidadoso, evitando-se o uso de máquinas pesadas e mesmo a solta do gado. Além das APPs (faixas de 30m de vegetação nas margens de nascentes, brejos, córregos e lagoas), o Regimento Interno recomenda deixar faixas de 30 a 50m de largura entre a baixada e o tabuleiro.

O tabuleiro é a “encosta” que liga a baixada à chapada, com Relevo Suave Ondulado, (declividade geralmente menor que 10%). É onde se instala a casa, o quintal, o pomar, a horta, as criações de pequenos animais (galinha, porco, cabras), o curral e a “manga” (área plantada com capim braquiária para tratamento de vacas paridas, bezerros e animais de carga). Os solos do tabuleiro (latossolos vermelho-amarelo distróficos de textura média) são apropriados para muitos cultivos: abacaxi, andu, urucum, mandioca, feijão etc. Espécies nativas comumente encontradas aí são angico, pequi, sucupira e embiruçu.

A chapada corresponde à maior parte de cada lote. É a parte alta do terreno, sendo em geral plana ou com declive muito suave. Os solos da chapada, apesar de também serem classificados como “latossolos vermelho-amarelo”, são diferenciados dos tabuleiros no uso agrícola. Os Geraizeiros, tradicionalmente, usam a chapada para o extrativismo de frutas, plantas medicinais, lenha e madeira e para a solta do gado, que aí aproveita sua forragem nativa. Os solos são considerados fracos, e pouco aptos para o plantio da maioria dos cultivos. Em alguns lotes, há áreas de declive acentuado com presença marcante de cascalho, onde também sobrevivem diversas espécies do Cerrado, inclusive capins. A aplicação de calcário nas áreas de chapada corrige a elevada acidez dos solos, possibilitando o desenvolvimento de cultivos.

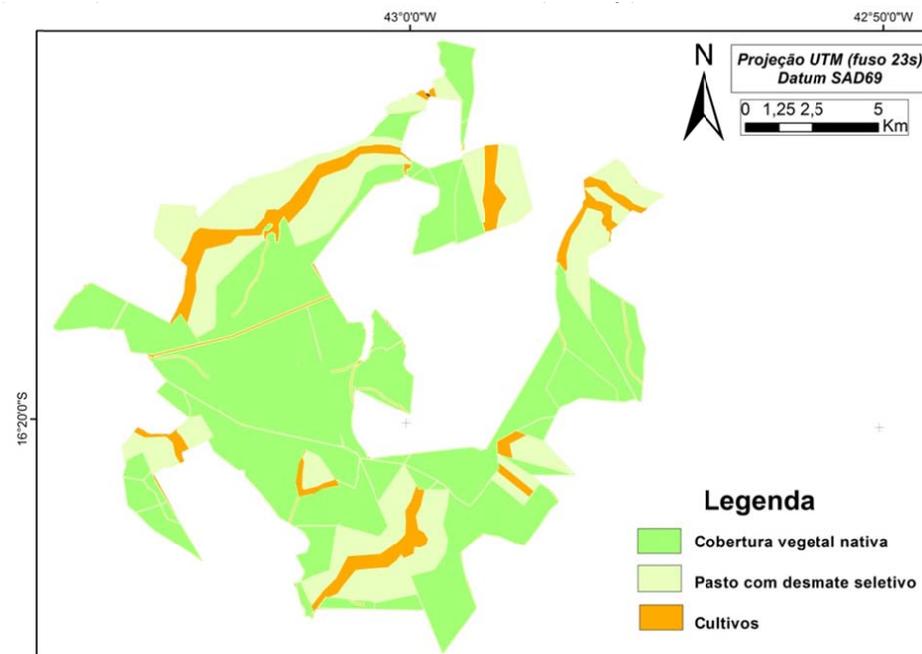
A chapada é considerada também a “caixa d’água” do Cerrado, pois é nela que infiltra a maior parte da água das chuvas, contribuindo para a manutenção e recuperação do lençol freático, de nascentes, rios, córregos e lagoas. As áreas de chapada correspondem à maior parte do Assentamento Americana, sendo cobertas principalmente por cerrado *sensu stricto*, campo sujo e cerradão. Nela se encontram diversas espécies nativas: barbatimão, cagaíta, jatobá, pau-santo, pequi, rufão, tingui, vinhático.

Cada lote tem, em média, 78,14ha, mas a variação de tamanho entre os lotes é bastante grande: o menor possui 47ha, enquanto o maior tem 165ha.

O parcelamento do Assentamento procurou deixar, para cada lote, cerca de 6ha de área de baixada; os que ficaram com menos área de baixada, foram compensados com um tamanho total maior. Cada família assentada tem direito ainda a 105ha das áreas de Manejo Extrativista, que, em geral, correspondem ao ambiente de chapada. Assim, os lotes do assentamento Americana, bem como seu tamanho total, são muito maiores do que a média verificada para os Assentamentos do Norte de Minas, e do Cerrado como um todo. Para se ter um parâmetro, em Minas Gerais, cada lote dos Assentamentos de Reforma Agrária tem, em média, 32,21 hectares (IBGE, 2006).

O Regimento Interno da Associação do Assentamento recomenda deixar, no interior dos lotes, faixas de vegetação nativa de 10m de largura, em curvas de nível, a cada 70 ou 100m nas áreas de chapada, de 30 a 50m de largura entre o tabuleiro e a baixada e de 50m na divisa de um lote com o outro, totalizando cerca de 30% de área preservada em cada lote. Estas faixas formam corredores ecológicos, permitindo o fluxo genético de espécies nativas e contribuindo à conservação da biodiversidade e ao equilíbrio dos ecossistemas. Considerando a preservação destes 30% de cada lote, mais as áreas de Reserva Legal e de Manejo Extrativista, seriam 14.506,46 ha (76,66% da área do Assentamento) a ser mantida com vegetação nativa (Figura 4).

Figura 4. Cenário da paisagem do Assentamento Americana caso o Regimento Interno seja respeitado, incluindo: as áreas integralmente cobertas por vegetação nativa (Reserva Legal e Manejo Extrativista, verde escuro); as áreas de pasto no interior dos lotes, com desmate seletivo e plantio de capins exóticos (verde claro); e as áreas de cultivos, incluindo SAFs e consórcios (cor laranja).



A grande extensão do Assentamento Americana se explica exatamente pela sua proposta agroextrativista: uma vez que há pouca disponibilidade de “terras de cultura”, os usos menos intensivos da terra, como a coleta de frutas nativas e a criação do gado em áreas de vegetação nativa, aparecem como atividades fundamentais à viabilidade econômica. Tais atividades possuem uma baixa produtividade por hectare, necessitando, portanto, de uma extensão de terra maior do que a que seria esperada para áreas cultivadas. Ademais, a concepção do Assentamento Americana prevê o crescimento das famílias, possibilitando aos filhos formar suas famílias e construir suas casas nos lotes dos pais, sem que isso gere uma perda de espaço significativa em cada lote.

O Assentamento conta com boa quantidade de água subterrânea. Foram implantados quatro poços artesianos, com vazão suficiente para uso doméstico das famílias. A alternativa mais sustentável para complementação

da disponibilidade hídrica tem sido a captação e armazenamento da água da chuva, por meio de cisternas de placas de cimento e estrutura de ferro, construídas por meio dos programas “1 Milhão de Cisternas” (P1MC) e “Uma Terra, Duas águas”⁶ (P1+2). As “cisternas caseiras”, de 16 mil litros, captam água do telhado para ser usada na cozinha e banheiro. Já as “cisternas calçadão” armazenam até 52 mil litros de água, que é usada para irrigação de hortas e dessedentação de animais. O “calçadão” é uma área cimentada de 200m², por onde é captada a água. É possível encher uma cisterna dessas com apenas 350mm de chuvas. Como na região do Assentamento Americana incidem de 800 a 1000mm de chuvas anuais, as cisternas calçadão podem promover uma disponibilidade de mais de cem mil litros de água por família/ano. Além disso, os calçadões podem ser usados para secagem de produtos agrícolas no período da seca.

As famílias assentadas: diversidade no campesinato

Dentre as famílias do assentamento Americana, existem origens, histórias de vida e formas de sustento diversas. Mas dentre elas há também muitos laços: de origem, de parentesco, de trabalho, de interconhecimento. Até 2014, haviam 58 famílias legitimadas, 11 não legitimados e 7 lotes desocupados no assentamento Americana. Esta situação, contudo, é dinâmica, visto que o Assentamento, e a efetivação das políticas para sua implantação, como o Crédito Habitação, são recentes. Assim, as famílias não legitimadas, e mesmo algumas legitimadas, ainda se encontram em situação instável em relação a morar ou não no lote. Acrescenta-se ainda a dinâmica própria das comunidades rurais brasileiras, nas quais as famílias vivem quase sempre sob o dilema “ficar ou migrar”. A maior parte dos assentados é oriunda da própria região, sendo que alguns são “nascidos e criados no Gerais” e se auto-identificam como Geraizeiros. Outros vêm de localidades cujo ambiente predominante é de Caatinga, mas também compartilham conhecimentos sobre a agrobiodiversidade da região. Há ainda os que moraram em lugares diversos ao longo da vida, sendo que alguns passaram boa parte da vida em ambiente urbano.

A maior parte das famílias do assentamento Americana tem, como atividade principal, o trabalho em seus lotes: cultivos, criações e serviços domésticos. Geralmente, o objetivo central desse trabalho é a auto-

suficiência, ou seja, evitar pagar por aquilo que se pode produzir e fazer. A produção no lote está entre as três atividades mais importantes para o sustento da maior parte das famílias do assentamento, revelando uma forte conexão destas com a terra. Todas as famílias buscam, também, formas de obter renda monetária. A prestação de serviços no próprio assentamento e em seu entorno, em obras civis ou em trabalhos agrícolas informais é a forma de obtenção de renda mais comumente encontrada, havendo um número reduzido de jovens que trabalham para as empresas de eucalipto.

Uma parte expressiva das famílias tem, na comercialização de produtos agropecuários, uma das atividades econômicas principais. Tem maior peso a venda informal do que a formal. A venda de frutas *in natura*, óleos e doce é feita em feiras livres (especialmente a de Grão Mogol), diretamente aos consumidores, na beira da estrada, na porta dos produtores ou sob encomenda. A comercialização no mercado formal se dá, na maioria dos casos, via Cooperativa Grande Sertão (empreendimento criado no bojo do trabalho do CAA-NM no Norte de Minas). Calcula-se que, entre 2002 e 2010, somente a comercialização de frutas nativas via Cooperativa gerou cerca de vinte mil reais para doze famílias do Assentamento. Este valor ainda está muito aquém do potencial de geração de renda pelo extrativismo, pois são enfrentadas dificuldades relacionadas, principalmente, ao transporte, e o esforço de coleta ainda atinge uma porcentagem muito pequena dos recursos disponíveis. Com a progressão do plantio de espécies frutíferas (nativas e exóticas), o adensamento das áreas de coleta, a diminuição das áreas de extrativismo em outras partes da região e a progressiva divulgação das qualidades e benefícios do consumo de produtos da biodiversidade nativa, espera-se que o aproveitamento de espécies nativas seja uma atividade cada vez mais importante às famílias do Assentamento.

Muitas famílias têm ainda o costume de trocar dias de serviço, e em situações específicas, trabalhar em mutirão. Estas relações de trabalho reforçam os laços de solidariedade entre as famílias, e impactam de maneira positiva na produção e nas economias domésticas. O programa Bolsa Família está entre as três fontes de renda mais importantes para uma parte expressiva das famílias, assim como as aposentadorias e outros benefícios do governo, como o auxílio-saúde.

Algumas famílias têm produzido carvão como forma de aproveitar a lenha que sobra dos desmates feitos para abertura de pastos. A justificativa utilizada pela maioria dos assentados é que a produção de carvão é tão somente para aproveitar a lenha que, de outra forma, seria perdida

⁶ Mais detalhes na página da ASA – Articulação do Semi-Árido: www.asabrasil.org.br.

“apodrecendo” nos pastos. Alguns assentados relatam que esta atividade não tem sido vantajosa, pois o preço tem caído muito. Além disso, o trabalho nos fornos é fatigante, penoso e insalubre. Muitos declaram ter consciência de que não há perspectiva de “viver de carvão”, pois o plantio industrial de eucalipto está além de suas possibilidades (financeiras e técnicas), e a madeira do Cerrado logo diminuirá, inviabilizando o carvoejamento no longo prazo. Dessa forma, é importante que as roças e criações, o extrativismo e a comercialização de produtos agropecuários sejam reconhecidos como atividades economicamente mais vantajosas do que a produção de carvão.

A diversidade de situações vivenciada por cada família, nas diferentes localidades dentro do Assentamento, reflete a diversidade de estratégias de sobrevivência típicas do campesinato. Em geral, a produção para auto-suficiência e a comercialização dos excedentes são prioritárias, porém, a prestação de serviços remunerados e, mais recentemente, os auxílios governamentais, têm assumido importância crescente.

Visando adquirir uma maior autonomia para trabalhar com a Agroecologia e o Agroextrativismo, as famílias vinculadas ao CAA-NM e a Cooperativa Grande Sertão fundaram o Grupo Agroextrativista do Cerrado (GAC), que está composto hoje por doze⁷ famílias do Assentamento e vizinhas a este. O conhecimento destas famílias vem contribuindo para o desenvolvimento do próprio trabalho do CAA-NM e da Cooperativa Grande Sertão. O trabalho agroecológico e extrativista desenvolvido por estas famílias vem se tornando uma referência nacional e até mesmo internacional, recebendo visitas de profissionais, pesquisadores e ativistas de diferentes partes do Brasil e do mundo. O trabalho do GAC já chamou a atenção até de veículos da grande mídia, resultando, por exemplo, em reportagens do Globo Rural. Os membros do GAC adquiriram, em 2012, os selos de duas certificadoras, o Instituto Biodinâmico (para produtores orgânicos) e da FLO-CERT (para produtores do Comércio Justo), por meio do processo de certificação da Cooperativa Grande Sertão, da qual são cooperados.

O GAC já recebeu apoio de diversas organizações: Fundação Banco do Brasil (FBB), Promotoria de Justiça de Defesa do Rio São Francisco, Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos – ISPN/GEF/PNUD/Comissão Européia), Fundação Luterana de Diaconia (FLD)

⁷ O número de famílias associadas ao Grupo Agroextrativista do Cerrado pode variar ao longo do tempo, pois famílias associadas podem se desligar, enquanto outras de fora podem se associar. O Grupo também está aberto para a associação de famílias que vivem no entorno do Assentamento.

e Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE). Estes apoios são oferecidos através de projetos e editais, resultando em doações para diferentes atividades ligadas ao manejo e produção agroecológica e extrativista, beneficiamento e comercialização. A maior parte dos recursos doados nos anos recentes destinou-se à construção da Unidade Multiuso de Processamento de Frutos do Cerrado, com o objetivo de incrementar e profissionalizar o beneficiamento e a comercialização de produtos, onde se pretende produzir fitoterápicos, óleos, doces, além de farinha, rapadura e açúcar mascavo. Pretende-se, assim, aumentar a geração de renda e as oportunidades de trabalho às famílias do assentamento e, ao mesmo tempo, valorizar ainda mais a biodiversidade e a agrobiodiversidade local.

Práticas agrícolas e agrobiodiversidade no Assentamento Americana

Foi realizado um levantamento das práticas agrícolas, das criações e dos principais cultivos do Assentamento Americana.

Existem no Assentamento ao menos 20 variedades de mandioca (*Manihot esculenta*). Uma das variedades que chama atenção é a “mandioca sete anos”, de porte arbóreo e cuja raiz é aproveitada para goma. É comum a produção de farinha “na meia”, onde uma família (que possua uma casa de farinha) produz utilizando mandioca plantada por diferentes agricultores. Ao final, cada fornecedor tem direito à metade da farinha produzida com a matéria-prima que forneceu, ficando a outra metade com aquele que produziu a farinha. A maior parte dos assentados é auto-suficiente em mandioca e farinha, sendo que alguns vendem na feira livre de Grão Mogol. A cana (*Saccharum spp.*) é também um item de grande tradição no Norte de Minas, usada na produção de rapadura, açúcar, garapa e doces, e também na alimentação animal. Assim como a farinha, a produção de rapadura em geral se dá na “meia”, estreitando laços de reciprocidade entre as famílias do assentamento.

Existem no assentamento cerca de 10 variedades de milho (*Zea mays*), porém a fertilidade dos solos e a quantidade de chuvas no assentamento Americana têm sido pequenas para sustentar uma boa produção, tornando a maior parte das famílias dependentes da aquisição no mercado. Alguns assentados têm conseguido bons resultados na produção de soja (*Glycine max*), que se mostra mais resistente à seca e é uma excelente fonte de

proteínas para os animais, podendo ser uma alternativa ao milho.

A maior parte das famílias do assentamento é auto-suficiente na produção de feijão para o consumo. O feijão-de-arraque (*Phaseolus vulgaris*) é o mais cultivado para consumo humano, sendo as principais variedades adotadas no assentamento o carioca, rosinha, roxinho, cachinho e tomba-milho. O feijão-catador (*Vigna unguiculata*) possui um número menor de variedades, mas também é cultivado pela maioria das famílias. Outra leguminosa adotada pela maioria das famílias é a fava (*Vicia faba*), chamada também de “feijoa”, e utilizada na alimentação humana e animal. Já o feijão-guandu (*Cajanus cajan*) tem grande importância na alimentação humana e animal, além de ser o principal adubo verde utilizado no assentamento, onde existem cerca de 15 variedades. É considerado um investimento seguro, pois é resistente à seca e melhora a qualidade do solo. Em geral, a produção serve à auto-suficiência, sendo que algumas famílias chegam a vendê-lo na feira livre de Grão Mogol.

O abacaxi (*Ananas cosmosus*) tem sido o principal cultivo de valor comercial no Assentamento, por ser resistente à seca e aos solos ácidos e por ter boa saída nos mercados da região. Calcula-se que já foram plantadas cerca de 100 mil mudas por ao menos 26 assentados. Alguns já chamam uma variedade de abacaxi de “Boa Vista”, tendo sido desenvolvida no próprio Assentamento. A abóbora (*Cucurbita* sp.) também tem grande importância na alimentação humana e animal (principalmente porcos), sendo encontradas no Assentamento Americana cerca de 15 variedades. Alguns assentados vendem abóbora na feira livre de Grão Mogol.

Muitas variedades crioulas do Norte de Minas se perderam nas últimas décadas, conforme atestam alguns estudos (DAYRELL, 1998; RIBEIRO, 2005). Algumas famílias costumam armazenar sementes visando garantir o próximo plantio, e vários assentados relataram intercâmbio de sementes entre as famílias, o que indica uma relação de solidariedade e um papel de “guardiões da agrobiodiversidade”. Está sendo construído, no assentamento, um local para servir como banco de sementes, para possibilitar o armazenamento adequado de diferentes variedades.

Os sistemas agroflorestais (SAFs) ou, simplesmente, agroflorestas, são cultivos nos quais se mistura diferentes espécies, incluindo espécies arbóreas. No Assentamento Americana, os SAFs estão presentes nos quintais, nas áreas de tabuleiro e de baixada. Em geral, o SAF é iniciado com a “faxina”, ou seja, a retirada da vegetação “fina” do meio do Cerrado e a introdução de cultivos entre as árvores maiores. Nos SAFs,

são realizados consórcios entre diferentes espécies, mas alguns consórcios também ocorrem sem incluir espécies arbóreas. Diferentes agricultores do Grupo Agroextrativista dão seus depoimentos sobre os SAFs:

É agricultura e floresta. Se você vai abrir uma área pra plantar, você não vai tirar toda a vegetação que tem, vai deixar um pouco da floresta que tem, vai plantar no meio. Além de plantarmos diversificado, preservamos parte da floresta.

É uma forma de a gente poder trabalhar a agricultura e consorciar com a floresta. E, quando tem sombra no meio da roça, a gente cansa menos. Não tem uma receita pronta, você constrói de acordo com o ambiente. Todo mundo pode ter uma agrofloresta.

Os agricultores e agricultoras do GAC apontam algumas vantagens do trabalho nos SAFs: o agroecossistema fica mais equilibrado, com menor incidência de pragas; o solo fica mais fértil, e menos suscetível à erosão; o sombreamento “seguro” a proliferação de plantas espontâneas, diminuindo a necessidade de capinas; o trabalho na roça – plantio, capina, colheita – é menos cansativo, pois há mais sombra e o ar é mais fresco; é possível produzir, em um mesmo espaço, diversas coisas – grãos, frutas, lenha, madeiras, plantas medicinais; e a presença de árvores permite uma melhor infiltração da água da chuva no solo, contribuindo para a recuperação dos recursos hídricos locais. As “roças Geraizeiras” são, tradicionalmente, misturadas. Mesmo assim, com o apoio técnico do CAA-NM, alguns agricultores do Norte de Minas vêm tendo a oportunidade de aperfeiçoar seus sistemas de plantio consorciado.

Vale destacar a importância das plantas leguminosas (família Fabaceae) nos consórcios e SAFs. Através de uma simbiose com as bactérias do gênero *Rhizobium*, que se associam às suas raízes, estas plantas têm a capacidade de fixar nitrogênio no solo, disponibilizando-o às outras plantas. Em geral, as leguminosas se adaptam aos solos mais pobres, ajudando em sua fertilização. Por isso, são chamadas de “adubo verde”, e podem ser utilizadas na maioria dos consórcios. A leguminosa mais utilizada no Assentamento Americana é o andu, mas outras também são importantes ou têm bom potencial: feijão-de-porco (*Canavalia ensiformis*), crotalária (*Crotalaria* sp.), mucuna (*Mucuna* sp.), fava (*Vicia faba*), soja e diversos tipos de feijão.

Na dinâmica de trabalho nos SAFs, há também o momento de abertura das áreas, por meio de podas, para diminuir o sombreamento e permitir

a incidência do sol em cultivos mais exigentes em luz, como milho, mandioca e feijão. Mesmo assim, esses cultivos também são consorciados. “*O que define é o espaçamento*”, diz um membro do GAC. Os principais consórcios que estão sendo utilizados pelos assentados são milho com feijão e abacaxi com andu e mandioca.

O consórcio entre milho e feijão é o mais comum no Assentamento Americana. Há até mesmo uma variedade de feijão chamada “*tombamilho*”, que é plantado ao pé do milho, e o derruba quando ele está seco. O milho também é consorciado com a soja, a fava, o andu, a mandioca e com a braquiária nova. Já o feijão às vezes é plantado com cana nova, mandioca, abóbora e melancia.

O consórcio entre abacaxi, andu e mandioca apresenta várias vantagens. O andu e a mandioca fazem um pouco de sombra no abacaxi, protegendo-o do sol intenso. O abacaxi capta água de chuvas fracas e do sereno, ajudando a umedecer o solo. As raízes ocupam diferentes extratos do solo, portanto a competição por nutrientes é reduzida. Em alguns casos, o abacaxi é consorciado só com a mandioca, ou só com o andu. Um assentado atesta para a sincronia na necessidade de luz entre o abacaxi e o andu: “*quando um precisa de mais luz, o outro precisa de menos*”. Alguns agricultores consorciavam também a mandioca com o amendoim.

Outro consórcio verificado em mais de um lote é entre café, banana, urucum e andu, no qual as bananeiras, os pés de urucum (conhecido também como “*corante*”) e o andu fazem sombra nos pés de café, protegendo-os da insolação. Alguns assentados atestam para a melhor produtividade do café sombreado em relação àquele que está a pleno sol: “*Aqui na nossa região, café que não é sombreado não produz*”, diz um deles. Outras árvores plantadas junto ao café são ingá, jamelão e manga.

Diversas outras espécies são plantadas de forma misturada nos SAFs, pomares e roças: dentre as árvores frutíferas, abacate, acerola, amêndoa, ameixa, amora, atemóia, cajá, caju, carambola, cidra, fruta-pão, goiaba, graviola, jabuticaba, jamelão, laranja, lima, limão, mamão, manga, mexerica, pinha, pitanga, romã, seriguela, tamarindo, umbu, xixá; dentre as oleaginosas, algodão, amendoim, gergelim, girassol, mamona, pinhão-manso; e ainda madeiras, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais.

Vale destacar ainda o papel que algumas espécies nativas desempenham nos SAFs: o tingui, o pau-do-urubu e o imbiruçu, árvores comumente encontradas nas áreas de roça, possuem alta produção de biomassa, que pode ser aumentada por meio de sua poda constante. Assim, ajudam a

incorporação de matéria orgânica ao solo, fertilizando-o e retendo umidade. Outras espécies com boa produção de biomassa são a leucena (*Leucaena leucocephala*) e a gliricídia (*Gliricidia sepium*), que têm sido utilizadas por poucos assentados, mas possuem grande potencial para adubação verde, produção de forragem e lenha.

A implantação dos SAFs, junto à abundante e diversa flora nativa do assentamento, favorece também a produção de mel, que está sendo feita por alguns assentados. Um deles mencionou a intenção de introduzir, nos SAFs, espécies melíferas como a astrapéia. O assa-peixe-branco é uma das espécies melíferas nativas encontradas especialmente nas áreas de tabuleiro. A produção de mel no assentamento Americana ainda é pequena, mas seu potencial é bastante grande, podendo ainda ser conciliada com o serviço ambiental de polinização.

A implantação de SAFs no assentamento pode contribuir para uma maior agrobiodiversidade (incluindo a valorização da biodiversidade nativa) e para uma maior heterogeneidade estrutural na paisagem. Estas agroflorestas podem funcionar como corredores ecológicos para diversas espécies, e como zonas-tampão, contribuindo para a conservação da biodiversidade em escala local e mesmo em escala regional, incluindo-se aí a conectividade com o Parque Estadual de Grão Mogol.

Quase todas as famílias assentadas fazem horta, e mantêm plantas em seus quintais para ornamentação, temperos e medicinais. Em geral, a horta é o único espaço de cultivo irrigado, portanto nela é plantada, algumas vezes, variedades de cultivos das quais se tem poucas sementes, para garantir que estas sementes não serão perdidas. A horta também é o único espaço de cultivo que deve necessariamente ser adubado, em geral com esterco curtido de gado, podendo ser usado também o esterco de galinha. Normalmente, a horta é feita no tempo da seca, e, no tempo das chuvas, os canteiros são ocupados pelo plantio de abóbora. As hortas têm sido incrementadas a partir de políticas públicas como o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável).

Outra prática importante dos assentados é deixar o cisco sobre o solo. O cisco é a matéria orgânica seca (folhas, restos de capina e de podas) chamada também de cobertura morta ou serapilheira. Ele contribui à qualidade do solo, pois retém umidade, protege-o contra a incidência direta de raios solares e fertiliza-o por meio da decomposição natural. A maior parte dos assentados declara que não queima o cisco, deixando-o incorporar ao solo

ou formando leiras (montes seguindo as curvas de nível); “a terra já é fraca, se colocar fogo, piora”, afirma um assentado não-GAC.

Alguns assentados têm feito experiências com alguns defensivos naturais: sete usam a urina de vaca, três usam homeopatia, e outros usam fumo, boldo, supermagro, mastruz, folha de mamona, pimenta e querobão. Nenhum dos assentados declarou utilizar agroquímicos. Isso se explica, em grande medida, pelo limitado acesso a estes produtos, devido à falta de recursos financeiros e à dificuldade no transporte. Foram relatados ataques de cupins e formigas, além de doenças de plantas, que, até o momento, não foram solucionados – para estes casos, os assentados aguardam orientação técnica. Até março de 2012, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial do assentamento Americana era responsabilidade da EMATER, tendo sido assumida desde então pelo CAA-NM. Importante mencionar também o apoio técnico oferecido aos assentados pelo Instituto de Ciências Agrárias da UFMG através do projeto “Controle fitossanitário alternativo em comunidades de pequenos produtores rurais no Norte de Minas Gerais”.

Os membros do GAC adquiriram, em 2012, o certificado do Instituto Biodinâmico (IBD), junto à Cooperativa Grande Sertão. Com esta certificação, será possível acessar novos mercados e obter melhores preços por seus produtos. Os Programas de Aquisição de Alimentos e de Alimentação Escolar (PAA e PNAE), por exemplo, pagam 30% a mais a produtores com certificação orgânica.

Aproveitamento da biodiversidade nativa: o extrativismo sustentável no Assentamento Americana

As espécies da flora nativa são fundamentais na estratégia produtiva do assentamento Americana, sendo aproveitadas na forma de alimentos, remédios, madeira e utilitários. Elas contribuem: à geração de renda pela comercialização de algumas espécies; à segurança alimentar das famílias, por meio do consumo direto de diversas frutas; à segurança medicinal, através de inúmeras espécies fitoterápicas; à segurança energética, por meio da lenha utilizada nas cozinhas do assentamento; à alimentação dos animais, através de capins e outras forragens; ao equilíbrio dos agroecossistemas, por meio do controle de pragas, da fertilização do solo, da retenção de umidade e da amenização de condições climáticas adversas

(geadas, insolação, temporais, ventanias).

As frutas que têm sido exploradas comercialmente estão listadas na Tabela 1. Estas espécies são valorizadas para consumo e para venda, o que tem estimulado seu manejo e plantio no Assentamento – mais de mil mudas e sementes de espécies nativas já foram plantadas pelo GAC, nas roças e quintais, muitas vezes em consórcio com outras plantas.

Tabela 1. Espécies nativas utilizadas comercialmente pelas famílias do Assentamento Americana. Fonte: dados da pesquisa.

Nome	Nome científico e família	Produto
Araçá	<i>Psidium araca</i> Raddi (Myrtaceae)	Doce, polpa congelada
Cagaita	<i>Eugenia dysenterica</i> DC. (Myrtaceae)	Polpa congelada
Coquinho-	<i>Butia capitata</i> (Mart.) Beccari (Arecaceae)	<i>In natura</i> , polpa
Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i> Gomez (Apocynaceae)	Polpa congelada
Maracujá	<i>Passiflora cincinnata</i> Mart. (Passifloraceae)	Polpa congelada
Panã	<i>Annona crassiflora</i> Mart. (Annonaceae)	<i>In natura</i> , polpa
Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i> Camb. (Caryocaraceae)	<i>In natura</i> , óleo, mudas
Rufão	<i>Tontelea micrantha</i> (Mart. ex Schult.) A.C. Smith. (Celastraceae/Hippocrateaceae)	Óleo

Dentre as espécies nativas utilizadas no assentamento Americana, destaque maior deve ser dado ao pequi (*Caryocar brasiliense*). Chamado também de “o Rei do Cerrado”, sua importância alimentar, econômica e cultural se espalha por praticamente todo o grande território do bioma. No assentamento Americana, o pequi é explorado por meio da produção de óleo, da venda *in natura* e do consumo direto. Entre 2002 e 2010, a venda de óleo de pequi gerou cerca de R\$ 3.500,00 aos membros do Grupo Agroextrativista. Os membros do GAC muitas vezes organizam mutirões para a coleta do pequi. Duas famílias do Assentamento, que não fazem parte do GAC, já arrecadaram, respectivamente, R\$ 1.200,00 e R\$ 2.000,00 em uma só safra, vendendo pequi *in natura*, na beira da estrada que corta o Assentamento e em feiras livres e a compradores que vêm ao assentamento. As próprias mudas do pequi estão sendo comercializadas – um agricultor do GAC já vendeu aproximadamente cem mudas, obtendo cerca de mil reais. A demanda por estas mudas tem sido cada vez maior, possibilitando assim uma renda adicional aos agricultores que as estão produzindo, e multiplicando benefícios ambientais na região. Nos lotes do Grupo, mudas de pequi têm sido

plantadas e cuidadas – até 2010, cerca de 270 foram plantadas, com sobrevivência de mais da metade.

O coquinho-azedo (*Butia capitata*) é uma das frutas nativas mais apreciadas no Norte de Minas, principalmente na forma de suco. A palmeira, que atinge a altura máxima de quatro metros, possui grande potencial como espécie ornamental, e, segundo alguns assentados, também tem propriedades medicinais. No Assentamento Americana, a população de coquinho é relativamente pequena, e os pés estão esparsos. As mulheres do GAC inovaram misturando a polpa do coquinho ao iogurte produzido por elas, resultando em um “iogurte caseiro aromatizado” de excelente qualidade.

Dentre as espécies nativas de valor comercial, o coquinho-azedo é talvez a que requer mais cuidados no manejo, pois, além de sua população no Assentamento ser pequena, suas flores e frutos são apreciados pelo gado, exigindo o apartamento destes animais na época de sua floração e frutificação. Os membros do GAC que compartilham uma área de Manejo Extrativista para solta de gado, entre a Boa Vista e a Garça, mencionam a possibilidade de cercar uma área onde ocorre um maior adensamento de coquinho-azedo, para proteger os espécimes do pastoreio. O coquinho-azedo foi, até 2010, a espécie nativa mais plantada pelas famílias do GAC – cerca de 410 mudas, e com a melhor taxa de sobrevivência (mais de 70%). Embora cada pé demore cerca de oito anos para começar a produzir, espera-se um aumento significativo da produção de coquinho-azedo no Assentamento em um futuro próximo. Os pés de coquinho costumam ocorrer entre os sopés das áreas de tabuleiro e as bordas das áreas de baixada.

O rufão (*Tontelea micranta*) é a espécie extrativista que mais tem gerado renda no assentamento Americana, por meio da venda de seu óleo: cerca de R\$ 10 mil, entre 2002 e 2010, para oito das famílias assentadas. De suas sementes se extrai um óleo de grande valor medicinal: cicatrizante, ajuda na cura de reumatismos e de problemas do aparelho digestivo, além de várias outras propriedades – como costumam dizer os Geraizeiros, o óleo do rufão “serve pra tudo que se imaginar!”. Cada litro chega a ser vendido a R\$ 250,00, e a procura tem sido grande, toda ela no mercado informal. A polpa do fruto pode ser comida *in natura*, e é apreciada também pelo gado e por animais como o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) – é comum, no Assentamento, encontrarmos fezes desse animal com sementes do rufão. Alguns

membros do GAC já estão produzindo mudas do rufão, para plantar próximo às casas, pois a maioria dos pés se concentra nas chapadas das áreas de Reserva Legal e de Manejo Extrativista. A maior parte dos assentados afirma coletar o rufão, seja para comer ou para tirar o óleo, para uso próprio ou para venda. Foi mencionado também o uso medicinal de sua raiz.

O panã (*Annona crassiflora*), conhecido também como araticum, é outra fruta nativa bastante apreciada pelo povo do Gerais. Cerca de 1,6 ton de panã foi entregue à Cooperativa Grande Sertão entre 2002 e 2010. A polpa do panã também tem sido utilizada na produção de iogurte caseiro aromatizado. Algumas famílias vendem o panã *in natura*, na feira de Grão Mogol ou na beira da estrada. Cerca de 120 mudas de panã foram plantadas por membros do GAC, com uma taxa de sobrevivência de quase 60%.

Existem no assentamento Americana diferentes espécies de maracujás nativos (*Passiflora* sp.), sendo *P. cincinnata* a mais comum. Cinco famílias do GAC costumam vender para a Cooperativa Grande Sertão, que produz sua polpa congelada. O maracujá-nativo se multiplica rapidamente, em especial nas áreas de baixada, e, além do valor alimentício, possui grande potencial ornamental.

O araçá (*Psidium araca*) é frequente nas áreas de baixada, em especial na Boa Vista. O araçazeiro se multiplica rapidamente pelas raízes (propagação vegetativa); o manejo, portanto, consiste na realização de podas, para potencializar a produção de frutos dos pés. De 2005 a 2010, os assentados do Grupo Agroextrativista forneceram cerca de 4 toneladas de araçá para a Cooperativa Grande Sertão, o que gerou uma renda de quase R\$ 2,5 mil. As mulheres do Grupo têm feito doces de araçá em barra, conquistando muitos apreciadores e gerando uma renda adicional de cerca de R\$ 1.000,00 entre 2006 e 2010.

A cagaita (*Eugenia dysenterica*) é uma fruta suculenta, da qual pode ser feito suco, sendo também processada e vendida na forma de polpa congelada pela Cooperativa Grande Sertão. Entre 2002 e 2010, quatro membros do GAC coletaram cerca de 1260kg da fruta. A safra da cagaita é muito sensível à irregularidade das chuvas – no assentamento Americana, de 2007 a 2011 não houve um período de frutificação que viabilizasse uma coleta em maior escala.

Das frutas fornecidas à Cooperativa Grande Sertão, a mangaba é a que ocorre em menor quantidade no assentamento – a maior concentração de mangaba identificada pelos membros do GAC corresponde a somente

12 pés, em Área de Manejo Extrativista entre a Boa Vista e a Branca, próxima à sede da Associação do Assentamento. Diversas outras espécies frutíferas nativas são aproveitadas no Assentamento, ainda em pequena escala, mas com potencial para adquirirem valor comercial. É o caso da fruta-de-leite (*Pouteria torta*), jatobá (*Hymenaea stagnocarpa*), murici (*Byrsonima coccolobifolia*), cajuzinho (*Anacardium* sp.) e coco-católé (*Attalea geraensis*).

Sabe-se que o Cerrado é uma verdadeira “farmácia viva”, e centenas de suas espécies vegetais têm propriedades fitoterápicas. As famílias do Assentamento Americana utilizam plantas medicinais nativas para tratar diversas enfermidades, sendo que alguns assentados são raizeiros, e produzem garrafadas, xaropes, pomadas, tinturas e chás. Vários assentados já passaram também por cursos relacionados ao tema, dessa forma podendo aperfeiçoar o uso e manejo das plantas medicinais. O GAC dispõe de uma “farmacinha comunitária”, que consiste em uma estrutura básica de produção e armazenamento de fitoterápicos, e onde se encontra cerca de 40 tipos de remédio. Diversas pessoas do Assentamento e da região já receberam o atendimento dos raizeiros do Grupo. Dentre as plantas mencionadas pelos assentados, destaca-se: unha d’anta, barbatimão, arnica, pacari, salva-vida, rufão, quina-de-papagaio, pau-terra, amarelinha, canguçu, cervejinha, dom-Bernardo, pau-fede, sapé, tibórnia, violeiro. Algumas destas plantas são usadas também para o tratamento de animais domésticos.

Dentre as espécies madeireiras encontradas no Assentamento Americana, algumas são consideradas de excelente qualidade: aroeira, imbiruçu-paulista, jacarandá, jatobá, mussambé, pau-fede, pau-terra, pequi, sucupira, unha-d’anta, vinhático. Algumas dessas espécies possuem outros usos prioritários (alimentação, medicina), portanto sua madeira só deverá ser usada quando secar naturalmente, ou quando houver necessidade de corte por outro motivo. Algumas delas já estão sendo plantadas, como a aroeira. Outras são naturalmente abundantes no Assentamento, e estão sendo manejadas, como sucupira e pau-terra. Pretende-se ainda introduzir espécies exóticas de crescimento mais rápido, como canafístula, cedro e eucalipto, preferencialmente em sistemas consorciados. Alguns membros do GAC vêm estabelecendo sistemas produtivos que incluem o plantio e manejo de espécies madeireiras exóticas e nativas, como forma de garantir provisão de madeira para construções, cercas etc.

A disponibilidade de lenha no Assentamento é bastante alta,

oriunda do secamento natural de galhos e árvores, da poda de árvores e da retirada de árvores para cultivos e pastos. As famílias assentadas não demonstram preocupação quanto à provisão de lenha para uso doméstico. Somente membros do GAC afirmam que, apesar da atual abundância de lenha dentro dos lotes e das áreas coletivas, é importante haver manejo e plantios para garantir este suprimento, já que há a perspectiva de aumentar o consumo com o incremento da produção de biscoito, rapadura e farinha, atividades que consomem muita lenha. Estes agricultores mencionaram algumas árvores e arbustos que possuem crescimento rápido e ciclo curto, e produzem lenha de boa qualidade: acácia, cura-olho, lombrigueiro, murici, santa-bárbara. Há ainda o carvoeiro (*Sclerolobium aureum*), tradicionalmente usado para lenha e carvão.

Gado, outras criações e animais silvestres no Assentamento Americana

A proposta do Assentamento Americana tem, no gado, componente central para a ocupação da paisagem e manejo do Cerrado. Excluindo-se as áreas de Reserva Legal (24,46% do Assentamento), baixadas e tabuleiros (cerca de 10%), mata seca (8%) e áreas de lagoas e afloramentos rochosos (3,3%), restam cerca de 54% de áreas de chapada, cobertas com vegetação campestre, em especial cerrado *sensu strictu* e cerrado ralo (MACIEL, CARVALHO, 2009). Cerca de 70% de cada lote, mais os 42% de Área de Manejo Extrativista, compõem esta grande área de campos naturais, que corresponde a quase dez mil hectares. A produção de cultivos agrícolas é difícil nestas áreas, devido à acidez dos solos. Por isso elas são destinadas ao extrativismo e à solta do gado, visando transformar o Cerrado nativo em fonte de renda e segurança alimentar.

A proposta de manejo de gado contida no PDA do Americana procura considerar diversos aspectos, como: densidade de cabeças por hectare, rotatividade de pastagens, aproveitamento dos pastos nativos, especificidades do ecossistema, raça do plantel. Desta forma, busca conciliar a presença deste importante componente no modo de vida camponês com a conservação da biodiversidade nativa. Tal proposta se baseia na pecuária tradicional dos “Geraizeiros” aliada a técnicas de manejo fundadas na agroecologia. Ela inclui as áreas de manejo extrativista e as áreas de chapada no interior dos lotes, prevendo a ausência de corte

raso, a não-introdução de capins exóticos e também o adensamento de espécies nativas úteis por meio do plantio. O gado predominante na região, chamado de pé-duro ou curraleiro, que são variedades mestiças nas quais a presença genética do Nelore é significativa, apesar de apresentar baixa produtividade, tem grande resistência e adaptação às condições climáticas e ambientais locais. No Assentamento Americana, há ainda criações de outros animais domésticos: galinhas, porcos, eqüinos, caprinos, abelhas (*Apis mellifera*).

Por ter grande parte da sua área coberta com vegetação nativa, o Assentamento Americana abriga muitas espécies de animais silvestres. Das espécies animais encontradas no Assentamento, o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o veado campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*) e o pássaro azulinho (*Porphyrospiza caerulescens*) são tidos como “quase ameaçados”, enquanto os pássaros capacetinho-do-oco-de-pau (*Poospiza cinerea*) e bico-virado-da-caatinga (*Megaxenops parnaguae*) são considerados “vulneráveis”, segundo a Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas.

A presença do lobo-guará foi relatada por ao menos 27 assentados, e a mesma pode ser comprovada por meio de filmagem feita por um técnico do CAA-NM junto a um assentado. Foi identificado que o lobo-guará se alimenta de frutos do rufão, pois as sementes desta espécie são encontradas em suas fezes; é possível que o animal seja um dispersor desta planta. Há também no Assentamento densidade significativa de alimentos para o lobo-guará, como a lobeira (*Solanum lycocarpum*), cujo fruto é um dos principais itens de sua dieta, e da pinha-do-guará (*Duguetia fufuracea*). Espera-se que a área do Assentamento, somada às áreas preservadas do entorno, possa contribuir para a conservação da espécie na região.

Foi identificado que alguns animais nativos presentes no Assentamento Americana se alimentam das plantações. Na maioria dos casos, estes animais não chegam a causar prejuízo, e diferentes declarações de agricultores e agricultoras demonstram sua tolerância: “a gente planta não é só pra gente”; “não ligo, eles não têm braço pra trabalhar”; “não trabalha, tem que comer mesmo”; “os bichinhos estão com fome”; “eles estão precisando”; “eles têm direito”; “eu divido o pão”; “eu planto é muito, o que sobrar...”. O Assentamento Americana pode ser pensado como locus de reprodução e trânsito de diversas espécies de animais silvestres, onde sejam integrados os conceitos de paisagem (corredores, fluxo gênico) com o de manejo (conservação, uso direto e indireto de determinadas espécies).

Considerações finais

O bioma Cerrado e a região Norte de Minas vêm sofrendo grandes impactos nas últimas décadas: assoreamento de rios, secamento de nascentes, perda da biodiversidade, compactação dos solos, desertificação. O plantio de monoculturas, bem como outras intervenções de larga escala – barragens, mineração, grandes desmates para produção de carvão – são visivelmente insustentáveis, pois causam a degradação dos recursos naturais sem sua recomposição. Os principais prejudicados por tais impactos são as populações camponesas que dependem da integridade dos ecossistemas para produzir e viver. Os camponeses do Norte de Minas têm uma história secular de convivência nos ecossistemas da região, e, portanto, guardam elementos capazes de potencializar formas sustentáveis de ocupação e manejo das paisagens e territórios. Os camponeses do Cerrado norte-mineiro, identificados como “Geraizeiros”, possuem práticas produtivas e formas de ocupação da paisagem que levam em consideração as potencialidades e limitações de cada ambiente, facilitando a sustentabilidade das atividades aí desenvolvidas.

O Assentamento Agroextrativista Americana foi concebido com base nos princípios da agroecologia e do modo de vida tradicional geraizeiro, donde se destacam o extrativismo e a pecuária. Além de tais princípios serem considerados adequados para a conciliação entre produção, qualidade de vida e preservação ambiental, existe também a intenção, prevista em seu PDA, de tornar o Assentamento Americana uma referência, ou um modelo, para a ocupação dos ecossistemas do Cerrado (CAA-NM, UFMG, 2002). O Assentamento Americana é uma proposta de reforma agrária no Cerrado que se alicerça no contexto específico da região, tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural, social e econômico. Busca conciliar a geração de benefícios sociais e econômicos com a sustentabilidade dos agroecossistemas e dos serviços ambientais. Dentre as famílias assentadas, um grupo se destaca na dedicação à proposta original do Assentamento, se organizando em torno da OSCIP Grupo Agroextrativista do Cerrado.

Assim, foram identificados, no estudo da experiência do Assentamento Americana, elementos que contribuem ao debate sobre campesinato e Agroecologia no Cerrado. A origem da família assentada, incluindo sua tradição cultural e sua formação política,

influencia diretamente na adoção de práticas agroecológicas e na ênfase no manejo extrativista. Neste caso, considera-se que a formação política – vinculada, originalmente, às CEBs e, mais recentemente, aos STRs e ao CAA-NM – tem maior peso do que a tradição cultural, visto que muitos “Catingueiros de origem” adotaram as práticas agrícolas Geraizeiras por vínculo ao movimento político agroecológico, ao passo que muitas famílias oriundas de áreas de Gerais não aderem às práticas agroecológicas.

Foram ainda identificados elementos nas práticas agropecuárias e extrativistas desenvolvidas pelas famílias assentadas que podem contribuir no debate e desenvolvimento de práticas de manejo do Cerrado. O alto nível de agrobiodiversidade, o estabelecimento de sistemas agroflorestais (SAFs), a adoção de faixas de vegetação nativa no meio dos cultivos e pastos e o manejo pecuário que inclui áreas de vegetação nativa são práticas que tendem a conciliar produção e conservação da biodiversidade. Contudo, devem ser realizadas pesquisas ecológicas e agrônômicas de longo prazo para que os efeitos positivos de tais práticas sejam averiguados, podendo assim ser aperfeiçoados.

Figura 5. Sistema agroflorestal do Assentamento Americana, onde se vê plantio de abacaxi em meio ao Cerrado nativo e outros cultivos.



Referências

BRASIL. Constituição (1987). Portaria nº n.627, de 30 de julho de 1987. **Cria Modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista.**: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

CAA-NM; UFMG. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Americana. Montes Claros:** Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2002, 99p.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros y biodiversidad en el Norte de Minas Gerais:** la contribución de la agroecología e de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. Dissertação de mestrado, Universidad Internacional de Andalucía, Espanha, 1998, *mimeo*.

DAYRELL, C. A.; L., A. **Fazenda Americana:** Estudo de Viabilidade e Propostas de Assentamento Rural. Montes Claros: Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional 06. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, 1999, 15p.

DAYRELL, C. A.; SANTA ROSA, H. Narrando o enredamento das populações do sertão norte-mineiro e do CAA: uma trajetória de 20 anos. **Revista Verde Grande**, v.1, n.3, 2006, p.52-73.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006 - Minas Gerais.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. http://www.ibge.gov.br/estadosat/download/mg_censoagro.csv

MACIEL, L. M. M.; CARVALHO, A. P. F. Mapa de adequação de uso das terras como subsídio à elaboração de trabalhos de gestão ambiental em projetos de assentamento, estudo de caso PA Americana, município de Grão Mogol-MG. **Espaço & Geografia**, v.12, n. 2, 2009, 243:269.

MAZZETTO-SILVA, C. E. Ordenamento territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.19, jan/jun. 2009, p.89-109.

NOGUEIRA, M. C. R. **Gerais a dentro e a fora:** identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2009, 233p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. In: LUZ, C DAYRELL, C.. **Cerrado e desenvolvimento:** tradição e atualidade. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. 2000, p.19-46.

RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do sertão:** o Cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 480p.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS DA EXPANSÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E DA EDUCAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO ESTADO

Rosângela Pereira de Oliveira¹
Ilma Ferreira Machado²

Resumo: Este artigo pretende discorrer sobre práticas educativas na educação do campo por meio da Pedagogia da Alternância no Estado do Espírito Santo. O estudo se pautou em metodologia de pesquisa qualitativa e na técnica da análise documental e da observação da prática pedagógica. O ponto de observação é uma escola Estadual que forma técnicos em agropecuária de forma integrada a formação em nível médio. Buscamos entender a educação como espaço de construção da participação sócio-política dos atores sociais camponeses visualizando nessas experiências o fomento à democracia e práticas educativas inovadoras. Após anos sendo relegada, compreendida como secundária, atrasada, e até mesmo desimportante, cujos conhecimentos e práticas muitas vezes foram desprezados, a educação do campo tem sido, recentemente, objeto de estudos e de políticas públicas no Brasil, apresentando práticas de resistência contra o projeto neoliberal. O Espírito Santo, influenciado pelo movimento de educação popular que nas décadas de 50 e 60 se espalhou pelo Brasil e América Latina, pode ser considerado como o berço de resistências e apresenta desdobramentos contundentes principalmente por meio da assunção da Pedagogia da Alternância (PA) como uma prática educativa própria e apropriada aos povos do campo.

Palavras-chave: Educação do campo, Pedagogia da Alternância.

¹ Mestra em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Aluna – IFES- Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Pedagogia da Alternância - Campus Barra de São Francisco lato sensu, Professora Ciências Humanas na Escola Municipal Comunitária Rural Pe Fulgêncio do Menino Jesus em Colatina no ES. Uma das precursoras da Pedagogia da Alternância para pela via pública no ES – ro.oliveira.clio@gmail.com.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1987), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e Pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina

Abstract: This article aims to discuss educational practices in the education field through the Pedagogy of Alternation in the state of Espírito Santo. The observation point is a state school that technical way in agriculture in an integrated way to training in high school. We try to understand education as building spaces of socio-political participation from camp social actors viewing these experiences promoting democracy and innovative educational practices. After relegated year being understood as secondary, delayed even as unimportant, with little scientific foundation, whose knowledge and practices were often despised, education field has recently been the subject of studies and public policies in Brazil, with practices resistance against overwhelming neoliberal wave that is established in the country. The Espírito Santo influenced the popular education movement in the 50's and 60's spread by Brazil and Latin America, it can be considered as the birthplace of resistance and shows striking developments mainly through assumption of Pedagogy of Alternation (PA) as a proper education and proper people to the field.

Keywords: Rural education, Pedagogy of Alternation.

Introdução

A educação, na perspectiva de ocupação do espaço escolar historicamente tem sido local de disputa: de um lado como consolidação da ideologia do modelo dominante, e de outro, na perspectiva de sua superação. Contexto sob o qual os movimentos sociais, especialmente os camponeses, vêm tencionar as relações sociais, propondo outra forma de organização política e econômica, estabelecendo os espaços educativos como estratégicos para alicerçar uma sociedade para além do Capital (MÉSZÁROS, 2009).

Neste texto enfocamos o tema da Educação Popular sob a perspectiva da Educação do Campo caracterizada na Pedagogia da Alternância, sua vinculação com o Estado elencando algumas possibilidades e entraves nesta intersecção, em um contexto onde estejam sendo construídos processos educativos que remetam a uma proposta de transformação social. A Pedagogia da Alternância integraliza-se como uma prática educativa intimamente vinculada concepção de educação popular e vem, desde sua formação na França no século passado, se expandindo pelo mundo, chegando no Brasil – no Espírito Santo, em 1969, vindo da Itália com apoio da Igreja Católica e tem se destacado nas últimas décadas;

principalmente no interior do movimento de Educação do Campo. Mesmo assim as pesquisas relacionadas a essa temática ainda são escassas.

O estudo se pautou em uma metodologia de pesquisa qualitativa, tendo como instrumentos a análise documental e a observação da prática pedagógica de uma escola. Nosso ponto de análise centra-se em uma escola pública estadual com curso técnico em agropecuária integrado ao nível médio, de onde se pretende enumerar instrumentos e práticas na organização do trabalho pedagógico que possam ser analisadas na perspectiva da educação popular. Buscamos compreender a Educação do Campo não como fim em si mesma, mas, se inscrevendo no rol de disputas dos modelos educativos que podem corroborar na construção de um projeto educacional como perspectiva para uma organização transformadora da sociedade.

Pedagogia da Alternância - um pouco de história

A Pedagogia da Alternância (PA) surge em um povoado agrícola (França:1935-1937) cuja a realidade agrária estava baseada na produção familiar, neste momento histórico, permeada pelo despovoamento das comunidades rurais que sofriam ainda o abandono por parte do Estado. As referências registram a história dessa Pedagogia destacando o diálogo de um pai, Jean Peyrat, com seu filho Yves, que decide não mais voltar aos cursos complementares pois compreende não lhe trazer nenhum conhecimento para responder suas questões do cotidiano, além disso havia o desejo de permanecer trabalhando com pai.

Convém lembrar que o mundo está em crise: período entre duas guerras; há contradições e resistência ao modelo político/econômico dominante assim como uma crise do modelo educacional e novas teorias da educação em expansão. A Europa encontra-se em fase de industrialização, nessa época. No campo o movimento SILON³ como organização de uma das frentes de ação da Igreja para se antecipar ao comunismo e proteger os camponeses quanto a face nefasta do capitalismo auxilia no processo de organização e reflexão dos agricultores. O pai

³ Na Europa em fase de industrialização, e o movimento Sillon foi uma das frentes de ação (motivada por uma encíclica papal na década de 30), uma forma de se antecipar ao comunismo e proteger os trabalhadores quanto a fase nefasta do capitalismo. Ao mesmo tempo revolucionária e conservadora. Tinha como princípio a defesa da democracia como condição para o progresso social; o movimento foi inspirador do sindicalismo agrícola francês, estimulando a solidariedade e a ação comunitária como princípios fundamentais da organização dos agricultores.

de Yves busca uma solução, juntamente com o padre da aldeia, l'Abbé Granereau, (integrante do movimento SILON). Portanto a PA surge já como uma contradição, ao mesmo tempo revolucionária e conservadora.

Eis a origem da primeira Maison Familiale Rurale (MFR), em 1935, em Lot-et-Garone, região Sudoeste da França. Os jovens, então, permaneceriam durante três semanas trabalhando em suas propriedades sob a orientação dos pais e ficariam reunidos durante uma semana por mês, estudando na casa paroquial. Neste tempo/lugar fariam um curso de agricultura por correspondência e, junto com este curso, receberiam uma formação geral, humana e cristã, orientada pelo padre. Assim nasce a Pedagogia da Alternância, onde se alternam tempos/lugares de aprendizado, sendo uma formação geral e técnica em regime de internato, em um centro de formação, e um trabalho prático na propriedade familiar e na comunidade (RIBEIRO, 2006a, p. 2). Daí também surge o termo monitor, o abade não se considerava um professor e sim um monitor que colaborava no entrelaçamento dos saberes dos tempos e lugares diferenciados (hoje, sessão e estadia).

Até 1940 já haviam vinte CFRs, momento em que há uma transição: os agricultores cortam a gestão da igreja e adquirem casa para o funcionamento do momento de sessão escolar. Daí o nome: Casas Familiares Rurais.

Surgem contradições quando na transição do modelo para a Itália, (1959) onde o movimento se torna mais ligado à igreja e ao Estado (ainda sofrendo os rescaldos do facismo) ao mesmo tempo com a autonomia das famílias, este projeto se expandiu para vários países em todos os continentes com as alterações na proposta educativa: Motivação de entidades privadas e públicas: Produção de alimentos; Escolas como laboratório técnico/produtivo (escolas com grandes propriedades subsidiadas); Escolarização: A escola como base da formação.

A história da PA avança com um viés laico e outro clerical, isto aconteceu também no Brasil. Chega no Brasil em 1969 no sul do Espírito Santo em um contexto de ditadura militar com a implantação dos grandes projetos econômicos que promovem também o Êxodo Rural. Surge com intermédio da Igreja, com o auxílio das Comunidades eclesiais de Base (CEBs). Relação com a Itália, o apoio de uma ONG italiana com uma política compensatória aos emigrantes que se encontram no Brasil. Tem, portanto, a participação dos agricultores, mas, também uma participação forte da igreja representada no Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) instalando-se no Brasil tendo como princípios originais:

- Formação em alternância; o método Ver-Julgar-Agir;
- Fenômenos da vida concreta como base da reflexão e ação;
- Formação integral;
- Participação ativa da família;

Tais princípios, encontraram eco na concepção de educação popular freireana.

Sob este viés percebemos que a PA no Brasil adquire uma peculiaridade, a introdução dos temas geradores, sob os quais se organizam as propostas pedagógicas. Além disso, muitos monitores que se vinculam às escolas bebem de fontes como Paulo Freire, Pistrak e Marx.

Quanto à expansão da PA no Brasil, com base em RIBEIRO, 2010 podemos enumerar: primeira Fase entre 70 e 80 promovida pelas Organizações eclesiais (privado filantrópico) no Norte e nordeste, caracterizando uma experiência mais próxima ao modelo francês no Brasil: Casas Familiares Rurais. Segunda fase entre 80 e 90 apresentam duas experiências inovadoras no norte do Espírito Santo: Escolas Famílias Rurais Públicas que seguem o mesmo modelo do MEPES, com a presença forte de entidades civis e religiosas. Uma terceira fase ocorre a partir de 2006, quando se inicia parceria entre as comunidades e poder público, primeiramente, municipal, e, depois, estadual, no processo de implantação de escolas comunitárias rurais: implementação parcial da pedagogia da alternância com uma nova sistematização do tempo da estadia.

Nos países onde a formação em alternância se expandiu os Centros Familiares de Formação em Alternância possuem uma organização escolar específica de aprendizagem e/ou qualificação profissional para os sujeitos do campo. Estão distribuídos por mais de 1300 escolas em 45 países dos 5 continentes. No Brasil, são encontrados nos seguintes Estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Amazonas, Bahia, Sergipe, Piauí, Ceará, Maranhão, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No Espírito Santo são 237 escolas em Pedagogia da Alternância, com Ensino Fundamental em Médio, 9.715 estudantes, 8904 famílias, 838 comunidades em 40 municípios com uma História de 47 anos⁴.

⁴ Segundo a Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo – RACEFFAES - XXVII Encontro de em Alternância do Espírito Santo Formação de formação Pedagógica dos Educadores e Educadoras dos CEFFAs – Oficina de aprimoramento de práticas pedagógicas na modalidade educação do campo, promovido entre os dias 21 a 23 de março de 2016

E em 2010 iniciou-se uma parceria inédita com o governo do Estado do Espírito Santo a fim de organizar a primeira Escola Estadual Comunitária Rural em nível médio integrado com curso técnico em agropecuária, respaldando-se no Parecer CNE/CEB Nº 1/2006, que afirma que:

A educação para o meio rural brasileiro, isto é, a Educação do Campo, considerando-se as dimensões do país, a imensa diversidade que o caracteriza e a extrema desigualdade entre as oportunidades educacionais oferecidas no meio urbano e no meio rural, está a merecer uma atenção prioritária.

E, acrescenta:

Mas é indubitável que os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), nas formas de Escolas Famílias Agrícolas (EFA), Casas Familiares Rurais (CFR) e Escolas Comunitárias Rurais (ECOR), pela sua expansão – 217 escolas em perto de vinte estados brasileiros, apresenta-se como uma alternativa bem-sucedida e bem avaliada, uma vez que a introdução da EFA no Brasil, pelo Estado do Espírito Santo, data de 1969.

Ressaltamos que as escolas que estão adotando a Pedagogia da Alternância em Colatina-ES são modalidades de CEFFAs inéditas entre as experiências existentes no Brasil, pois mesmo adotando os Princípios da Alternância têm uma dinâmica diferenciada de alternância no tempo (sessão-estadia).

A alternância é uma pedagogia no espaço e no tempo que busca aprofundar práticas educativas que concebem o ser humano em sua integralidade, representa ir além de estudar a realidade atual e impregnar-se com ela; visa, por meio de uma pedagogia conscientizadora, articulada ao mundo do trabalho, que conhece e, ao mesmo tempo distancia-se da realidade atual com vistas à formação integral do jovem promover, sob os princípios de educação popular, espaços de formação emancipadores para a sociedade.

As Intersubjetividades na Escola Estadual Comunitária Rural de Ensino Médio Integrado Técnico em Agropecuária. Ecor – Colatina

Para compreendermos o que acontece de diferente e até revolucionário,

nesta escola precisamos conhecer um pouco de sua história, mas também de sua materialidade. A história nos coloca no contexto sob o qual tal materialidade foi e está sendo construída. E, olhando para a realidade atual, podemos antever as possibilidades. Como denúncia ao processo de deseducação vigente de uma proposta mercadológica de ensino e educação sob o verniz neoliberal, contrapondo-se existem práticas que apontam para o anúncio de novas possibilidades.

Percebemos, por exemplo, esta contraposição, na organização do trabalho pedagógico nos Centros de Formação em Alternância. Na EECOR, em Colatina-ES conforme aponta seu Plano de Curso:

A Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2010, inicia o processo de implantação dos dois CEFFAs (Centros Familiares de Formação em Alternância): Escola Municipal Comunitária Rural – EMCOR São João Pequeno e EMCOR Padre Fulgêncio do Menino Jesus, com formação para os educadores, adequação do espaço físico, bem como todas as providências exigidas para o funcionamento das escolas com a metodologia da Pedagogia da Alternância.

Inicialmente, escolas públicas municipais passam a organizar-se sob os princípios da alternância, modificando suas organizações curriculares e metodológicas de forma pioneira. Conforme indica o Plano de Curso para criação e aprovação da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio com Habilitação em Agropecuária, na Escola Estadual Comunitária Rural de Colatina no sistema da Pedagogia da Alternância houve um engajamento das comunidades. Quando os estudantes passam a ter formação até as séries finais do ensino fundamental em alternância, as famílias passam a pleitear também tal formação em nível médio, mas não só isto, ensino médio integrado com curso técnico em agropecuária:

[...] Diante dos resultados já sentidos pelas famílias dos estudantes, nasceu a preocupação sobre a continuidade dos estudos no Ensino Médio seguindo a mesma metodologia das EMCOR's (...). Diante dessa solicitação a Secretaria Estadual de Educação e a Superintendência Regional de Educação de Colatina, em visita à região, e em conjunto com a comunidade escolar, definiram todos os requisitos necessários para que a Escola Estadual Comunitária Rural iniciasse as atividades letivas do ano de 2012, oferecendo a Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio com habilitação em Agropecuária, fundamentada nos princípios da Pedagogia da Alternância.

Portanto, ao relatarmos a experiência no Centro de Formação em Alternância de Colatina-ES – EECOR, temos o propósito também de registrar um processo, se não de reconhecimento e assunção do Estado às práticas relacionadas aos fundamentos da educação popular; um processo de “ocupação” deste mesmo Estado com práticas educativas sob um viés emancipatório. Sob este enfoque poderíamos inferir a possibilidade inédita de expansão pela via pública para outras formas e modalidades de ensino uma perspectiva para aprofundar as brechas da crise estrutural do Capital (MÉSZÁROS, 2009), vindo a questionar e colocar em cheque o discurso sob o qual ao Estado é impossível propiciar uma educação pautada nos princípios da educação popular. Porém, tal questionamento é colocado no contexto de uma concepção de Estado diferenciado da concepção de Estado burguês, questão que abordaremos mais à frente.

A partir deste pressuposto, a Escola Estadual Comunitária Rural de Colatina - EECOR tem em seu Plano do Curso de Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio uma ferramenta interessante para análise, além da própria materialidade onde acontece o curso.

O prédio para o curso tem duas salas. As atuais quatro turmas ocupam também duas salas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Comunitária Rural Padre Fulgêncio do Menino Jesus, com quem dividem o espaço. A implantação do curso deu-se gradativamente: uma turma de 1º ano, em 2012, 1º e 2º anos em 2013, 1º, 2º, e 3º anos em 2014, 1º 2º, 3º e 4º anos em 2015. Em 2014 houve uma modificação no curso, reduzindo para 3 anos a formação. A escola funciona, portanto, com duas organizações curriculares atualmente, uma com curso médio integrado, com duração de quatro anos e outra com duração de três anos

Atualmente, sete educadores atendem as quatro turmas de ensino médio, sendo um educador para cada uma das seguintes áreas de conhecimento: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Biologia e Química, Matemática e Física; há um agrônomo e um zootecnista para as disciplinas específicas do curso, e um educador para Educação Física. A escola tem 76 Estudantes (30 na primeira – 18 na segunda e 24 na terceira série, e ainda 4 estudantes na turma de quarta série do curso de quatro anos que formou a primeira turma em 2015 com 14 estudantes).

Os princípios e a organização do trabalho pedagógico desta escola vinculam-se ao trabalho como princípio educativo. É uma proposta construída coletivamente em favor da vida e em oposição às transformações necrófilas impostas pelo sistema do capital que considera o campo como

mero lugar de negócio, cuja expansão nos últimos 40 anos, adquiriu característica de financeirização crescente, intensificando, a partir da última década do século XX, os propósitos neoliberalistas, aumentando a desigualdade, a miséria e a fome, degradando e envenenando a natureza.

Instrumentos Pedagógicos:

Consideramos essencial para a compreensão do funcionamento da escola, e seus desafios, apresentarmos minimamente os instrumentos pedagógicos próprios da Pedagogia da Alternância que são desenvolvidos no aprofundamento do Plano de Curso, sendo eles:

1. **Plano de Estudo (PE):** O Plano de Estudo constitui o principal instrumento pedagógico da Pedagogia da Alternância através do qual as potencialidades da Alternância se viabilizam, tornando-se um ato concreto e fonte de reflexão, instrumento de mediação dialética da cultura popular e o conhecimento científico historicamente sistematizado. O Plano de Estudo é o instrumento que permite desencadear a motivação e a compreensão do significado político e social dos conteúdos em nível curricular. O Plano de Estudo respeita uma metodologia própria para sua elaboração do roteiro a ser pesquisado que envolve os estudantes desde a preparação para a pesquisa até a colocação em comum que é a apresentação dos elementos elencados na pesquisa dos grupos por região e a produção individual do relatório ilustrado, que compõe o Caderno da Realidade.

No limite argumentativo possível para este texto, tentaremos enumerar o cronograma que compõe a execução do PE: roteiro de elaboração aplicação e colocação em comum do PE.

O primeiro passo do PE é realizar a motivação com os estudantes para o tema. Esta motivação consiste em ornamentar a sala com materiais relacionados associando a mística que pode promover uma reflexão por meio de música, cartazes, leitura de poema, uma encenação etc. O objetivo é contribuir com a motivação geral para o tema e colaborar com a concentração dos estudantes e monitores.

O monitor/professor que acompanha a turma, ou o responsável pela área do conhecimento que mais se alinha com o conteúdo estudado (ou ainda os dois), promove questionamentos com os estudantes sobre quais fatos da realidade seriam importantes de pesquisar para abranger o tema de estudo proposto. Os estudantes então, se reúnem por grupos de região

(proximidade geográfica ou comunidade) e produzem um roteiro de observação e entrevista, também propõe a abrangência mais adequada a fim de compreender melhor o tema proposto.

O monitor/professor recolhe estes roteiros, analisa, sintetiza, seleciona, agrupa, ou acrescenta questões ou pontos de observação. O número de perguntas varia de acordo com o ano/série ou ciclo de formação humana. Entretanto, não é possível fazer um Plano de Estudo com menos de três perguntas, para seguir, no mínimo, a lógica do método:

- Fato concreto - são perguntas que trazem informações visíveis, mensuráveis, o que, quem, qual, quanto, quando etc.;
- Análise - são questionamentos que trazem a opinião ex.: como, quais pontos positivos e negativos, quais vantagens e desvantagens etc.;
- Comparação questões para relacionar o concreto com o histórico ex.: quais diferenças e semelhanças de antes para hoje, como estava antes e como está hoje, etc.);
- Reflexão - questões para pensar sobre as causas das coisas ex.: quais são os motivos das mudanças, o que levou a estes acontecimentos, etc.;
- Ideia Geral - perguntas para projetar o futuro ex.: o que estamos fazendo ou podemos fazer para melhorar, etc.

Tais ações fazem a elaboração do roteiro de pesquisa que será entregue para os estudantes. Precisar conter também o nome da escola, tema do PE, a introdução (conteúdo, motivação, hipótese e abrangência), as questões (pontos de observação e/ou acompanhamento e perguntas), espaço para assinaturas das pessoas com as quais o estudante realizará sua pesquisa, local e data.

Após a realização da pesquisa, que é feita na estadia, os estudantes voltam a se reunir nos grupos de região, na sessão subsequente, comparam e organizam suas respostas (pré-síntese), e, geralmente em forma de cartazes apresentam ao coletivo da turma – (colocação em comum). É neste momento que são retirados os pontos de aprofundamento (sob uma perspectiva freireana, estes seriam os temas geradores) sob os quais as áreas do conhecimento estarão organizando a análise científica dos fatos percebidos na realidade dos estudantes. É organizada uma síntese geral, que será produzida por estudantes ou pelo monitor de acompanhamento da turma, entregue cópias para todos os estudantes que as colocarão em seus respectivos Cadernos da Realidade – CR, juntamente com o roteiro do PE

e o relatório ilustrado da pesquisa.

2. Folha de Observação (FO) ou Ficha de Pesquisa (FP): A folha de observação ou ficha de pesquisa é um questionário organizado pelos estudantes e monitores com o objetivo de ampliar a investigação a cerca de um tema que não foi abordado. Tem uma abrangência menor que o PE, também comporá o CR do estudante.

3. Visita e Viagem de Estudo: a visita de estudo tem como função observar, conhecer e comparar uma realidade diferente da escola e de seu meio sócio profissional e/ou dar ênfase a uma realidade vivenciada pelo estudante, que diz respeito ao tema em estudo. A viagem de estudo tem a mesma função, porém aprofunda os Temas Geradores abordados durante o ano letivo. A viagem e a visita de estudo integram a atividade pedagógica da escola e se tornaram uma prática indispensável na complementação dos conhecimentos. Na visita e viagem de estudo o estudante observa, se informa, questiona e amplia um assunto. Elas são motivadas sempre pelos Planos de Estudos e planejadas pelos estudantes e monitores/professores acompanhantes da turma. Visitas e Viagens de estudo são práticas que proporcionam aos estudantes fazer a comparação de suas análises nos PEs com uma outra realidade. Além disso, coloca também em construção coletiva do conhecimento, já que os PEs, FPs e FOs o estudante realiza só. A preparação para visitas e viagens de estudo também contém elementos da elaboração de PE, além de incluir como atividade pedagógica a própria preparação para a visita/viagem com os estudantes: como será a logística, se é necessário planejar ou preparar alimentação, como será a organização no transporte, quem fará a apresentação da turma, os questionamentos etc.

4. Intervenção e Palestra: garante o contato do estudante com as experiências de pessoas que vivenciam situações ligadas ao Tema Gerador. Ela é realizada em forma de conversas, depoimentos e palestras realizadas no momento de sessão escolar. Esta atividade pode ser feita por membros da comunidade que tenham domínio do tema, ou por representantes de entidades, fundações, sindicatos etc.

5. Cursinhos: realizado na escola com o entrelaçamento de diferentes áreas do conhecimento em torno de um tema convergente os estudantes aplicam o conhecimento teórico assimilado nas áreas através da prática,

complementando assim, as atividades práticas para a vida do meio rural.

6. Experiências Agropecuárias Sessão/Estadia: os estudantes realizam a experiência na sede da escola e no local onde realiza estadia. No local onde o estudante realiza a estadia, ele é o protagonista desta atividade, pois ele planeja, executa, acompanha, busca soluções, compara, avalia e relata em parceria com sua família ou com quem acompanha sua estadia. Na sede da escola o planejamento é realizado pelo monitor/professor e estudante e as atividades de execução, observação e acompanhamento são realizadas no coletivo dos estudantes. Ambas atividades geram um relatório, sendo que a experiência na estadia exige também um momento de socialização com a turma: a apresentação da experiência da estadia quando o estudante apresenta sua pesquisa apontando pelo menos uma situação problema e propõe alternativas para resolvê-la.

7. Atividade de Retorno (AR): tem como finalidade proporcionar às estudantes condições de comprometimento cada vez maior com o seu meio e, ao mesmo tempo, construir reconhecimento e autovalorização. O Plano de Curso prevê atividades de retorno planejadas, sistematizando conhecimentos resultantes de uma reflexão feita através do aprofundamento dos conhecimentos vivenciais. Possibilita ao estudante encontrar possíveis alternativas para as dificuldades do meio em que vive.

8. Caderno da Realidade (CR): O Caderno da Realidade é o instrumento de registro dos conhecimentos sobre a realidade mais próxima da vivência do estudante. Nasceu da necessidade de sistematizar a pesquisa; nele o jovem registra todas as suas reflexões e estudos aprofundados através dos instrumentos pedagógicos. Organizado como um portfólio em uma pasta catálogo, é o elemento que permite a sistematização racional da reflexão e ação provocadas pelo Plano de Estudo. É o “lugar” onde ficam ordenadas as informações, experiências realizadas na sessão e estadia. Representa: tomada de consciência e uma particular percepção da vida cotidiana do estudante; desenvolvimento da formação geral, porque retrata a história da família, da terra que trabalha, da comunidade e de outros aspectos que compõem a estrutura familiar; o compromisso com a transformação da realidade vivida pelo estudante, através do processo de tomada de consciência e análise sistematizada dessa realidade; um elemento de orientação profissional, porque as reflexões que são registradas são frutos

do trabalho do jovem, da vida profissional e social da família⁵.

Todos os Conteúdos Vivenciais (PEs, FOs, FPs, intervenções, cursinhos, ARs, visitas e viagens de estudos) são registrados no Caderno da Realidade por meio de relatórios ilustrados. Nele pode-se acompanhar a evolução do estudante nos ciclos de formação.

9. Vida de Grupo - auto-organização dos estudantes: o papel da escola não é apenas formar, mas suscitar os interesses dos jovens contribuindo para organizá-los, ampliá-los e relacioná-los aos interesses sociais (PISTRAK, 2002); suscitar a reflexão: dos interesses individuais aos interesses coletivos. Cabe à escola “transformar as emoções dos estudantes em fatos sociais, cimentando com base nisso o coletivo” (idem, p. 178) escolar, permite aos jovens um amplo desenvolvimento do trabalho coletivo, um exercício da vida social, pois é imprescindível despertar no estudante a atividade, a iniciativa coletiva, a responsabilidade e o seu protagonismo, organizando o ambiente educativo e a vida no coletivo de maneira que permita aos estudantes, autodisciplina, recriando valores importantes para a vida. Para isto os estudantes se organizam de forma associativa.

É por meio da participação na Associação de Estudantes que é organizada a vida escolar através das comissões, tendo como ponto forte desta organização a sistematização das normas da Vida de Grupo. São os estudantes, organizados em comissões, com apoio dos monitores que organizam os acordos coletivos de convivência. Neste espaço de gestão participativa que os estudantes desenvolvem as habilidades de coordenar e ser coordenado auxiliando a escola no cumprimento de uma de suas finalidades: a formação Integral. Atualmente na EECOR, as nove comissões têm como primeira atividade, no início da sessão reunir as comissões para planejar a sessão. São comissões de auto-organização: Cultura e mística, Esporte, Ambiente Educativo, Estudo, Tarefas, Agropecuária, Transporte, Saúde, Alimentação.

10. Estágios Supervisionados: realizados no curso de 4 anos a partir do 3º ano, e no de 3 anos a partir do 2º ano, visa proporcionar ao jovem experiências práticas significativas em sua formação;

⁵ Esta descrição foi elaborada com base na análise do plano de curso e da proposta pedagógica da escola

11. **Projeto Profissional do Jovem:** apresentado no final da 4ª série, (no curso de 4 anos) e na 3ª série (no curso de 3 anos), orientados pela disciplina Planejamento e Projeto. O PPJ é visto como resultado concreto da formação dos jovens sendo indicador das aprendizagens ao longo do processo. A elaboração do projeto ao longo do processo de formação torna o mesmo um importante instrumento de pesquisa, de reconhecimento pelo próprio jovem das práticas da sua família e, de forma mais geral, da agricultura familiar, assim como de aplicação dos conteúdos do plano de curso. Mais do que isso, estimula os jovens para que sejam sujeitos sociais e se identifiquem com o meio em que vivem. O projeto deve ser, portanto, um instrumento que contribua para que o estudante, partindo da identidade do grupo familiar, dos seus objetivos e planos de futuro, respeitando seus princípios e seus valores, perceba a unidade de produção da sua família ou a comunidade em que vive como espaços para empreender uma alternativa viável a sua realidade.

O projeto deve também permitir, concomitantemente, o entendimento sobre a necessidade de ampliar horizontes e de construir redes de relações que viabilizem iniciativas inovadoras para o local, seja em termos de produtos (diversificação), de processos de produção, beneficiamento, transformação ou comercialização, ou, ainda, de formas de organização dos produtores. Por isso, a escolha do tema do projeto é fundamental, ao estimular um esforço de compreensão da relação entre os interesses e escolhas dos jovens e as preferências de sua família, assim como para pensar melhor o ambiente (interno e externo) em que pretende projetar. Depois disso, o processo de construção do projeto deve resultar em um instrumento efetivo de viabilização de oportunidades de geração de trabalho e renda. Não se trata apenas de um “exercício escolar”, ou de um “requisito parcial para a conclusão do curso”, mas de um trabalho de conclusão de curso como recurso efetivo para que o jovem projete e crie oportunidades e, depois, realize ações para viabilizá-las.

12. **Atividades Práticas:** As atividades práticas são realizadas na Escola, são as tarefas distribuídas conforme os setores de atividades: agropecuária, esporte e lazer, pátio, instalações e alimentação. São planejadas e executadas pelos estudantes, sob a orientação e acompanhamento dos monitores/professores, tendo em vista o processo da auto-organização. Para a realização dessas atividades é feito o planejamento semanal, observando alguns critérios, como: rodízio dos grupos de trabalho, faixa

etária dos estudantes, gênero e condições físicas dos estudantes, a estrutura física da Escola além do caráter pedagógico das atividades, estimulando nos estudantes o interesse em buscar melhoria na ocupação do espaço e mesmo a percepção da vocação profissional e a profissionalização.

13. **Reuniões e visita às famílias:** também se constituem um importante meio de diagnosticar e analisar o desenvolvimento dos parceiros da formação, especialmente os estudantes. Como são momentos de caráter pedagógico, fortalece os laços de compromisso e afetividade, criando um ambiente de segurança para manifestar tanto as potencialidades do meio familiar quanto às dificuldades, tendo a mesma recíproca por parte dos monitores/professores. Através dessas atividades a escola também pode desenvolver o processo de Assistência Técnica e Extensão Rural.

14. **Caderno de Acompanhamento:** especialmente pensado com o fim de contribuir para o planejamento das sessões e estadias, local onde os estudantes registram as atividades sessão/estadia. Serve também como meio de comunicação entre os parceiros, família e escola.

O estudo da ciência, a base curricular, é distribuído nas áreas do conhecimento:

Linguagem Códigos e suas Tecnologias: Língua Portuguesa, Arte e Educação Física; Língua Estrangeira – Inglês e/ Espanhol (no caso da EECOR apenas inglês) - e Informática;

Ciências da Natureza: Química, Biologia e Física;

Matemática: Matemática;

Ciências Humanas e suas Tecnologias: História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

É possível, e muitas vezes necessário, que devido a especificidade da disciplina, tenham mais de um professor/monitor na área, por exemplo, o professor de educação física, na área de linguagem, ou de língua estrangeira. Entretanto, como o planejamento das atividades é feito de forma coletiva, com base em temas geradores, as avaliações, também o são, de forma que o objetivo da área do conhecimento como um todo seja atendido.

O estudo por áreas do conhecimento na proposta pedagógica desta escola tem como propósito entender o meio num contexto global, partindo do conhecimento empírico para as áreas do conhecimento científico, do

mais próximo para o mais distante, projetando assim uma nova visão crítica de sua realidade, busca a transformação do meio, através da formação dos jovens, contextualizando a teoria e a prática. Logo, também é um instrumento dialético.

Como Finalidade, estudo por áreas podemos elencar:

1. Trabalhar a ciência de forma contextualizada, visando à transformação da realidade;
2. Entender a relação do mundo social, natural e cultural e que os fenômenos do meio não são isolados e fragmentados;
3. Mudar a concepção fragmentária para uma concepção unitária do conhecimento;
4. Promover a construção do conhecimento de forma coletiva e democrática;
5. Sistematizar a integração das áreas garantindo a interdisciplinaridade;
6. Contribuir a compreensão da metodologia das partes que compõem o roteiro do projeto, fundamentando como uma forma de apoio ao trabalho do projeto profissional.

O que vemos até aqui é uma análise documental dos registros da escola sobre sua formação, e sua organização do trabalho pedagógico:



Fonte: RACEFFAES.

Outro instrumento importante, na PA, é o que se refere a avaliação, que é considerada processual e é bastante diversificada:

- A avaliação do caderno da realidade propõe-se a verificar o avanço o estudante com relação aos conhecimentos vivenciais;
- Avaliação de habilidade e convivência: busca avaliar a relação do estudante com o trabalho, estudo e relações pessoais. Esta avaliação é feita entre si pelos próprios estudantes, auto avaliação do estudante, com a família, colocado em comum por meio de síntese onde colegas e monitores contribuem com o estudante por meio de sugestões com vistas à formação integral.
- Caderno de acompanhamento: Avaliação é feita no acompanhamento dos registros, na colocação em comum da estadia, pelo cuidado e organização também.
- Avaliação coletiva: os estudantes se organizam por meio de grupos homogêneos de até 6 estudantes. A avaliação contém questões organizadas de forma integrada das áreas. A proposta é que esteja o mais interdisciplinar possível. Sendo que as questões estejam no mínimo organizada por área do conhecimento.
- Avaliação das áreas do conhecimento: as áreas projetam suas avaliações, dividindo-as em individuais e em grupo, procurando perceber o desenvolvimento do jovem também com a construção coletiva do conhecimento.
- Avaliação das experiências sessão/estadia. São avaliadas por meio do relatório escrito e ilustrado, e pela apresentação do estudante.
- Avaliação Final – em todos os anos os estudantes apresentam no final do ano um trabalho individual de pesquisa de sua realidade e de acordo com os temas geradores trabalhados no decorrer do ano. No último ano este trabalho é o Projeto Profissional do Jovem.

Podemos perceber pela quantidade e diversidade dos instrumentos e formas de avaliações, a preocupação de procurar avaliar processualmente e, além disso, promover reflexões com os estudantes com vista à sua formação integral.

Estado e Educação Popular - Denúncias e Anúncios

A mercantilização do ensino, torna a educação uma mercadoria cada vez mais lucrativa. O processo de mercantilização tem se tornado uma ação do Estado. O Estado busca solucionar ou minimizar os impactos das crises conjunturais e/ou estruturais deste sistema econômico, à custa de intensificar seu próprio déficit e colocando a máquina estatal em função do Capital. Entre as maneiras de mercantilizar a educação podemos citar a criminalização do professor, o aligeiramento nas diferentes etapas da formação.

Este processo que acontece no Brasil está inserido no processo de reestruturação do modo de produção capitalista, em seu próprio movimento de sustentação metabólica. O avanço das políticas neoliberais vem corroborar com a teoria de que o Estado é uma propriedade privada do Capital, em crise, e uma das faces desta crise estrutural está representada na questão do emprego, em que o sistema Capital apregoa a formação de competências básicas para a empregabilidade:

“A única preocupação e dotar aos alunos de conteúdos, métodos e técnicas (depósitos) suficientes para reproduzir o metabolismo do sistema (e daí resultam as retiradas) práticas manipulativas que condicionam os sujeitos a alienação. Em uma educação que visa a exploração, basta a instrução, a prática “bancária”, o fundamental é, no máximo, amenizar a situação opressora, mantendo, porém, as consciências imersas nela, uma educação que promove práticas educativas em favor da manutenção de uma sociedade conservadora, funcionalista, fragmentada, alienante, setorizada, descontextualizada. Educação para a exploração e submissão, que visa capacitar os indivíduos atender as necessidades do mercado, aprender técnicas, formar-se em métodos, responder estatísticas, idealizada na maior parte dos livros didáticos.” (OLIVEIRA, 2012, p.142).

A mercantilização do Ensino corrobora para a normatização da ideia de não nos percebermos como cidadãos e sim, meros consumidores: O Estado nos últimos anos tem investido minimamente em construir, ampliar e melhorar a oferta de ensino público de qualidade, aumentando o acesso, inclusive das classes populares, vem também garantindo a isenção de impostos e mesmo pagamento de mensalidades às universidades particulares.

Não há que se negar a importância de ampliar o acesso à educação superior, mas a que preço? Talvez da própria consciência de classe.

Desta forma, “nos anestesiemos, pensamento, ação, linguagens e sonhos. Passamos a ignorar nossa sabedoria, a riqueza de nossas diferenças e potencialidades” (OLIVEIRA, 2012, p.142). Assim, a prática educativa também se torna, objetivamente, o espaço de afirmação do sistema vigente, e não um espaço de luta e transformação social. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se isenta do financiamento a educação pública, o Estado aumenta seu poder regulador sobre ela, por meio de mecanismos de avaliação.

O avanço das políticas neoliberais vem corroborar com a teoria de que o Estado é uma propriedade privada do Capital:

A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, o qual, gradualmente, por meio dos impostos, foi adquirido pelos proprietários privados e, por meio das dívidas públicas, ficou completamente à mercê destes, e cuja existência, nas subidas e quedas dos papéis do Estado na Bolsa, ficou totalmente dependente do crédito comercial que os proprietários privados, os burgueses, lhe concedem. Porque é uma classe, e não mais um estamento, a burguesia é obrigada, desde cedo, a organizar-se nacionalmente, e já não localmente, e a dar ao seu interesse médio uma forma geral. Pela emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular a par, e fora, da sociedade civil; mas ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para garantia mútua da sua propriedade e dos seus interesses (MARX, 2009, p. 111-112).

Nesta direção a classe empresarial (burguesia) contribui para o desmonte da escola e com a transmissão de pouco conhecimento destinado a classe trabalhadora. Manter o controle ideológico por meio desta formação excludente, ou ainda por dar acesso ao conhecimento de forma a classe trabalhadora mantenha uma identificação ideológica com a classe dominante. Assegurado pelo controle que esta classe mantém do Estado onde o empresariado intervém de várias formas, inclusive garantindo uma base de políticos a seu favor pois se elegem com o financiamento desta elite; fazendo da educação uma empresa, assumindo escolas com voluntariado, a tecnologia, os materiais didáticos, as avaliações externas, e, por parte do Estado os bônus resultantes de prêmios para o desempenho adequado de estudantes e professores.

No caso do Espírito Santo, a diminuição de carga horária do professor; a não realização de concursos, a negação das especificidades, a intervenção

burocrática cada vez mais intensa por meio das ações regulatórias do Estado são representações de estratégias desta mercantilização do ensino, entre outras.

Os modelos tradicionais de educação, portanto, não permitem a construção de uma educação libertadora.

É necessário ter claro qual é a natureza e a concepção de regulação estatal que se tem como horizonte? Descentralizado, ou mais participativo? Quem são os sujeitos que podem contribuir com ações convergentes nesta construção, que apontarão as ações do Estado? E como farão isto? Neste processo de construção da concepção de Estado, se busca seu resgate ou sua supressão? Que Estado é este do qual falamos? Precisamos ter claro nosso horizonte, percebendo a diferença de reforma e revolução. Como ampliar o protagonismo dos estudantes nesta tarefa revolucionária? Estamos dando ênfase em nossa organização do trabalho pedagógico sob uma perspectiva emancipadora

Torna-se necessário insistir na possibilidade de projetos educativos coadunados com projetos societários emancipatórios, A pedagogia da alternância pode contribuir como para romper com a dicotomia forjada por meio do Estado de intensificar a educação e ensino; eis a importância de se intensificar o trabalho de emancipação da PA pela via pública como estratégia de ocupação do Estado, disputando este espaço sob uma perspectiva emancipatória, por exemplo a expansão da PA, seus instrumentos e concepções, em nível de graduação e pós-graduação.

A educação popular é uma negação fundamentada e com comprometimento pessoal. Educação popular, nasce do povo, da classe trabalhadora e ensinar significa colocar a marca, e para isto é preciso ter postura, posição.

Em alguns momentos da história, se acreditou em uma educação paralela ao Estado, mas hoje entendemos, como movimentos sociais que é necessário que seja pública. A educação do campo, popular como instrumento de transformação do sistema e por isso contra hegemônico. A educação do campo na dimensão econômica e política, retoma a ideia de que a escola precisa ter o trabalho como princípio educativo, o que significa compreender o trabalho é um elemento constitutivo do ser humano.

Neste contexto, precisamos utilizar as legislações que já existem. Nada é neutro, nem a lei que nos ampara ou desampara as leis são feitas pelo Estado Burguês conhecê-las torna-se ferramenta imprescindível na luta contra hegemônica:

Lei n. 9394 de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB: Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

À Pedagogia da Alternância ainda faltam regulamentações e leis estaduais e municipais, porém já temos diversas leis, resoluções e pareceres que amparam a educação do campo:

- **PARECER CNE/CEB Nº 36/2001** – *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.*
- **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 01/2002** – *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.*
- **PARECER CNE/CEB Nº 23/2007** – *Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.*
- **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 02/2008** – *Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.*
- **PARECER CNE/CEB Nº 30/2006** – *Consulta sobre a aplicação da Resolução nº 5/2005 do Conselho Estadual de Educação de Rondônia.*
- **PARECER CNE/CEB Nº 01/2006** – *Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA)*
- **PARECER CEE/PA Nº 605/2008** – *Reconhecimento da Pedagogia da Alternância no Estado do Pará.*
- **RESOLUÇÃO CEE/PA Nº 01/2009** – *Estabelece normas para o reconhecimento e regulamentação da Pedagogia da Alternância como metodologia de organização do ensino para os Centros Familiares de Formação por Alternância –CEFFAS e demais estabelecimentos de ensino da rede pública e particular, referente à Educação Básica.*
- **RESOLUÇÃO CEE/ES Nº 3.777/2014** – *Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.*
- **DECRETO N. 7.352/2010:** *dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA*
- **CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**

- **Lei nº 8.069 de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**
- **LEI Nº 12.960/2014** – *Altera a Lei N. 9.394/1996, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.*

Estas são algumas das leis que amparam a educação básica em especial a educação do campo, são os primeiros anúncios de possibilidades, mas não bastam é preciso o conhecimento sobre elas para podermos usá-las a nosso favor.

Palavras Finais

Há uma ação sistemática coordenada pelos reformadores da educação (políticos e empresários), com a justificativa de que os trabalhadores precisam de mais conhecimento, de modo a acompanhar os avanços e a complexidade dos processos produtivos. Mas, o que está por trás disso é a preocupação de não perder o controle ideológico das escolas. Na lógica do neo-tecnicismo, a educação é o novo espaço de exploração por parte dos detentores do mercado e do capital tornando, principalmente a escola pública, refém dos interesses do mercado.

Por outro lado, para a classe trabalhadora, a defesa de uma escola pública de qualidade para as amplas massas da população, para os trabalhadores e seus filhos é, necessariamente, parte de uma luta contra o capital e pela transformação da sociedade em que vivemos. Transformar a sociedade, implica transformar o Estado que tem se constituído como “[...] todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados [...]” (GRAMSCI, 1984, p. 87).

Contudo, assim como Hölfing (2001), compreendemos que Estado é também:

O conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exércitos e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo e este é o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (político, técnico, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo [...] (p. 02).

E, as Instituições do Estado, conforme Ham (1993):

[...] compreendem órgãos legislativos, incluindo assembleias parlamentares e instituições subordinadas voltadas à elaboração de leis; órgãos executivos, incluindo parlamentos governamentais e ministérios; e órgãos jurídicos – principalmente tribunais – com a responsabilidade de obrigar ao cumprimento da lei e de aperfeiçoá-la (p.31).

Cabe, portanto, às pessoas, aos sujeitos, aos movimentos sociais e à comunidade iniciar este processo onde todas as partes que compõem o todo precisam ser consideradas. Essas instituições que fazem parte do processo constitutivo de ampliar o controle social do Estado, demonstram que não permitem alguma forma de controle ou de participação por parte destes sujeitos, pois percebem a possibilidade da construção paulatina de outra hegemonia ideológica (GRAMSCI, 1984). Por quê:

Nenhuma classe da sociedade civil consegue desempenhar este papel a não ser que possa despertar, em si e nas massas, um momento de entusiasmo em que associe e misture com a sociedade em liberdade, identifique-se com ela e seja sentida e reconhecida como representante geral desta mesma sociedade. Só em nome dos interesses gerais da sociedade é que uma classe particular pode reivindicar a supremacia geral (MARX, 2005, p. 36).

Neste caso, os elementos e dimensões essenciais da PA podem contribuir para repensar a organização do trabalho pedagógico da escola em uma perspectiva emancipatória, mas ir ainda além. Dessa forma, podemos dizer que a luta da PA é parte da luta da classe trabalhadora.

A educação do campo está vinculada às questões inerentes à sua materialidade alicerçadas em uma proposta pedagógica dialeticamente aprofundada na construção de um novo *habitus* (BOURDIEU, 1983) cultural, social, político e ético que aponta para uma transformação biófila (FROMM, 1981; FREIRE, 1980) de uma sociedade para além do Capital (MÉSZÁROS, 2009) podendo representar uma forma de “crackear” as brechas deixadas pelo Capital e, ainda aprofundá-las: “O conceito de educação do campo vem sendo construído nos movimentos que lutam pela terra de trabalho organizados pela Via Campesina-Brasil” (RIBEIRO, 2010, p.41).

A educação popular, portanto, disputa o espaço da educação pública, potencializando a qualidade do processo educativo; galga espaços disputados historicamente com a burocracia estatal que está limitando as possibilidades emancipatórias da educação popular. Uma educação

libertadora proporciona o aprofundamento de ações que apontam as mudanças necessárias para criar instrumentos que fortaleçam espaços de discussão e aprendizado. Os estudantes e educadores constituem, sobretudo, uma relação social de solidariedade fundamentando a base de outro projeto social e político, e também econômico, sustentável, ético, solidário e humano.

Referências

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREITAS, L.C. de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e didático**. Campinas: Papyrus, 1995.

FROMM, E. **O coração do homem: seu gênio para o bem e o mal**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GRAMSCI, A. **Maquiavel e o príncipe moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HAM, C.; HILL, M. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno**. (Tradução: Renato Amorim e Renato Dagnino. Adaptação e revisão: Renato Dagnino). Material exclusivo nos programas de capacitação do GAPI-UNICAMP nas disciplinas ministradas pelo DPCT- UNICAMP

HÖLFING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, ano XXI, n.55, p.30-41, novembro/2001.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____ **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo. Boitempo, 2009.

Plano de Curso para criação e aprovação da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio com Habilitação em Agropecuária, na Escola Estadual Comunitária Rural de Colatina no Sistema da Pedagogia da Alternância. 2011 e 2014.

OLIVERA, R.P. de A. **Socioeconomia Solidária e a Univens: pedagogia do trabalho coletivo e solidário e sua articulação com a emancipação dos sujeitos**. UNEMAT, Cáceres, 2012.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

RIBEIRO, M. **Movimento Camponês**. Trabalho e Educação. Liberdade, Autonomia, Emancipação, Princípios/fins da Formação Humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PERSPECTIVA DE FUTURO DOS/DAS JOVENS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA MICRORREGIÃO GUANAMBI, BAHIA

Domingos Rodrigues da Trindade¹

Resumo: Este texto é parte de uma pesquisa de doutorado sobre a constituição social do ser jovem camponês realizada em dois assentamentos rurais: Nova Esperança e Marrecas, que se localizam nos municípios baianos de Palmas de Monte Alto e Malhada, respectivamente. A metodologia trabalhada se pautou numa abordagem qualitativa de pesquisa, utilizando os seguintes instrumentos de coleta de dados: grupo focal, entrevista semiestruturada, observação, questionário, pesquisa documental e diário de campo, considerando a perspectiva do materialismo histórico dialético. A pesquisa aponta que, os projetos de futuro/vida dos/das jovens dos Assentamentos Marrecas e Nova Esperança caminham em duas perspectivas. Uma, em relação à cidade; e outra, na direção do campo. Muitos jovens são atravessados por um sentimento de indecisão sobre quais profissões escolherão. O estudo sugere que os/as jovens se constituem como seres sociais no contexto da Reforma Agrária na base das contradições impostas pela sociedade capitalista.

Palavras-chave: Jovens de Assentamentos Rurais; Perspectivas de Futuro; Projetos Urbanos; Projetos Rurais; Jovens Indecisos.

¹ Professor adjunto do Departamento de Educação, Campus XII da Universidade do Estado da Bahia. Vinculado ao Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE). Atua nas linhas de pesquisa: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais. Juventude, Políticas Públicas e Formação dos Sujeitos. E-mail: rodrizex@hotmail.com

Abstract: This paper is part of a doctoral degree research about the social constitution of peasant youth from two rural settlements: Nova Esperança and Marrecas, in the State of Bahia municipalities of Palmas de Monte Alto and Malhada, respectively. The methodology applied follows a qualitative research guideline, using the following survey tools: focal group, semi-structured interview, observation, questionnaire, documental research and field diary, under a dialectic historical materialism perspective. The research points out that the life/future projects of the youth in the Marrecas and Nova Esperança settlements take two paths: one in relation to the city and another regarding the countryside. Many youngsters have a feeling of indecision regarding their future careers. The study suggests that the youth grow up as social beings in the context of the Agrarian Reform at the basis of the contradictions imposed by the Capitalist society.

Keywords: Youth in Rural Settlements; Perspectives for the Future; Urban Projects; Rural Projects; Indecisive Youth.

Palavras iniciais

Este texto é parte de um estudo de doutorado desenvolvido (2011/2015) em assentamentos rurais na microrregião Guanambi, Bahia, com o objetivo de compreender como os/as jovens da Reforma Agrária se constituem como seres sociais na condição de filhos/as de assentados/as da Reforma Agrária no contexto da sociedade capitalista em processo de expansão no campo. Nesse sentido, buscou-se analisar como os/as jovens da Reforma Agrária elaboram suas trajetórias de vida e seus projetos de futuro. O que os/as jovens estão pensando como projetos de futuro/vida.

Entendo que este estudo se reveste de fundamental importância no sentido de que pensa os/as jovens e o campo brasileiro a partir de suas contradições, contrariando o discurso do sistema capitalista, que defende a “ampliação do processo de reprodução do capital e reforça o poder exploratório da terra e dos sujeitos do campo” (TRINDADE, 2011, p.46). Busca-se, também, a partir das reais condições de vida dos/das jovens dos assentamentos lócus da pesquisa, entender o campo na sua dinamicidade e totalidade, pois “o mundo rural não pode ser compreendido de forma isolada do conjunto da sociedade a que pertence, [...] mas, como um lugar de vida que se define enquanto um espaço singular e um ator coletivo” (WANDERLEY, 2009,

p.18). Da mesma forma que os/as jovens do campo não podem ser entendidos como sujeitos isolados, eles se mobilizam e transitam em diferentes espaços sociais, o que os faz plurais e diversos.

Há uma compreensão entre os pesquisadores de que a juventude rural não é uma categoria homogênea, mas, sim, marcada por uma diversidade de sujeitos demarcados pelos contextos econômicos, históricos, sociais, culturais e políticos (ABRAMOVAY, et al. 1998; CARNEIRO, 1998; STROPASOLAS, 2007; WANDERLEY, 2009; WEISHEIMER, 2005; CASTRO, 2009). Assim, adota-se neste trabalho como categoria de análise a denominação de “jovens de assentamentos rurais” para se referir aos jovens interlocutores da pesquisa, no sentido de privilegiar o lugar em que estão, ou seja, os assentamentos, entendidos como formas de unidades produtivas, criadas por meio de políticas governamentais específicas, que primam pelo reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (BERGAMASCO, NORDER, 1996). O lugar em que os interlocutores da pesquisa estão não é qualquer lugar, mas simboliza a luta coletiva, histórica e de classes, que ainda não se dá por encerrada.

Questões metodológicas e o contexto da pesquisa

Para entender a realidade social dos/das interlocutores/as da pesquisa, foi necessário combinar análises processuais e estruturais, utilizando aspectos subjetivos e objetivos. Portanto, busquei me inserir em duas dimensões: a realidade em si (assentamentos Nova Esperança e Marrecas) e os significados que os sujeitos sociais atribuem à realidade, com base nos processos de interação dentro e fora dos seus contextos. Segundo Minayo (2007, p.61), “o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os ‘atores’ que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico”.

O contexto pesquisado situa-se na realidade rural da Bahia, (assentamentos Nova Esperança e Marrecas) na microrregião de Guanambi, fruto da luta dos povos do campo, permeada de contradições, logo as narrativas tecidas sobre essa realidade divergem das narrativas que, hegemonicamente, caracterizam o rural, estigmatizado como espaço do atraso, da tradição e impermeável às mudanças. Meu olhar sobre o espaço da investigação foi se ampliando, gradativamente, a partir da minha imersão no campo de pesquisa. Colocar-me nesse contexto, proporcionou viver a experiência dos/das interlocutores/

as pesquisados/as, seja pela observação, seja por meio das narrativas dos sujeitos, das confidências, do dito e do não dito presentes no cotidiano dos/ das interlocutores/as do estudo. Na qualidade de pesquisador, reconheço que levei informações que, mesmo silenciosas, falam pela presença naquele lugar.

Assim sendo, a minha inserção (dormir, amanhecer, frequentar espaços de convivência, de lazer, de acesso ao conhecimento) nos assentamentos Nova Esperança e Marrecas, que se localizam nos municípios baianos de Palmas de Monte Alto e Malhada, respectivamente, foi de fundamental importância no sentido de compreender o lugar da fala dos/das interlocutores/as da pesquisa, seus sonhos, seus desejos, suas angústias, seus desafios, e nutri-me das condições para compreender os elementos componentes da constituição social dos/das jovens no contexto desses espaços. Os diálogos estabelecidos com os/as interlocutores/as e outros moradores dos assentamentos durante a pesquisa de campo subsidiaram significativamente a compreensão de como os/as jovens constroem seus modos de vida, seu ser jovem de assentamento rural da Reforma Agrária, e a constatação de que, por sua vez, não são isolados do restante do mundo.

Desta forma, para responder aos objetivos propostos no estudo recorri aos seguintes instrumentos de coleta de dados: questionário, grupo focal, entrevista semiestruturada, observação, pesquisa documental e diário de campo, considerando a perspectiva do materialismo histórico dialético. Numa lógica de complementaridade, procedi à apreciação dos dados coletados com base na análise de conteúdo, na modalidade temática, segundo Bardin (1979).

Os dados a seguir, referentes aos assentamentos, foram coletados por meio do acesso a atas de reuniões da Associação dos Trabalhadores Rurais dos assentamentos já mencionados; entrevista com o presidente de cada Associação (2012); conversas informais entre o pesquisador e os moradores das comunidades pesquisadas. Além dessas fontes, dados foram extraídos do DVD “Dez anos do Assentamento Marrecas”, produzido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia (Fetag) Polo de Guanambi e Associação dos moradores do assentamento (2010).

Quanto à identificação dos/das interlocutores/as da pesquisa foi garantido o anonimato, no sentido de obedecer à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece as normas regulamentadoras sobre pesquisas, envolvendo seres humanos.

Assentamento Marrecas

Figura 1- Entrada principal do assentamento Marrecas



Fonte: TRINDADE, 2015, p.125

O Projeto de Assentamento Marrecas, assim como a maioria dos projetos de Reforma Agrária no país, foi fruto de intensa luta social e política. Iniciou-se em 29 de setembro de 1999, quando 90 famílias sem-terra provenientes dos municípios baianos: Malhada, Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras e Iuiú, ocuparam a Fazenda Marrecas, situada em Malhada, município que fica à margem direita do rio São Francisco, na região Centro-Sul da Bahia, com uma população de 16.014 habitantes; desse total, 9.455 (60,18%) residem no meio rural². O número de jovens (de 15 a 29 anos) desse município é de 4.645; desse total, 2.795 (60,18%) estão no meio rural, dos quais, 44,51% são do sexo feminino (IBGE, 2010).

Vale destacar que o conceito de jovem definido pelo IBGE é um conceito cronológico, restrito a aspectos etários, portanto não é o mais adequado para se conceituar quem são os jovens do Brasil, aqui em particular os jovens dos municípios investigados. Compreendo os/as jovens como sujeitos sociais, históricos, políticos e culturais com singularidades e especificidades (CARDOSO; SAMPAIO, 1995); desse modo, não podem ser entendidos

² Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades/2010>. Acesso em 12/05/2012.

numa dimensão unilateral.

Retomando a questão da formação histórica do assentamento Marrecas, é necessário destacar que o objetivo de uma ocupação é forçar o governo a criar um processo de desapropriação das terras. Segundo Rosa (2012, p. 509), “as ocupações de terra são hoje a principal estratégia de ação coletiva adotada por movimentos sociais que lutam pela realização de uma Reforma Agrária no Brasil”. Nesse sentido, a ocupação da terra configura-se como forma e espaço de luta e resistência camponesa contra a intensificação da concentração fundiária, a exploração e as desigualdades geradas pelo sistema socioeconômico dominante, o que, por sua vez, demarca os conflitos de classe.

É importante ressaltar que as ocupações foram e continuam sendo, na prática, a única estratégia para se conseguir o reconhecimento do Estado de que uma terra não cumpre sua função social. Do ponto de vista político, a ocupação força o governo a realizar a desapropriação de propriedades consideradas improdutivas (aquelas que não apresentam utilização satisfatória, conforme indicadores de desempenho definidos pelo INCRA). Ela é instrumento de mobilização social e política por parte do movimento social organizado. Na perspectiva da estratégia, os conflitos se dão pautados na apropriação de terras devolutas e na desapropriação de terras improdutivas (BUAINAIN, 2008).

Todavia, a cobertura midiática elitista difunde as ações e as tensões geradas pelo processo de ocupação da terra de forma a legitimar o discurso das classes dominantes, principalmente dos latifundiários, atualmente transfigurados nos donos do agronegócio. Logo, a mídia, “reveste-se de papel conservador e defensor do direito de propriedade, assumindo função norteadora na esfera político-ideológica, referendando a posição dos latifundiários” (FREITAS, 2010, p.100-101). Dessa forma, o processo histórico-político de ocupação da terra no Brasil é transformado em ato criminoso de invasão da propriedade privada.

Isso significa a construção de uma representação social negativa, estereotipada dos sujeitos em luta pela democratização da terra. Nessa perspectiva, a ação de ocupar a terra passa a ser vista como algo perigoso, violento, que provoca a desordem social, havendo assim uma inversão ideológica da ação social dos sujeitos em luta pela terra.

Entretanto, no entendimento de Rosa, as ocupações têm servido ao menos para dois fins:

Promover o direito do acesso à terra para quem deseje fazer um uso social justo de sua propriedade, e estabelecer limites ao direito de propriedade em casos de uso meramente especulativo do solo brasileiro, de cultivos ilegais e da exploração ilegal de trabalhadores (trabalho escravo) (ROSA, 2012, p. 512).

Vale enfatizar que a luta pela terra não é apenas dos demandantes dela. Há uma diversidade de sujeitos diretamente envolvidos nesse processo pela democracia da terra, a saber: movimentos sociais e sindicais do campo, organizações não governamentais, igrejas, associações de produtores rurais, dentre outros. No caso especial do Assentamento Marrecas, participaram da luta, juntamente com os demandantes, Movimento de Luta pela Terra (MLT), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Igreja Católica, Partido dos Trabalhadores e Fetag/BA Polo de Guanambi. Contudo, vale ressaltar que, na atualidade, o assentamento não tem vínculo com nenhum movimento social, apenas com o movimento sindical.

Já no primeiro ano de ocupação da Fazenda Marrecas, as famílias começaram a plantar numa área coletiva. Em janeiro de 2000, realizaram a primeira colheita dentro do acampamento. A terra, mesmo que juridicamente não sendo das famílias, começava a dar os primeiros frutos. Desse modo, as famílias começavam a dar sentido à luta. Conforme bem afirma Fernandes (2012, p. 21), o “acampamento é a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia”.

Da condição de acampado à garantia do direito à terra (posse da terra) exige-se a criação de diversas estratégias de luta. Tratando-se do caso expresso aqui, foi necessária a criação de mecanismo que auxiliasse nas negociações entre camponeses e o Estado, na perspectiva da conquista de novos direitos. Assim, no final do ano de 2000, cria-se a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Marrecas com o intuito de fortalecer a luta e atender às exigências do Incra para a concessão de benefícios, como a posse da terra, recursos para a construção das casas e manutenção da terra.

Em 2003, as famílias receberam a posse da terra. Essa conquista de direito se deu por meio do processo de desapropriação de terras improdutivas que tinham sido assoladas pelo plantio intensivo da monocultura do algodão nos anos de 1970 e 1980, impulsionada pelo projeto do agronegócio na região. Na disputa de poder, a partir do confronto entre terra de negócio x terra de trabalho (MARTINS, 1997), reprodução do capital x reprodução da vida, afloram as contradições da forma como o modo de produção e reprodução

capitalista se desenvolve no campo brasileiro (SOUZA, 2009). Entretanto, entende-se que a posse da terra é um instrumento que fortalece a luta dos trabalhadores. É uma conquista de direito que se materializa e impõe novas relações com o Estado.

Essas novas relações precisam acontecer numa perspectiva ampliada. Para Gramsci, o conceito de Estado incorpora as múltiplas formas de organização da vida social, abrangendo a sociedade civil (agentes sociais associados aos aparelhos privados de hegemonia), e a sociedade política, composta pelos aparelhos e agências do poder público propriamente dito. Nesse sentido, o “Estado em Gramsci não é sujeito nem objeto, mas sim uma relação social, ou melhor, a condensação das relações presentes numa dada sociedade” (MENDONÇA, 2012, p. 350).

Dessa forma, a partir do ato de posse da terra, o Estado reconhece as demandas da classe trabalhadora sem-terra. Nesse sentido, “assentar significa reconhecer uma situação de conflito, determinados agentes sociais, demandas, muitas das quais até então ignoradas, e, possivelmente, permitir sua transformação em direitos, o que implica trazer uma mediação legal para o conflito” (MEDEIROS, LEITE, 1998, p.160). Tendo por base esse entendimento, pode-se dizer que a criação do projeto de assentamento Marrecas se configura como símbolo da luta dos sem-terra da microrregião Guanambi, pois motivou a criação de outros projetos e ocupações de terras na região, a exemplo do assentamento “Vale do Iuiú”, também situado no município de Malhada.

No ano de 2005, as famílias foram contempladas com o auxílio do Incra para a construção das casas, as quais foram construídas separadas dos lotes, em forma de vila, organizadas em ruas, deixando ao centro uma praça, onde foi construída uma igreja católica e a escola da comunidade. A prática religiosa predominante é a católica, mas existem outras denominadas evangélicas: Igreja Batista, Assembleia de Deus, etc. As pessoas evangélicas participam dos encontros de cada religião no distrito Julião³, ou na cidade Malhada, pois, até o momento, só a Igreja Católica tem o seu prédio para celebrar os cultos aos finais de semana e missas quando a comunidade marca com o padre, a exemplo da festa de São Miguel, padroeiro da comunidade.

O assentamento dispõe de energia elétrica, água encanada de poços artesianos para abastecimento das casas. Há também uma área de 1040

³ O Distrito Julião fica a 5km da sede do município Malhada e a 8km do assentamento Marrecas. É o lugar que a população do assentamento mais frequenta, pois aí, aos domingos, acontece à feira livre e aí fica situada a escola que oferta as séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, escola onde os/as jovens do referido assentamento estudam.

hectares reservada para a preservação ambiental permanente.

No que se refere às características da produção do assentamento, a unidade produtiva é diversificada, composta em sua maioria de atividades temporárias, voltadas para a produção alimentar. No aspecto da organização do trabalho dentro do assentamento, ele se dá de forma individualizada e coletiva. O trabalho coletivo acontece em uma área comunitária de 20 hectares que foi reservada no momento da divisão das parcelas. Atualmente, o trabalho coletivo tem acontecido também, a partir da iniciativa de um grupo de mulheres, ainda não formalizado, as quais produzem biscoitos de polvilho que são fornecidos à Secretaria da Educação do município de Malhada e utilizados na merenda escolar. Além dos biscoitos, no período da colheita da manga e maracujá, a polpa dessas frutas também é fornecida à merenda escolar do município.

Em 2007, as famílias acessaram o financiamento do Banco do Nordeste para a compra de gado leiteiro; no período chuvoso, há uma produção média de 2000 litros de leite por dia, vendidos para uma cooperativa no município de Guanambi/BA, que fica, aproximadamente, a 80 km do assentamento. A comunidade dispõe de um resfriador de leite e uma casa de farinha onde é beneficiada a mandioca produzida nas parcelas e na área coletiva.

No aspecto educacional, existe uma escola municipal dentro do assentamento, com quatro salas de aula, três multisseriadas, que oferta da Educação Infantil aos anos Iniciais do Ensino Fundamental e uma de Educação de Jovens e Adultos. São quatro professoras da rede municipal de ensino, sendo três residentes no próprio assentamento, e uma no distrito próximo. Os/as jovens dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio utilizam-se do transporte escolar para estudarem no colégio do distrito mais próximo da comunidade.

Na questão cultural, a televisão tem sido o canal mais expressivo de transmissão de valores culturais. Mas já é tradição na comunidade comemorar a data de São Miguel. A Igreja Católica há 13 anos vem realizando essa festa no assentamento, tornando-se um espaço/tempo de socialização dos/das jovens. No concernente aos espaços de socialização, são bastante reduzidos. O assentamento Marrecas dispõe de campo de futebol, usado pelos rapazes, crianças e adultos. A socialização dos/das jovens se dá também em espaços fora da comunidade por meio das relações que se estabelecem no próprio meio rural e urbano mais próximo de onde vivem.

O assentamento foi contemplado com o Programa Biblioteca Arca das Letras, vinculado aos Territórios da Cidadania e coordenado pelo Ministério

do Desenvolvimento Agrário (MDA). No momento da realização da pesquisa, o assentamento foi contemplado com o Projeto Ponto de Leitura do Programa Mais Cultura do Ministério da Cultura em parceria com o Ministério da Educação, Projeto que funcionará em uma sala da escola da comunidade. A comunidade acessa ainda o Programa da Saúde da Família (PSF), conta com uma Agente Comunitária (que é assentada), que desenvolve o trabalho de visitação às casas dos moradores, orientando-os sobre noções básicas de saúde e agendamento de consultas médicas.

Assentamento Nova Esperança

Figura 2 – *Entrada principal do assentamento Nova Esperança*



Fonte: TRINDADE, 2015, p.131

Em Palmas de Monte Alto/BA, município da microrregião Guanambi, localiza-se o Assentamento “Nova Esperança”, aproximadamente a 15 km da sede do município. A história desse assentamento inicia-se no ano de 2001, quando 40 famílias compostas de agregados, assalariados do latifúndio, arrendatários, meeiros, trabalhadores sem-terra ocuparam a Fazenda Mangueira, considerada improdutiva. Dessa comunidade rural é proveniente a maioria das famílias assentadas no Nova Esperança.

Após a ocupação, as famílias criaram a Associação Comunitária Nova Esperança dos sem-terra da Mangueira, com o apoio da Fetag Polo de

Guanambi e do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Palmas de Monte Alto, que passaram a ser os atores subsidiadores nos conflitos, nas articulações necessárias para a compra da terra e a concessão de posse.

Por aproximadamente três anos, as 40 famílias provenientes de várias comunidades rurais do referido município ficaram acampadas em barracos na Fazenda Mangueira, até o ano de 2003, quando conquistaram a posse da terra, por meio do Banco da Terra/Crédito Fundiário. Cada família teve a posse de 15 hectares de terra. As casas foram construídas no final de 2003 e início de 2004, concentradas em uma única área, formando uma vila. Hoje as famílias dispõem de uma escola, uma casa de farinha, energia elétrica, telefone público e sinal de celular.

As características socioeconômicas do assentamento se constituem de duas formas, na base do modo de produção coletivo e individual. As famílias dispõem de uma área coletiva, onde se planta feijão, mandioca, milho e outros. Para cuidar dessa área, cada família, durante a semana, é responsável por um dia de serviço na área coletiva conforme prevê o Estatuto Social da Associação do Assentamento. Entretanto, enquanto assistia a uma reunião do grupo associado, pude perceber que muitas famílias hoje não trabalham na área coletiva, preferindo pagar um valor de 10 reais por semana para a associação, ou uma taxa mensal de 40 reais. O Estatuto versa que a produção da área coletiva deverá ser destinada à manutenção do espaço coletivo e pagamento da terra. Segundo o presidente da associação, as famílias estão com o pagamento da dívida da terra atrasado e também, das trinta e sete famílias que foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para comprar gado leiteiro, apenas 10 famílias conseguiram quitar a dívida até o momento da pesquisa.

Constatei, por meio das conversas que tive no decorrer da pesquisa com as famílias, presidente da associação e na reunião dos associados de que participei no dia 01/10/2013, na qual menos da metade dos sócios estiveram presentes, que muitos moradores do assentamento Nova Esperança não acreditam na coletividade como uma forma organizativa de trabalho. Nessa mesma reunião, o presidente, enfaticamente, ressaltou que, trabalhando individualmente, eles não vão conseguir pagar as parcelas atrasadas do crédito de financiamento da terra. O desencontro de perspectiva em relação ao trabalho dentro do assentamento reduz, ou inviabiliza, na totalidade, a interação entre os associados.

Os produtores também plantam em suas áreas individuais para a subsistência e vendem o excedente para compradores da sede do município.

O leque das atividades produtivas é bastante parecido entre os dois assentamentos descritos, em geral as famílias praticam alguma forma de combinação entre culturas e criações de animais, e fazem uma associação entre a lógica de autoconsumo e a lógica de comercialização. Ainda segundo o presidente da associação, algumas famílias não trabalham mais na terra por várias razões: preferem trabalhar em fazendas próximas ou distantes (como diaristas ou assalariados); em algumas famílias os pais já são aposentados e os filhos/as não moram no assentamento ou moram, mas vivem da aposentadoria dos pais.

Muitos homens preferem o trabalho individual dentro das suas parcelas ou fora do assentamento, seja como diaristas na produção agrícola, empregados de carteira assinada, seja em outros serviços, como na produção de carvão vegetal. Em alguns casos o trabalho fica distante do assentamento, o que impede a presença constante do pai dentro do assentamento, ficando os/as filhos/as sob o cuidado da mãe. No entendimento do presidente da Associação, isso tem causado um enfraquecimento do grupo coletivo dentro do assentamento, uma vez que quem trabalha mais na produção agrícola é o homem, então, se o assentado não trabalha em sua parcela, tampouco na área coletiva, conseqüentemente, ele não terá uma participação efetiva nos momentos de discussão dos problemas da comunidade, sobretudo nos relacionados à produção do assentamento.

É por meio da organização participativa entre as famílias que as decisões devem ser tomadas no interior do assentamento. A vida em comunidade deve-se pautar pelas normas de convivência, de maneira que o indivíduo não deve promover qualquer prática que porventura venha a prejudicar a coletividade. Essa é uma questão complexa, emblemática no processo de convivência social, sobretudo porque nega as regras estabelecidas pelo grupo coletivo. O indivíduo que não as cumpre passa a ser estranho frente àquilo que foi legitimado pela coletividade. É o caso, por exemplo, do assentado que não cumpre o que está previsto no estatuto, este perde teoricamente a sua condição de assentado.

No que concerne à questão educacional, os assentados dispõem de uma escola municipal dentro do assentamento, funcionando com uma turma multisseriada. A escola oferta da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para cursar os anos finais do Ensino Fundamental, os estudantes são transportados, em ônibus escolar, para o colégio da comunidade rural de Barra do Riacho, que fica próximo ao assentamento. Os/as jovens do Ensino Médio estudam na sede do município, em colégio

da rede estadual de ensino. Ao terminar o ensino médio, por falta de uma política pública de continuidade dos estudos, os/as jovens são obrigados a encerrar o processo de formação. Muitos jovens homens vão para o corte de cana, retornando ao seio dos seus familiares após a colheita, outros/as jovens vão para as cidades trabalhar em empresas, casas de famílias. No início da pesquisa, as crianças e adolescentes participavam, no turno oposto às aulas, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), mas, na última fase da coleta de dados, esse programa não estava sendo mais oferecido no assentamento. Isso leva a crer que seja uma questão político-partidária, considerando que muitas das famílias não apoiam o prefeito atual.

Os aspectos de bens culturais e socialização são precários. A televisão é a presença marcante como transmissora de valores culturais, e o campo de futebol o espaço efetivo de socialização. Os moradores desse assentamento recorrem à escola para fazer encontros da Igreja Católica devido não ter ainda a comunidade um espaço específico construído. Outro espaço de socialização das pessoas do assentamento Nova Esperança é a sede do município, frequentado, principalmente, aos sábados, que são dias de feira.

No aspecto da saúde, os moradores do assentamento dispõem apenas de um agente comunitário, que desenvolve um trabalho de informação e orientações básicas de saúde preventiva, por meio de visitação às famílias.

No que se refere às tomadas de decisões dentro do Assentamento Nova Esperança, estas são mediadas pela Associação Comunitária, que tem uma frequência mensal de reuniões com as famílias, para discutir as questões que envolvem a vida de todos, sejam elas de ordem interna ou externa. No entanto, conforme pude observar na reunião de que participei e confirmação do presidente da associação e pessoas com quem conversei no decorrer da pesquisa, as reuniões estão cada vez mais esvaziadas, o que converge para a falta de importância dada à organicidade, ao trabalho coletivo dentro do assentamento. A participação das mulheres é mais significativa, inserindo-se nos momentos de discussões. As mulheres têm procurado ocupar seu espaço dentro das discussões referentes aos problemas que envolvem a vida da comunidade. Ao participar da reunião da associação, pude observar que, naquele espaço social se legitimam determinados processos de construção de pertencimentos, embora, em nenhum momento durante a pesquisa tenha percebido uma vinculação efetiva das famílias de ambos os assentamentos com algum movimento social.

No âmbito das políticas públicas/programas/ações dos governos, os assentamentos têm acessado algumas iniciativas do governo federal em

parcerias com o Estado, município e organizações não governamentais. As comunidades dispõem de cisternas⁴ de captação de água de chuva para consumo humano, do Programa Um milhão de Cisternas (P1MC) da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Esse programa é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido Brasileiro.

É importante considerar que, se antes a luta era imbuída pelo desejo da conquista da terra, após a conquista a luta ganha novo formato, constituindo-se de velhos e novos desafios. Outras configurações se apresentam que vão da organização política dentro do assentamento à organização da produção e reprodução social, e tantas outras questões que emergem a partir da posse da terra.

O perfil dos/das jovens da pesquisa

O perfil dos/das jovens foi construído com informações extraídas do questionário e das outras técnicas de levantamento de dados utilizadas. No entendimento de Gil (2008, p.120), o questionário constitui “um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações”.

Para maior compreensão do processo de aplicação do questionário, faz-se necessário esclarecer que este foi aplicado em dois momentos da pesquisa. Inicialmente, havia a dúvida de como fazer o recorte etário dos/das jovens, considerando a juventude como uma categoria social, que cada sociedade pode adotar um conceito e definir idades diferentes para identificá-la. Quem eram os/as jovens desses espaços? Quem se considerava jovem? Diante dessa inquietação, decidi a priori não definir as idades dos/das jovens da pesquisa, mas deixar que eles/as mesmos/as e as comunidades (assentamentos) os/as identificassem. Não queria, arbitrariamente, traçar um recorte etário. Então, decidi entrar em contato com o presidente da associação de cada assentamento, primeiro por telefone, e depois pessoalmente, para falar do

⁴ A cisterna é uma tecnologia para a captação de água da chuva: a água que escorre do telhado da casa é captada pelas calhas e cai direto na cisterna, onde é armazenada. Com capacidade para 16 mil litros de água, a cisterna supre a necessidade de consumo de uma família de cinco pessoas por um período de estiagem de oito meses. Os Estados e Municípios precisam firmar convênios com o MDS para a construção dessas cisternas. Essa experiência tem beneficiado a população rural de baixa renda do Semiárido brasileiro, que sofre com os efeitos das secas prolongadas.

estudo que pretendia realizar e agendar um encontro com os/as jovens dessas comunidades. O encontro no assentamento Marrecas foi agendado para o dia 05/12/2012, no período matutino, e no Assentamento Nova Esperança para o dia 09/12/2012, também pela manhã. Ambos os encontros com os/as jovens foram marcados na escola de cada assentamento.

Nos dias e horários marcados fui aos assentamentos ao encontro dos/das jovens. Minha intenção naquele momento era descobrir quem eram os/as jovens desses espaços, quem se considerava jovem. Compareceram no assentamento Marrecas 21 jovens (rapazes e moças) e no assentamento Nova Esperança 20 jovens (rapazes e moças). Apresentei-me, expliquei o que pretendia desenvolver dentro de cada assentamento, quem eu iria convidar a participar da pesquisa, o tempo que duraria para eu terminar o estudo. Procurei fornecer informações básicas que considere importantes naquele momento, para motivá-los/as a participarem da pesquisa. Após explicação do porquê da minha presença ali, perguntei quem gostaria de participar da pesquisa, e todos/as se dispuseram a participar. Em seguida, comuniquei que precisaria que eles/as respondessem a um questionário com algumas questões referentes à idade, à etnia, à escola, ao trabalho. Furneci material necessário (lápiz, borracha) para que eles/as pudessem responder ao questionário.

Após terminarem de responder ao questionário, agradei pela disposição em aceitarem a participar do estudo, e expus para os/as jovens que em outros momentos eu iria voltar ao assentamento para dar continuidade à pesquisa. Nesse primeiro contato com os/as jovens dos assentamentos rurais, uma questão me chamou a atenção. Uma “jovem” de 31 anos que também esteve presente nesse primeiro momento da investigação, não se considerava jovem, pois, segundo ela, já era casada e tinha filhos. Todavia, a questão de ser casado/a, ter filhos não parece ser algo definidor de quem é ou não jovem dentro dos assentamentos investigados na sua totalidade, uma vez que, na segunda etapa da pesquisa, alguns interlocutores que se consideraram jovens, têm filhos, vivem com companheiro/a ou têm filho e moram com os pais. “Na verdade, ser jovem corresponde também a uma autorrepresentação que tende a uma grande elasticidade em termos etários, proporcional às dificuldades crescentes de ingresso no mercado de trabalho e a sua informalização excessiva no Brasil” (CARNEIRO, 1998, p.98). Contudo, exige-se um olhar crítico sobre a passagem do indivíduo jovem para a fase adulta, uma vez que os critérios de entrada no mundo adulto hoje estão cada vez mais flexíveis, as trajetórias dos/das jovens e as relações

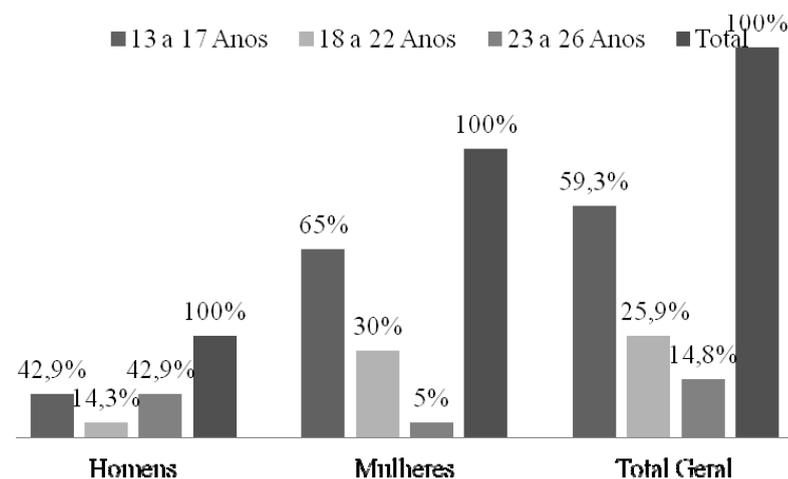
familiares muito mais dinâmicas em relação às gerações passadas, Novaes (2006) e Pais (2006).

A partir das informações levantadas por meio do questionário, foi identificada a faixa etária dos/das jovens dessas duas comunidades de 13 a 30 anos. Nesse momento, a juventude foi vista apenas como faixa etária, seguindo critério cronológico (WEISHEIMER, 2009). Reafirmo que essa compreensão ou definição de quem é ou não jovem não contempla as singularidades que constituem o modo de ser jovem. Todavia, este passou operacionalmente a ser o recorte etário dos/das interlocutores/as jovens da pesquisa, o qual, por sua vez, foi construído pelos próprios jovens, eu apenas o adotei no estudo. Entretanto, é importante esclarecer que, no segundo momento da pesquisa, apenas compareceram aos encontros agendados pelo pesquisador, jovens de 13 a 26 anos de idade. Assim, os dados da pesquisa se referem aos jovens dessa faixa etária, como pode ser observado nos gráficos que se seguem.

Ao retornar aos assentamentos quase um ano depois da primeira visita, decidi reaplicar o questionário aos jovens, trazendo duas novas questões, uma sobre o projeto de futuro e a outra sobre a relação deles/as com movimento social/sindical e/ou grupo de jovens. Além disso, novos jovens apareceram para participar do estudo e outros desistiram. No assentamento Marrecas foi reaplicado no dia 25/09/2013 e no Assentamento Nova Esperança no dia 02/10/2013, os mesmos dias em que foram realizados os grupos focais, respectivamente. Responderam ao questionário nessa segunda etapa um total de 27 jovens entre homens e mulheres.

Vale ressaltar aqui a predominância das jovens mulheres na pesquisa, como pode ser observado na figura 3. Essa diferença entre o número de jovens (homens) e jovens (mulheres) se atribui à própria condição estrutural das famílias no contexto pesquisado, que obriga os filhos e às vezes os pais a saírem em busca de trabalho assalariado.

Figura 3 1 - Faixa Etária dos/das jovens da pesquisa

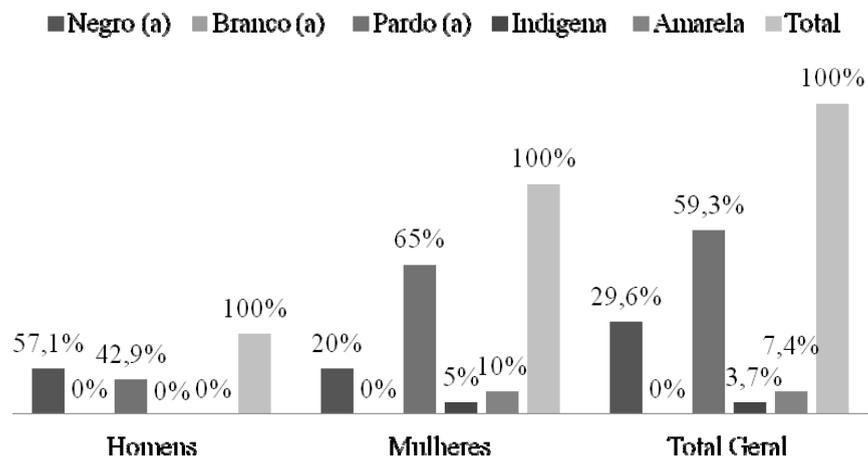


Fonte: Questionário aplicado pelo autor/2013.

Do total de jovens que responderam ao questionário na segunda etapa da pesquisa, 14 são do assentamento Marrecas, e 13 do assentamento Nova Esperança. A distribuição etária dos/das jovens da pesquisa é composta por 59,3% de 13 a 17 anos, por 25,9% de 18 a 22 anos, por 14,8% de 23 a 26 anos. Entre os homens, essa divisão se estabelece em 42,9% de 13 a 17 anos, em 14,3% de 18 a 22 anos, em 42,9% de 23 a 26 anos. Entre as mulheres, temos a seguinte divisão: em 65% de 13 a 17 anos, em 30% de 18 a 22 anos, e 5% de 23 a 26 anos de idade. Do total de 27 jovens, 20 são do sexo feminino, o que corresponde a 74,7% do total geral dos interlocutores jovens da pesquisa.

Dos 27 jovens que responderam ao questionário, entre os homens 57,1% se autodefiniram negros, 0% brancos, 42,9% pardos, 0% indígenas, 0% amarelo. Entre as mulheres, 20% se autodefiniram como negras, 0% como brancas, 65% como pardas, 5% indígenas, 10% amarelas. No total geral, negro/a corresponde a 29,6%, branco/a 0%, pardo/a 59,3%, indígena 3,7%, amarelo 7,4% conforme pode se observar na figura 2.

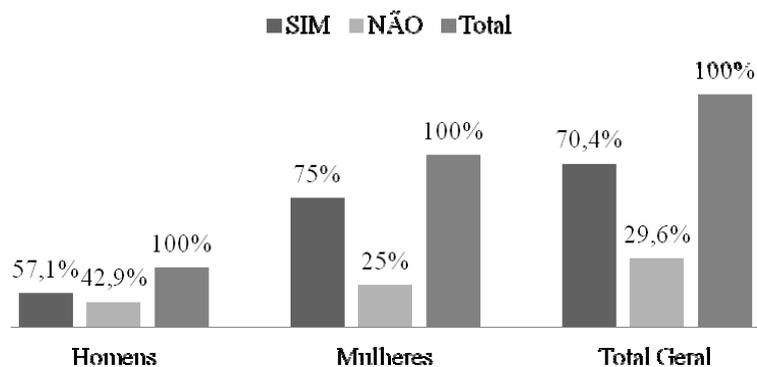
Figura 4 - Autodefinição étnica dos/das jovens



Fonte: Questionário aplicado pelo autor/2013.

No quesito estudo, os jovens interlocutores da pesquisa, os quais responderam ao questionário, são representados da seguinte forma: entre os rapazes, 57,1% estavam frequentando a escola e 42,9% estavam fora da escola; no grupo das jovens mulheres, 75% frequentavam e 25% estavam fora da escola conforme figura 5. Contudo, a título de esclarecimento ao leitor, os jovens (rapazes e moças) que estavam fora da escola já concluíram o ensino médio. Por falta de oportunidade para continuar o seu processo de escolarização, são obrigados a encerrar nesse momento a vida escolar.

Figura 5 - Estudo



Fonte: Questionário aplicado pelo autor/2013.

A aplicação do questionário aos jovens proporcionou ao pesquisador conhecimento da heterogeneidade do grupo de jovens, serviu para construir o perfil deles e, inicialmente, ter uma noção da relação dos/das jovens com o trabalho no campo, seus projetos de futuro, os espaços de sociabilidade, questões aprofundadas na realização dos grupos focais.

O jovem e a perspectiva de futuro: o certo incerto e o indeciso

A exploração analítica dos dados da pesquisa e considerando a realidade vivida pelos/as jovens pesquisados/as, o que está à disposição ou não da juventude, no sentido da elaboração dos projetos de futuro, tudo isso constitui um processo bastante complexo. As perspectivas de futuro dos/das jovens são atravessadas de contradições e conflitos que emergem das condições objetivas e subjetivas que envolvem a vida cotidiana e as relações que eles/as estabelecem dentro e fora dos assentamentos. É importante considerar que esses sujeitos não estão isolados do mundo. Eles circulam entre as fronteiras do rural e o urbano, incorporando em suas trajetórias as vicissitudes espaciais e temporais e, ao mesmo tempo, deixam suas marcas nos espaços por onde transitam.

A complexidade desse processo se traduz na fluidez da categoria juventude rural e remete à compreensão da heterogeneidade que essa categoria carrega em sua essência, questão que tem gerado um intenso debate teórico na atualidade, permeando as ciências humanas e sociais. Autores como Carneiro (2007; 2011); Wanderley (2007); Castro et al. (2009), dentre outros, têm se debruçado sobre as questões da vida cotidiana dos/das jovens do campo, principalmente no que se refere às perspectivas dessa juventude.

Assim, neste estudo, no esforço de compreender como os/as jovens filhos/as de assentados inseridos/as num contexto de Reforma Agrária se constituem como seres sociais imersos num complexo processo de expansão do capitalismo no campo, procurei ouvi-los/as no intuito de que os próprios jovens falassem sobre seus desejos, seus sonhos, seus projetos de futuro. Os dados indicaram três grupos de aspirações juvenis: os/as jovens que pretendem continuar o processo de escolaridade, almejando fazer uma faculdade; outros que pensam em encerrar a formação com o ensino médio/profissionalizante. E um grupo que foi classificado como os/as jovens indecisos no que tange às escolhas profissionais.

Não é demais lembrar que a juventude, compreendida como uma

construção social e histórica (WEISHEIMER, 2009; PAIS, 1990), não está imune a associações vinculadas a um tempo de incerteza. Seja a condição juvenil rural ou urbana, é permeada de tensões, de tomadas de decisões, sejam relacionadas à profissão, ao casamento, ao estudo, enfim, os/as jovens são impulsionados a fazer escolhas na vida e para a vida.

Na sociedade contemporânea, em especial no Brasil, as mudanças socioeconômicas pelas quais tem passado o campo impõem incertezas no momento de escolher essa ou aquela profissão: continuar, ou não, o trabalho da família camponesa; que possibilidade eu tenho para encaminhar meus projetos de futuro. No caso particular dos/das jovens do presente estudo, reafirmo que eles/as sofrem essas tensões, dadas as circunstâncias que lhes são apresentadas provenientes da realidade concreta na qual estão inseridos/as. Os/as jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança vivem em condições de precariedade em dimensões múltiplas, culturais, educacionais, lazer, trabalho, saúde, dentre outras.

No que diz respeito aos projetos de futuro dos/das jovens interlocutores/as da pesquisa, encontram-se perspectivas relacionadas à profissão em duas direções, ou seja, projetos relacionados à vida no espaço urbano e no espaço rural. No decorrer da investigação, seja por meio das narrativas dos grupos focais, nas conversas informais e questionário aplicado aos/às jovens, os dados revelaram que os projetos profissionais das moças quase sempre estão relacionados à cidade. Numa posição contrária estão os projetos dos rapazes, exceto um, que pretende ser advogado. Hoje, o curso de Direito também é ofertado para os/as jovens do campo, a exemplo do curso de Direito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) ofertado em algumas universidades públicas no Brasil.

Outros estudos, como os de Abramovay et al. (1998); Weisheimer (2005); também apontaram uma preferência por parte das jovens por projetos profissionais voltados para o meio urbano, gerando uma masculinização do campo (ABRAMOVAY et al. 1998). Segundo Frigotto (2004), com base em dados de um levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Programa Nossa Primeira Terra, 60% de 141 jovens entrevistados de 50 municípios brasileiros apontaram que gostariam de permanecer no campo e estudar áreas afins e 62,5% por falta de oportunidades querem sair do meio rural. Esse autor coloca, que a saída dos/das jovens do campo, tem relação com: trabalho (28,5%), estudo (26,5%), trabalho e estudo (26,5%) e 17,5% por outras razões. Tais fatores dialogam com os indicados pelos/as jovens da pesquisa que ora se realiza.

Projetos urbanos

A exploração dos dados da pesquisa permite apontar que os sonhos, as perspectivas de futuro passam a ser identificados por uma relação de subordinação à cidade, historicamente construída no imaginário da sociedade dominante. No entanto, as escolhas dos/das jovens são marcadas muito mais por uma questão de ordem econômica do que geográfica. Isso não significa que a localização não exerça influência sobre as tomadas de decisões referentes aos projetos profissionais dos/as jovens. Segundo (WEISHEIMER, 2007, p. 248): “o projeto constitui-se numa antecipação consciente do futuro contingente que revela o ser e o transforma orientando sua conduta em direção a um futuro pretendido.” Eis algumas falas dos/das interlocutores/as extraídas dos grupos focais referentes às perspectivas profissionais:

Eu pretendo fazer medicina, pretendo, né, eu gosto da área... por enquanto... Porque quando eu era pequena, eu queria ser advogada (JM2AM).

Eu pretendo me formar pra advogada ou então médica... Qualquer um dos dois serve (JM4AM).

Eu quero me formar em medicina, ser psicóloga, quero descobrir mais sobre o pensamento das pessoas, saber o que se passa na cabeça das pessoas (JM6AM).

Eu quero me formar pra arquiteta, não sei se aguento a matemática, pretendo, eu acho interessante a parte de decoração de interiores, eu gosto disso, eu até tentei outra, mas desisti do curso porque achei que não era o ideal não (JM9AM).

Eu quero dar aula de inglês. Eu gosto (JM8AM).

Advogado, fazer direito (JH5ANE).

Eu queria ser enfermeira, mas tô pobre, né (JM19AN).

Esse grupo é formado por jovens que sonham em fazer cursos superiores em que o campo de atuação é mais comum nos espaços urbanos. São jovens que não se identificam com o trabalho agrícola, portanto almejam ingressar na faculdade, trabalhar em outras profissões. Fazer uma faculdade é uma estratégia vista pelos/as jovens como uma possibilidade de se afastar da profissão de agricultor. Essa é uma estratégia idealizada também por muitas famílias dos/das jovens, com as quais eu conversei no caminho da pesquisa.

Portanto, é uma alternativa coletiva pensada frente à falta de perspectivas de estudo e trabalho nas localidades onde vivem, situadas em pequenos municípios no interior da Bahia, que, assim como outros espalhados pelo país, enfrentam o problema da saída dos/das jovens do campo em destino às cidades ora em busca de estudo, ora em busca de trabalho, ou os dois concomitantes.

Os cursos escolhidos pelos/as jovens desse grupo são: Medicina, Direito, Enfermagem, Arquitetura, Psicologia, Pediatria e Licenciatura em Inglês. Alguns jovens desse grupo demonstraram indecisão entre os cursos de medicina e direito, chegando a afirmar que qualquer um dos dois serve, como ficou explícito nos relatos expostos.

Há de se considerar, no entanto, que muitos dos cursos escolhidos pelos/as jovens foram historicamente destinados aos filhos da burguesia, principalmente os cursos de medicina e direito. Estes ocuparam e ainda ocupam um lugar privilegiado no imaginário da sociedade, o que não justifica que esses/as jovens não possam desejar, ser um/a médico/a, um/a advogado/a. O direito de escolha precisa ser garantido às pessoas na sua totalidade, independentemente das condições materiais, simbólicas e localização geográfica onde os indivíduos vivem.

Reafirmo a necessidade de se continuar exigindo a garantia do direito de igualdade a todos os cidadãos, sejam eles do campo ou da cidade. Esse direito tem sido bandeira de luta dos povos do campo, que por sinal já obtiveram algumas conquistas, a exemplo do curso de Direito voltado para os sujeitos do campo que já acontece em algumas universidades públicas do país, como foi referendado anteriormente.

Projetos rurais

Numa direção oposta à do grupo anterior, jovens assumem o desejo de se formar em um curso superior ou técnico que não lhes tire o contato com a meio rural. Suas escolhas são indicativos dos valores, sentimentos que nutrem em relação ao trabalho camponês. São valores e sentimentos que os mobilizam em elaborar ou idealizar projetos de futuro profissionais e pessoais que não os/as afastem do campo. São jovens que se identificam com a agropecuária e com a vida no meio rural.

No momento da realização dos grupos focais e em diálogos informais que estabeleci com os/as jovens no período de incursão nos espaços onde

a investigação foi realizada, os/as jovens demonstraram que, apesar das dificuldades enfrentadas pelas suas famílias em garantir a manutenção das unidades familiares: alimentação, escola dos/das filhos/as, saúde, enfim, na visão desses/as jovens, o campo ainda é um lugar bom para se viver. Vejam-se relatos de alguns jovens que pretendem se formar e continuar no campo.

Eu pretendo estudar pra ser veterinária, porque eu gosto de animais, eu gosto de estudar animais **(JM11AN)**.

Eu, no meu caso, pretendo fazer uma faculdade de veterinária, mas pensando pra área da zootecnia **(JM1AM)**.

Eu já pensei em agronomia, mas vamos ver, é difícil, vou ver **(JH3AM)**

Se eu formar, eu quero ser veterinária, eu gosto de mexer com bicho **(JM16AN)**.

Eu também penso fazer veterinária **(JM17AN)**.

Eu já pensei em tantas coisas, um micro, um pequeno empresário, a coisa não é muito fácil não, vamos ver, o pensamento não paga nada pra pensar, tentar não custa nada **(JH2AM)**.

Quero estudar pra continuar no campo, pensei em ser Técnico Agropecuário **(JH6AN)**.

Eu gostaria de mexer com pintura, eu aprender e mexer assim com artesanato é o que tenho em mente **(JM20AN)**.

Observa-se que, além dos/das jovens que pretendem fazer uma faculdade, ter um curso superior, desejando arrumar um emprego no meio rural, encontram-se aqueles/as que buscam ser um micro ou pequeno empresário no campo, ser técnico agropecuário e/ou exercer o trabalho com artesanato. É importante ressaltar que a confecção de artesanato como estratégia de produção também aparece nos relatos das mães entrevistadas na pesquisa. Muitas mães dos dois assentamentos lócus da investigação me revelaram que é preciso inventar alguma coisa dentro dos assentamentos para aumentar a renda das famílias; que às vezes, as mulheres, quando não estão na roça junto aos maridos, ficam dentro de casa assistindo à televisão, ao invés de estar fazendo alguma coisa, a exemplo de artesanato para vender e ajudar na renda da família.

Desse modo, percebi um desejo, tanto por parte de algumas jovens

como de muitas mães, em criar, desenvolver alguma atividade produtiva, diferente da agropecuária, que pudesse auxiliar a renda da unidade familiar, a permanência da juventude no campo e fortalecer, assim, o processo de reprodução social da família camponesa, que tem enfrentado dificuldades financeiras. Essa realidade é também vivida por outros assentados da Reforma Agrária, em especial os/as jovens, como os/as pesquisados/as por Costa e Ralisch (2013) no Assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Florestópolis (PR). Essa pesquisa realizada por esses autores indica que dos/das jovens entrevistados/as 22,2% querem sair do campo por não se identificarem com a vida de agricultor; 44,4% gostam de trabalhar com atividades rurais e viver no assentamento, mas a condição financeira da família obriga a sair, ou seja, necessitam sair, mas preferiam ficar e, 33,4% dos/das jovens querem ficar no campo, esses/as são os/as jovens de melhores condições financeiras entre os grupos de jovens investigados/as nesse estudo. A fala a seguir ilustra bem essa situação: “A questão que a gente deixa de sonhar é por causa da condição financeira, a gente deixa de sonhar por causa disso, e às vezes a gente desanima por falta de ânimo mesmo” (JM20AN).

A fala dessa jovem atribui à condição financeira a responsabilidade da “morte” dos sonhos. Portanto, a partir dessa compreensão, o direito de sonhar perpassa pela condição material que possibilita acessar determinados bens. Isso implica pensar que sonhar, no campo brasileiro hoje, está cada vez mais difícil frente às condições de precariedade vivida pela população do meio rural, principalmente os/as jovens, que se encontram em um momento da vida propício a elaborarem idealizações, se projetarem num futuro mais distante.

Os jovens indecisos...

Escolher, traçar projetos de futuro, sejam eles pessoais ou profissionais, provocam tensões e conflitos diante das incertezas postas pelas mudanças ocorridas na sociedade capitalista no campo e na cidade. No caso específico dos/das jovens deste estudo, encontram-se jovens que ainda não pararam para pensar a respeito de que profissão gostariam de seguir. Uma jovem expressa que só no decorrer do tempo é que ela vai descobrir que carreira escolherá para si; é como se ainda não fosse tempo para fazer esse tipo de escolha, tomar essa decisão. Esse grupo de jovens se acha jovem demais para se preocupar com o futuro.

Eu ainda não sei, vou ter que pensar, no decorrer do tempo eu vou descobrir (JM12AN).

Eu não sei ainda, quem sabe é o tempo. Até agora eu ainda não achei nenhuma profissão que eu gosto (JM13AN).

Eu não pensei em nada, nenhuma profissão (JM10AM).

Eu pretendo estudar mais, fazer algum curso, mas profissão mesmo assim eu não tenho nenhuma não (JM7AM).

Eu não defini especificamente uma profissão, mas ser uma pessoa bastante informada das coisas do mundo, eu gostaria de ser bem informada, estudar (JM20AN).

Eu só penso terminar o ensino médio... Terminando o ensino médio, aí... Vou ver que minha vida vai decidir aí, viu, terminou o ensino médio aí, vou ver o caminho que a gente vai (JH1AM).

Nota-se que os/as jovens são atravessados por um sentimento de indecisão sobre quais profissões escolherão. É como se lhes faltassem maturidade para decidir algo tão importante para suas vidas que lhes proporcionaria uma dimensão maior na perspectiva da inserção social. Nesse sentido, reafirmo que a juventude não pode ser compreendida apenas como uma breve passagem da infância para a maturidade ou uma transição para a vida adulta. A Juventude é um momento complexo da vida humana, carregado de significação social, de profundas definições de identidade na esfera pessoal, social, profissional, o que requer intensa experimentação em diferentes esferas.

Percebe-se uma complexidade inerente à juventude e ao ser humano, nas falas dos/as jovens transcritas acima. Enquanto a jovem pretende estudar para ser bem informada, mesmo não sabendo dizer que profissão quer seguir, por outro lado, o jovem pensa esperar o término do ensino médio para ver que caminho trilhar. Frente a tantas questões que imprimem a diversidade e singularidade dos/das jovens pesquisados/as, compreendo, as condições juvenis se desenvolvem em múltiplas dimensões, logo o tempo dos/das jovens é diferente e suas condições juvenis assumem contornos diferentes. Isso significa que, enquanto para uns é tempo de pensar, idealizar seus projetos de futuro, para outros, é tempo de indecisão.

As perspectivas dos/das jovens, homens e mulheres, frente às

condições objetivas e subjetivas, passam a ser vivenciadas num contexto de luta pela sobrevivência e por um lugar no espaço e no tempo. As circunstâncias que lhes são impostas ao mesmo tempo em que servem de estímulos para uns, servem para desmotivação de outros. Entre tomada de decisão, projeção de sonhos, frustrações e indecisão, os processos constitutivos do ser jovem de assentamentos rurais se fazem de formas diferenciadas. Na compreensão de Pais (2006), são muitos os contratempos que caracterizam a condição juvenil contemporânea. Esse autor sugere que muitos dos/as jovens de hoje não sabem se o futuro está próximo ou longe, nem tampouco que o futuro os/as espera. “As trajetórias de vida de muitos jovens assemelham-se a jardins labirínticos de sendas que bifurcam” (PAIS, 2006, p.10). Isso significa que nem sempre os/as jovens conseguem atingir os projetos estabelecidos. Muitas vezes, eles/as não conseguem nem mesmo se encontrar a tal ponto de se projetar, seja por uma questão de maturidade ou de outra natureza, como a falta de condições materiais e subjetivas de sobrevivência.

Desse modo, adoto o ponto de vista de Carneiro (2011) quando ela sugere que devemos situar os/as jovens numa perspectiva de um conjunto de sujeitos tributários de um processo social e histórico decorrente da constituição de uma territorialidade, portanto cabe-nos reconhecê-los/as a partir de suas especificidades locais. Autores como Wanderley (2007); Carneiro (2011); Castro et al. (2009), dentre outros, têm apontado a imprecisão da categoria juventude rural. Assim sendo, e considerando as especificidades dos/das jovens da pesquisa que ora se realiza, ou seja, filhos/as de agricultores assentados da Reforma Agrária, entendo que eles/as devem ser compreendidos/as levando em conta as contradições sociais que permeiam a produção objetiva e subjetiva dos sujeitos jovens na realidade em que estão inseridos.

Castro (2009) destaca que as dificuldades que afetam os/as jovens não podem ser tratadas descoladas dos problemas que atingem as suas famílias nas diversas formas de reprodução. Os problemas das famílias envolvem também os/as jovens e vice-versa. Evidentemente, alguns problemas atingem os/as jovens com mais intensidade e de forma mais direta.

Diante do exposto, há de se ponderar que a complexidade das condições reais vividas por esses/as jovens sugere a necessidade de um debate profícuo acerca da implementação e da materialidade das políticas públicas que de fato contemplem as áreas de Reforma Agrária, não só voltadas para a juventude, mas para o coletivo de sujeitos que habitam esses espaços.

Considerações finais

Como demonstraram em suas falas, os projetos de futuro/vida dos/das jovens caminham em duas perspectivas. Uma, em relação à cidade; e outra, na direção do campo. Na primeira direção vão os/as jovens que escolheram fazer faculdade em áreas que não têm relação com o trabalho agropecuário e nessa busca de autonomia financeira depreciam o trabalho na agricultura, sinalizando um afastamento da identidade camponesa; e, na segunda perspectiva, estão os/as jovens que apresentam uma relação mais afetiva com o trabalho camponês e apontaram cursos que pretendem fazer, os quais têm relação com a vida do homem do campo, com o trabalho agropecuário. E há um terceiro grupo de jovens que ainda não sabe que profissão quer seguir.

Assim, as autorrepresentações que caracterizam o modo de vida dos/das jovens de assentamento rural de Reforma Agrária traçam o retrato da heterogeneidade da juventude dos espaços investigados, atravessados de tensões, conflitos, discriminação e contradições impostas por um modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista que tem se expandido no campo brasileiro, e, por conseguinte, interferido exclusivamente na vida dos sujeitos do campo. Isso contribuiu para entender que os/as jovens pesquisados se constituem como seres sociais por meio de dimensões diversificadas, logo não é possível compreendê-los/as apenas por critérios precisos e estáveis demarcados anteriormente. Os/as jovens, diante das condições objetivas e subjetivas em que vivem, constroem suas estratégias de forma peculiar para se situarem nos espaços e tempos existenciais. São jovens movidos pelos seus sonhos, mas também conscientes das incertezas e dificuldades que encontrarão na corrida em busca da realização de seus sonhos.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 70. ed. Lisboa, Portugal: Geográfica Editora, 1979.

BRASIL. **Resolução N. 466**, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em:<

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 29. Jan. 2015.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio. **O que são os assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Reforma Agrária por conflitos: a gestão dos conflitos de terras no Brasil. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008. Cap. I, (p.17-129).

CARDOSO, Ruth; SAMPAIO, Helena Maria Sant`Ana. **Bibliografia sobre a juventude**. (Org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998. (p.95-117).

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. 2. Reimpressão, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. (p. 243-261).

CASTRO, Elisa Guaraná, et al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niñez y juventud**, v.7, nº 1, (s/p), ene/jun, 2009.

COSTA, Fernando Luiz Martins; RALISCH, Ricardo. Juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **RESR**, Piracicaba – SP: v., 51, nº3, (p.415-432), 2013.

DEZ ANOS do Assentamento Marrecas/Malhada, BA. Produção: Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, Polo de Guanambi e

Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Marrecas. Malhada: 2010. DVD (30 min).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento. In: CALDART, et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.21-25).

FREITAS, Goretti Maria Sampaio. **Sob o signo da relação: a mídia e os sentidos culturais dos jovens residentes em assentamentos rurais do MST**, PB. 2010. Fl.206. Tese de Doutorado em (Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, Trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São PAULO: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (p.180-216).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2006/2010. Disponível em:<www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15, maio.2013.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. (p.45-67).

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de; LEITE, Sérgio Pereira. Perspectiva para análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998. (p. 151-176).

MENDONÇA. Sônia Regina de. Estado. In: CALDART, et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.347-

353).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Trabalho de campo**: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Ver. e ampl. (p.61-77).

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (org.). **Culturas Jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (p.105-120).

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**. v. XXV (105-106), 1990. (p.139-165).

_____. Busca de si: expressividade e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (Org.). **Culturas Jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (p.7-21).

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terra. In: CALDART, Roseli Salete; et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. (p.509-518).

SOUZA, Suzane Tosta. **Luta pela terra e reprodução camponesa no sudoeste da Bahia**. XIX Encontro Nacional de geografia agrária, São Paulo: 2009. Disponível em: < http://www.geografia.flch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Souza_ST.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014

STROPASOLAS, Valmir L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

TRINDADE, Domingos Rodrigues da. **O potencial da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília para a produção de ações contra-hegemônicas**: um estudo de caso no Assentamento Itaúna em Planaltina de Goiás. 2011.Fl.167. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Dissertação de mestrado em (educação). 2011.

WANDERELEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. (p.21-51).

_____. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapas de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

_____. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. Fl. 331. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado em (Sociologia). 2009.

_____. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. (237-251).

_____. Alcances e limites das políticas de desenvolvimento rural para o combate a pobreza. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Pobreza Rural**: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Brasília: IICA, 2011. Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial. (p. 105-107).

A VOZ DAS BRUXAS! A FALA DAS MULHERES DO MST DO SETOR DE SAÚDE DA ZONA DA MATA MINEIRA

Ludmila Bandeira Pedro de Farias¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar o papel desempenhado pelas mulheres assentadas e acampadas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Zona da Mata Mineira. Como se relaciona o discurso e a participação dessas mulheres assentadas e acampadas, inseridas no Setor de Saúde do Movimento Sem Terra, a partir de suas intervenções na vida cotidiana, nas lutas, nas atividades do Setor, nas formações políticas, coordenações de espaços políticos e de direção do MST. Buscou-se analisar a inter-relação entre o cotidiano doméstico e a intervenção política no setor de saúde e a percepção dessas mulheres das mudanças ocorridas a partir do aprendizado na política pelo setor de saúde.

Palavras chaves: Setor de Saúde, MST, Participação Política.

Abstract: The aim of this paper is to analyze the role of women settled and encampments of the landless worker's movement from Zona da Mata Mineira. How the discourse and participation of these women relate, inserted in the health sector from its interventions in everyday life, struggles, sector's activities, political formations, spaces coordination and intervention policy in the sector of health and their perception regarding the changes occurred from the learning process in policy of such sector.

Keywords: Health Sector, MST, Political Participation.

¹ Mestranda do PPG-Sociedade, Ambiente e Território, mestrado associado entre Unimontes e UFMG em Montes Claros. Ludmila.farias@terra.com.br

1 - Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar o papel desempenhado pelas mulheres assentadas e acampadas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Zona da Mata Mineira. Como se relaciona o discurso e a participação dessas mulheres assentadas e acampadas, inseridas no Setor de Saúde do Movimento Sem Terra na Zona da Mata Mineira, a partir de suas intervenções na vida cotidiana, nas lutas, nas atividades do Setor, nas formações políticas, coordenações de espaços políticos e de direção do MST? Buscou-se analisar a inter-relação entre o cotidiano doméstico e a intervenção política no setor de saúde e a percepção dessas mulheres das mudanças ocorridas a partir do aprendizado na política pelo setor de saúde.

Não se trata de uma escolha aleatória, pois o setor de saúde vem sendo o espaço de entrada das mulheres no processo de organização dos núcleos de família. Ainda há muita invisibilidade nos estudos sobre as lutas travadas pelo acesso à terra e o papel das mulheres nessa conquista. Mais. Há ainda uma necessidade de se pesquisar a relação entre as intervenções das mulheres nos espaços de luta e as modificações a partir da produção da política nos espaços públicos no cotidiano dos assentamentos e acampamentos no que se refere à questão de gênero.

Afinal, como nos alerta Leonilde Medeiros (2008):

A percepção da condição de subordinação não é decorrência imediata da participação na luta, mas em especial da forma como essa participação se dá. Nesse sentido, torna-se central analisar o processo pelo qual se dá a constituição desses novos lugares das mulheres. A questão subjacente é a de como se constituem possibilidades de desnaturalização da dominação (MEDEIROS, 2008, p. 11).

Daí a importância de se compreender os processos de tensão a partir do cotidiano dessas mulheres para que se possam desvelar as mudanças, ainda que pequenas, mas significativas, na sedimentação dos papéis de gênero dentro dos assentamentos e acampamentos. Ainda, segundo Medeiros, as famílias assentadas reproduzem traços típicos do campesinato, como por exemplo, a produção agropecuária nos assentamentos está organizada por meio do trabalho da família e que o homem, “na qualidade de responsável pelo lote e como marido, apresenta-se como o ‘chefe’”. Dentre as atribuições deste “chefe” estão as responsabilidades da organização,

desenvolvimento e gerenciamento da produção. Cabendo a este homem a distribuição das tarefas dentro do lote e fora dele (contatos com bancos, cooperativas, técnicos etc), acumulando assim “um capital específico de conhecimento e de relações que o habilita a permanecer com as mesmas atribuições e manter sua posição de poder” (MEDEIROS, 2008, p. 13).

A autora reconhece que a existência dos assentamentos vem produzindo essas tensões acerca dos papéis tradicionais da mulher colocando em debate essa “naturalização” do espaço doméstico como necessariamente destinado à mulher na cultura camponesa. Essas micro modificações se dão por motivos diversos, dentre eles, as mudanças de perfil dentro dos assentamentos, na medida em que rearranjos na própria organização do movimento dos trabalhadores rurais acabam por deslocar famílias de outras regiões, travando contato com famílias assentadas pertencentes a própria localidade do assentamento. Muitas famílias passaram por muitas migrações até serem assentadas numa determinada área, tendo vivenciado variadas experiências em atividades urbanas marcadas pelo subemprego e precariedade.

Trata-se, portanto, de compreender o quanto se vem gestando nos assentamentos uma alteração na relação de dominação com relação à questão de gênero e como a própria estrutura organizativa do MST contribui para essas modificações e o quanto se mantém de reprodução das experiências de dominação.

Os setores dentro do MST representam as instâncias organizativas do movimento onde se planeja e organizam-se as demandas da luta pela terra. Saúde é condição de vida para toda sociedade, por isso sua discussão é um elemento que organiza, mobiliza e articula o MST.

O Setor da Saúde do MST prioriza: a luta pela saúde como direito humano, contribuindo na construção de um projeto popular de saúde da classe trabalhadora; constrói a saúde na perspectiva da integralidade e equidade, refletindo sobre as causas das doenças individuais e coletivas, estimuladas pelo projeto capitalista e imperialista no Brasil e no mundo; contribui na consolidação do Sistema Único de Saúde, com controle público, gestão participativa, serviços com qualidade, garantindo o protagonismo da classe trabalhadora dentro de um projeto popular para o Brasil; ressignifica saúde para além da prestação de serviços e assistência às doenças, construindo a saúde numa dimensão ética, política, social, econômica e cultural.

Parte-se da hipótese de que só os sujeitos atuando de forma organizada

são capazes de modificar o meio em que vivem, assim como mudam também sua perspectiva sobre si e sua atuação junto ao coletivo em que se insere. Desta maneira, a discussão de gênero, sexo, e a hierarquia entre mulheres e homens da organização interferem na atuação política destas mulheres. Por isso o estudo do protagonismo das mulheres camponesas organizadas no Setor de Saúde se torna necessário.

A participação da mulher na vida política tem sido tema de debates constantes, sobretudo, pelos movimentos sociais. Há tempos muitas mulheres vêm se mantendo submissas ao interesse dos homens: como filha, esposa, foi criada para se submeter, sobretudo, quando amparada financeiramente pelo homem. Tal cenário de submissão foi se desenhando ao longo dos tempos, pelo fato da mulher ser considerada incapaz de assumir uma postura política, e sua participação estar restrita a esfera privada da vida. Foram destinadas à mulher, nesse contexto, as tarefas domésticas, o cuidado com a casa, com os filhos e com o marido.

Essa construção social da imagem da mulher perante a sociedade como ser incapaz, deve-se a uma cultura predominantemente masculina e machista, que ao longo dos anos, não só reforçou e ainda reforça a ideia de que existem na sociedade coisas destinadas apenas aos homens e outras às mulheres. É essa mesma sociedade que determina o que os indivíduos devem fazer e como devem se comportar, de acordo com o sexo de cada um e cada uma.

Toda uma produção discursiva, que define as funções de homens e de mulheres na sociedade, esteve pautada em distinções biológicas, ou melhor, em distinções sexuais, o que nos fomenta discussões sobre as desigualdades sociais, nelas pautadas. Com os Movimentos Feministas, mais especificamente, com a introdução do conceito de gênero nas discussões, sexo, então, assumiu outro lugar: como uma construção social. Dessa forma, para compreender o lugar e as relações estabelecidas entre homens e mulheres numa sociedade, o que importa é levar em consideração não o sexo que cada um carrega, mas sim, o que foi socialmente construído sobre os sexos.

Nesse sentido, gênero será aqui entendido como uma construção social do ser humano nas diferentes práticas, espaços e instituições; passíveis, portanto de transformação. E o sexo, como se referindo à identidade biológica de cada um/a.

Para compreensão desse processo a partir da experiência camponesa realizou-se uma pesquisa etnográfica, com observação participante,

além de entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco das oito mulheres do Setor de Saúde da Região da Zona da Mata Mineira. Buscou-se resgatar a trajetória pessoal de cada uma dessas mulheres, de onde vieram, qual motivação para compor o Setor de Saúde, dentre outras questões.

Daí o título do presente trabalho: A voz das bruxas, pois há a intenção de se afirmar que estas mulheres – as bruxas, pois possuem o conhecimento da cura pelas plantas, dos preparos dos chás e xaropes -, são mulheres dotadas de um conhecimento não reconhecido por uma grande parte da sociedade.

De fato, há que se recuperar a trajetória histórica dos estudos das plantas, cujo saber e conhecimento acerca das suas propriedades terapêuticas estiveram a cargo das mulheres. Não sem razão, as “curandeiras” da idade média servirão de bodes expiatórios para o controle da Igreja por meio do Santo Ofício.

Certamente as mulheres participantes desta pesquisa são diferentes em alguns aspectos das mulheres operárias e/ou aquelas que não mantêm experiências de luta pela conquista de seus direitos. Aliado a esse ponto que as caracteriza, pode-se, ainda, destacar o contexto social e cultural que forjou essas mulheres, levando-se em conta o seu caráter de luta de cunho reivindicatório na conquista de seus objetivos.

Medeiros (2008) analisa também essas modificações no ethos camponês na reorganização familiar por conta da permanente tensão entre novos modos de vida e a manutenção de tradições, muitas postas em cheque:

O trabalhador que emerge dessas disputas é tensionado entre valores antigos e novos. Direcionar a produção mais para o mercado ou para o consumo, colocar os filhos e as filhas para ajudar na lavoura, buscar algum trabalho complementar fora, deixar as filhas migrarem (ou muitas vezes, ver sua autoridade confrontada ante o fato consumado) são alternativas que reorganizam a família e não podem ser lidas estritamente do ponto de vista da sua reprodução econômica. Há outros componentes no desenho da estratégia familiar, que envolvem rearranjos internos, disputas por capacidade de decisão, colocando o tempo todo em questão um modelo de autoridade paterna e as tradicionais relações de gênero, tensionando os costumes (MEDEIROS, 2008, p. 15).

Compreender como se travam essas disputas a partir de um padrão de dominação histórico de gênero é o passo a seguir.

2 - Lava roupa todo dia... Que agonia!

Lava roupa todo dia, que agonia, Na quebrada da soleira, que chovia. Até sonhar de madrugada, uma moça sem mancada Uma mulher não deve vacilar (Luiz melodia).

Pensar a questão de Gênero e o campo rural é desafiador por se tratar ainda de um tema marcado, em que pese pesquisas realizadas, por muitas ausências informativas sobre as mulheres e o mundo rural e por uma manutenção, mesmo com as muitas mudanças, de relações de dominações históricas sobre a mulher.

Se tomarmos como base, por exemplo, o numérico de mulheres que foram beneficiárias da reforma agrária, são dados recentes que apontam uma alteração a partir da própria pressão dos movimentos sociais para que a autarquia responsável pela realização do contrato de beneficiamento da reforma agrária, o Instituto de Colonização e reforma Agrária (INCRA), começasse a priorizar a titulação pelo nome da mulher.

Em 2005, há uma orientação para que no processo de beneficiamento do casal se priorizasse as mulheres e não os homens, tentando equacionar a questão agrária as determinações constitucionais que impuseram uma igualdade no poder familiar²

Em pesquisa realizada em 2002, Carmen Diana Deere (2002) analisa e nos apresenta tabelas regionais em que é possível se verificar o numérico de mulheres beneficiárias em relação aos homens, demonstrando ainda como há muitos desafios impostos para ruptura com uma relação assimétrica e de papéis sexualmente determinados na relação no campesinato. A tabela abaixo demonstra por região o diferencial em 1996 entre homens e mulheres beneficiários da reforma agrária:

Tabela 1: Beneficiárias da Reforma Agrária por Sexo, Estado e Região, 1996 (porcentagens).

	Homens	Mulheres	S.i.	Total
Acre	81.3	14.3	4.4	100
Amazonas	78.3	16.9	4.8	100
Amapá	83.1	16.1	0.8	100
Pará	84.9	13.7	1.4	100
Rondônia	89.0	8.2	2.8	100
Roraima	81.9	17.5	0.6	100
Tocantins	90.4	8.4	1.2	100
Norte	85.0	12.7	0.3	100
Alagoas	85.7	13.7	0.6	100
Bahia	83.2	14.5	2.3	100
Ceará	91.3	8.2	0.5	100
Maranhão	88.9	14.6	1.5	100
Paraíba	82.5	16.9	0.6	100
Pernambuco	82.6	16.5	0.9	100
Piauí	86.1	13.4	0.5	100
Rio Grande do Norte	89.8	8.3	1.9	100
Sergipe	82.9	16.0	1.1	100
Nordeste	85.3	13.4	1.3	100
Espírito Santo	85.8	12.9	1.3	100
Minas Gerais	81.5	10.8	7.7	100
Rio de Janeiro	81.5	17.9	0.6	100
São Paulo	85.7	13.2	1.1	100
Sudeste	83.3	13.8	2.9	100
Goiás	90.8	8.6	0.6	100
Mato Grosso	84.7	11.7	3.6	100
Mato Grosso do Sul	86.9	12.0	1.1	100
Centro-Oeste	86.8	11.5	1.7	100
Paraná	93.3	7.2	0.5	100
Rio Grande do Sul	89.1	9.3	1.6	100
Santa Catarina	91.7	7.3	1.0	100
Sul	86.8	7.9	1.0	100
TOTAL	86.6	12.6	1.8	100

(n=157,757)

Nota: S. i. = sem informação.

Fonte: INCRA/CRUB/UnB, I Censo da Reforma Agrária (1998, p. 26).

² Ver O Setor de Gênero do MST acessível em http://base.d-p-h.info/pt/corpus_auteur/fiche-auteur-1543.html

Tabela 2: Mudanças no índice de Beneficiárias da Reforma Agrária, 1996 e 2000.

Estado	1996	2000
Nordeste		
Ceará	8.15 (n=9.191)	10.98 (n=17.753)
Paraíba	16.91 (n=3.703)	17.93 (n=8.900)
Pernambuco	16.47 (n=3.321)	16.45 (n=8.559)
Rio Grande do Norte	8.30 (n=4.098)	10.29 (n=13.619)
Sudeste		
Rio de Janeiro	17.89 (n=2.605)	22.99 (n=3.497)
Sul		
Rio Grande do Sul	9.34 (n=2.570)	9.79 (n=5.618)
Santa Catarina	7.27 (n=2.498)	9.76 (n=4.385)
Paraná	7.20 (n=3.071)	6.80 (n=11.390)

Fontes: INCRA/CRUB/UNB, I Censo da Reforma Agrária, Tabela 1.7, 1996. Entrevistas da autora Carmen Deere com superintendências do Incra; dados de registro no Sistema de Informação do Sipra de Setembro de 2000.

Quando a autora apresenta os dados de 2000 percebemos a modificação na titulação com um aumento de mulheres, mas por outro lado, Deere (2002) aponta para as interdições a essa mulher quando se trata de chefe de família. Em grande medida, a presença das mulheres como beneficiárias ainda está demarcado como um dado alternativo: na impossibilidade do homem assumir o lote (seja por idade, trabalho, aposentadoria, etc) nesse caso o INCRA opta pela titulação da esposa e/ou companheira.

Assim, para melhor análise da relação entre o setor de saúde e a participação das mulheres, faz-se necessário recuperar aqui a noção de gênero.

As discussões de gênero ganham densidade no século XX e XXI como forma de compreender, responder e superar as desigualdades entre os sexos, que segundo algumas autoras como Scott (1989), Saffioti (2004) é o que influencia nas relações sociais e de poder na sociedade naturalizando o que é social.

Segundo Scott, gênero é parte constitutiva das relações que os sujeitos estabelecem baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, “o

gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1991.) Ainda sobre gênero, a autora diz que as mudanças nas relações sócias correspondem sempre a uma mudança na representação de poder.

Scott diz que o gênero, como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as distinções percebidas entre os sexos, implica quatro elementos relacionados entre si: 1) símbolos culturais com representações múltiplas, por exemplo, Eva e Maria. Por vezes traduzem pares opostos como puro e o impuro, luz e a escuridão; 2) conceitos normativos contidos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas que explicitam as diferenças entre o masculino e o feminino; 3) noção rígida na representação binária dos gêneros, e; 4) identidade subjetiva de gênero estabelecendo distribuições de poder através de um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos.

Como compreender então que a dimensão daquilo que historicamente se convencionou como “feminino”, o zelo, o cuidado com o outro, possam servir de projeção para redimensionar o papel político da mulher? Como compreender que pela esfera do tradicional como o é a questão do uso das plantas, as mulheres Sem Terra venham a se reconhecer como agentes políticos na esfera pública?

Para tal, analisaremos como se organiza o processo de divisão sexual do trabalho para enfim compreendermos o Setor de Saúde como forma de empoderamento das mulheres Sem Terra.

3 - Divisão Sexual do Trabalho

A Divisão sexual do trabalho é historicamente representada entre os homens responsáveis pela produção e as mulheres responsáveis pela reprodução. Isto é incorporado de maneira naturalizada pelo fato das mulheres serem biologicamente as responsáveis pela geração dos filhos e então lhe associam as condições cotidianas necessárias para a manutenção de um lar. Nas sociedades patriarcais a separação dos trabalhos entre homens e mulheres gera uma hierarquização em que considera o trabalho dos homens melhor que o das mulheres, por isso mais valorizado.

Não se trata de uma perspectiva “imutável”, mas de uma divisão que percorre a história nas suas variantes culturais, sociais, históricas, econômicas, etc. De acordo com Danièle Kergoat (2000) “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho decorrente das

relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade.” A Divisão sexual do trabalho tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.). Enquanto que para as mulheres sobram as atividades privadas, restrita à casa (tarefas domésticas e filhos).

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios norteadores: 1) o princípio da separação (existem trabalhos específicos de homens e trabalhos específicos de mulheres) e; 2) o princípio da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Kergoat afirma que estes princípios podem ser aplicados a um processo específico de legitimação. “a ideologia naturalista, este processo empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie.”

No capitalismo, em que se mantém a perspectiva patriarcal, quando uma tecnologia é para simplificar a produção assumem as mulheres, quando é para complexificar assumem os homens. Há, portanto, uma desvalorização do trabalho e dos empregos que são majoritariamente compostos por mulheres. Deste modo, as mulheres foram incorporadas ao mercado de trabalho quando foi necessário, porém como mão de obra barata para operar as fábricas do capitalismo ascendente em seu período de industrialização, assumindo os postos de serviço mais degradantes e com as piores condições de trabalho. Ainda que mulheres ocupassem o mesmo setor que os homens, elas recebiam menos pelo mesmo tempo de trabalho que eles.

O capitalismo reduz o conceito de economia à produção mercantil, ocultando todo o trabalho da mulher no espaço doméstico, seu cuidado íntimo da família. Sendo que a família também é um local de supremacia masculina, com a noção ideológica de que o trabalho do homem é mais cansativo, por isso merece o descanso durante as horas em que a mulher faz os trabalhos caseiros.

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, mudou-se o modelo idealizado e vivenciado de família extensa para família mononuclear, quando também, reforçam-se ainda mais as relações de poder do homem sobre a mulher. Neste caso, quando a mulher passa a receber um salário maior que o homem, geralmente gera conflitos e violência ou separação do casal. (Cisne, 2012)

No trabalho doméstico é difícil de contar as horas, quantificar, pois as mulheres fazem muitas coisas ao mesmo tempo. Ou seja, quando está em seu lar, quando casada ela não divide suas tarefas com o cônjuge, considerando que são duas pessoas adultas e com condições semelhantes de trabalho, mas sim este lhe aumenta a carga de serviços. O patriarcado está representado nas ações domésticas, políticas e sociais, mesmo que inconscientemente e oprime consideravelmente as mulheres, aumentando ainda mais essa opressão quando somada à da classe social trabalhadora, que não seja proprietária dos meios de produção.

Nesse processo de reprodução da divisão sexual do trabalho dentro do ethos camponês, as mulheres acabam por assumir as tarefas domésticas que historicamente são destinadas a elas, bem como acabam por se inserir nos espaços mais voltados para a dimensão do zelo e cuidado, como os setores de Saúde e Educação do Movimento Sem Terra. Embora não haja um estudo que trace o perfil nacional, na Zona da Mata, as mulheres acabam por iniciar sua vida política no Setor de Saúde. As entrevistadas mencionam sua opção por verem nesse setor a possibilidade de cuidar do outro.

Não caberia a estas mulheres “bruxas” outro lugar que não o setor de saúde. Estas bruxas são reconhecidas por dispor do remédio para todos os males. Elas carregam histórias e sonhos, palavras e canções, signos e símbolos.

Dentro do setor de saúde os discursos do feminismo e do feminino se colocam de forma independente. O conceito de feminismo tem caráter político com a marca do coletivo e o discurso do feminino carrega as especificidades da mulher, suas individualidades.

4 - Um pouco de história: Gênero e MST

É importante considerar que o MST emergiu na história a partir da reivindicação de acesso à terra, e que no processo de sua organização e consolidação histórica incorporou outras lutas, como a luta por uma política própria no campo da educação em vista da construção de novos valores; a luta por novas estratégias de produção; novas relações com o meio ambiente, bem como a construção de um novo homem e de uma nova mulher, colocando a questão da reforma agrária numa perspectiva de transformação social mais ampla.

A história da formação do MST se inicia em 08 de Dezembro de 1980,

quando é montada a primeira barraca no acampamento da Encruzilhada Natalino, armada por Natálio. Em 1981, inicia-se o processo de organização do acampamento que passa a ter mais de 500 famílias com aproximadamente 2000 pessoas.

Após uma organização provisória, entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1981, o acampamento evoluiu para uma organização social estruturada. Entre abril e julho, do mesmo ano, os camponeses e seus apoiadores criaram processos decisórios coletivos, com diversas instâncias de consulta, bem como, realizaram atividades de formação, criando uma identidade coletiva entre os acampados.

O MST surge em 1984, fruto desta primeira ocupação de terras em Ronda Alta, município do Rio Grande do Sul. De 1981 a 1984, período ainda de resistência contra a ditadura militar, os trabalhadores rurais estavam num processo de organização dos camponeses sem terra, como também da organização política dos parceiros e apoiadores.

Nesta perspectiva da construção de novos homens e novas mulheres, o MST realiza o I Encontro de mulheres em 1995. Um primeiro espaço para organizar suas militantes e iniciar o debate de gênero. O Setor de Saúde se organiza no ano de 1998, tendo primordialmente as mulheres à frente do processo organizativo.

Resultado deste primeiro encontro nacional de mulheres, o MST discute a criação da Ciranda, espaço de formação e cuidados dos sem terras, como também o espaço criado para que as mulheres pudessem militar e participar das decisões políticas do movimento.

Outra demanda importante da organização das mulheres no movimento foi a discussão de que as mulheres deveriam ser reconhecidas como “assentadas” nos lotes junto com seus companheiros, ou seja, serem responsáveis legais pelo lote, que é da família. Uma das dificuldades encontradas foi a exclusão do acesso aos créditos, que eram destinados ao assentado, que na totalidade dos casos eram os homens. Mantendo a mulher fora das decisões do desenvolvimento e produção do lote (MEDEIROS, 2008).

Um dos movimentos sociais que vem se destacando na discussão de gênero no campo é o MST. Neste sentido, pensamos ser relevante estudar as formas como o MST tem construído a noção de gênero entre seus militantes, o papel da mulher na luta pela terra, pela reforma agrária e por cidadania, e como incorporar em seu discurso a ideia de transformar as relações de gênero no âmbito do movimento, abrindo

espaços de participação da mulher nas múltiplas instâncias de poder existentes em sua estrutura.

Há que se considerar a existência do Setor de Gênero, criado a partir das demandas concretas das mulheres organizadas no MST. Discutir o machismo, o capital e o agronegócio e suas influências no cotidiano da militância.

Para fazer todo este debate algumas questões fundamentais se colocam como, por exemplo, discutir a hierarquia de poder entre homens e mulheres dentro do MST, as questões materiais e produtivas que levam estas mulheres à luta e, por fim, como o movimento compreende e discute a noção de gênero com suas militantes e seus militantes.

5 - O campo empírico: com a palavra... Elas!

Historicamente, as mulheres que na divisão sexual do trabalho representam o papel da reprodução, também detinham o conhecimento sobre as ervas, cujo conhecimento circulava de mãe para filha na tradição oral, oposto ao pensamento moderno. Nas palavras de Boaventura Sousa Santos (2007) o pensamento moderno é um pensamento abissal, que coloca em linhas distintas os conhecimentos populares e os conhecimentos científicos.

A tensão existente entre a ciência e o saber popular se dá pelo que denomina Sousa Santos de “visibilidade assentada na invisibilidade de formas de conhecimento”. Ou seja, os conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas não se configuram como conhecimentos relevantes ou comensuráveis porque não se encontram para além do universo do verdadeiro e do falso.

O Movimento Sem Terra resgata a importância do conhecimento camponês, do saber popular quando trás à tona os conhecimentos da saúde alternativa, da cura através das plantas e chás.

É fundamental identificar como o MST, em sua trajetória discute a participação e o papel da mulher na luta pela terra, pela Reforma Agrária e por cidadania, e como incorpora em seu discurso a ideia de que é necessário transformar as relações de gênero no âmbito do movimento, abrindo espaços de participação da mulher nas múltiplas instâncias de poder existentes na sua estrutura.

Em todas as culturas o ser humano utiliza as espécies vegetais para aliviar ou tratar suas enfermidades desde a antiguidade. Cada povo, cada

grupamento humano traz consigo conhecimentos ancestrais sobre plantas medicinais.

A promoção e a proteção da saúde dos povos são essenciais para o contínuo desenvolvimento social e contribui para a melhoria da qualidade de vida. Serviços de saúde devem estar voltados para o aproveitamento do conhecimento tradicional e a pesquisa científica da flora deve ocorrer de modo a melhorar progressivamente o sistema de saúde de um país.

Para tal, utilizamos o método de investigação da pesquisa ação, ou seja, o método de pesquisa social na qual o investigador detecta um problema em seu meio social ou laboral e busca, junto com outros atores, sua solução. Para produção da análise, realizamos também entrevistas semiestruturadas com o grupo de mulheres integrantes do Setor de Saúde da Zona da Mata Mineira.

A pesquisa foi feita nas áreas de reforma agrária na região da Zona da Mata Mineira, onde se observa como unidade de investigação e análise as relações de poder praticadas nas instâncias de representação política e tomadas de decisão, a partir da imagem que temos do feminino e masculino, dentro de uma ordem patriarcal; onde o sexo imprime uma hierarquia de poderes entre homens e mulheres, sem perder de vista que a realidade rural ainda se demarca por uma relação fortemente machista e conservadora e hierarquizada.

A pesquisa se deu com o desenvolvimento do projeto **SAÚDE EM MOVIMENTO: O uso popular das plantas medicinais e os conhecimentos fitoterápicos** desenvolvido no Assentamentos Olga Benário, em Visconde do Rio Branco e no Assentamento Dênis Gonçalves, localizado na cidade de Goianá. Conseguimos realizar encontros e grupos focais com as mulheres dos dois assentamentos da região.

Assim, a pesquisa-ação foi desenvolvida a partir da realização de atividades vinculada às metas, quais sejam: reuniões dos coletivos de saúde das áreas, oficinas de uso de fitoterápicos e outras terapias alternativas. Foram ministradas oficinas nas duas comunidades, com diversos temas: feminismo, o conhecimento de plantas populares, cuidados coletivos, geração de renda e participação política (qual o papel da mulher nos setores).

Parte desta pesquisa se deu através da observação participante, uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade.

A partir da etnografia e das perguntas semiestruturadas procuramos fazer um resgate histórico das mulheres organizadas no setor de saúde, de onde vieram, como viviam antes de entrarem para o MST e como se deu sua inserção no setor.

Cabe dizer aqui que essas mulheres antes de se inserirem no setor de saúde estavam em suas vidas cotidianas, sem inserção política em algum espaço do Movimento Sem Terra. É um grupo composto de mulheres que migraram de outras duas regiões de Minas Gerais, com conhecimentos distintos. Algumas são da região da Zona da Mata, outras vieram do Vale do Rio Doce e outras, ainda, do Sul de Minas.

Foram entrevistadas ao todo 5 mulheres das 8 que compõe o Setor de Saúde. E que ainda contam com 2 homens que não foram entrevistados por escolha da pesquisadora. Um deles participa ativamente das atividades. Preferi aqui investigar apenas as mulheres e seus históricos de vida e luta.

Todas elas vieram do campo, assim como seus pais. Poucas tiveram tempo para ir à escola, dedicando-se aos afazeres domésticos e “femininos”.

5.1. As entrevistadas³

D. Maria

Um pouco da história de Dona Maria. Uma senhora que tem 53 anos, nascida em Governador Valadares. Estudou até a 4ª série, filha de pais trabalhadores rurais que sabem apenas ler. Nasceram e viveram na roça a vida toda.

Dona Maria foi visitar um acampamento em Governador Valadares porque o marido e o filho já tinham se cadastrado no Acampamento Padre João. Como não havia outra opção a não ser acompanhá-los, juntou-se à luta pela conquista da terra. Ficou acampada durante quatro anos em Governador Valadares até ser assentada na Zona da Mata Mineira.

Em seu acampamento, no Vale do Rio Doce fez um curso de plantas medicinais oferecido pela Universidade de Viçosa em parceria com o MST. Com o término do curso, Dona Maria foi indicada pra coordenar o seu núcleo de base. E quando veio para região da Zona da Mata, entrou para o setor de saúde, pois havia se capacitado para trabalhar com as ervas medicinais. Começou a desenvolver seu “dom” para cuidar dos companheiros e companheiras que precisam de ajuda.

³ Optei por usar nomes aleatórios, por entender que assim, não exponho demais as companheiras.

Dona Maria, que era muito doente antes do curso e tomava muito remédio “de farmácia”, aprendeu a cuidar de outros doentes, hoje coordena o setor de saúde da região da zona da mata com os conhecimentos adquiridos dentro do MST.

Rosa

Rosa tem 42 anos, também estudou até a quarta série, é dona de casa e foi acompanhar o marido na ocupação de terras em Goianá. No início não gostou da ideia de ir para uma área de ocupação, mesmo que esta área representasse parte de sua história até a juventude, pois nasceu e cresceu na fazenda ocupada. Casou-se e foi morar na cidade. Quando a ocupação aconteceu ela ouvia as notícias, pois demorou para fazer parte da comunidade. Só começou a frequentar porque o filho mais velho, que gosta de roça, insistiu muito.

Alice

A mais nova do grupo de mulheres é Alice, tem trinta e quatro anos. É mãe de três meninas e um bebezinho. Estudou até a 8ª série em Conceição do Formoso, Distrito rural da cidade de Santos Dumont/MG. Alice nasceu e cresceu no campo. Onde também se casou há 12 anos.

Alice foi acampar a convite do padrinho de uma de suas filhas que já estava acampado há algum tempo. A família inteira passou por debaixo da lona preta e hoje vive, há dois anos no Assentamento. “Viemos pelas promessas que o movimento ofereceu. De dar estudo e escola para as minhas filhas.” Alice, que hoje tem as três garotinhas na escola, junto com seu companheiro estudou no Assentamento, fez um curso técnico em Agroecologia oferecido pelo MST.

Quando morava em Conceição do Formoso, “eu cuidada das pessoas, fazia as unhas, o cabelo. Quando eu fui acampar eu vi a possibilidade de cuidar da saúde delas”. Alice fez cursos antes de entrar no MST, contribuindo nas terapias desenvolvidas pelo setor de saúde. “Desde criança eu fui cuidada com plantas, então tenho uma facilidade de ir aprendendo. Fazendo mais cursos.”

Joana

Com 46 anos, Joana sempre morou na roça. Desde muito jovem já trabalhava nas tarefas domésticas, cuidava da casa nas fazendas onde morou e trabalhou. Como tantas outras, foi para o acampamento acompanhar o

marido, no seu desejo de conquista da terra. Só conseguiu ir morar no acampamento seis meses depois da ocupação porque achava que o MST era uma turma de “bagunceiros”. “Depois que eu comecei a frequentar as festas é que eu percebi que não era nada disso”.

Joana ficou sabendo da ocupação pela rádio da cidade de Goianá, nesta época já morava na cidade junto com o marido e seus três filhos. Seu sonho era cursar medicina, como na roça não era possível aprendeu a usar as plantas para cuidar dos outros. Já inserida no coletivo de saúde Joana começou a contribuir e atuar no setor de saúde. Até hoje Joana continua atuando no setor de saúde porque traz tranquilidade e paz. “É gratificante cuidar das pessoas. Aprender a dividir, a respeitar o outro, a cuidar da alimentação...”.

D. Norma

Do município de Frei Inocência, do Vale do Rio Doce, veio Dona Norma, a mulher mais experiente. Com seus 64 anos esteve apenas 8 meses no banco da escola, que lhe conferiu a habilidade de assinar o próprio nome. Dona Norma é viúva e foi acampar sozinha no acampamento Padre João em 2010 a convite de um amigo da igreja. Desde então, passou por mais dois acampamentos no Vale do Rio Doce até chegar ao Assentamento Dênis Gonçalves em 2013. Onde é assentada hoje.

O marido não gostava do MST e não queria conhecer o acampamento, pois não gostava de roça. Quando Dona Norma entrou para o MST, já viúva, estava com depressão, não se sentia bem. “Sempre trabalhei na cozinha e conhecia das plantas, e fui aprender mais”.

Dona Norma entra para o setor de saúde pela mesma razão que as outras companheiras, uma vontade de cuidar do outro, de ajudar. E desta forma, atuando dentro do setor de saúde é que Dona Norma conseguiu sair da depressão cuidando dos outros companheiros e companheiras.

6 - Conclusão

Conseguimos a capacitação das mulheres sobre manipulação e uso de fitoterápicos e plantas medicinais da farmácia viva, assim como melhorias nos cuidados com a saúde de toda a comunidade, de modo que a própria comunidade envolvida faça uso dos produtos ali produzidos para os cuidados primários de atenção à saúde. Realizamos ainda uma oficina para a tentativa de comercialização das mudas produzidas no viveiro de plantas

medicinais, visando à geração de renda e assim fortalecer a autonomia dos grupos de mulheres.

Como resultado desse processo, ampliamos o debate a respeito do acesso ao sistema público de saúde e a melhoria da qualidade de vida das famílias residentes nas áreas envolvidas no projeto.

Além do que já se sabe da existência do machismo, estas mulheres do setor de saúde, através da organização e da atuação na instância que fazem parte conseguiram soltar a voz. Ou seja, são hoje militantes com uma importante atuação dentro do Setor que fazem parte. Estas cuidadoras, mulheres e militantes bruxas são também sujeitos da sua própria história, pois atuam ativamente modificando a realidade da qual estão inseridas.

As razões que levaram a mulher a um silêncio forçado são muitas, o machismo, o patriarcado, a opressão de gênero, a opressão de classe. Que espaços temos dentro da sociedade onde a classe dominante determina as relações sociais através da estrutura? Por isso os (des)valores estão de certa forma, dentro da classe oprimida.

O MST é um espaço de formação permanente que teve avanços no nível de consciência com a participação das mulheres. Porém, ainda se perpetuam comportamentos “tradicionais”. Aliás, em todas as classes sociais.

As mulheres, nas estruturas organizativas, saem dos espaços domésticos nos Assentamentos com participação efetiva na organização. Há uma mudança na relação da mulher com o espaço doméstico em que as companheiras rompem com este espaço e vão à luta. Ao mesmo tempo, vão se dando conta do seu papel no movimento. A partir disso, vão ocupando os espaços da organização dos núcleos, setores, nas direções e coordenações do Movimento.

Ao ocupar os espaços de participação política, as mulheres vão atuando na luta do MST em todos os espaços políticos. Mas são poucas as mulheres que estão nos espaços de decisão dentro do MST. Aos poucos essas mulheres bruxas, (guardiãs dos saberes da terra, especialistas nos cuidados, mães, doces e gentis, fortes guerreiras e lutadoras) precisam forjar esta participação política a partir da prática: nos espaços de relações públicas e nas discussões estratégicas.

A importância do projeto e das atividades realizadas através do setor de saúde está na ampliação do debate de gênero através da discussão política, organização das mulheres e prática com os fitoterápicos. As oficinas demandaram a prática de conhecer as plantas, cultivá-las, manejar

o remédio e ao mesmo tempo trabalhar de forma concreta a questão econômica com as mulheres envolvidas no setor. Assim como discutir sua autonomia dentro do assentamento.

Foi importante também o fato de ter sido o projeto, a metodologia, construídos com as próprias mulheres assentadas, ter dividido as responsabilidades desta formação. Ou seja, pude participar e acompanhar a elevação da consciência destas mulheres para as questões de saúde, de sua autonomia política, econômica e social.

7 - Referências

CARVALHO COSTA, Luis Flavio de; FLEXOR, G; SANTOS, R.(orgs.) **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

Cuidados em Saúde Mental: diálogos entre o MST e o SUS. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: ESP-MG, 2014.

KONDER COMPARATO, B. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

DEERE, Carmen. **Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais**. Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril, 2002: 112-146. Acessível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/carmen18.htm#_ftn36.

KERGOAT, Danièle. **A propôs des rapports sociaux des sexes**. M, Paris n. 53-54 Abril-maio, 1992.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. IN: (Org.) LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária – A experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

PAIXÃO, Sylvia. **A fala-a-menos – a repressão do desejo na poesia feminina**. Rio de Janeiro, Numem Editora, 1991. 1ª Edição.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004,

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo, Expressão popular, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS-CORPO, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Novos Estudos* 79. Novembro de 2007.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

CULTURA AMBIENTAL NO TERRITÓRIO CAIPIRA: HISTÓRIA E SABERES TRADICIONAIS DAS MULHERES DO NOROESTE PAULISTA

Fábio Fernandes Villela¹

Resumo: O texto apresenta o projeto de ensino-pesquisa-extensão intitulado: “Cultura ambiental no território caipira: história e saberes tradicionais das mulheres do noroeste paulista”. O projeto tem por objetivo trabalhar com a cultura ambiental do noroeste paulista – SP, do ponto de vista do seu desenvolvimento sustentável. Tem como objeto o “território caipira”, construção social e identidade cultural do noroeste paulista – SP. Possui como objetivos gerais a compreensão da história e dos saberes tradicionais das mulheres do “território caipira” e como objetivos específicos, a educação de jovens e adultos (EJA), especialmente das mulheres do “território caipira”. As razões que justificam este projeto são: a inclusão produtiva das mulheres e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais e as possibilidades de ações para a inclusão produtiva das mulheres do “território caipira”. Por fim, tem como resultados esperados a articulação dos saberes com as diferentes áreas do conhecimento, possibilitando a vivência de novos valores, o desencadeamento de ações coletivas, bem como a elevação de escolaridade associada à qualificação social e profissional, possibilitando novas aprendizagens.

Palavras-chave: Cultural Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Agricultura Familiar; Território Rural Noroeste Paulista – SP; Educação de Jovens e Adultos (EJA).

¹ Sociólogo, Professor do Departamento de Educação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – IBILCE, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, e-mail: fvillela@ibilce.unesp.br

Abstract: The text presents the project of education-research-extension entitled: “Environmental culture in yokel territory: traditional history and knowledge of women from the northwest part of São Paulo”. The project aims at working with the environmental culture of the northwest of São Paulo, from the sustainable development point of view. The subject matter of it is the “yokel territory”, the social construction and cultural identity of the northwest part of São Paulo. Along with its general objectives, we have the understanding of the story and the traditional knowledge of women from the “yokel territory” and, as specific objectives, we find the education of youngsters and adults (EJA), especially women. The reasons that justify the project are: productive inclusion of women and consolidation of socio-economic networks from the family agriculture perspective, within the scope of the territories and possibilities of actions for productive inclusion of women in the “yokel territory”. Finally, it shows results expected for the integration of the knowledge with different fields of knowledge, enabling a life with new values, the trigger of collective actions, as well as the increase in the education related to the social and professional qualification, enabling new learnings.

Keywords: Environmental Culture, Sustainable Development, Family Agriculture, Northwest – Country Territory Noroeste Paulista – SP; Young and Adult Education (EJA).

Introdução

O texto apresenta o projeto de ensino-pesquisa-extensão intitulado: “Cultura ambiental no território caipira: história e saberes tradicionais das mulheres do noroeste paulista”. O projeto tem por objetivo trabalhar com a cultura ambiental do noroeste paulista – SP, do ponto de vista do seu desenvolvimento sustentável, investigar o “território caipira”, a construção social e a identidade cultural do noroeste paulista – SP. Possui como objetivos gerais a compreensão da história e dos saberes tradicionais das mulheres do “território caipira” e como objetivos específicos a educação de jovens e adultos (EJA), especialmente das mulheres do “território caipira”. O texto está organizado da seguinte maneira: (1) Cultura ambiental; (2) Desenvolvimento sustentável; (3) Território noroeste paulista – SP; (4) Território caipira: construção social e identidade cultural do noroeste

paulista; (5) História e saberes tradicionais das mulheres no território caipira; (6) Educação de jovens e adultos (EJA) no território caipira; (7) Considerações finais; e (8) Referências.

1. Cultura ambiental

Nas últimas três décadas do século XX, o debate sobre o meio-ambiente atingiu um elevado patamar devido ao aporte teórico-metodológico de pesquisadores que se esforçaram por demonstrar o impacto dos problemas ambientais na saúde do ser humano e na manutenção da vida no planeta Terra. Autores, de diversas perspectivas, caracterizaram a dinâmica do sistema contemporâneo da seguinte maneira: “terrício” (Marcuse, 1973), “não verás país nenhum” (Brandão, 1981), “a grande pobre Mãe Terra” (Boff, 1993), “progresso destrutivo” (Löwy, 2005), “metabolismo socioecológico” (Clark e Foster, 2010), etc. Tais autores apontam para a tendência ilimitada da produção pela produção e a contradição entre o caráter limitado dos recursos da Terra e a disposição de se levar as relações capitalistas para os quatro cantos do planeta.

Essa experimentação dos “limites absolutos do capital” (Mészáros, 2002), tem um impacto gigantesco sobre o meio ambiente, incrementando, na esfera social, a desigualdade entre as classes, a pobreza extrema, a falta de acesso a serviços de saúde e de educação e, na esfera ambiental, a poluição do ar, água e da terra, as chuvas ácidas, o aquecimento global e as mudanças climáticas, entre outros problemas ambientais.

Diante do problema da sobrevivência humana em escala planetária, se estabelece o desafio de repensar novas relações de produção, discutir temas relacionados à ecologia, agroecologia, cooperação agrícola, etc., como forma de resistência e construção de uma nova realidade societária. (Cf. Foster, 2005). Nessa perspectiva, a experiência dos assentamentos de reforma agrária adquire cada dia maior importância, especialmente no estado de São Paulo, pois trata-se de um espaço para onde convergem diversos fatores, tais como: conhecimentos populares, hábitos, usos e costumes que distinguem determinada comunidade.

Trata-se de um patrimônio material e imaterial acumulado e que, com o passar do tempo, poderá auxiliar no desenvolvimento de novas experiências de “agricultura familiar”. A preservação dessas tradições poderá manter-se ou desaparecer em função das políticas aplicadas. O grande desafio é elaborar estratégias de preservação dessas tradições, através do estudo da

“cultura ambiental” dos territórios.

Este trabalho fundamenta-se na necessidade de compreender a “cultura ambiental” dos indivíduos e grupos comunitários do noroeste paulista – SP possibilidade de desenvolvimento sustentável (Cf. Noroeste, 2014). As relações entre homem-sociedade-natureza condicionam e são condicionados pela “cultura ambiental”, da qual se deve partir para compreender a consciência dos indivíduos e grupos comunitários. As mudanças de atitudes só podem ser alcançadas com uma cuidadosa investigação da “cultura ambiental” das comunidades, alicerçada em uma estratégia formativa ambientalista.

O conceito de “cultura ambiental”, é retomado a partir de Irizarri (2010), dentre outros autores. Para o autor, “cultura ambiental” é um “sistema de conhecimento, experiências, motivações, valores, atitudes relativas ao meio ambiente”. No conceito de “cultura ambiental” estão implícitas, crenças e ideias que se convertem em forma regular de pensamento e de ação prática na atividade social. Nesse conceito estão intrinsecamente ligadas as formas de consciência social: a política, a ética, a religião, a estética, a jurídica, a filosófica e a científica. Segundo Irizarri (2010), para desenvolver a “cultura ambiental”, deve-se partir da formação de uma profunda consciência nos indivíduos e grupos comunitários e se chegar à “consciência ambiental”.

Um dos primeiros intelectuais a desenvolver o conceito de “cultura ambiental” foi Fernando Salinas (1930-1992). As ideias desse pedagogo foram pesquisadas em nosso trabalho de pós-doutorado (Cf. Villela, 2009-2010). O autor define “cultura ambiental” como a “máxima representação física dos avanços sociais e econômicos de um país em vias de desenvolvimento”, onde estão relacionadas tradições populares, participação e conhecimento profissional. Segundo o autor,

El ambiente es la unidad de la sociedad, el individuo y el entorno. La vida se desarrolla en un sistema ambiental que abarca el pasado, el presente y el futuro a través del recuerdo, la realidad y la imaginación. La cultura ambiental es una síntesis de las condiciones del medio natural y el paisaje diseñado, los conjuntos urbanos y espacios de uso público, calles, plazas y parques; las edificaciones de usos diferentes; el mobiliario, equipamiento, vestuario, la cultura corporal en todos sus aspectos; la gastronomía, los objetos de uso y contemplación -utilitarios o decorativos-, las obras sonoras, la pintura, la escultura, el diseño gráfico, el diseño industrial o artesanal, el conjunto cromático, la fotografía y la tipografía, que se encuentran en los espacios de vida diaria y cuyas imágenes visuales o audiovisuales se distribuyen por la televisión, el cine, el video o las publicaciones; en

todas sus relaciones entre sí y con quienes las experimentan en un momento de la historia y en un medio social, económico, político, ecológico y cultural específico [...]. (SALINAS, 1988 apud PÉREZ-RUBIO, 1994, p. 237-238).

Do final do século XX ao limiar do XXI, o conceito de “cultura ambiental” vem sendo desenvolvido por diversos pesquisadores, dentre eles: Salinas (1988 e 1992), Cárdenas (2002), Pérez-Rubio (1994 e 2003), Cruz (2002), Quesada (2002), Cruz, Romero e Hernández (2007) e Bery (2009), entre outros. Das concepções analisadas, destaco a definição de Quesada (2002), onde a cultura ambiental abarca a totalidade do modo de vida dos membros de uma sociedade e expressa a complexa rede de relações que se estabelecem entre a sociedade e seu ambiente. Quesada (2002) define “cultura ambiental” da seguinte maneira:

Proceso dialéctico que refleja la calidad de vida de las comunidades, el grado y expresión de dominio de los comunitarios de sus condiciones de existencia que se manifiesta a través de los símbolos, los significados heredados, vivenciados y creados por los sujetos en la iteración y relación con otros comunitarios en su medio ambiente natural y social. (QUESADA, 2002, p. 24).

Conforme demonstra Bery (2009), a “cultura ambiental” faz parte da cultura geral integral da população, seu objetivo é alcançar a harmonia nas relações homem-sociedade-natureza e contribuir para o desenvolvimento pleno das potencialidades do homem e o seu enriquecimento como ser social, conseqüentemente da elevação da sua qualidade de vida. O conceito de “cultura ambiental” tem uma enorme importância já que contribui para a formação de uma concepção de mundo na qual o indivíduo analisa de modo profundo, real e na sua integralidade, os complexos processos, os acontecimentos e fenômenos que têm lugar no infinito mundo material e a interação entre eles. Conseqüentemente, o ser humano consegue avaliar o alcance e as conseqüências da sua atividade transformadora sobre o ambiente, não só para a presente geração, mas também para as futuras.

Ainda segundo Bery (2009), a ideia de “cultura ambiental” reflete o modelo ético das relações entre o homem e o resto dos componentes do ambiente do qual faz parte indissolúvel, entre comunidade e seu entorno, através da cultura. A “cultura do ambiente” permite estabelecer relações positivas de convivência social com a paisagem natural, indispensável para

o sucesso da sustentabilidade ecológica e que assegura a permanência e desenvolvimento da vida em nosso planeta.

Em resumo, para os autores citados, a missão da cultura na área ambiental está associada ao desenvolvimento humano e tem por objetivo construir uma nova e definitiva responsabilidade social e individual para a sustentabilidade humana. A cultura deve potencializar uma ética de sustentabilidade “desde”, “com” e “para” a comunidade, onde a relação com o resto dos componentes do ambiente resulta imprescindível.

2. Desenvolvimento sustentável

A ideia é trabalhar a “cultural ambiental”, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Para tal finalidade, é necessário problematizar alguns conceitos. Conforme nos mostra Flores (2006), o termo “sustentável” vem sendo utilizado de diferentes formas a partir da segunda metade do século XX. Segundo o autor, o conceito foi incorporado inicialmente dentro de uma perspectiva capitalista denominada “capitalismo ecológico”. Nessa perspectiva, introduziu-se novos padrões tecnológicos para atenuar os efeitos negativos sobre o meio ambiente, causados pelas ações produtivas, sem que se promovessem alterações na lógica capitalista de acumulação. Numa perspectiva oposta, segundo Flores (2006), foi utilizado o conceito de “desenvolvimento sustentável”, buscando-se a “formação de uma solidariedade econômica territorial”. Como afirma Flores (2006),

Seria possível a construção de processos de desenvolvimento territorial, baseados na cooperação dentro do próprio território, ou intraterritorial, onde a renda territorial fosse distribuída a partir da ética da cooperação. A renda territorial significaria uma renda originária de um processo de cooperação, beneficiando generalizadamente os atores locais participantes de uma rede de cooperação. Os atores locais seriam beneficiários de estratégias de valorização do conjunto do território e dos produtos e serviços ali produzidos, em torno de uma mesma construção cognitiva em escala territorial (FLORES, 2006, p. 13).

A ideia de “desenvolvimento sustentável” aplicada a este trabalho partilha dessa perspectiva de “solidariedade econômica territorial”. Conforme propõe Flores (2006), o processo de desenvolvimento sustentável do território estaria alicerçado na melhor gestão possível do socioambiente, em nosso caso, da “cultura ambiental” da região noroeste paulista – SP.

3. Território noroeste paulista - SP

O conceito de “território” do qual nos apropriamos é o proposto por Fernandes (2012, p. 746-750). O autor afirma que o conceito é fundamental para pensar os “territórios”, que são, ao mesmo tempo, frações desse território da nação ou unidades que possuem características próprias, resultantes das diferentes relações sociais que os produzem. Desse ponto de vista, podemos analisar diferentes tipos de territórios que estão em confronto permanente, porque são espaços em que essas relações sociais se realizam. Segundo Fernandes (2012, p. 746),

O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. Esse território é predominantemente a gropecuário, e contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas. O território camponês entendido como fração ou como unidade é o sítio, o lote, a propriedade familiar ou comunitária, assim como também é a comunidade, o assentamento, um município onde predominam as comunidades camponesas (FERNANDES, 2012, p. 746).

Conforme nos mostra Fernandes (2012), o território pode ser analisado como uma unidade econômica, ao estudar a sua organização a partir da lógica do trabalho familiar (desde uma referência absoluta, como lugar da unidade familiar, até uma referência relativa, como uma região). Segundo o autor, pode-se falar em “territórios camponeses” de várias escalas, como o Nordeste, o maior território camponês do país, considerando que na região se concentra o maior número de famílias camponesas do Brasil. Dentro dessa perspectiva, trabalhamos com a ideia de território da região noroeste do estado de São Paulo, o qual designamos de “território caipira”, conforme veremos a seguir.

4. Território caipira: construção social e identidade cultural do noroeste paulista

Neste trabalho optamos por uma abordagem que associa aspectos da

geografia humanística e da geografia crítica, tendo em vista as questões acima elaboradas. A partir dessa perspectiva adotamos como categoria central a noção de “território”, procurando articular outras questões: a história e os saberes tradicionais, mulheres e educação de jovens e adultos. Retomando a questão, do ponto de vista da construção social e da identidade cultural, segundo Haesbaert e Limonad (2007), um território “é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico”.

As relações de poder concreto ou simbólico, conforme Haesbaert (2005), vinculam-se a processos, respectivamente, de domínio e de apropriação, segundo os sujeitos que constroem os territórios e as razões de controle social do espaço. Como referência extrema, no primeiro caso, o território assumirá um caráter mais funcional, como recurso, onde predominam processos de dominação; no outro, valor simbólico, mais evidente aos processos de apropriação. O autor enfatiza que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’ ” (HAESBAERT, 2005).

Um segundo conceito é o de “territorialidade”. Segundo Haesbaert (2004), a territorialidade incorpora tanto uma dimensão estritamente política quanto relações econômicas e culturais, pois está diretamente relacionada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam no espaço e como dão significado ao lugar. Ao longo do tempo, quatro grandes objetivos da “territorialização” foram acumulados e distintamente valorizados: (1) abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; (2) identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais; (3) disciplinarização ou controle através do espaço; (4) construção e controle de conexões e redes.

Segundo Claval (2002), o conceito de “territorialidade” está ligado às identidades individuais e coletivas fortemente vinculadas ao desenvolvimento de uma “consciência territorial”. Essa consciência se elabora em direção à vontade de reconhecer-se como indivíduo ou como uma coletividade, isto é, de chegar ao âmago da sua identidade através da autonomia e da sociabilidade. A dimensão da “consciência territorial” de determinado território, segundo nosso ponto de vista, pode ser analisada e compreendida por meio dos “saberes tradicionais”, já que ela é uma das formas pela qual se expressam as diferentes culturas.

O conceito de cultura, segundo Laraia (2005), está relacionado aos

diferentes sistemas de padrões de comportamento socialmente transmitidos e, portanto, aos diferentes modos de vida, incluindo-se as tecnologias, a forma de organização econômica, o tipo de agrupamento social, as crenças, as práticas religiosas etc. De uma determinada cultura resulta um modo particular de ver o mundo, comportamentos sociais e apreciações de ordem moral e valorativa. A cultura, contudo, não é estática e as mudanças podem ocorrer lentamente, de forma imperceptível, ao longo de séculos, em função da dinâmica própria do sistema cultural, ou podem ser mais bruscas e rápidas, como resultado da assimilação de padrões de outros sistemas culturais.

A cultura, segundo Claval (1999), designa o conjunto de saber-fazer, de práticas, de conhecimentos, de atitudes e de ideias que cada indivíduo recebe, interioriza, modifica ou elabora no decorrer de sua existência. De uma geração a outra, os conteúdos mudam, transforma-se o meio físico e a atmosfera social; em cada família, tradições e interesses diferem. Os indivíduos constroem-se a partir de modelos sociais por eles aceitos, imitados ou rejeitados. Ao mesmo tempo, a cultura é legado do passado e realidade do presente, já que, em parte, é herança das gerações anteriores, mantendo a intercomunicação no tempo, mas, também é utilizada para assegurar a comunicação entre as pessoas no presente.

Ainda de acordo com Claval (1999), a cultura é constituída por três componentes: (1) os conhecimentos, técnicas e saber-fazer ambientais que permitem a cada um que se localize no mundo, distinguindo diferentemente os ambientes e acionando os meios necessários para o deslocamento, proteção e nutrição, bem como para a constituição dos utensílios e maquinários que explicitam a sua realidade; (2) os conhecimentos, técnicas e saber-fazer sociais que oferecem aos indivíduos a possibilidade de reconhecer o seu lugar no universo social em que se inserem, de utilizar os códigos de comunicação nele em ação e de compreender as formas de arquitetura social em funcionamento; (3) a esfera de valores que tem por função integrar os dois outros componentes, definindo as opções ambientais e sociais, aceitas ou rejeitadas.

O conceito de “representações sociais” nos auxilia na compreensão da “cultura ambiental” do noroeste paulista - SP. Utilizamos esse conceito que foi desenvolvido em outros trabalhos, p. ex., Costa; Villela (2013) e Villela (2013-2015). Relembrando um antigo estudo de Woortmann (1990), a cultura pode ser compreendida ainda como o “universo de representações” de um grupo, categoria ou sociedade e, ainda, como um sistema no qual diferentes núcleos de representações estão em comunicação uns com os

outros formando uma rede de significados; categorias nucleantes agregam conjuntos de significações, os quais, em sua comunicação no “universo de representações”, se articulam e compõem uma totalidade.

Do ponto de vista do “modo de vida” e dos “saberes tradicionais”, Marques (1994) mostra que à medida que o grupo reproduz sua existência com base em um conjunto de relações, cujo processo se dá por meio de práticas sociais reconduzidas na luta cotidiana pela sobrevivência social empreendida pelos componentes do grupo, e o seu estudo deve procurar compreender como os diferentes elementos que o constituem se combinam, bem como a lógica que essa combinação encerra. A tradição não é mais, sob essa perspectiva, somente um fator de conservação, elemento de fixação ou marca do modo de vida, uma vez que valores e referências culturais tradicionais podem ser acionados e revividos para dar sentido ao novo quando este aparece de forma inteligível. A tradição é recriada face ao novo.

Enfim, como demonstra Marques (2004), o “modo de vida tradicional” e seus “saberes” é um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral; que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Esses valores são categorias culturais nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra. Tal característica é definidora de uma ordem que se opõe à ordem econômica da sociedade contemporânea, individualizada e voltada ao mercado. O modo de vida tradicional: (1) se distingue, ainda, por uma sociabilidade territorializada, preferencialmente em escala local informada por um sentimento de pertencimento ao lugar; (2) se constitui a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade básica a comunidade. A seguir abordamos as possibilidades de se trabalhar com a história e saberes tradicionais das mulheres no território caipira.

5. História e saberes tradicionais das mulheres no território caipira

O objetivo deste trabalho, do ponto de vista da pesquisa, é investigar a história e os saberes tradicionais das mulheres do noroeste paulista - SP. As culturas e os saberes tradicionais, conforme aponta Diegues (1999, p. 15), podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Em numerosas situações, esses saberes são o resultado de uma coevolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação

de um equilíbrio entre ambos. Isso conduziu ao interesse pela diversidade cultural, que também está ameaçada pela mundialização de modelos culturais dominantes.

As “comunidades tradicionais” e seus saberes são conceitos explicitados na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), em seu terceiro artigo. “Comunidades tradicionais” são grupos culturalmente diferenciados que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Considerando os diferentes contextos geográficos e as peculiaridades culturais que envolvem essas comunidades, Diegues (1999) listou 16 territórios com populações tradicionais “não indígenas” brasileiras, dentre elas, os “caipiras ou sitiantes”: comunidades, em grande parte de meeiros e parceiros, que sobrevivem em nichos entre as monoculturas do sudeste e do centro-oeste, desenvolvendo atividades agropecuárias em pequenas propriedades, destinadas à subsistência familiar e ao mercado. Diegues (1999, p. 40) distingue as seguintes populações tradicionais não indígenas: caçaras, caipiras, babaçueiros, jangadeiros, pantaneiros, pastoreio, praieiros, quilombolas, caboclos/ribeirinhos amazônicos, ribeirinhos não amazônicos, varjeiros, sitiantes, pescadores, açorianos, sertanejos/vaqueiros. Diegues (1999, p. 52) caracteriza os caipiras da seguinte forma:

Os caipiras são hoje, em grande parte, sitiantes, meeiros e parceiros que sobrevivem precariamente em nichos entre as monoculturas do Sudeste e Centro-Oeste, em pequenas propriedades em que desenvolvem atividades agrícolas e de pequena pecuária, cuja produção se dirige para a subsistência familiar e para o mercado. (DIEGUES, 1999, p. 52).

O autor indica, em um mapa, a localização aproximada do território dessas populações, salientando que, no caso dos caipiras, restaram somente alguns enclaves onde elas subsistem. Diegues (1999, p. 40) ressalta que: “não existe uma linha muito definida que separe os territórios dessas populações, ocorrendo mesmo nichos de algumas delas espalhados em áreas fora de suas regiões originais”. A partir dessa peculiaridade cultural, foram selecionadas duas escolas parceiras que se encontram em uma região em que parte dos habitantes se identifica como “caipiras”.

O “Noroeste Paulista” é uma região brasileira do estado de São Paulo.

Abrange parte ou toda a mesorregião de São José do Rio Preto e às vezes também costuma-se incluir a mesorregião de Araçatuba e a microrregião de Lins. É formado pela união de 153 municípios distribuídos em doze microrregiões. Possui uma área total de 50.025 quilômetros quadrados, cerca de 20% da área do estado e equivalente à área do estado brasileiro do Rio Grande do Norte. O município mais populoso é São José do Rio Preto, com 460 mil habitantes, seguido por Araçatuba (200 mil), Catanduva (114 mil), Birigui (111 mil), Votuporanga (84 mil), Lins (71 mil) e Fernandópolis (64 mil). Essas informações foram retiradas de Noroeste (2014).

Do ponto de vista das mulheres inseridas nesses territórios, a dura realidade se estende para além dos afazeres domésticos cotidianos (Cf. Dantas, 2013 e 2010). Todos os dias, elas precisam garantir a sobrevivência de sua família. O objetivo geral é compreender as histórias de vida dessas mulheres e seus saberes, procurando colocar em primeiro plano a visão que as mulheres têm do trabalho, do meio ambiente, da família, da sexualidade e de suas relações sociais, inseridas no “território”, em nosso caso o noroeste paulista - SP. Através de um “projeto de trabalho” e, utilizando métodos qualitativos e quantitativos, nos espaços de educação de jovens e adultos (doravante, EJA), estamos conhecendo um pouco mais do cotidiano dessas mulheres. Através dessa proposta, se dará visibilidade à condição humana dessas mulheres e será possível compreender e valorizar o conhecimento, a diversidade cultural e os saberes tradicionais construídos nesse território denominado de “caipira” por Diegues (1999).

A questão principal é desenvolver, nos espaços de EJA, um “projeto de trabalho” (Kaspchak; Gasparin, 2013) sobre a “história e os saberes tradicionais” dessas mulheres. Para Diegues (1999, p. 30), conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobretudo para as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, para estas, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o natural e o social, mas sim um continuum entre ambos.

Um exemplo de “saber tradicional” da “agricultura familiar” está presente nas cozinhas do “território caipira”. A cozinha é um microcosmo da sociedade, fonte inesgotável de saberes históricos, e suas produções podem ser consideradas como “patrimônio gustativo da sociedade”. Conforme demonstra Santos (2011), esses “saberes” permitem destacar as identidades

locais e regionais, certos pratos podem ser considerados como bens culturais, como lugares de memória, como patrimônio imaterial. Para o autor, uma síntese sobre as cozinhas brasileiras busca explicar influências de culturas alimentares a partir de duas realidades: a autêntica cultura alimentar local e regional e a cultura alimentar oriunda da civilização externa, influenciadora. Tais contatos e simbioses revelam relações e trocas complexas de diferenças, afirmadas e reafirmadas em fecunda assimilação, que redundam numa certa mestiçagem da comida brasileira.

O “território caipira” é marcado por “uma civilização do milho”, conforme aponta Marins (2004, p. 1-3). Para o autor, na alimentação paulista, a permanência dos saberes dos nativos sempre foi imensa. A origem indígena das mães de grande parte das famílias pioneiras, bem como a onipresença de escravas vindas dos sertões fazia com que o cozinhar estivesse presente nas casas ou nas caminhadas pelos interiores selvagens, marcado pelo paladar dos nativos. Mandioca e milho dividiram o pódio no cotidiano das famílias do litoral e do sertão. A farinha de mandioca, por exemplo, acompanhava os bandeirantes nas longas caminhadas pelos sertões.

Ainda segundo Marins (2004, p. 2), iguarias de milho apiloado ou macerado nos monjolos, uma marca registrada das populações paulistas, eram marcantes nas vilas do planalto paulista, a ponto de Sérgio Buarque de Holanda denominar a sociedade local de “civilização do milho” (Cf. Holanda, 1995, p. 181-189). Canjicas, curaus e pamonhas são ainda muito presentes na culinária paulista, chegando mesmo a fazer parte das alegorias “caipiras” das festas juninas. O fubá moído, recusado por muitos que o consideravam “comida para cachorro”, acabou também reforçando o uso do cereal a partir do século XIX devido à sua grande popularidade entre os italianos. Conforme revela Holanda (1995, p. 182), no capítulo “Uma civilização do milho”:

[...] ‘Farinha de cachorro’ foi como, já em 1727, lhe chamou o secretário do governador Rodrigo César de Meneses, relatando sua derrota e viagem de São Paulo às minas de Cuiabá. quando enumera os produtos de milho (farinha, canjica, cuscuz, biscoitos, pipocas, catimpuera, aloja (aluá?), aguardente, vinagre etc.), ‘único remédio e regalo’ dessas minas.? E em um papel anônimo de 1747 escrevia-se, do milho seco, que servia para dele se fazer fubá, assim chamado nas minas, em Portugal farinha, e que desse fubá se fabricava ‘o angu para os negros, cozido em um tacho de agoa athê Sequar’. Acrescenta o mesmo depoimento que em nada se diferenciava a farinha assim preparada da broa européia, salvo em ser esta cozida ao forno e levar sal.

Quanto aos demais produtos do milho, que, segundo o mesmo anônimo, se consumiam ordinariamente nas minas gerais, é significativo que, em sua totalidade, prescindiam de moagem, por conseguinte de uma técnica sensivelmente estranha aos usos tradicionais e indígenas de tratamento do cereal. Alguns desses produtos dispensavam, aliás, qualquer trituração prévia do grão, como era o caso do milho verde, que se come assado e ainda em espiga, ou o das pipocas, também chamadas ‘escolhido da brasa’, de que, segundo o citado anônimo, ‘usavam muito os paulistas’. [...]

Mas o milho verde, por sua vez, dava o curau que se fazia com auxílio do pilão, socando os grãos ainda em leite e cozendo-os. Do bagaço, amassado e posto embaixo das cinzas do fogão, faziam-se ainda as pamonhas. (HOLANDA, 1995, p. 182).

Esse “projeto de trabalho” nos espaços de EJA do “território caipira”, tem por horizonte a ideia de “acupuntura” territorial (Cf. Lerner, 2003). O autor defende a ideia de se fazer intervenções pontuais no território, a fim de que se possa desencadear reações positivas no entorno e estimular transformações por todo o território, com isso resgatando a identidade cultural de um local ou comunidade. Lerner (2003) afirma que a “acupuntura” é uma centelha que inicia uma ação e a subsequente propagação desta ação. A pesquisadora Garcia (2012) se apropria da ideia de “acupuntura” agregando o conceito de “ecoturística”.

A autora defende intervenções pontuais em um ambiente de preservação ambiental com o objetivo de estimular reações positivas no entorno, contribuindo para a educação ambiental, preservação das tradições culturais, e gerando uma alternativa econômica para as populações locais. Garcia (2012) estuda o município de Guaraqueçaba - PR, região de preservação localizada em uma área com diversas legislações restritivas. A autora busca apresentar propostas para o desenvolvimento do ecoturismo local, a partir do uso de projetos pontuais que possibilitem o desenvolvimento da região, comunidade local e preservação ambiental. Cabe destacar que o autor é formado em arquitetura e urbanismo, dominando os diversos códigos do planejamento territorial.

A ideia é utilizar os assentamentos de reforma agrária do “território caipira” como foco de intervenção pontual de uma “acupuntura territorial” e propagar esta ação para as demais cidades que compõem o território rural “noroeste paulista – SP”. As cidades, os assentamentos de reforma agrária e o número de famílias que estão presentes na região noroeste do estado de São Paulo são os seguintes (cidade em negrito, assentamento e número de famílias): **1.**

Promissão: Assentamento Reunidas (636) e Dandara (203); **2. Guarantã:** Antonio Conselheiro (151) e Pasto do Planalto (27); **3. Presidente Alves:** Palmares (31), São Francisco (28) e Batalha (07); **4. Cafelândia:** Cafezópolis (03); **5. Brejo Alegre:** Salvador (20) e São José (48); **6. Araçatuba:** Chico Mendes (267), Hugo Silveira (60) e Araçá (80); **7. Getulina:** Simon Bolívar (42) e **8. Pirajuí:** Vitória (10), no total de 1610 famílias.²

Os assentamentos de reforma agrária são hoje uma importante dimensão da questão agrária no Brasil. Os assentamentos de reforma agrária brasileiros são conquistas de intensas lutas promovidas pelos trabalhadores rurais e desempenham um papel fundamental no espaço rural brasileiro devido: (1) à contribuição social e econômica que podem gerar com a produção de emprego; (2) à diminuição do êxodo rural; (3) ao aumento na oferta de alimentos; (4) ao incremento da produção agropecuária; (5) à elevação do nível de renda, com consequente melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais sem terra.

Conforme Leite (2012, p. 110) nos mostra, a emergência dos “assentamentos rurais” no cenário da questão agrária brasileira foi um dos fatos marcantes que caracterizam o período que vai da década de 1980 até os dias atuais. Com os assentamentos, ganharam projeção também os seus sujeitos diretos, isto é, os “assentados rurais”, bem como os movimentos e as organizações que, em boa parte dos casos, garantiram o apoio necessário para que o esforço despendido ao longo das mais diversas lutas resultasse na constituição de projetos de Reforma Agrária. Assim, segundo o autor, em diferentes situações, um número expressivo de trabalhadores participou de processos de ocupação de terra, deixando de ser acampados para se tornarem, num momento seguinte, assentados. Em documento oficial de meados da década de 2000, o Estado brasileiro definiu o projeto de assentamentos da seguinte maneira:

[...] um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares. (BRASIL, 2004, p. 148).

² Dados obtidos através da Associação de Comunicação, Cultura, Esporte e Produção do Assentamento Reunidas (Accepar) em Promissão – SP (Cf. ACCEPAR, 2014).

Os assentamentos rurais, conforme nos mostra Bergamasco e Norder (1996), são estratégicos no quadro das transformações da questão agrária brasileira. Embora ainda com número limitado e com uma grande população demandante por terra, fazem parte de uma nova forma de integração da população rural, num contexto de redistribuição da propriedade fundiária partindo da transferência da população beneficiária e, conseqüentemente, sua readaptação num novo espaço de vida e de trabalho.

Ainda segundo os autores, os assentamentos rurais são um local privilegiado de novas experiências tecnológicas, pouco rentáveis em termos contábeis de empresas capitalistas, mas perfeitamente rentáveis, em termos da economia familiar dos agricultores. A “agricultura familiar” desempenha um importante papel no desenvolvimento brasileiro tornando-se o centro do debate sobre reforma agrária. O assentamento rural é uma das formas objetivas de se fazer uma reforma agrária, segundo defendem Bergamasco e Norder (1996, p. 7), “os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

Enfim, no contexto da reforma agrária brasileira, o termo assentamento rural está relacionado a um espaço preciso em que uma população será instalada e, portanto, uma transformação do espaço físico, cujo objetivo é a sua exploração agrícola. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária. Aliado a isto, está o fortalecimento e ampliação da “agricultura familiar”, que consiste na exploração de uma parcela de terra, tendo como trabalho direto a mão de obra familiar. Passamos as considerações sobre a EJA no território caipira.

6. Educação de jovens e adultos (EJA) no território caipira

O objetivo, do ponto de vista da extensão, é a educação de jovens e adultos (doravante, EJA) no “território caipira”, especialmente das mulheres. Nos espaços de EJA, conforme aponta Dantas (2013), é relevante que se trabalhe os “saberes tradicionais” dessas populações, especialmente das mulheres. Segundo a autora, é primordial que as informações sobre as habilidades e

competências dessa comunidade envolvam reflexão, tanto individual como coletiva, pois é esse exercício que permitirá às mulheres e aos homens se reconhecerem como sujeitos do seu contexto social e cultural, os quais, com essa certeza, poderão ser capazes de desenvolver novas relações de inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais.

Diante desse contexto, o trabalho em andamento procura integrar os saberes e analisar a complexidade desses saberes, especialmente das mulheres que constroem conhecimentos e os repassam de geração a geração. Para tanto, é utilizada a experiência de EJA desenvolvida no âmbito do “Projeto Unesp de Educação de Jovens e Adultos” (doravante, Peja - Unesp). O Peja - Unesp foi criado na Unesp no ano de 2000, na época, vinculado ao Programa Unesp de Integração Social Comunitária, da Pró-Reitoria de Extensão Universitária – PROEX, com o objetivo de estabelecer uma política pública para a educação de jovens e adultos, buscando parcerias comunitárias locais e visando à contribuição de recursos para a formação de cidadãos/leitores críticos e participativos, bem como a de professores com a visão de “educadores populares”. Atualmente o Peja é desenvolvido em oito campus da Unesp (Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto) contando com recursos humanos e materiais da Pró-Reitoria de Extensão Universitária – PROEX para o desenvolvimento de seus trabalhos (Cf. Villela; Tenani e Silva, 2014).

Do ponto de vista do trabalho docente, será utilizado um “projeto de trabalho” (Cf. Kaspchak; Gasparin, 2013). Optou-se pelas possibilidades metodológicas do trabalho com projetos, devido à riqueza de material acumulado sobre EJA em comunidades rurais. Dentre as diversas opções de trabalho com projetos, destaca-se: “projetos de ensino”, “projetos de trabalho”, “projetos da aprendizagem”, “temas geradores”, “metodologia do complexo temático”, entre outros (Cf. Hernández e Rodrigues, 1998). Dessa forma, as metodologias de trabalho com projeto permitem maior flexibilidade de estratégias ao professor e maior liberdade ao educando, viabilizando uma aprendizagem que de fato corresponda às reais necessidades da comunidade.

Somado a essas duas experiências metodológicas (o Peja - Unesp e o “Projeto de Trabalho”), é utilizada a desenvolvida em Villela (2014), especificamente o projeto de extensão: Centro Virtual de Estudos e Culturas do Mundo Rural. Essa ferramenta foi desenvolvida como recurso didático

e ferramenta no ensino de sociologia para os alunos do curso de pedagogia da Unesp de São José do Rio Preto (SP), doravante Rio Preto, e estendido, posteriormente, para escolas que manifestaram interesse em desenvolver tópicos da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Esse trabalho utiliza a metodologia de blog, um website frequentemente atualizado, por meio do qual os conteúdos aparecem em ordem cronológica inversa. Podem conter textos, imagens, áudios, vídeos e animações. Esta metodologia possibilita a disseminação do conhecimento produzido pela universidade na internet gratuitamente. A comunidade se relaciona através dos conteúdos, possibilitando a transmissão de informação, fazendo da web um espaço de leitura, escrita, participação e reflexão.

O blog de aula, por exemplo, foi utilizado como uma ferramenta do Peja - Rio Preto em um dos trabalhos desenvolvidos no Centro de Convivência do Idoso, doravante CCI. No Peja - Rio Preto do CCI, o foco central foi o desenvolvimento de práticas de letramento/escrita no contexto da tecnologia digital (Cf. Komesu; Tenani, 2010). Nesse sentido, os jovens, adultos e idosos puderam adquirir conhecimentos básicos de informática (word, internet, facebook, blogs, etc.).³ Além do desenvolvimento de práticas de letramento/escrita em contexto da tecnologia digital, os objetivos do Peja - Unesp são: preparar os alunos para: ler e escrever na Língua Materna (LM); empregar, com discernimento, o sistema de numeração decimal e as operações fundamentais na resolução de problemas do dia-a-dia; conhecer os direitos, deveres e leis que regem o mundo do trabalho; desenvolver noções de saúde física, psicológica e mental; discutir questões relativas à preservação do meio ambiente. O trabalho do Peja - Rio Preto no CCI configura-se como uma parceria entre a Unesp e a Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Preto⁴ e tem por objetivos gerais inserir a população da terceira idade⁵, no processo de inclusão digital, considerando as necessidades impostas por uma sociedade tecnológica. Passamos às considerações finais.

³ Para o desenvolvimento das temáticas relacionadas ao internetês, o projeto contou com a colaboração das professoras Dras. Fabiana Komesu e Luciani Tenani, ambas do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários.

⁴ Essa parceria foi firmada por meio de “termo aditivo” ao convênio em vigor entre a Unesp e a Prefeitura Municipal de Rio Preto, desenvolvido por meio da equipe do Peja - Rio Preto, a partir de 2013.

⁵ A população é cadastrada no Centro de Referência da Assistência Social (CRASS) para ser selecionada para frequentar o CCI - Rio Preto, localizado na Av. Philadelpho Manoel Gouveia Neto, 785, Vila Novaes, zona norte da cidade.

7. Considerações finais

Conforme exposto acima, este trabalho se propõe a desenvolver ações para a inclusão produtiva das mulheres do “território caipira”, segundo a metodologia de projetos (Cf. o subitem 6. Educação de jovens e adultos (EJA) no “território caipira”). A metodologia de projetos tem como fundamento a compreensão da aprendizagem como ato dinâmico, compartilhado e processual e que envolve colaboração, cooperação, reciprocidade, coordenação, divisão de tarefas, solidariedade, respeito às diferenças, etc. A opção teórico-metodológica é pelo “projeto de trabalho” (Kaspchak; Gasparin, 2013). Em conformidade com esta metodologia, estão sendo trabalhadas algumas possibilidades do tema intitulado: “território caipira: uma civilização do milho”.

Este trabalho em andamento tem a sua justificativa alicerçada nas seguintes razões: (1) a inclusão produtiva das mulheres e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, especialmente da região noroeste paulista, considerando as práticas da economia solidária; (2) o desenvolvimento de ações de inclusão produtiva e de agricultura familiar, com vistas à participação das mulheres e fortalecimento das suas organizações econômicas, contribuindo para a inclusão produtiva e para o desenvolvimento sustentável e solidário do território, em nosso caso o “território caipira”.

Nesse caso, optou-se pela valorização de produtos territoriais com identidade cultural, isto é, o milho, especialmente o crioulo “Cunha”, melhorado a partir das experiências e aprendizado dos povos, que sempre o cultivaram para garantir a sobrevivência. Trata-se de alternativas para manter conhecimentos e sementes livres do patenteamento pelas grandes empresas da produção de sementes, relacionado aos “saberes tradicionais” (Cf. Campos, 2010). As sementes crioulas podem ser adquiridas através de “feiras da troca”. O autor organizou na região o “1º Encontro de Agroecologia de São José do Rio Preto e Região” e a “4º Feira Estadual de Saberes, Sabores e Sementes” (Cf. Villela et al., 2013). O milho utilizado e distribuído aos parceiros deste trabalho é o milho crioulo “Cunha”, variedade preservada pelos produtores do município de Cunha, estado São Paulo, os quais estão resgatando uma antiga tradição do milho. Os agricultores de Cunha (SP) resgataram uma antiga tradição do milho na cidade, em contraposição à tecnologia transgênica do milho, no sentido de “conhecer, compartilhar, resistir, pesquisar e semear, a nossa real e absoluta independência” (Cf.

Blanco, 2013). A justificativa é desenvolver ações para a inclusão produtiva das mulheres do “território caipira” através da valorização de produtos locais.

Conforme apresentamos no subitem “5. História e saberes tradicionais das mulheres no território caipira” e tendo em vista a ideia de que é possível apreender, a partir da alimentação, uma multiplicidade de informações sobre os mais diversos aspectos da existência humana, este trabalho investiga algumas práticas alimentares dos habitantes do “território caipira”. Pretendemos, de maneira mais específica, estudar o papel desempenhado pelo milho na alimentação do “território caipira”. Ou seja, a partir do estudo dos hábitos e técnicas envolvidos nos usos e processamentos deste produto, visamos aprofundar nosso conhecimento em torno dos significados econômicos e culturais da chamada “civilização do milho”, conforme Sérgio Buarque de Holanda (Cf. Holanda, 1995, p. 181-189), com vistas à inclusão produtiva das mulheres do “território caipira”.

No momento os parceiros de trabalho estão na fase de constituição do banco de sementes e troca das sementes do milho crioulo “Cunha”, de modo a evitar que esse milho desapareça e ainda existam sementes dessa cultura para plantio. Os “bancos de sementes” são uma opção para os agricultores familiares/parceiros que desejam ser independentes em relação às empresas produtoras de sementes, produzindo suas próprias sementes de qualidade e conservando as sementes nativas, conhecidas como sementes “crioulas” (Cf. Saravalle, 2010). O trabalho segue a ideia de “acupuntura territorial”, conforme exposto no item (5) História e saberes tradicionais das mulheres no território caipira.

A ideia, a seguir, é explorar na bibliografia, como os parceiros, a indispensabilidade deste alimento, a partir de Holanda (1995) e demais autores que trabalharam com a ideia de “civilização do milho”: Almeida (1981), Alvim (1986), Amaral (1955), Bruno (1977), Candido (2001), Florençano (1992), Machado (1978), Moura (1999), Ramos (2001), Schmidt (1967), Setubal (2004) e Spix e Von Martius (1976). Algumas questões deverão ser colocadas tais como: será que o milho tem ainda um papel fundamental na produção e no consumo do “território caipira”, a ponto de ser visto como uma particularidade de sua cozinha? E se tem esse papel, ele se mantém? É a partir desses questionamentos iniciais que iremos elaborar nossa proposta de complexo temático. A problemática norteadora do nosso complexo temático surge do diálogo com a historiografia, fundamentando-se em pesquisas anteriormente realizadas.

Essa temática será trabalhada em um ambiente de EJA, conforme Brasil (2000). A EJA engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, no qual pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. No ambiente de EJA, as situações reais devem constituir o núcleo da organização da proposta pedagógica a ser desenvolvida. Para tanto, o desafio da EJA é integrar em sua organização curricular o trabalho e a elevação de escolaridade. A partir dessas ideias iniciais, o “arco ocupacional” a ser trabalhado é a produção rural familiar e a qualificação social e profissional. O resultado desse trabalho é a articulação dos saberes dos educandos com as diferentes áreas do conhecimento, possibilitando a vivência de novos valores, o desencadeamento de ações coletivas, bem como a elevação de escolaridade associada à qualificação social e profissional, possibilitando novas aprendizagens aos educandos.

8. Referências

ACCEPAR. Associação de Comunicação, Cultura, Esporte e Produção do Assentamento Reunidas (Accepar), Promissão – SP. **Assentamentos de reforma agrária do noroeste paulista**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fabio@fabiofernandesvillela.pro.br> em 12 jan. 2014.

ALMEIDA, A. de. **Vida e morte do tropeiro**. São Paulo: Martins; Edusp, 1981.

AMARAL, A. **O dialeto caipira**. São Paulo: Anhembi Limitada, 1955.

ALVIM, Z. **Brava gente**: os italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BERY, M.G. **La cultura ambiental y el promotor cultural**: una mirada necesaria en la comunidad “El Tivoli” en Santiago de Cuba. Santiago de Cuba: Universidad de Oriente, 2009. 80 p. Dissertação (Master en Desarrollo Cultural Comunitario) – Programa de Pós-graduação em Desarrollo Cultural Comunitario, Facultad de Humanidades, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2009.

BLANCO, O. H. N. Milho crioulo “Cunha”. **Blanco agricultura:** consultoria e acompanhamento técnico para o envolvimento dialógico da agricultura orgânica no Brasil. Net, Araçatuba-SP, 2013. Disponível em: <<http://oextensionista.blogspot.com.br/2013/05/milho-crioulo-cunha.html#Vl6-hr9yzQ9>>. Acesso: 02 dez. 2015.

BOFF, L. **Ecologia, mundialização e espiritualidade:** a emergência de um novo paradigma. São Paulo: Ática, 1993.

BRANDÃO, I. de L. **Não verás país nenhum:** memorial descritivo. Rio de Janeiro: Codecri, 1984.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Decreto nº 6.040, de 07 fev. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 fev. 2007. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/developmento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais> >. Acesso em: 15 mai 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Instrução normativa Incra nº 15, de 30 de março de 2004. **Diário Oficial da União**, n. 65, seção 1, p. 148, 5 abr. 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Parecer nº 11 aprovado em 10 de maio de 2000.

BERGAMASCO, S.; NORDER, L. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRUNO, E. da S. **O equipamento da casa bandeirista segundo os antigos inventários e testamentos.** São Paulo: PMSP/SMC/DPH, 1977.

CAMPOS, A. V. Sementes de vida: pesquisa e propriedade intelectual. In: **V Congresso Internacional de Educação**, 2007, São Leopoldo. Unisinos. São Leopoldo - RS: Unisinos, 2007.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2001.

CÁRDENAS, E. Por una teoría para transformar el ambiente. **Arquitectura y Urbanismo**, vol. XXIII, n. 3, ISPJAE, La Habana, 2002, p. 8-15.

CLAVAL, P. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999, p. 59-97.

CRUZ, R. **Ruta crítica para el desarrollo de las percepciones como indicador de la cultura ambiental comunitaria.** Santiago de Cuba: Universidad de Oriente, 2002. 120 p. Dissertação (Master en Desarrollo Cultural Comunitario) – Programa de Pós-graduação em Desarrollo Cultural Comunitario, Facultad de Humanidades, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2002.

CRUZ, R.; ROMERO, E.; HERNÁNDEZ, M. Educación ambiental y cultura: su convergencia en la construcción simbólica de la naturaleza. **Revista Educación Ambiental para el Desarrollo Sostenible.** Paris: UNESCO, 2007.

DANTAS, V. M. C. S. Educação dos pescadores: saberes formais na educação de jovens e adultos versus tradicionais nas comunidades. **Interfaces Científicas** – Educação, Aracaju, v.1, n. 2, p. 53-60, fev. 2013.

_____. **Nas marés da vida:** histórias e saberes das mulheres marisqueiras em Natal – RN. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Xavier de Almeida. Programa de Pesquisa e Pós- Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DIEGUES, A.C. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 1999.

FERNANDES, B. M. Território camponês. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 746-750.

FLORENÇANO, P. C.; ABREU, M.M. de. **A culinária tradicional do Vale do Paraíba**. Taubaté/São Paulo: Fundação Nacional do Tropeirismo/Centro Educacional Objetivo, 1992.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte**. Territórios com identidade cultural. Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural - Rimisp, Anais do Seminário Rimisp 20º Aniversário, 2006. 46 p. Disponível em: <www.rimisp.org>. Acesso em: 30 jun. 2014.

FOSTER, J. B. e CLARK, B. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. In: PANITCH, L. e LEYS, C. (Org.). **O novo desafio imperial**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GARCIA, P. H. da C. **Acupuntura ecoturística em área de proteção ambiental: o caso de Guaraqueçaba, Paraná**. São Paulo: Annablume, 2012.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. Etc..., espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**. [En línea]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, agosto de 2007, vol. 1. nº 2. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf>. Acesso em 30 jun 2014.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do encontro de geógrafos da América Latina**, n. 1, São Paulo, 2005. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 30 jun 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

HERNÁNDEZ, F.; RODRIGUES, J. H. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOLANDA, S.B. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IRIZARRI, L.S. **El desarrollo de una cultura ambiental en el contexto comunitario de Cuba**. 2010. Universidad de Granma, Jiguaní, Cuba. Centro de Trabajo: Sede Municipal Universitaria. Disponível em: <www.monografia.com>. Acesso em: 30 jun. 2014.

KASPCHAK, M.; GASPARIN, J. L. **Projeto de trabalho docente-discente: uma expressão da práxis**. Seminário de Pesquisa do PPE, Universidade Estadual de Maringá. Net, Maringá, 2013. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2013/trabalhos/co_02/62.pdf>. Acesso em 02 dez. 2015.

KOMESU, F. C.; TENANI, L.E. Práticas de letramento/escrita em contexto da tecnologia digital. **Eutomia** (Recife), v. 1, p. 1-15, 2010.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 120 p.

LEITE, S.P. Assentamentos rurais. In: **Dicionário da educação do campo**. Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 110-113.

LERNER, J. **Acupuntura urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época; v. 125).

MACHADO, A. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

MARCUSE, H. et ali. **Ecologia contra poluição**. Lisboa: Dom Quixote, 1973.

MARINS, P. C. G. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETUBAL, Maria Alice (Org.). **Modos de vida dos paulistas**: identidades, famílias e espaços domésticos. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária / CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v. 2. p. 1-3.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In MARQUES, M.; I. M.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e da construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela: Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

_____. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. Dissertação de mestrado orientada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994. 153 p.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOURA, C. E. M. de (Org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial/UNESP, 1999.

NOROESTE Paulista. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Noroeste_Paulista> Acesso em: 12 ago 2014.

PÉREZ-RUBIO, C.V. **El diseño ambiental en nuestra América**: colonización o liberación. Archipiélago. Revista cultural de nuestra América. México, v. 11, n. 41, 2003. p. 54-57.

_____. **Y el perro ladra y la luna enfria**. Fernando Salinas: diseño, ambiente y esperanza. México: UNAM, UAM-A, UIA, 1994.

QUESADA, M. de. **La cultura ambiental comunitaria**: un reto de la integración escuela-comunidad. Santiago de Cuba: Universidad de Oriente, 2002. 125 p. Dissertação (Master en Desarrollo Cultural Comunitario) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Cultural Comunitario, Facultad de Humanidades, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2002.

RAMOS, R.H. de P. **A cozinha paulista**. São Paulo: Melhoramentos, 2001.

SALINAS, F. La cultura ambiental de nuestra América. **Arquitectura y Urbanismo**, vol. 13, n. 2, ISPJAE, La Habana, 1992. p. 25-32.

_____. **De la arquitectura y el urbanismo a la cultura ambiental**. Guayaquil: Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Guayaquil, 1988.

SANTOS, C. R. A. dos. A comida como lugar de história: as dimensões do gosto. História: **Questões & Debates**, Curitiba, n. 54, p. 103-124, jan./jun. 2011.

SARAVALLE, C.Y. Banco de sementes: estratégia de resistência camponesa na (re) produção e manutenção da vida e da agrobiodiversidade. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2010.

SCHMIDT, C. B. **O milho e o monjolo aspectos da civilização do milho**. Técnicas, utensílios e maquinaria tradicionais. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1967.

SETUBAL, M.A. (Org.). **Coleção Terra Paulista**: histórias, arte, costumes. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária/ CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 3v.

SPIX, J.B.; VON MARTIUS, C. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. 3a ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

VILLELA, F. F.; TENANI, L. E.; SILVA, C. L. F. da. O Programa Unesp de Educação de Jovens e Adultos. In: AZEREDO-OLIVEIRA, M. T. V. de. **Livro de resumos dos projetos de extensão do câmpus de São José do Rio Preto (UNESP/IBILCE)**. São José do Rio Preto: UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto, 2014.

VILLELA, F. F.; COSTA, F. S. Os caipiras e suas representações: estudo sobre o preconceito contra a origem geográfica e de lugar em jovens de escolas de meio rural para a formação de professores em educação do campo In: BEZERRA, L. (Org.). **Anais do II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo e IV Jornada de Educação Especial no Campo**. São Carlos - SP: Editora da Ufscar, 2013. v.1. p.1 – 15.

VILLELA, F. F. Novas ruralidades e mundo do trabalho: estudo das representações sociais de jovens de escolas de meio rural através do uso de mídias sociais. 2013-2015. **Projeto de Pesquisa do Plano Global de Atividades**. Departamento de Educação, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

_____. **Centro virtual de estudos e culturas do mundo rural**. Projeto de Extensão. Pró-Reitoria de Extensão da Unesp – Proex. Net, São José do Rio Preto – SP, 2014. Disponível em: <<http://www.cecmundorural.com.br/>>. Acesso em 27 fev. 2015.

_____. et al. **1º Encontro de Agroecologia de São José do Rio Preto e Região e a 4ª Feira Estadual de Saberes, Sabores e Sementes**. 2013. (Organização de evento). Site do evento disponível em: <<http://www.raisp.com.br/>>. Acesso em 01 jul 2014.

_____. **A escola da justiça global**. 2009-2010. Supervisão: Prof^a. Dr^a. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini. Monografia (Pós-Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, 1990, n. 87, p. 11-69.

REFORMA AGRÁRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE¹

*Iris Cecilia Ordóñez Guerrero*²

*Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco*³

*Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo*⁴

Resumo: A Reforma Agrária é uma política secular que vem sendo tratada, no decorrer dos tempos, sob diferentes óticas. Conhecer e entender esta temática é de fundamental importância para poder ter uma postura fundamentada e analítica do tema. É ante isto que este texto, através de uma revisão conceitual e temporal de dados, objetiva contribuir com os debates sobre a Reforma Agrária (RA), especialmente Brasil. Espera-se, com isto, que o leitor se aproprie de mais conhecimentos que lhe permitam fazer uma reflexão criteriosa sobre este tema atual, de profundas bases históricas, mas que se ergue como uma importante variável promotora do desenvolvimento inclusivo.

Palavras Chave: Reformas Agrárias, Famílias Assentadas, Cronologia das Reformas Agrárias, Tipologias, Reforma Agrária Brasileira.

¹ Texto extraído, e adaptado para fins deste artigo, da tese “Reforma Agrária e Segurança Alimentar em Assentamentos Rurais: O caso do Horto Vergel, Mogi Mirim/SP”. UNICAMP, Brasil 2014.

² Doutora em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI/ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. E-mail: iriscecilia10@hotmail.com.

³ Professora-titular da Faculdade de Engenharia Agrícola - FEAGRI/UNICAMP. Bolsista CNPq e CAPES (PNPVS) – UFSCar/ Araras. sonia@feagri.unicamp.br

⁴ Pós-doutoranda PNPd/CAPES – UFSCar/Araras. E-mail: vanilde@yahoo.com.

Abstract: The Agrarian Reform is a secular policy that has been treated over the time, under different perspectives. Knowing and understanding this issue is of fundamental importance in order to have an informed and analytical approach to the subject. In this context this text, through a conceptual review and temporal data, aims to contribute to the debate on Agrarian Reform (AR) focusing particularly on Brazilian AR. It is expected with this, contribute with knowledge that will enable to the reader to make a careful reflection regarding this current topic, of deep historical basis, which stands as an important promoter variable of inclusive development.

Keywords: Agrarian Reform, Settler families, Chronology of Agrarian Reform, Typologies, Brazilian Agrarian Reform.

Introdução

Falar sobre Reforma Agrária não é discorrer sobre um tema novo, pois certamente, no imaginário tanto acadêmico como popular, existe um entendimento, uma convicção particular no respeito ao tema; mas, mesmo assim, acredita-se que é sumamente importante ter uma posição argumentativa sólida, produto do conhecimento fundamentado em dados concretos.

A Reforma Agrária, no mundo todo, tem se erguido no decorrer dos séculos como uma política de medular importância no desenvolvimento integral inclusivo de um país com elevada concentração fundiária. Motivada, principalmente, por camadas sociais carentes de bens e direitos básicos, transforma-se num mecanismo de pressão popular dirigido a atrair o olhar do Estado e da Sociedade Civil perante problemáticas latentes, as que muitas vezes não querem ser entendidas na sua real magnitude.

Ao se fazer uma análise geral das Reformas Agrárias que ocorreram no mundo tem-se podido observar que o balanço final é positivo, com resultados refletidos diretamente na melhoria de vida da população demandante, da sociedade e do país envolvido. Variáveis como a garantia e autonomia alimentar familiar e local, a desconcentração da renda, a moradia, melhor qualidade de vida, entre outros fatores são alguns dos resultados da política em menção.

Embora tudo isto, a Reforma Agrária, pelo seu mesmo caráter de política de base, suscita muitas e divergentes opiniões uma vez que está

sujeita à vontade política governamental, às pressões sociais, assim como aos planos, mecanismos e mediadores desta política.

Com o objetivo de contribuir com os debates sobre a Reforma Agrária (RA), em especial a RA Brasileira, este texto se inicia fazendo uma breve trajetória conceitual sobre os diversos entendimentos que os estudiosos da temática têm sobre o tema, seguidamente apresenta-se tipologias e cronologia de Reformas Agrárias (RAs) e os casos das RAs mais emblemáticas no mundo para, finalmente, fazer uma análise mais aprofundada dos dados que respaldam o caso reformista Brasileiro.

Espera-se, com isto, que o leitor se aproprie de mais conhecimentos que contribuam para fazer uma reflexão mais criteriosa sobre um tema que, como dito, é atual, de profundas bases históricas, mas que se ergue como uma importante variável promotora do desenvolvimento inclusivo.

As diversas visões da Reforma Agrária

Para o cientista e médico brasileiro Josué de Castro (1946), a RA é um processo inclusivo e de enorme racionalidade que precisa estar ligado a elementos imprescindíveis como a assistência creditícia, agrônômica, técnica e de organização da comercialização dos produtos. É um processo promovedor de uma sociedade agrária na qual o produtor/trabalhador rural não só deve ter o domínio da terra, como também, conseguir, através das atividades agrícolas, atender a demanda do seu núcleo familiar e do mercado conseguindo, com isto, o desfrute pleno dos frutos do seu trabalho.

Entretanto Oslak (1971) define a RA como um processo de transformação socioeconômica, que supõe vontade do Estado e da Sociedade em prol da inclusão da população rural excluída no seio destes espaços, através de mudanças radicais na estrutura da propriedade da terra e acesso aos meios de produção.

Jean Le Coz (1976) indica a RA como o conjunto de operações dirigidas para transformar a estrutura territorial de um Estado ou Região mediante modificação das relações sociais, para com isto assegurar a melhoria das técnicas de cultivo e o incremento da produção agrícola. O autor ressalta que a RA é resultado de uma reivindicação social (para uma melhor distribuição dos bens) e econômica (para a implantação de unidades de produção mais eficazes), baseada na determinação política. Afirma que a RA é, simultaneamente, uma modificação do rendimento da produção e uma ordenação do espaço. Considera a América Latina laboratório das

reformas agrárias, pois além de ser o lugar onde elas têm ocupado a posição mais importante na vida das populações, é também o lugar onde se deram as primeiras reformas do século XX.

Para Barraclough (1976), a RA é um passo revolucionário, pois transmite o poder, a propriedade e a condição social de um grupo da comunidade a outro e, sua execução, depende de um governo popular que verdadeiramente a deseje, ou seja, depende da vontade política. Ressalta que a RA tem três objetivos implícitos: a maior igualdade social, a redistribuição do poder político e a melhoria no funcionamento do sistema econômico.

Veiga (1984) entende a RA como a modificação da estrutura agrária, de um País ou Região, com o objetivo de distribuir mais equitativamente a terra e a renda agrícola, através da intervenção decidida do Estado nas bases do setor agrícola; manifesta que a RA têm o poder de mudar as relações de força entre as classes sociais (pois é resultado destas) e suas consequências e alcance, do ponto de vista social e econômico, dependem diretamente da evolução da conjuntura política do país; da distância que separa os pronunciamentos públicos a favor da RA e as ações efetivas desenvolvidas em prol desta; das disposições legais que tentam regulamentá-la, dentre outras.

Garcia (1986) por sua vez, conceitua a RA como um vasto e articulado processo de transformação: na apropriação e distribuição da terra, na gestão econômica, nas relações sociais, no sistema de poder e no conjunto de elementos que determinam, numa última instância, o desenvolvimento rural. O autor vê a RA como uma das variáveis que constituem o problema do desenvolvimento econômico, social e político da América Latina e que tem que ser entendido desde uma ótica holística.

Para o sociólogo Martins (2000), a RA é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria uma dificuldade ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactuados da sociedade. Indica que é um tema político que representa a inclusão dos excluídos do sistema. Assinala que a RA não é só o processo de distribuição de terras, mas também um modo de o Estado viabilizar o acesso ao trabalho autônomo na terra por parte de quem dela necessita.

Cox et al (2003) entendem que a RA é um complexo processo que tem sido motivado, no decorrer das experiências mundiais, por várias e diversas pressões como a elevada desigualdade na distribuição das terras; a existência de enormes extensões de terra com baixa intensidade de exploração agrícola; as relações laborais de caráter exploratório; as

pequenas extensões de terra não rentáveis (minifúndios); os conflitos pela terra; o colapso do Estado; as demandas por privatização ou restituição de terras; enorme pobreza rural, dentre outros.

Para Ranieri (2003), a RA é um termo que retrata os distintos processos que procuram dar acesso à posse da terra e aos meios de produção a trabalhadores rurais que não os possuem ou que os possuem em quantidade insuficiente; para esta autora, a RA é executada no campo, mas seu impacto na sociedade, na política e na economia, ultrapassa essas fronteiras, atingindo a nação como um todo. Explica que nos programas de RA do mundo, o balanço final é geralmente positivo em relação aos ganhos sociais e ao desenvolvimento econômico evidenciado.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (2003) (siglas em inglês) aponta que desde o ponto de vista do acesso à terra, a RA é um fator determinante na erradicação da insegurança alimentar e da pobreza rural, e que a existência de camponeses sem terra é frequentemente o fator causa da pobreza e a consequente fome. O órgão ressalta que os mais pobres, usualmente, são pessoas sem terra ou com terras insuficientes para produzir e se desenvolver e que o acesso a este meio de produção permite às famílias garantir e aumentar seu consumo de alimentos, contribuindo, desta maneira, para proporcionar segurança alimentar aos lares e incrementar sua renda com a venda dos produtos excedentes.

Se soma a esse entendimento a definição da Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR (2006), promovida pela FAO, na qual se estabelece que a RA promove o desenvolvimento sustentável e com isto, os direitos humanos; a segurança alimentar; a erradicação da pobreza e o fortalecimento da justiça social sobre a base dos princípios democráticos dos direitos.

Reafirmou-se também na Conferência que a RA conjuntamente com o desenvolvimento rural são decisivos para lograr as metas da Cúpula Mundial sobre alimentação e os objetivos de desenvolvimento do milênio relativos à pobreza, fome e a ordenação sustentável dos recursos naturais; e também são essenciais para diminuir os problemas de abandono e exclusão das populações rurais.

Outra definição do que é RA é apresentada por Ortega e Palau (2009) a partir do Seminário Internacional de Reformas Agrárias da América Latina de 2008, realizado no Paraguai, onde a RA definiu-se como mais do que um processo colonizador e de distribuição de terras, sendo um

processo social integral, que deve prever todas as condições necessárias para o desenvolvimento das comunidades atingidas e, para tanto, requer o apoio decisivo em serviços que promovam o desenvolvimento rural, como infraestrutura social e produtiva, créditos, tecnologia apropriada, assistência técnica, mercados e respeito à autonomia das organizações camponesas e indígenas.

No Seminário indicou-se também que a RA é uma decisão política que acarreta na redistribuição do poder político, social e cultural, na democratização das relações de gênero e no reconhecimento político e social do camponês; as mulheres e os povos originários, como principais atores na tomada de decisões, de maneira a reconhecer e incorporar suas visões e práticas nas políticas de RA.

Ficou estabelecido também que a RA, sustentada num marco institucional que apoie a produção de alimentos para fins de alimentação humana, é uma política necessária para garantir o direito humano à alimentação, segurança e soberania alimentar, produção suficiente de alimentos no campo e a diversificação produtiva que tem como objetivo final o desenvolvimento integral da população camponesa (ORTEGA, PALAU, 2009).

Como observado, no decorrer das diversas definições apresentadas sobre RA, existem importantes convergências entre elas, visto que o conceito, os objetivos e as metas não são únicos, pois a RA depende fortemente das circunstâncias que a promovem e dos espaços e da temporalidade onde é gerada. Estas variáveis têm sido as responsáveis em dar origem à tipificação dos diversos processos reformistas.

Tendo isto claro, e considerando o entendimento global do que é RA dado pelos diferentes estudiosos do tema, pode-se dizer, em linhas gerais, que a RA é um processo vasto, articulado, eminentemente político e fortemente influenciado por pressões sociais contrárias, que visa, por meio da distribuição equitativa da terra, a transformação e/ou modificação da estrutura da propriedade da terra, a renda agrícola, o acesso aos meios de produção, a segurança e soberania alimentar, o respeito à tradição local e as diferenças culturais, entre outros.

Visa também a transferência do poder, promove uma nova condição social e a garantia da apropriação dos frutos do seu trabalho aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, mediante a modificação das relações sociais as quais devem estar acompanhadas de assistência creditícia, agrônômica, técnica e de organização da comercialização da produção.

A RA como um complexo processo motivado por razões como a elevada desigualdade na distribuição das terras, enormes extensões de terra com baixa intensidade de exploração agrícola, relações laborais de caráter exploratório, pequenas extensões de terra não rentáveis e a enorme pobreza rural, deve promover o desenvolvimento sustentável e com isto os direitos humanos, a segurança alimentar (como antes mencionado), a erradicação da pobreza e o fortalecimento da justiça social e é por tudo isto e como indicado pelo sociólogo Martins (2000) que a análise da RA deve ser feita não só em termos quantitativos, mas, sobretudo, em termos qualitativos.

Finalmente, acredita-se que a RA deve gerar uma alteração significativa no perfil da concentração da propriedade da terra, devendo ser um processo seriamente planejado, eficiente na implementação das ações inseridas no marco de suas diretrizes, eficaz na consecução dos resultados propostos e, principalmente, coerente entre as mudanças esperadas e os tempos razoáveis para a consecução destas, pois não sendo assim, corre-se o risco de gerar desânimo e desmotivação nos agentes envolvidos.

As Tipologias da Reforma Agrária

No mundo são vários os tipos de RA que se sucederam, sendo que a denominação destas varia segundo a intensidade, abrangência, integralidade assim como segundo a ótica dos autores que as tipificam, tem-se assim:

Quadro 01: *Tipificação das Reformas Agrárias (RAs) segundo diferentes autores.*

continuação:

Num.	Autor	Tipificação das RAs
1	Dietze in Ferreira (1964)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>RAs Legais</i>: são pacíficas e resguardam os métodos parlamentares democráticos que se seguem no país. ✓ <i>RAs Revolucionárias</i>: operadas pelas rebeldias, pelas pressões das massas.
2	Garcia (1967)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>RAs Estruturais</i>: engajadas num processo nacional de transformações revolucionárias, lideradas por agressivas e novas forças sociais, fundamentadas nas mudanças das relações de poder e na modificação das regras institucionais da sociedade tradicional. ✓ <i>RAs Convencionais</i>: são produtos da negociação de antigas e novas forças sociais que, através do sistema institucionalizado de partidos (conservadores, reformistas e revolucionários), tentam modificar o monopólio latifundista sobre a terra, mas não mudam as regras institucionais da sociedade tradicional. ✓ <i>RAs Marginais</i>: não dirigidas à ruptura do monopólio da terra nem à transformação das estruturas latifundiárias (relações, poder, sistema normativo). Estão dirigidas à reparação superficial dessa estrutura. São reformas dirigidas a acalmar as pressões sociais, moderar o sistema latifundiário (mas sem destruí-lo) e realizar operações periféricas de colonização ou complementação, oferecendo serviços básicos e infraestrutura.
3	Grosso (1997)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>RAs Clássicas</i>: se referem à distribuição massiva de terras. ✓ <i>RAs Colonizadoras</i>: baseadas na ocupação de terras inexploradas com fins de expansão das atividades agrícolas e/ou ocupação estratégica de porções territoriais “desertas”. ✓ <i>RAs dos Assentamentos</i>: reforma que instaura os “Assentamentos Rurais”. É fruto de desapropriações de imóveis rurais avaliados como não produtivos.
4	Spavorek (2003)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>RAs Revolucionárias</i>: são as ocorridas num contexto maior de transformações sociais e que alteraram, profundamente, o perfil de distribuição da terra. Estas se deram, majoritariamente, no contexto das revoluções socialistas. ✓ <i>RAs Abortadas</i>: aquelas não consolidadas ou revertidas, devido às mudanças significativas na estrutura do poder central em decorrência do aumento da participação de forças populares. ✓ <i>RAs Impostas</i>: reformas típicas impostas pelos americanos, ocorridas no leste asiático, no Japão, na Coreia do Sul e em Formosa. São reformas rápidas que conseguem mudar significativamente o perfil de distribuição da terra. Consideradas como bem sucedidas

		<p>pelo grau de desenvolvimento dos países onde se sucederam.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>RAs Convencionais</i>: aquelas realizadas dentro de marcos legais existentes ou acordos entre as forças sociais sem a ocorrência de rupturas. Estas têm alcance variado, pouco abrangente, de caráter localizado e sem alteração significativa na concentração da propriedade da terra.
5	Stédile (2001)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>RAs Clássicas ou Burguesas</i>: reformas baseadas na distribuição massiva de terras aos camponeses com a conseqüente criação de uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades. Criadas historicamente pelas burguesias industriais que compreenderam que o monopólio da propriedade da terra impedia o desenvolvimento de forças produtivas, pois excluía milhões de camponeses do acesso ao mercado de bens de consumo produzidos pela indústria. ✓ <i>RAs Revolucionárias</i>: feitas sob um clima de violência, por parte dos camponeses armados e rebeldes, que expulsam os latifundiários e distribuem terras sem amparo da lei. ✓ <i>RAs Reformistas</i>: feitas pelas elites locais, tem por objetivo acalmar os movimentos camponeses, distribuindo parcialmente os latifúndios. ✓ <i>RAs Populares</i>: aquelas realizadas sob o esforço e luta conjunta dos movimentos camponeses e os governos populares, progressistas, nacionalistas, visando combater o latifúndio e desenvolver o país. O grau de amplitude deste tipo de RA depende da correlação de forças internas existentes no país. ✓ <i>RAs Socialistas</i>: baseadas na concepção de que a terra deveria pertencer à nação e a todo o povo, sendo que a lei deveria conceder aos camponeses somente a concessão do uso da terra e, a organização da produção poderia ter diversas formas sociais como cooperativas, núcleos de produção, entre outras.

É deste modo diferenciado que ocorreram e ainda ocorrem as diversas reformas agrárias no mundo, mas, apesar dessa diversidade, existe um ponto em comum de convergência nos processos de reforma agrária, qual seja, a busca da justiça na ocupação da terra como objetivo de sobrevivência e vida.

Fonte: *Elaboração própria, 2014.*

Panorama Cronológico das Reformas Agrárias do Mundo

Após ter conceituado e tipificado as RAs apresenta-se (Quadro 2) um panorama cronológico de algumas das RAs que se deram no decorrer dos últimos séculos, tanto no mundo como na América Latina. Importante relembrar que cada processo reformista ocorreu em contextos próprios e diferenciados, tendo dessa forma diferentes resultados:

Quadro 02: *Panorama Cronológico Parcial das RAs realizadas no Mundo*

Século	País/Mundo	Ano	Século	País/América Latina	Ano
V	Pérsia Antiga. Revolta Masdakista				
XIX	EEUU	1862	XIX	Uruguai	1815
XX	Rússia	1917	XIX	Haiti	1824
XX	Espanha	1932	XX	México	1910
XX	Índia	1940	XX	Colômbia	1939
XX	Porto Rico	1941	XX	Guatemala	1952
XX	Turquia	1941	XX	Bolívia	1953
XX	Japão	1946	XX	Cuba	1959
XX	Taiwan	1949	XX	Honduras	1960
XX	China	1950	XX	Venezuela	1960
XX	Itália	1950	XX	Costa Rica	1961
XX	Índia	1950	XX	Panamá	1962
XX	Egito	1952	XX	Paraguai	1963
XX	Vietnã	1954	XX	Equador	1964
XX	Coreia do Norte	1956	XX	Brasil	1964
XX	Argélia	1956	XX	Chile	1967
XX	Portugal	1974	XX	Peru	1969
			XX	Republica Dominicana	1973
			XX	Nicarágua	1979
			XX	El Salvador	1980

Fonte: Elaboração própria com dados de Alegrett (2003), Stédile (2001), Chonchol (2003), Filippi (2005), Scolese (2005), Sampaio (2005), Rocha (2013), Veiga (1984), Oliveira (2007).

Como pode-se observar no Quadro 2, as primeiras tentativas de RA do mundo deram-se no século V na Pérsia Antiga com a famosa Revolução Masdakista que, dentre outras reivindicações, buscava a distribuição justa da terra. Observa-se também que é na América Latina onde se iniciaram e se deram em maior número as diversas RAs.

Casos emblemáticos de RAs

No mundo foram muitos os países que fizeram RA; reformas diferentes na sua forma de implantação e intensidade, mas geradas por motivações semelhantes, uma delas, a injusta distribuição da terra. Apresenta-se, a seguir, um pouco do que foram algumas destas reformas:

A RA da Rússia: iniciou-se em 1861 nos tempos de Czar Alexandre II e da abolição da servidão, época em que o Estado deu uma parte de terras aos libertados com o compromisso de, posteriormente, lhes dar a propriedade, prévio pagamento parcelado e com altos juros, da mesma. Este fato influenciou no endividamento dos beneficiários e o seu retorno (mas agora sem terra, pois tiveram que devolvê-la ao Estado) ao trabalho nos engenhos.

Deve ser lembrado que na época, o Czar Alexandre II aboliu a servidão justificando que seria a melhor forma de emancipar os camponeses pelo “alto” do que a libertação pelo “baixo”, mas como evidenciado na história, esta medida não gerou alterações na situação dos camponeses, pois o regime feudal se manteve inalterado. Não houve acesso à propriedade da terra e o uso dela (para quem não a tinha recebido) esteve atrelado ao pagamento em produtos ou dinheiro aos nobres detentores desse bem.

O crescimento da população e o aumento do arrendamento por uso da terra fizeram com que a quantidade de terra, por camponês, se reduzisse. No fim do Estado Czarista, com o País em greves e revoltas, houve a chegada dos soldados que participaram da primeira guerra mundial e tiveram que retornar aos antigos lotes das comunas. Indignados com o sistema implantado, organizaram os conselhos comunais e levantaram as armas tomando milhões de hectares de terra, obrigando assim, o governo a socializar as mesmas através de Lei.

Com a lei agrária de 26 de outubro de 1917, promulgada pelo II Congresso dos Sovietes, aboliu-se a propriedade privada da terra,

cancelou-se a dívida de arrendamento e autorizou-se os lavradores a ocuparem os latifúndios através de comissões locais. Esta medida, em pouco tempo, desconcentrou o controle da terra a favor dos camponeses.

A partir de 1930 o comando comunista iniciou um processo que posteriormente culminou com camponeses transformados em mais um elemento estatal, associado a cooperativas e assalariados pelo governo (SCOLESE, 2005; VEIGA, 1984).

A RA da China; iniciada com a chamada rebelião de Taiping em 1850, foi liderada por Hung Hsiu-Chuan, um camponês com sólidas ideias religiosas que lutava contra a insuficiência agrícola dos habitantes do país. Na época, cada família recebia um lote de terra para trabalhar, sendo que, somente podiam ser donas da quantidade de produção necessária para sua subsistência, pois a diferença era estocada em armazéns coletivos que ficavam sob o comando dos militares.

Em 1930, a concentração de terras no país era elevada e a metade dos camponeses possuía terra insuficiente até para a subsistência familiar, fato que foi a causa da marcha de Mao Tsé-Tung em 1934.

Mao Tsé-Tung teve como estratégia investir no campo e depois nas cidades, assim quando seus homens invadiam as grandes propriedades, os camponeses e latifundiários ricos também recebiam um pedaço de terra. As áreas produtivas eram protegidas, embora fossem aplicados impostos progressivos sobre as mesmas. Criou-se uma classe média no campo formada por camponeses que antes da luta não possuíam nenhum bem. Scolese (2005) indica que a revolução chinesa, realizada com suas bases no campo, controlou a fome e miséria por meio de ações coletivas que fizeram desta uma RA exitosa.

A RA do Japão: ante a elevada fragmentação da terra que colocava em total desvantagem as famílias agrícolas do país (cada uma delas tinha em média um hectare e 34% do total de famílias possuíam menos de meio hectare) e que as submetia a um injusto sistema de arrendamento, deu-se a Lei da RA em 1946, surgida pelo Comando Supremo das Forças Aliadas do país em 09 de outubro de 1945.

Esta RA baseou-se num programa de transferência da propriedade da terra dos grandes proprietários para os rendeiros em conjunto com diversas ações que visavam protegê-los (OLIVEIRA, 2007).

A RA, que devido ao crescimento industrial do país exigiu, em

1961, uma nova reforma de caráter mais específico, fixando em três hectares o teto da propriedade individual. O Estado comprou as áreas excedentes para logo vendê-las às famílias camponesas. Foi assim que se transferiu um terço da área agrícola total, beneficiando 70% do total das famílias do País.

A RA do México: teve seu berço na revolução mexicana de 1910 e as causas desta, segundo Veiga (1984), não podem ser atribuídas à revolta provocada pela ditadura de Porfirio Diaz, pois elas têm origem no tempo em que México era a Nova Espanha onde, para explorar a mão de obra indígena, os colonizadores introduziram o sistema das grandes propriedades (fazendas) que existiram até o século XVIII.

O autor assinala que em 1810 (século XIX), a guerra pela independência, apesar de ter evidenciado uma revolta agrária latente, acabou por consolidar o poder de oligarquias latifundiárias. Nesse século, houve várias tentativas de RA, mas, a dominação dos grandes latifundiários acabou-se consolidando, gerando, com isto, violentas reações por parte das populações indígenas, dentre estas, as mais destacadas, a “Revolución de los Mayas” de Yucatán em 1847 e dos Yaquis de Sonora.

Foi a grandeza dessa resistência indígena que originou a revolução mexicana de 1910 – 1917, sob diferentes e muitas vezes opostos comandos. Caso emblemático disto foi Emiliano Zapata que, com seu exército, derrubou a Porfirio Diaz e colocou Madero na Presidência, mas, como este traiu as aspirações camponesas ao não enfrentar os latifundiários e as companhias estrangeiras, obrigou Zapata a reconstituir seu exército e levar os camponeses contra ele, lançando um Programa de RA intitulado “Programa de Ayala” (1911) o qual se tornou a plataforma política do movimento camponês mexicano que propunha, entre outras coisas, a derrubada de Madero.

Importante destacar, nesse processo reformista, a fundamental participação de Doroteo Arango mais conhecido como Pancho Villa que juntamente com Emiliano Zapata, lutou, mesmo que por caminhos e formas de lutas diferentes, pela reforma agrária desse País (SCOLESE, 2005).

Em 1915 uma aliança entre a jovem burguesia mexicana com o sindicato dos operários, resultou na conformação de um exército de combate aos camponeses chefiados por Zapata e Pancho Villa. Em 1916 elegeu-se a assembleia constituinte, com massiva participação

dos diversos setores, que não deu bons resultados pelo fato dos projetos aprovados serem obras dos burgueses que procuraram reduzir o alcance social da RA.

A partir de 1917 a RA evoluiu irregularmente, mesmo assim, deu-se a desapropriação de 34% da área agrícola do país, permitindo acesso à terra a mais de dois milhões de famílias (VEIGA, 1984). Posterior a todo o processo de luta, em 1934 e sob a liderança de Lazaro Cárdenas, veio uma nova fase da RA mexicana, porém sólida em termos quantitativos de distribuição de hectares de terras (SCOLESE, 2005).

A RA da Bolívia: reforma emblemática e de caráter revolucionário que até a atualidade não deixa de ser um dos maiores exemplos de luta camponesa em prol do direito à terra. Foi iniciada com a revolução boliviana de 1952, na qual os camponeses, com apoio dos carabineiros, derrotaram o exército que se opunha ao mandato do então Presidente Victor Paz Estenssoro, eleito em 1951. Com isto, os camponeses e indígenas em luta não só recolocaram Estenssoro no poder como também reivindicaram a RA e, dessa forma, o governo se viu obrigado a assinar a lei reformista em 02 de agosto de 1953.

A RA foi rápida e atingiu todo o país, com a extinção do latifúndio e do sistema agrícola extensivo, restituíram-se às comunidades indígenas as terras que lhes foram usurpadas a partir de 1º de janeiro de 1900, promoveu-se o respeito às tradições comunitárias, os trabalhadores camponeses em regime de escravidão foram libertados e foram proibidos os serviços e obrigações pessoais e gratuitas. Os ex-proprietários não foram indenizados nos termos da lei (VEIGA, 1984; OLIVEIRA 2007).

Até 2009 havia na Bolívia dois milhões de hectares nas mãos dos camponeses e 10 milhões nas mãos dos indígenas; existia igualdade de gênero no acesso à propriedade da terra. Na Bolívia, a RA não significou somente a distribuição das terras, mas também o acesso aos serviços básicos e de créditos (ACHACOLLO e SOTO, 2009)

A RA de Cuba: outro exemplo emblemático de reforma inserida num processo global de revolução socialista. Aqui a queda do ditador Batista deu lugar a um governo popular que tinha como um dos seus principais objetivos a entrega de terra aos que nela trabalhavam, é assim que a primeira lei de RA de 19 de maio de 1959 determinou a desapropriação de fazendas com mais de 405 ha, excetuando as propriedades bem exploradas e com

produtividade maior à média até o limite de 1340 ha. As indenizações estavam previstas em títulos regatáveis em até 20 anos.

Posteriormente, previu-se a desapropriação das empresas norte-americanas instaladas em território cubano, com indenização condicionada à compra de certa quantidade de açúcar a preço superior ao do mercado internacional. Ante a hostilidade dos Estados Unidos, e como resposta a esta, a desapropriação tornou-se, na prática, em confisco. Em outubro de 1960 o governo cubano nacionalizou todas as grandes empresas do país.

Em 1963, uma segunda lei de RA diminuiu o limite de desapropriação para 67 ha; com isto, o governo tentou impedir que os médios proprietários continuassem a criar obstáculos à reconstrução econômica do país. Veiga (1984) destaca que a RA Cubana trouxe enorme progresso para o campesinato, tanto em nível do consumo alimentar como na educação, saúde e habitação. No período do Governo de Fidel Castro promulgou-se outra lei de RA, dando início à distribuição das terras a qualquer cidadão cubano que se dispusesse a trabalhar nelas.

A RA do Chile: as tentativas de RA deste país iniciaram-se em 1929 e, após um período sem movimentações, deu-se em 1962 a primeira lei de RA. Com a chegada da democracia cristã ao poder, em 1964, e com uma ampla maioria de democratas cristãos e de esquerda no poder, iniciou-se, em 1965, importante avanço no processo de RA o qual se aprofundou posteriormente no governo de Allende de 1970-1973, com a desapropriação de 10 milhões de hectares, que passaram a beneficiar um enorme número de famílias camponesas; infelizmente a história indica que este processo foi detido pela ditadura de Pinochet.

Para Veiga (1984), as primeiras reformas do Chile mudaram o perfil do setor agrícola do país. A primeira delas fixou o limite de expropriação em 80 ha de terras férteis ou seu equivalente em regiões de cultivo mais difícil, a indenização era paga à vista e parte em títulos. A redistribuição de terras no Chile gerou a criação, segundo este mesmo autor, de 568 assentamentos rurais, onde as famílias recebiam um lote privado e o direito de explorar glebas comunitárias, estes assentamentos foram substituídos por centro de RA.

No Governo de Allende que liquidou, quase totalmente, o latifúndio, aceleraram-se as desapropriações tendo o início de uma política de redistribuição do poder no interior das cooperativas conformadas no processo.

Segundo Veiga (1984), o governo de Pinochet restituiu os latifúndios a seus antigos donos ou os leiloou a novos empresários; Chonchol (2003) em contraposição, afirma que a estrutura latifundiária no Chile não se recompôs após a RA, embora o governo militar tenha devolvido aos fazendeiros quase a terceira parte das terras expropriadas por Frei e Allende.

A RA do Peru: para muitos autores a primeira tentativa de RA no Peru foi feita por José Gabriel Condorcanqui – chamado de Túpac Amaru II, quem, como representante dos povos indígenas, lutou pela justiça, boa gestão dos recursos naturais e o bom governo do país.

A RA foi iniciada em 1969, porém já existia transferências de terras entre 1964 e 1968, com o golpe militar do nacionalista Juan Velasco Alvarado; nesta reforma todas as propriedades agrícolas com áreas superiores a 30 ha irrigadas ou 50 ha de outras qualidades, foram desapropriadas, com estas terras quase 25% da população rural total foi beneficiada.

No processo reformista peruano foram quatro as modalidades básicas de organização que se institucionalizou no país após a RA: as Cooperativas de Produção (surgidas na agroindústria do açúcar e plantações de chá), as sociedades agrícolas de interesse social – SAIS (formadas pelos trabalhadores permanentes das antigas fazendas de gado da serra), as comunidades camponesas e as empresas de propriedade individual.

Vargas (2009) afirma que a RA de 1969 foi, com exceção à de Cuba, a mais profunda no nível das mudanças na propriedade da terra que ocorreu na América Latina, considerada como uma reforma nacional abrangente que não deixou nenhum latifúndio na estrutura agrária do país.

Atualmente no Peru, o latifúndio está emergindo, mas, configurado com características diferentes às do antigo latifúndio de antes da RA. Trata-se de um neolatifúndio, que ao lado da modernização produtiva, traz modelos excludentes e com lógicas e interesses que não condizem com o País, isto pode ser evidenciado nas novas fazendas produtoras de biocombustíveis, ou agrocombustíveis que não têm nenhuma ligação com atividades produtivas de desenvolvimento local e nem com a geração de trabalho e renda, pois em média, estas fazendas criam um posto de trabalho a cada 10 ha (VARGAS, 2009)

Embora se tenha feito a distribuição da terra através da RA, atualmente o Peru está crescendo, principalmente, pela exploração de minerais e não pelas explorações agrícolas ou da agricultura familiar dirigida à produção de alimentos. A política agrária atual está dirigida ao setor agroexportador que vem reinstalando o latifúndio.

A RA do Brasil: desencadeada pela alta concentração de terras e a consequente exclusão social do homem do campo, não se limita a um período específico. Trata-se de um processo social promovido pelas constantes pressões da sociedade civil.

Aprofundando na RA Brasileira

No Brasil, a RA está pautada com base no Estatuto da Terra de 1964, que no Art. 1, parágrafo §1º, da Lei 4.504 de 1964 a define como: “(...) o conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.”

A mencionada Lei responsabiliza o Estado pelas ações voltadas para a melhor distribuição da terra com foco nos direitos humanos, em especial do homem do campo.

O Estatuto, criado pelo regime militar implantado no país, foi produto do clima de insatisfação reinante no meio rural e o temor, do governo e das elites no poder, ante o possível surgimento de uma revolução camponesa, espelhada no espectro da revolução cubana de 1959.

As metas estabelecidas no Estatuto eram, principalmente, a execução da RA e o desenvolvimento da agricultura; os objetivos que a Lei perseguia eram os de estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural assim como o desenvolvimento econômico do país, com o gradual desaparecimento do minifúndio e do latifúndio.

Para executar a RA foi criado em nível nacional, em 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com a missão prioritária de realizar o processo reformista do país, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União, sob os termos da Lei, definindo a RA como:

(...) o conjunto de medidas dirigidas a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de estabelecer um sistema de relações entre o Homem, a propriedade rural e o uso da terra capaz de atender aos princípios de justiça social o progresso e bem estar do Trabalhador Rural, o desenvolvimento sustentável o aumento de produtividade; com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (INCRA 2013).

O INCRA, por sua parte, define a RA como uma medida que gera desconcentração e democratização da estrutura fundiária, a produção de alimentos básicos para sustento humano; a ocupação e renda, combatendo assim a fome e a miséria, a diversificação do comércio e serviços no meio rural, a interiorização dos serviços públicos básicos, a redução da migração do homem do campo à cidade; a democratização das estruturas de poder e a promoção da cidadania e da justiça social.

Segundo o mesmo Órgão (INCRA, 2013) a RA buscava:

(...) a implantação de um novo modelo de Assentamento economicamente viável, ambientalmente sustentável e baseado no desenvolvimento territorial, com a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à segurança social nas áreas reformadas (INCRA, 2013)

Atualmente o mesmo órgão (INCRA, 2016) manifesta que o que se busca com a RA desenvolvida no país é:

(...) a implantação de um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. Para tanto, o Incra adota instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região e está realizando uma adequação institucional e normativa para a intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários.

A reforma agrária implica também no forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras.

Atendendo às diretrizes estabelecidas no II Programa Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003, a reforma agrária é parte de um projeto nacional de desenvolvimento, massivo e de qualidade, geradora de traba-

lho e produtora de alimentos.

Em relação aos beneficiários, a atuação do Incra no campo é norteadada pela promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à segurança social nas áreas reformadas.

O trabalho do Incra contribui para dotar o Estado dos instrumentos necessários para gerir o território nacional (INCRA, 2016)

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST⁵ (2009), a RA que se busca para o país precisa ser popular e garantir o acesso à terra às pessoas que nela trabalham; para este movimento social a RA deve estabelecer um limite máximo ao tamanho da propriedade de terra, para com isto, garantir a utilização social e racional do recurso. Precisa promover a produção agrícola nacional de alimentos saudáveis, gerados sem a utilização de agrotóxicos e sem organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando com isto o princípio da soberania alimentar.

Ressalta também que a RA no Brasil precisa promover uma política de exportação de produtos agrícolas que busque o maior valor agregado possível e evite a exportação de matérias-primas.

Graziano da Silva (1985), atual chefe da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, expressa que o Brasil precisa de uma RA geral, em todo o território nacional e não só em algumas regiões como medida paliativa ante as pressões sociais; uma reforma massiva, que dê acesso à terra à população sem terra ou com pouca terra; uma reforma imediata com metas e prazo de término definido. Por último, defende uma reforma horizontal e participativa em que os trabalhadores rurais estejam presentes em todas as fases. Em 2012 este mesmo autor (GRAZIANO DA SILVA, 2012) expressou que o acesso à terra tem que ser parte de um conjunto amplo de políticas para o meio rural, políticas que incluam o acesso aos recursos naturais de modo geral, não só à terra, mas também acesso à água como recurso primordial; acesso aos mercados, capacitação, financiamento e infraestrutura básica como estradas, luz, saneamento, saúde, educação, dentre outras.

Stédile (1997; 2013) manifesta que no Brasil se precisa de uma RA popular (e não a clássica baseada na implantação de assentamentos e a transformação dos camponeses em consumidores de mercadorias industrializadas das cidades), dirigida a alcançar a soberania alimentar; uma

⁵ *Um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil que, segundo seus objetivos, luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna.*

reforma harmônica e homogênea do meio rural que leve a modernização ao campo, acesso à educação formal e evite o êxodo rural, uma reforma ampla que resolva e atenda a complexidade do problema agrário, eliminando o latifúndio e as áreas improdutivas, articulada com medidas concretas de reorganização da produção agrícola voltada para o mercado interno combatendo, com isto, o oligopólio dos produtos agrícolas e a agroindustrialização. Precisa-se de um novo modelo tecnológico para a agricultura que erradique o atual modelo de viés consumista e predatório.

Bergamasco (2003) manifesta a necessidade de uma RA integral, que considere a dimensão econômica: referida ao acesso à terra; política, referida à modernização do ordenamento territorial; social, baseada em políticas de combate à pobreza e de ampliação de direitos como acesso à moradia, alimentação, saúde, educação e renda; e ambiental, como caminho para uma produção agrícola diversificada.

As análises de Bergamasco (2011); Maluf e Menezes (s/d) indicam que a RA é o caminho certo para a erradicação da pobreza e a consecução da segurança alimentar; pois, segundo estes autores, existe no meio rural, uma correlação direta entre acesso à terra e os alimentos; declaram que as múltiplas evidências mostram que onde houve um processo de RA a situação alimentar e nutricional da população encontrou-se garantida, contrariamente a isto, em espaços cuja concentração fundiária é elevada, a situação de insegurança alimentar torna-se grave.

Nessa mesma direção, Dombek (2006) e Ordoñez (2009: 2014) manifestam que a RA nos assentamentos rurais do Brasil promove e garante a segurança alimentar familiar e local, gera trabalho e renda, eleva a qualidade de vida das pessoas, fomenta a autonomia familiar; favorece a diversificação de espécies, protege a biodiversidade, cria condições para que as famílias assentadas possam produzir os alimentos que irão consumir, fortalece a segurança e autonomia alimentar local com a produção de alimentos para as áreas próximas; em suma, cria um conjunto de aspectos quali-quantitativos que favorecem o desenvolvimento desses espaços e das famílias.

Mas qual é a cara da RA do Brasil e quais os números que a respaldam?

A RA no Brasil constitui-se, de fato, no alicerce fundamental para o desenvolvimento social integral do País. Apesar disso, a realidade

dos fatos indica que a RA, materializada em um dos seus principais objetivos, os assentamentos rurais, vem caminhando a um compasso pouco dinâmico e fortemente dependente da vontade política dos governantes do País, com consequências negativas na vida de quem está por detrás deste panorama, os assentados, concebidos, de uma forma técnica e um tanto insípida, segundo a portaria MDA N° 80 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) como:

o candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para ingresso ao Programa de Reforma Agrária, lhe sendo concedido o direito ao uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao Programa.

Fazendo uma definição mais real do termo pode-se acrescentar que “assentado” é também:

A pessoa que na busca pelos seus direitos, arrisca sua vida, e a de sua família, na luta pela terra, pão, teto e vida digna que o Estado não consegue lhe oferecer. Luta pelo reconhecimento, pela posição e engajamento na sociedade. Carregada de motivações e sonhos se adentra na conquista de um pedaço de terra, e com este, a conquista de seus direitos” (conceituação nossa).

Mesmo sabendo que a RA não pode ser analisada só em termos quantitativos, cabe assinalar que o caminhar da RA brasileira pode ser evidenciado, quantitativamente, através dos dados apresentados pelo INCRA. Conhecer os dados apresentados pelo órgão oferece um panorama da situação através do olhar do Estado.

Os decretos de desapropriação

Quadro 03: Panorama da RA segundo o número de decretos de desapropriação, desde Sarney até Rousseff

Governos	Decretos de desapropriação INCRA, 2016	Decretos de desapropriação Outras Fontes
Sarney (1985-1989)	1296 (até 1994)	748
Fernando Collor (1990-1992)		28
Itamar Franco (1992-1994)		238
Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	3536	3532
Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)	1987	1990
Dilma Rousseff (2011 até maio 2016)	237	241
Total	7056	6777
Área (há)	30.558.200	

Fonte: elaboração própria com dados INCRA, 2016; SINDPFA, 2013.

Como se observa no Quadro 3, os dados referentes ao número de decretos de desapropriação, segundo os diferentes governos e as diferentes fontes informativas, apresentam algumas diferenças se comparados com os dados oficiais do INCRA, diferenças que não só refletem vazios quantitativos em decretos e área para a RA e número de famílias assentadas, mas que também põem em evidência certo grau de desorganização técnico-administrativa da estrutura executora da RA. Importante indicar que no decorrer dos anos, o mesmo órgão tem modificado as cifras oficiais do seu site web o que contribui para que os dados apresentados em diversos estudos acadêmicos difiram entre um ano e outro.

Observa-se também que no decorrer das três últimas décadas foram, no total, 7.056 decretos de desapropriação para fins de RA, que totalizam uma área de 30.558.200 ha de terra destinada aos trabalhadores que dela necessitam.

Após os governos militares, a RA ressurgiu com grande destaque e ficou legalmente estabelecida no País; José Sarney, que iniciou seu governo após a retomada da democracia no Brasil e anunciou o I Plano Nacional de Reforma Agrária, assinou durante seu mandato 748 decretos de desapropriação. Fernando Collor, no curto período na presidência do país, assinou 28 decretos e está, dentre os governos analisados, no último lugar no que se refere às desapropriações para fins de Reforma Agrária;

Itamar Franco assinou 238 decretos, Fernando Henrique Cardoso é o governo que mais decretos de desapropriação assinou na história do país.

Em seguida observa-se que o governo de Lula, que em 2003 criou o II Plano Nacional de RA, assinou durante seus dois mandatos, 1.987 decretos de desapropriação. Finalmente o Governo de Dilma Rousseff, até maio de 2016 havia assinado 237 decretos.

A baixa quantidade de decretos de desapropriação do governo Rousseff é, segundo porta-vozes da Presidência, devido ao fato do Governo estar focado na viabilização dos assentamentos já implantados e na aceleração do processo de implementação das políticas públicas dirigidas a estes espaços: “qualidade e não a quantidade”. Isto talvez seja pelo fato do governo ter entendido que existem, nos assentamentos já estabelecidos, urgentes carências que contrariam os objetivos da RA e o desenvolvimento da nação.

Há que ressaltar que os problemas na viabilização dos assentamentos rurais, tornam os lotes em unidades não produtivas, não viáveis e insustentáveis no tempo; isto fica demonstrado pelo fato de mais de 300 mil famílias, de 1980 até 2010, terem abandonado seus lotes nas diversas regiões do País (MATTEI, 2012). Uma das possíveis causas deste fato é o divórcio que existe entre algumas áreas de assentamentos e o grau de planejamento de ocupação da terra que o processo reformista vem implantando no país

Acredita-se também que a inexistência (em muitos dos assentamentos do País) de infraestrutura básica de saúde, educação, água e saneamento básico, meios de comunicação (telefonia, internet) e de apoio produtivo como créditos, assistência técnica e extensão rural, assim como as dificuldades de comercialização, desconhecimento de mercado, terras de relevo difícil ou empobrecidas, entre outras, sejam algumas das causas que promovam a evasão dos lotes por parte das famílias assentadas.

As famílias assentadas e os projetos de assentamentos criados

No Brasil até maio de 2016 foram assentadas 1.346.798 famílias (INCRA, 2016) sendo o Governo de Lula o responsável majoritário com 614.088 famílias assentadas (Quadro 04).

O número de famílias assentadas é muito pequeno se comparado aos dados de Spavorek (2003), que indica que até 2008 existiam no Brasil

quatro milhões de famílias sem terra; 1,6% dos proprietários controlavam até 78% das terras, existiam 130 milhões de terras ociosas e 30 empresas transnacionais controlavam a produção, a industrialização, a distribuição, e a comercialização dos produtos agrícolas.

Quadro 04: *Número de Famílias Assentadas e projetos de assentamento criados até Rouseff.*

Governos	Famílias Assentadas INCRA, 2016	Projetos de assentamentos
Até 1994	58.317	931
Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	540.704	4.281
Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)	614.088	3.544
Dilma Rouseff (2011 até maio 2016)	133.689	584
Total	1.346.798	9.340

Fonte: *Elaboração própria com dados INCRA, 2016.*

Os dados do INCRA (2016) mostram também que no Brasil existem 9.340 projetos de RA numa área total territorial de 88.819.725 ha, área que evidencia claramente que ainda há muito trabalho pra se executar em prol da desconcentração da terra no Brasil.

Considerações Finais

Conhecer e entender a RA constitui-se numa indiscutível necessidade tanto para a academia como para quem está envolvido, ou que pretende se envolver com este tema. O presente texto, através dos caminhos percorridos, procurou apresentar, de maneira sucinta, um panorama geral do que é a RA e como esta se vem materializando no Brasil através do seu principal órgão executor.

Tem-se observado que o debate sobre RA não é algo simples, não podendo ser analisado apenas sob uma única dimensão, para seu melhor entendimento, há a necessidade de uma análise multidimensional, que envolva aspectos sociais, econômicos, ambientais, políticos.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a RA tem se constituído, no decorrer dos séculos, num mecanismo de pressão social em prol da consecução de direitos e, como evidenciado nos diferentes casos de RAs apresentados, tem conseguido oferecer uma resposta efetiva ante as reivindicações

sociais, é claro que para isto o processo reformista deve ter ocorrido com alto grau de seriedade e compromisso com os demandantes.

O balanço final das RAs, segundo a história, sempre tem sido positivo, principalmente pelo fato de que o compromisso de todos os envolvidos tem sido de fundamental importância. Evidentemente, a Reforma Agrária tem que ser eficiente na implementação das ações inseridas no marco de suas diretrizes; eficaz na consecução dos resultados propostos e, principalmente, coerente entre as mudanças esperadas e o período para a consecução destas, não sendo assim, corre-se o risco de gerar desmotivação nos envolvidos os quais e, acima de tudo, são o fim maior do processo.

No caso particular do Brasil é possível observar que a RA, iniciada há mais de 50 anos, ainda não solucionou o problema da concentração fundiária, é fortemente dependente da vontade política dos governantes, onde as ações planejadas no Plano Nacional de Reforma Agrária e as ações executadas são contraditórias, sendo a informação oficial emitida pelo órgão executor confusa e até conflitante.

A RA é uma porta para o desenvolvimento inclusivo, traz muitos benefícios que redundam na qualidade de vida dos beneficiários, e não só destes, mas também do território onde se desenvolvem os projetos de assentamentos, podendo ser configurada como um mecanismo de erradicação da fome, da pobreza, do exódo rural, um mecanismo de desenvolvimento agrícola que favorece a diversificação de espécies e a biodiversidade, enfim do crescimento sócio-inclusivo com igualdade.

Referências

ACHACOLLO, N. SOTO, M. La Segunda Reforma Agraria en Bolivia. In: ORTEGA, G.; PALAU, T (Comp.). **Reformas Agrarias en América Latina: Memoria del Seminario Internacional.** 3-5 de Noviembre del 2008. Asunción-Paraguay: BASE-IS/ DIAKONIA, 2009. 225p

ALEGRETT, R. Evolución y Tendencias de las Reformas Agrarias en América Latina. In: COX, M. et al. **Reforma Agraria, Colonización y Cooperativas.** FAO, Roma, 2003, p.112-126.

BARRACLOUGH, S. **Que é uma Reforma Agrária.** Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Num. 5-6. 1976, p.17-22.

BERGAMASCO, S. M. P. P. Reforma Agrária e Assentamentos em São Paulo: mudanças no espaço rural. **Jornal da Universidade Estadual de Campinas**. Campinas-SP. 22 a 28 de set. 2003, p. 2.

_____. Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: caminhos para erradicação da pobreza e para a Segurança Alimentar. FORUM: COMBATE À POBREZA E SEGURANÇA ALIMENTAR, 2011. Campinas/SP, p. 29. In: **Anais...**, 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Portaria Num. 080, de 24/4/2002. Adota as denominações e os conceitos aplicáveis ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua entidade vinculada o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Diário Oficial**. 25 abr. 2002. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=184224>> Acesso em: dez. de 2009.

CASTRO, J. de. **A Geografia da Fome**. A fome no Brasil. Rio de Janeiro: Edit. Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1946. 354p.

COX, M.; et.al. **FAO in Agrárian Reform**. Land Reform, Land Settlement and Cooperatives. Roma, 2003.

CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE LA REFORMA AGRARIA Y EL DESARROLLO RURAL- CIRADR. **Declaración Final**. Porto Alegre/BR. 7-10 de março de 2006.

CHONCHOL, J. La Reforma Agraria en América Latina. In. VEGA. J. de V.; CORDOVA, M. U. F.de. **Proceso Agrario en Bolivia y América Latina**. La Paz: CIDES-UMSA, Posgrado en Ciencias del Desarrollo. PLURAL editores, 2003, p. 205-222

DOMBEK, L. A. **Autoconsumo e Segurança Alimentar em Assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. 2006. 106p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FERREIRA, P. **A Reforma Agrária**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1964. 130p.

FILIPPI, E. E. **Reforma Agrária: Experiências Internacionais de Reordenamento Agrário e a Evolução da Questão da Terra no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 94p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Agrárian Reform. Land Reform, Land Settlement and Cooperatives**, Roma, 2003/2. 42p.

GARCIA, A. **Reforma Agraria y Desarrollo Capitalista**. Bogotá: Centro de Investigaciones para el Desarrollo, 1986, p. 95.

_____. Proceso y Frustración de las Reformas Agrarias en América Latina. **Revista de Estudios Internacionales**, Santiago (Chile), v.1, n.3-4, Universidad de Chile. 1967.

GROPPO, P. **La FAO y la Reforma Agraria en América Latina: hacia una nueva visión**. Departamento de Desarrollo Sostenible, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación – FAO. 1997. Disponível em: <<http://www.fao.org/sd/SPdirect/Ltan0012.htm>> Acesso em 11 Nov. de 2013.

GRAZIANO DA SILVA. Reforma Agrária. **Lua Nova**, São Paulo, v.1, n.4, Mar. 1985. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451985000100012&script=sci_arttext> Acesso em: abr. 2013.

_____. Fome, o grande paradoxo na América Latina e Caribe. **Revista Forum**. (Entrevista). Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2012/02/09/fome-o-grande-paradoxo-na-america-latina-e-caribe/> Acesso em: mai. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA – INCRA. **Reforma Agraria**. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: set. 2013.

_____. **Reforma Agraria**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria>. Acesso: abril 2016.

LE COZ, J. **Las reformas Agrarias**. De Zapata a Mao-Tse-Tung. Barcelona: Ariel, 1976. 340p.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária – O Impossível Diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. 176 p.

MALUF, R. S. MENEZES, F. MARQUES, S.B. **Caderno “Segurança Alimentar”**. s/d. 52p. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/download>>>. Acesso: nov. de 2009.

MATTEI, L. F. A Reforma Agrária Brasileira: Evolução do Número de Famílias Assentadas no Período Pós-redemocratização do País. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, , p. 301-325, 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Nossas Bandeiras**. 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>> Acesso: agost. de 2013.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo, 2007. 184p.

ORDOÑEZ GUERRERO, Iris. C. **(In)segurança Alimentar no Assentamento Rural Horto Vergel- Mogi Mirim /SP**. 2009. 104p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. Campinas, SP. 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000443562>

ORDOÑEZ GUERRERO, I.C **Reforma Agraria e Segurança Alimentar em Assentamentos Rurais: o caso do Horto Vergel- Mogi Mirim /SP**. 2014. 274p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. Campinas, SP. 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000934426>

ORTEGA, G. PALAU, T. (Comp.). **Reformas Agrarias en América Latina: Memoria del Seminario Internacional**. 3-5 de Noviembre del 2008. Asunción-Paraguay: BASE-IS/ DIAKONIA, 2009. 225p.

OSZLAK, O. **Reforma Agraria en América Latina: Una aproximación Política**. *International Review of Community Development*. Piazza Cavalieri di Malta, 2- Roma n. 26. 1971. 18p.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAVOREK G, (Org.) **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora Gráfica, 2003, p.5-38.

ROCHA, H. F. Disputa Territorial, Conceitualização e Atualidade da Reforma Agrária no Brasil. **GeoGraphos**, v.4, n.50, p.433-462, Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina – GIECRYAL- de la Universidad de Alicante, 2013. Disponível em: <<http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/herivelto-fernandes.pdf?noCache=1364503807774>> Acesso: jul. de 2013.

SAMPAIO, P. A. La Reforma Agraria en América Latina: una revolución frustrada. In: **Reforma agraria y lucha por la tierra en América Latina**. OSAL: Observatório Social de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005, Ano 6, nº 16. 8p. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/AC16Sampaio.pdf>> Acesso: mar. de 2011.

SCOLESE, E. **A Reforma Agrária**. São Paulo: Publifolha, 2005 (Folha explica). 103p.

SPAROVEK, G. (Org.) **A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. 167p.

SINDICATO NACIONAL DOS PERITOS FEDERAIS AGRARIOS – SINDPFA. **Falecimento da Reforma Agrária**. Disponível em <http://www.sindpfa.org.br/subpaginas/detalhe_noticias.aspx?IDNOT=189>. Acesso: out. de 2013.

STÉDILE, J. P. Reforma Agrária e o MST. **Revista Crítica Marxista**, Julho 1997. 15p. (Entrevista).

_____ Reforma Agrária no Mundo: Uma Necessidade Histórica. In: **Agenda Latino-americana ano 2001 “Pátria Grande, Patria Mundial”**, 2001, 256p.

Reforma Agrária Popular, por Terra e Soberania Alimentar. 2013. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em 12 de dezembro de 2013 Acesso: dez. 2013.

VARGAS, A. L. Perú: Reformas Agrarias en América Latina. In: ORTEGA, G.; PALAU T. (Comp.). **Reformas Agrarias en América Latina:** Memoria del Seminario Internacional. 3-5 de Noviembre del 2008. Asunción-Paraguay: BASE-IS/ DIAKONIA, 2009. 225p.

VEIGA, J. E da. **O que é Reforma Agrária.** São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1984. 89p.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS é uma publicação semestral do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – Nupedor, com apoio da UNIARA e do CNPq.

Os trabalhos enviados deverão atender aos seguintes critérios:

- a) Ter até 35 páginas – preferencialmente –, incluindo figuras, tabelas, quadros, esquemas, etc.;
- b) Os textos deverão ser digitados em espaço 1,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado;
- c) Título do artigo deve estar centralizado, em negrito e em caixa-alta. Pular uma linha e inserir o nome completo por extenso dos autores (um em cada linha), alinhado à direita e com nota de rodapé indicando filiação institucional, endereço eletrônico e demais informações que considerar relevantes;
- d) Os resumos deverão ser redigidos em português e em inglês, em um único parágrafo (máximo de 15 linhas), acompanhados de até 5 palavras-chave, também redigidas em português e em inglês;
- e) Figuras (incluindo gráficos, esquemas, etc.) deverão utilizar o mesmo padrão de letra do texto, ser numeradas sequencialmente, em algarismos arábicos, com a respectiva legenda. Ilustrações (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) deverão ser enviadas e em preto-e-branco, em arquivos formato jpg e/ou tif, com boa definição.
- f) As referências deverão ser elaboradas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme formatos descritos a seguir:

1) LIVRO

SOBRENOME, Nome. **Título em destaque:** subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano. Número de volumes ou páginas. (Série).

Edição do livro:

- se for em português colocar: 2. ed.

- se for em inglês colocar: 2nd ed.

2) CAPÍTULO DE LIVRO

Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo:

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: AUTOR DO LIVRO.

Título do livro em destaque. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

Único autor para o livro todo

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: _____. **Título do livro em destaque.** Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

3) ARTIGO DE PERIÓDICO

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Título do periódico em destaque,** cidade, v., n., p. inicial-final, mês abreviado no idioma de origem. ano de publicação.

4) ARTIGO DE JORNAL

AUTOR do artigo. Título do artigo. **Título do jornal em destaque,** cidade de publicação, dia, mês abreviado. Ano. Número ou Título do Caderno, Seção ou Suplemento, p. seguido dos números da página inicial e final, separados entre si por hífen.

5) DISSERTAÇÃO, TESE E MONOGRAFIA

SOBRENOME, Nome do autor. **Título em destaque:** subtítulo. Ano de publicação. Número de volumes ou folhas. Categoria (Curso) - Instituição, Cidade da defesa, ano da defesa.

6) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO NO TODO

TÍTULO DO EVENTO, número., ano, cidade de realização. **Título da publicação em destaque.** Cidade de publicação: Editora, data. Páginas ou volumes.

7) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO EM PARTE

(Trabalhos apresentados e publicados)

AUTOR DO TRABALHO. Título do trabalho: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, em número, ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação. Título do documento (**Anais, proceedings, etc. em destaque**), local: Editora, ano. Página inicial-final do trabalho.

8) NORMA TÉCNICA

NOME DA ENTIDADE RESPONSÁVEL. **Título da norma em destaque:** subtítulo. Cidade de publicação, ano. Número de páginas.

9) DOCUMENTO ELETRÔNICO

Após a indicação dos dados de cada documento, acrescentar as informações sobre a descrição física do meio eletrônico respectivo.

- SE FOR CD-ROM acrescentar o: Número de CD-ROM

- SE FOR ON-LINE acrescentar: Disponível em: <endereço eletrônico>.

Acesso em: dia mês abreviado. Ano.

A correção ortográfica e gramatical é de responsabilidade dos autores. Os artigos que não estiverem de acordo com as Normas de Publicação serão devolvidos aos autores para adequação. Os textos deverão ser enviados para o e-mail retratosdeassentamentos@gmail.com. Informações pelo telefone: (16) 3301-7126. www.uniara.com.br/nupedor

